

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA**

**PERCEPÇÃO DE RISCO E CONFLITO SOCIOAMBIENTAL:
UM ESTUDO SOBRE A INSTALAÇÃO DE UM ATERRO SANITÁRIO EM
ÁREA DE ASSENTAMENTO RURAL EM IGARASSU, PERNAMBUCO.**



TARCÍSIO AUGUSTO ALVES DA SILVA

2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA -
DOUTORADO

PERCEPÇÃO DE RISCO E CONFLITO SOCIOAMBIENTAL: UM
ESTUDO SOBRE A INSTALAÇÃO DE UM ATERRO SANITÁRIO
EM ÁREA DE ASSENTAMENTO RURAL EM IGARASSU,
PERNAMBUCO.

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, pelo aluno **Tarcísio Augusto Alves da Silva** para obtenção do título de Doutor em Sociologia, sob orientação da professora *Dra. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti*.

Recife, dezembro de 2010.

Catálogo na fonte
Bibliotecário(a) Divonete Ténorio Ferraz Gominho, CRB4 -985

S235p Silva, Tarcísio Augusto Alves da
Percepção de risco e conflito socioambiental : um estudo sobre a instalação de um aterro sanitário em área de assentamento rural em Igarassu, Pernambuco / Tarcísio Augusto Alves da Silva. – Recife: O Autor, 2011.
263 folhas : il. ; 30 cm.

Orientadora : Dra. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti
Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2011. Sociologia.

Inclui bibliografia e anexos.

1. Sociologia. 2. Conflito. 3. Assentamentos rurais. . 4. Riscos ambientais. 5. Política pública. I. Cavalcanti, Josefa Salete Barbosa. (Orientadora). II. Título.

316
301

CDU (2. ed.)
CDD (22. ed.)

UFPE
BCFCH2011/01

TARCÍSIO AUGUSTO ALVES DA SILVA

**PERCEPÇÃO DE RISCO E CONFLITO SOCIOAMBIENTAL: UM
ESTUDO SOBRE A INSTALAÇÃO DE UM ATERRO SANITÁRIO
EM ÁREA DE ASSENTAMENTO RURAL EM IGARASSU,
PERNAMBUCO.**

BANCA EXAMINADORA

Professora Dra. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti (PPGS/UFPE – Orientadora)

Professora Dra. Eliane Maria Monteiro da Fonte (PPGS/UFPE – Examinadora Interna)

Professor Dr. Remo Mutzenberg (PPGS/UFPE – Examinador Interno)

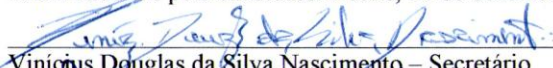
Professor Dr. José Sergio Leite Lopes (PPGAS/UFRJ – Examinador Externo)

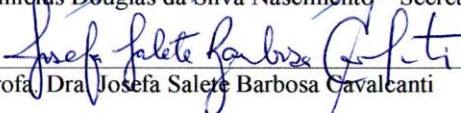
Professor Dr. Cristiano Wellington Noberto Ramalho (UFS – Examinador Externo)

Recife, dezembro de 2010.

Ata da Sessão de Defesa de Tese de **TARCÍSIO AUGUSTO ALVES DA SILVA**, do Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco.

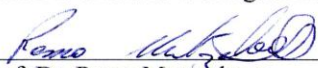
Aos quinze dias do mês de dezembro de 2010, reuniram-se na Sala de Seminários do 12º andar do prédio do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, os membros da comissão designada para o Exame da Tese de Doutorado de **TARCÍSIO AUGUSTO ALVES DA SILVA** sob o título **PERCEPÇÃO DE RISCO E CONFLITO SOCIOAMBIENTAL: UM ESTUDO SOBRE A INSTALAÇÃO DE UM ATERRO SANITÁRIO EM ÁREA DE ASSENTAMENTO RURAL EM IGARASSU, PERNAMBUCO**. A comissão foi composta pelos professores: **Profa. Dra. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti - Presidenta/Orientadora**; **Profa. Dra. Eliane Maria Monteiro da Fonte – Titular Interna (PPGS/UFPE)**; **Prof. Dr. Remo Mutzenberg– Titular Interno (PPGS/UFPE)**; **Prof. Dr. José Sérgio Leite Lopes – Titular Externo (Dep. de Antropologia/UFRJ)**; **Prof. Dr. Cristiano Wellington Noberto Ramalho – Titular Externo (Dep. de Ciências Sociais/UFS)**. Dando início aos trabalhos, a **Profa. Dra. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti** explicou aos presentes o objetivo da reunião, dando-lhes ciência da regulamentação pertinente. Em seguida, passou a palavra ao autor da Tese para que apresentasse o seu trabalho. Após essa apresentação, cada membro da Comissão fez sua arguição, seguindo-se a defesa do candidato. Ao final da defesa, a Comissão Examinadora retirou-se, para em secreto deliberar sobre o trabalho apresentado. Ao retornarem a **Profa. Dra. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti**, presidenta da mesa e orientadora do candidato, solicitou que fosse feita a leitura da presente Ata, com a decisão da Comissão Examinadora **aprovando a Tese por unanimidade, com indicação para publicação**. E nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que vai assinada pelos membros da Comissão Examinadora e pelo candidato. Recife, 15 de dezembro de 2010.


Vinícius Douglas da Silva Nascimento – Secretário

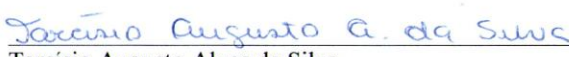

Profa. Dra. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti


Prof. Dr. José Sérgio Leite Lopes


Prof. Dr. Cristiano Wellington Noberto Ramalho


Prof. Dr. Remo Mutzenberg


Profa. Dra. Eliane Maria Monteiro da Fonte


Tarcísio Augusto Alves da Silva

Pequena nota de um diário de campo...

Numa manhã de maio de 2008, encontramos-nos com um agricultor no assentamento Ubu. Homem que, pelas marcas do rosto, já havia vivido muitas histórias, entre elas as lembranças da vida como trabalhador rural pelos engenhos de cana-de-açúcar em Pernambuco, de sua chegada ao sindicato de trabalhadores rurais e de como esteve presente na organização dos trabalhadores para conseguir a terra onde vivem.

Conhecedor, como ninguém, dos rios e recantos da região onde vivia, testemunhou-nos com alegria a felicidade de poder trabalhar num lugar que era seu, e entre uma pergunta e outra, permitiu-nos adentrar seu universo de homem do campo. Sabedor dos ritmos da natureza e portador de sensibilidade e sabedoria, fez-nos olhar a natureza com outros olhos.

Essa sabedoria a que nos reportamos foi observada em vários momentos em que pudemos manter contato com esse agricultor. Um momento especial aconteceu durante a entrevista que ele nos concedeu. Ameaçava chover e nos protegíamos num pequeno terraço; ao finalizá-la, seguimos ao encontro das pessoas que se agrupavam para iniciar mais uma reunião. Começaram a cair pequenos pingos de chuva e logo dissemos:

- Que pena que vai chover! Poderiam vir mais pessoas para a reunião...

E nos exorta o agricultor:

- Mas a chuva é necessária pra tudo que a gente faz aqui! Então deixe ela cair!

*Dedico este trabalho a duas pessoas muito especiais em minha vida: minha Estrelinha
Dandara Nirvana e o meu Leãozinho Enzo Petrus.*

*À primeira, por ter sobrevivido, pela ausência dos pais, à produção de duas
monografias, duas dissertações e, agora, a duas teses de doutoramento.*

*Ao segundo, por ter sido germinado no mesmo ambiente de paz em que brotava o texto
deste trabalho. À luz do amor que por vocês nutro, dedico-lhes, além disso, o que de
melhor há de mim.*

AGRADECIMENTOS

“O que faz um homem ser um homem? Um amigo meu se perguntou. Serão suas origens? Como ele vem à vida? Acho que não. São as escolhas que ele faz. Não é como começa as coisas, mas como ele decide terminá-las”

Frase de desfecho do filme *Hellboy* (2004)

Quando iniciei a aventura de fazer um curso de doutorado, tinha em mente poder escolher uma instituição em que pudesse entrar em contato com professores e pesquisadores de alto nível no campo da Sociologia. Este intento foi alcançado, mas não sem muitas dificuldades; o fato, porém, é que elas serviram de motivação para que pudesse alcançar os objetivos que tracei há mais de quatro anos. Passada essa etapa, resta-me agora agradecer a todos e todas que de alguma forma contribuíram para que essa formação fosse realizada.

Primeiramente, agradeço a Deus por ter-me permitido realizar muitas coisas, mas, sobretudo, por ter, neste momento, feito com que eu chegasse à conclusão deste trabalho. Nesses quatro anos aprendi muito sobre Ele e, principalmente, que “Deus nos ama por causa de quem Ele é, não pelo que nós fazemos ou deixamos de fazer”.

Agradecer é em primeira mão, “reconhecer” a contribuição de várias pessoas para que eu pudesse chegar até aqui. A pesquisa é uma *pergunta feita a várias mãos*, como diria Carlos Rodrigues Brandão (2003), e, nesse sentido, o pesquisador sozinho não poderia descortiná-la.

Dessa forma, sou grato a Isa, minha esposa, por ter cuidado de mim, de Dandara e do Enzo. Pelas muitas noites e madrugadas em que, antes de dormirmos, discutíamos nossas teses e pela companhia sempre serena que tornou nossa morada, nos momentos mais difíceis de minha formação, um porto seguro e habitado de paz.

No período de construção deste trabalho muitos agregados foram chegando, de mansinho, à nossa casa, sem pedirem licença (contamos vinte gatos: uns se foram, outros ficaram nesses quase cinco anos de doutorado). A lembrança afetiva desses animaizinhos sobre os livros serviram como descontração para os momentos mais solitários deste trabalho.

À minha Estrelinha Dandara, por ter suportado minhas ausências, mesmo ameaçando jogar fora meu notebook ou deletar o trabalho quando me chamava para brincar e eu não podia.

À minha mãe, que sempre esteve ao meu lado, pelo orgulho que vejo em seus olhos sempre que se refere a mim. Por toda a privação que ela passou para que pudéssemos ter o necessário para ser “gente de bem”.

Agradeço à professora *Josefa Salete Barbosa Cavalcanti* por ter assumido o compromisso da orientação e a sensibilidade para perceber e auxiliar-me em minhas limitações. Extensivo agradecimento faço, também, à professora *Maria de Nazareth Baudel Wanderley* que, juntamente com a professora Salete, conduz o *Laboratório de Observação Permanente sobre as transformações do mundo rural do Nordeste*. As aulas, reuniões e encontros promovidos pelo grupo permitem conectar os trabalhos de alunos com os de outros pesquisadores, assim como favoreceram a constituição de relações mais próximas entre os pesquisadores e seus estudantes (neles, também, muitos de nós nos descobrimos camponeses e camponesas).

Um agradecimento aos colegas do laboratório que concluíram seus trabalhos – José Nunes da Silva, Hersilia Monteiro Cadengue de Oliveira (*in memoriam*) pelo apoio.

No Programa de Pós-graduação tenho em especial que agradecer, em especial, aos muitos professores com que tive contato através das disciplinas e a atenção dos servidores lotados na secretaria desse curso pela atenção dispensada. À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), inicialmente, e ao CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), pela bolsa de estudo concedida durante todo o período do doutoramento.

Aos amigos e amigas da turma de doutorado de 2006, por termos construído laços de amizade que nos ajudaram, nos momentos de maior angústia, a poder passar pelas tempestades sem que elas provocassem algum estrago em nossa caminhada. Sou grato por ter conhecido pessoas como Francisco Mesquita de Oliveira, Glaucia Tinoco Barbosa, Lindava Alves Cruz (conhecida como Sorela) e Sergio Ricardo Ribeiro Lima. De maneira carinhosa, às amigas *Maria da Conceição M. Cardoso Van Oosterhout* (Lola) e *Maria de Assunção Lima de Paulo*, Camponesa Clássica *à la Chayanov* e Camponesa Chic, respectivamente, como costume chamá-las, pelo carinho expresso em

e-mails, telefonemas, sinais de fumaça e por termos, nesse tempo, descoberto nossa ruralidade.

A gratidão se estende ainda à amizade de todas as horas de pessoas como Adriana Lins, André Ferreira, Ana Neto, Maria Candida, Maria Patrícia, Waldyr Siqueira e Teresinha Guimarães que se situam, num patamar de amizade, naquilo que chamamos de irmãos.

Por terem sempre acreditado em minhas escolhas e incentivado a continuidade de minha formação, agradeço às professoras da UFRPE (Universidade Federal Rural de Pernambuco) Selma Rodrigues de Oliveira (orientadora na graduação), Marfisa Cysneiro de Barros (grande incentivadora profissional) e Vitória Régia Fernandes Gehlen (orientadora no mestrado – UFPE (Universidade Federal de Pernambuco)).

Aos agricultores e agricultoras do Assentamento Engenho Ubu, por terem me possibilitado, no acolhimento dado por todos, o aprendizado, o sabor e saberes de quem vive no campo. Pela luta, pela espera e pela esperança que nutrem para manter o lugar em que vivem, um espaço de vida!

E, por fim, aos professores que colaboraram participando da avaliação inicial do projeto apresentado ao programa, os professores *Remo Mutzenberg* e *Eliane da Fonte*, e, agora, àqueles que estão presentes na composição da avaliação final deste trabalho. A todos meus mais sinceros agradecimentos.

*“Pra fora o aterro
Que só tristeza nos traz
Destrói os rios e quem depende deles,
Adoece o povo
traz danos ambientais”.*

(Ciranda Ecológica. V. G. assentada do Engenho Ubu, Março de 2009)

RESUMO

A presente tese foi desenvolvida a partir da identificação de um conflito socioambiental envolvendo, de um lado, assentados do Engenho Ubu e, de outro, o aterro sanitário privado - Central de Tratamento de Resíduos Sólidos de Pernambuco, localizado no município de Igarassu, nas terras da Usina São José. O pressuposto é que foram as representações sobre a natureza que contribuíram para a polarização entre os atores. O objetivo geral do trabalho foi analisar os processos relativos à eclosão de um conflito socioambiental gerado em torno da instalação do aterro sanitário de Igarassu nas proximidades do rio Arataca e do Assentamento Engenho Ubu, segundo a percepção dos assentados. A problemática subjacente a esse objetivo indaga sobre as representações conflitantes da natureza que se ocultam ou denunciam riscos ambientais provocados pelo aterro. Dessa forma, nossa hipótese é a de que as representações da natureza presentes no conflito sinalizavam formas distintas de apropriação dos recursos naturais que foram legitimadas em diversas arenas de conflito pela indução de discursos que apregoavam a defesa da natureza ancorada em distintas finalidades. A fim de verificar essa suposição privilegiamos, por um lado, do ponto de vista metodológico, entrevistas informais e semiestruturadas para captar a percepção de risco dos assentados que se posicionavam como vitimizados pelos impactos ambientais que as atividades do aterro sanitário promoveram. Por outro lado, procedemos a uma análise documental de atas, pareceres técnicos da CPRH e do Ministério Público, complementados pelas notas divulgadas pela imprensa, e dos documentos disponibilizados pelos assentados. O resultado do trabalho identifica duas formas de representação da natureza presentes no discurso de defesa do meio ambiente operado sobre distintas lógicas. Uma *natureza controlada* informa uma perspectiva técnica que se sobrepõe ao risco a partir do controle técnico e de sua adequação às necessidades e interesses econômicos dispostos no conflito. Já outra representação como *natureza efêmera* corresponde àquela em que os assentados expõem a fragilidade dos recursos naturais e os impactos ambientais da decisão alocacional do aterro. Por fim, a tese aponta que na resolução do problema da destinação final de resíduos, houve confrontos entre as políticas públicas, o mercado e a população de assentados confluindo para revelar práticas de injustiça ambiental com a distribuição de passivos ambientais para os agricultores.

Palavras-chave: Conflito socioambiental. Representação da natureza. Percepção de risco. Assentados rurais.

ABSTRACT

The present thesis was developed from the identification of a socio-environmental conflict involving, on one side, settlers of the Engenho Ubu Farm, and the other, the private sanitary landfill - Central de Tratamento de Resíduos Sólidos de Pernambuco, located in municipal district of Igarassu, on the grounds of Usina São José. The assumption is that the representations of nature contributed to the polarization between the involved people. The general objective of the project was to analyze the processes related to the outbreak of a socio-environmental conflict generated around the installation of sanitary landfill of Igarassu near the Arataca river and the Engenho Ubu settlement, as perceived by the settlers. The subjacent problematic to this objective question about the conflicting representations of nature that occult themselves or denounce environmental risks caused by the landfill. Thus, our hypothesis is that the representations of nature present in the conflict signaled different forms of appropriation of natural resources that were legitimized in several social arenas for the induction of discourses that proclaimed the defense of anchored nature in distinct purposes. To verify this supposition we privileged, on the one hand, in the methodological point of view, informal and semi-structured interviews to capture the risk perception of the settlers who position themselves as victimized by the environmental impacts that the activities of the sanitary landfill promoted. On the other hand, we proceeded an analysis of documentary records, CPRH and prosecutor technical advices, supplemented by notes divulged by press, and documents provided by the settlers. The result of the project identifies two forms of representation of nature present in the discourse of environment defense operated on different logics. A *controlled nature* informs a technical perspective that overlaps the risk from the technical control and their adequacy to the needs and economic interests disposed in the conflict. Yet another representation as *ephemeral nature* corresponds to that in which the settlers expose the fragility of natural resources and the environmental impacts of the location decision of the landfill. Finally, the thesis demonstrates that in the resolution of the problem of waste final destination, new issues emerge when public policies and the market tend to generate environmental injustice when they distribute environmental liabilities to the poorest populations. Finally, the thesis demonstrates that in the resolution of the problem of waste final destination, there were confrontations between the public policies, the market and the population of settlers converging to reveal practices of environmental injustice with the distribution of environmental damage for farmers.

Keywords: Socio-environmental conflict. Representation of nature. Risk perception. Rural settlers.

RÉSUMÉ

La thèse ici présentée a été développée à partir de l'identification d'un conflit socioambiental en impliquant, d'un côté, agriculteurs du Dispositif Ubu et d'autre, le remblai sanitaire privé - Central de Tratamento de Resíduos Sólidos de Pernambuco, localisée dans la ville d'Igarassu, sur les terres de l'Usine Saint José. Le présupposé est que ce sont les représentations sur la nature qui ont contribué à la polarisation entre les acteurs. L'objectif général du travail a été d'analyser les processus relatifs à l'éclosion d'un conflit socioambiental produit autour de l'installation du remblai sanitaire d'Igarassu dans les alentours du fleuve Arataca et de l'Établissement du Dispositif Ubu, selon la perception agriculteurs. La problématique sous-jacente à cet objectif est une étude sur les représentations conflictuelles de la nature qui s'occultent ou dénoncent des risques environnementaux provoqués par le remblai. De cette façon, notre hypothèse est que les représentations de la nature présentes dans le conflit signalaient des formes distinctes d'appropriation des ressources naturelles qui ont été légitimées dans diverses arènes de conflit par l'induction de discours qui proclamaient la défense de la nature ancrée dans des buts distincts. Afin de vérifier cette hypothèse, nous privilégions, d'une part, du point de vue méthodologique, des entretiens informels et semi-structurés pour capter la perception du risque chez les agriculteurs qui se plaçaient comme des victimes des impacts environnementaux que les activités du remblai sanitaire ont provoqués. D'autre part, nous procédons à une analyse documentaire d'actes officiels, d'avis techniques du CPRH et du Ministère Public, complémentés par les notes divulguées par la presse, et des documents à la disposition des agriculteurs. Le résultat du travail identifie deux formes de représentation de la nature présentes dans le discours de défense de l'environnement opéré sur des logiques distinctes. Une représentation sur la *nature contrôlée* nous informe sur une perspective technique qui se superpose au risque à partir du contrôle technique et de son adéquation aux nécessités et aux intérêts économiques contenus dans le conflit. Alors que l'autre représentation qui se présente comme *nature éphémère* correspond à celle où les agriculteurs exposent la fragilité des ressources naturelles et les impacts environnementaux de la décision d'allocations du remblai. Finalement, la thèse indique que dans la résolution du problème de la destination finale des résidus, il a y eu des confrontations entre les politiques publiques, le marché et la population des agriculteurs aidant à révéler des pratiques d'injustice environnementale avec la distribution de passifs environnementaux pour les agriculteurs.

Mots Clefs : Conflit socioambiental. Représentation de la nature. Perception du risque. agriculteurs.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização da área do conflito.....	34
Figura 2 – Foto da faixa utilizada na panfletagem.....	141
Figura 3 – Reprodução do panfleto elaborado e distribuído pelo movimento em 20 de set 2009.....	142
Figura 4 – Imagem das áreas estuarinas do Rio Jaguaribe e Canal de Santa Cruz.....	167
Figura 5 – Imagem da manifestação ocorrida na Br 101 em abril de 2006.....	181
Figura 6 – Diagrama das três funções do conhecimento quanto às relações sociedades/natureza.....	220

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Aspectos de uma área onde era realizada a retirada de areia.....	111
Foto 2 – Célula do aterro em que, segundo os assentados, ocorreu o transbordo que atingiu o rio.....	119
Foto 3 – Bar desativado às margens do rio Arataca.....	159
Foto 4 – Reunião com a comunidade realizada, na escola do assentamento.....	162
Foto 5 – Audiência pública para discussão do relatório de impacto ambiental do aterro sanitário.....	199
Foto 06 – Assentados reunidos na Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente.....	200
Foto 07 – Visita do secretário de ciência, tecnologia e meio ambiente – a cerca estabelece os limites entre o assentamento e o aterro.....	201

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Relação de entrevistados.....	38
Quadro 2 – Classificação dos riscos e suas fontes geradoras.....	54
Quadro 3 – Classificação de risco.....	56
Quadro 4 – Mitos sobre a natureza.....	86
Quadro 5 – Tipologia da natureza humana proposta por Schwarz e Thompson.....	86
BOX I – <i>Situando o conflito</i>	26

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – Edital de divulgação do RIMA do aterro sanitário.....	247
ANEXO B – Lei sobre disposição final de resíduos sólidos do município de Igarassu posta em votação para alteração pelos vereadores para revogação do parágrafo 4º	248
ANEXO C – Jornal do Commercio – Recife 12 de outubro de 2007 – Cidades.....	249
ANEXO D – Jornal do Commercio – Recife 07 de abril de 2006 – Cidades.....	250
ANEXO E – Parte do abaixo assinado encaminhado pelos assentados às autoridades.....	251
ANEXO F – Ofício encaminhando pelos assentados a Câmara Municipal de Igarassu.....	252
ANEXO G – Folha de Pernambuco (arquivo do Movimento Salve as Águas do Rio Arataca	253
ANEXO H – Jornal Tribuna Popular.....	254
ANEXO I – Capa do Jornal do Commercio – Recife 07 de agosto de 2009 – Cidades.....	255
ANEXO J – Convite de reunião realizada em Igarassu.....	256

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A – Relação de entrevistados.....	258
APÊNDICE B - BOX II - <i>Síntese das trajetórias dos assentados – “Os De fora”</i>	259
APÊNDICE C - BOX III - <i>Síntese das trajetórias dos assentados – “Os De Dentro”</i>	262

LISTA DE ABREVIATURAS

- ALEPE** - Assembleia Legislativa de Pernambuco
- CAPES** - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CEASA** - Central de Abastecimento de Pernambuco
- CETAC** - Centro Tapajós de Apoio à Cidadania
- CNPQ** - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- CPRH** - Companhia Pernambucana do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
- CPT** - Comissão Pastoral da Terra
- COMPESA** - Companhia Pernambucana de Saneamento
- CONAMA** - Conselho Nacional de Meio Ambiente
- CTR/PE** - Central de Tratamento de Resíduos de Pernambuco
- EIA** - Estudo de Impacto Ambiental
- EIA/RIMA** - Estudos de impacto ambiental/Relatório de impacto ambiental
- EMLURB** – Empresa Metropolitana de Limpeza Urbana
- FETAPE** - Federação de Trabalhadores da Agricultura do Estado de Pernambuco
- IBAMA** - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
- IBASE** - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
- IPHAN** - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- INCRA** - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- ISER** - Instituto de Estudos da Religião
- MAB** - Movimentos de atingidos por barragens
- MDL** - Mecanismos de desenvolvimento limpo
- MJMP** - Movimento de Jovens do Meio Popular
- MST** - Movimento de Trabalhadores Sem Terra
- MPPE** - Ministério Público de Pernambuco
- PAB** - Programas Ambientais Básicos
- PCS** - Programa de Comunicação Social
- PT** - Partido dos Trabalhadores

OEA - Organização dos Estados Americanos

ONG - Organização Não Governamental

RIMA - Relatórios de impacto ambiental

SECTMA - Secretaria de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente

SERQUIP - Serviço, Construções e Equipamentos

SERTA - Serviço de Tecnologia Alternativa

STAs - Sistemas Sócio-Técnicos-Ambientais

STR - Sindicato de Trabalhadores Rurais

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

URBI - Empresa de Urbanização de Igarassu

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA

AGRADECIMENTOS

EPÍGRAFE

RESUMO

ABSTRATC

RÉSUMÉ

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE FOTOS

LISTAS DE QUADROS

LISTA DE ANEXOS

LISTA DE APÊNDICES

LISTA DE ABREVIATURAS

INTRODUÇÃO.....22

CAPÍTULO I.....40

O campo da percepção de risco e os conflitos socioambientais

- 1.1 Risco, análises técnicas de risco, percepção de risco e as Ciências Sociais.....41
- 1.2 Dos muitos riscos...o risco ambiental.....56
- 1.3 A alta modernidade e a teoria da sociedade de risco: o choque entre o sistema perito e a população leiga.....63
- 1.4 Os conflitos socioambientais locais: subvertendo a lógica da submissão e expropriação a partir da luta por “justiça ambiental” 75
- 1.5 As representações sobre a natureza e as práticas sociais.....82
- 1.6 Os conflitos socioambientais no contexto do “campo” ambiental.....87

CAPÍTULO II.....93

Da luta pela terra ao combate ao “bicho”: a memória coletiva de um conflito socioambiental

2.1 “Nois	procurava	um	lugar	pra	
ocupar”					94
2.2 Os	“de	dentro”	e	os	“de
fora”					102
2.3 Depois da luta pela terra, a luta contra o “bicho”					106
2.4 O contexto, os atores e as estratégias de luta					121

CAPÍTULO III.....148

A percepção de risco dos assentados sobre o aterro sanitário – Da desnaturalização ao ajuste

3.1 “Os de fora” e os riscos percebidos: a mobilização social de quem se vê vitimizado.....	152
3.2 “Os de dentro”: ajustamento e aceitabilidade de risco.....	171
3.3 As estratégias defensivas: “eu sei o que vou fazer, só num vou dizer agora!”	181

CAPÍTULO IV.....195

Representação da natureza, percepção de risco e as divergências entre leigos e peritos no caso da Central de Tratamento de Resíduos Sólidos de Pernambuco

4.1 As arenas de conflitos.....	196
4.2 Nos descompassos do EIA: análise de um instrumento de injustiça ambiental.....	204
4.3 O poder público, o discurso técnico e o interesse privado na determinação dos riscos aceitáveis.....	211
4.4 As representações sobre a natureza presentes no conflito.....	219
4.5 E agora? Conviver com o risco?.....	226

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....229

REFERÊNCIAS.....236

ANEXOS.....246

APÊNDICES.....257

INTRODUÇÃO

1. Problema e objetivos da pesquisa

A modernidade discutida por Giddens (1991, 2002) traz à tona o papel desempenhado pela reflexividade no posicionamento assumido pelos indivíduos em relação aos riscos que as instituições modernas acarretaram à vida em sociedade e, conseqüentemente, à natureza. Na reflexividade da vida moderna, a tensão entre a confiança e a desconfiança tem sido instaurada pela transformação das relações sociais em que a autoridade tende a se confrontar com a dúvida e o questionamento, e isso ocorre porque a incerteza campeia o espaço habitado pelas promessas de segurança difundidas em vários campos da atividade humana por especialistas.

Essa tensão tem sido identificada também por Beck (2006) ao designar por *sociedade de risco* um momento em que a produção de riqueza se dá acompanhada pela distribuição dos males a ela associada (riscos tecnológicos e ambientais) sem precedentes na história. Tanto para Giddens quanto para Beck os riscos da alta modernidade colocam em confronto os especialistas, pela posição estratégica que assumem no enfrentamento das situações que ensejam os riscos, e os sujeitos que reúnem reivindicações das populações leigas que questionam a validade dos argumentos, proferidos pelos especialistas, provenientes das promessas de segurança não cumpridas.

A desconfiança das populações leigas quanto ao posicionamento de peritos sobre as situações engendradoras de risco compõe um cenário de conflitos. Por sua capacidade reflexiva, os indivíduos se mobilizam, guiados por sua percepção de risco, em torno de ações contestatórias às decisões tomadas por um corpo de especialistas no que se refere à definição e identificação de situações de risco - avaliação técnica de risco.

Percepção de risco e avaliação técnica de risco são perspectivas que se confrontam nas arenas de definição dos riscos procurando legitimar estratégias por meio das quais os atores lidam com o perigo ou se posicionam em relação a que risco omitir, aceitar e enfrentar.

Na especificidade do campo ambiental, percebe-se que existem diferentes orientações preconizadas nas práticas sociais de grupos decorrentes de seu entendimento ou representação

da natureza. Tais orientações são forjadas nas representações que os seres humanos constroem no contato com os recursos naturais, dispostos no meio ambiente, de forma a estabelecer valores, significados e sentidos que são atribuídos pelos indivíduos à natureza. Então, “torna-se, assim, necessário analisar o sistema de representações que indivíduos e grupos fazem de seu ambiente, pois é com base nelas que eles agem sobre ele” (DIEGUES, 2008:65).

Assim, as relações conflitivas que têm como objeto de disputa a natureza podem ocorrer quando um grupo, ao dividir os recursos naturais de um mesmo território, se sente ameaçado por práticas de terceiros que comprometem a existência de seu modo de vida em nome dos benefícios que tais práticas possam trazer ao bem-estar de uma dada sociedade.

O problema do lixo é encarado neste trabalho como exemplar para a materialização da problemática apresentada aqui. Nele, a tensão entre conhecimentos leigos e peritos se estabelece à medida que decisões alocacionais tendem a afetar a vida de grupos vulneráveis, através do discurso técnico, encobrindo riscos ambientais que essa população tende a identificar.

De maneira geral, a destinação final dos resíduos oriundos da produção e consumo de bens vem sendo encarada como um dos grandes problemas ambientais de nossa época, principalmente para as cidades em que, muitas vezes, a questão do espaço da habitação tem que concorrer com a demanda por espaços onde se deva localizar o lixo¹.

Um outro aspecto dessa problemática é que o destino final de resíduos continua sendo, em muitos casos, orientado pela lógica do *não no meu quintal*, buscando-se afastar das zonas urbanas o lixo produzido pela população e pelas indústrias². A dinâmica do destino final de resíduos aponta ainda que a má gestão do lixo pode ser verificada quando se observa, pelo menos no Brasil, o reduzido número de usinas de compostagem e reciclagem instaladas, comprometendo, assim, o reaproveitamento de determinados produtos contidos no descarte (IBGE, 2002).

É nesse contexto que os aterros sanitários são apontados como a mais eficiente forma de gerir descartes, aplicando técnicas e instrumentos de engenharia sanitária, para condicionar

¹ Para Oliveira (2006), a palavra lixo é um termo pouco utilizado na área técnica hoje, sendo mais adequado referir-se a resíduos. No entanto, neste trabalho usaremos a palavra lixo como sinônimo de resíduo e vice-versa.

² Eigenheer (2003:95) observa que “o que se entende, via de regra, por lixo, é algo que deve ser afastado (já que não se pode evitá-lo), e que sua proximidade não deixa de representar perigo, não tanto pela saúde/contaminação, mas sobretudo no sentido simbólico”.

tais resíduos, realizar seu aproveitamento por meio do biogás e proteger o solo e os lençóis freáticos de possíveis contaminações.

Segundo Jucá (2002:09):

No mundo inteiro, com algumas poucas exceções, os aterros sanitários representam a principal destinação final dos resíduos sólidos, apesar do imenso esforço em se reduzir, reutilizar e reciclar. Apesar da contradição, nos países em desenvolvimento, o aterro sanitário tem sido a mais importante meta a alcançar, com vistas a um tratamento adequado dos resíduos.

No Brasil, na análise feita por Jucá (2002), o poder público vem demonstrando crescente preocupação com o problema da destinação final do lixo desde 2000, de forma a se verificar uma tendência maior de que surjam fontes e valores financiadores desse aspecto.

No entanto, mesmo que os aterros sanitários sejam apontados como a forma mais eficiente de gestão de resíduos, a redução nos padrões atuais de consumo é uma meta a ser alcançada para que se possam atenuar os impactos da ação humana sobre o meio ambiente.

Se o alto nível de consumo é um símbolo da performance bem-sucedida das economias capitalistas modernas (PORTILHO, 2005), o aumento do lixo é um termômetro da produção e consumo que traz consigo o risco indesejável produzido pelo progresso e industrialização da sociedade moderna, com os efeitos da *sociedade de risco* pensada por Beck (2006).

Esse risco indesejável se traduz nos incômodos ambientais produzidos pelo lixo, como o mau cheiro, doenças, contaminação de lençóis freáticos, e na decisão sobre a que locais destinar tais resíduos. Por isso, se os aterros sanitários representam a melhor forma de destinação de resíduos, sua eficiência, no entanto, tende a omitir todo um processo de injustiça ambiental direcionado através de impactos indesejáveis às comunidades próximas a esses empreendimentos. Dessa forma, uma panaceia de aparatos tecnológicos tem servido para omitir os males e riscos que o funcionamento destes tem trazido para muitas populações, levando em conta a justificativa dos benefícios trazidos à sociedade, a exemplo do que já ocorre com a construção de usinas hidrelétricas.

No Brasil, são bem poucos os trabalhos (JACOBI, 1995; ACSELRAD, 2004b; AMARAL, 2006; NEGREIROS, 2008) que vêm investigando a tensa relação entre as populações vizinhas e os aterros sanitários; a nossa suposição é que a invisibilização do interesse acadêmico pelo tema seja porque este é um problema recente, por um lado, e ao fato

de o aterro sanitário ser considerado a ação mais eficaz para a destinação final de resíduos, por outro.

As poucas investigações realizadas vêm demonstrando que as populações atingidas se mobilizam e pressionam o poder público a promover a desativação de aterros. Evidenciam também as barreiras que interesses econômicos e políticos constroem para que isso não ocorra.

Nesse sentido, em 2005, a comunidade de assentados do Engenho Ubu, localizada entre os municípios da Zona da Mata Norte (Goiana e Taquitinga) e a Região Metropolitana do Recife (Itapissuma e Igarassu), em Pernambuco, foi surpreendida com a construção irregular de um aterro sanitário, que não possuía licenciamento ambiental (CPRH, 2007), nas proximidades do rio Arataca.

O acontecimento mobilizou parte dos assentados, principalmente aqueles situados em áreas mais próximas ao empreendimento, de forma que se iniciou um processo de denúncia das irregularidades encontradas com a construção do aterro (falta de licença para a construção). Apesar de a empresa ter sido notificada pela CPRH (Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos) por não possuir licenciamento ambiental, as atividades mantiveram sua continuidade e, dias após, foi emitida a documentação liberando a licença.

A partir daí, a mobilização dos assentados buscava impedir a continuidade da construção do aterro sanitário, apelando tanto para a sensibilização da opinião pública quanto para a justiça e órgãos de fiscalização ambiental, alegando que o seu funcionamento traria sérios prejuízos ao rio Arataca, um importante recurso hídrico para a região e para a prática agrícola e a pesca desenvolvida no assentamento.

Em 20 de dezembro de 2005, foi realizada uma audiência pública para discutir o EIA/RIMA (Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental). Este garantia à população que, “de acordo com o projeto, a área de 85,31 hectares destinada ao aterro - e localizada nas terras da Usina São José - fica a 2 km de distância do rio e não há risco de contaminação³”. Todavia, a garantia expressa nos documentos técnicos não foi suficiente para evitar que, nas primeiras semanas de funcionamento do aterro, segundo os assentados, uma de suas células transbordasse e afetasse o rio.

Com esse fato, a desconfiança na avaliação e nos pareceres técnicos marca o conflito socioambiental ali instaurado. Atreladas a isso, a ausência de informações precisas quanto ao

³ Jornal do CPRH, dez 2005.

que seria construído no local e a falta de diálogo tanto da empresa quanto dos órgãos fiscalizadores para com os assentados favoreceram o sentimento de desconfiança entre os agricultores que questionaram a viabilidade da obra pelos riscos ambientais que ela promoveria ao rio Arataca.

Nessa conjuntura, dois tipos de discurso vão se construindo no conflito. De um lado, aquele que apregoa a necessidade do empreendimento para a região enquanto resposta aos problemas ambientais gerados pela ausência de espaços qualificados para destinar o lixo e, de outro, o que denuncia os riscos ambientais da instalação do aterro sanitário nas proximidades do rio Arataca.

BOX I – Situando o conflito

A Central de Tratamento de Resíduos Sólidos de Pernambuco é um empreendimento composto de um aterro sanitário para resíduos sólidos urbanos e industriais classe II (resíduos cujas características são as seguintes: a combustibilidade, a biodegradabilidade ou a solubilidade em água) e um aterro industrial para resíduos classe I (perigosos), conforme explicita seu Estudo de Impacto Ambiental (ACQUA, 2005). O aterro está situado em terras da Usina São José, zona rural do município de Igarassu, Mata Norte de Pernambuco. Um conflito de natureza socioambiental é iniciado no ano de 2005 decorrente da divergência entre leigos e peritos quanto aos riscos produzidos pela construção e operação do aterro às margens do rio Arataca. De um lado, posicionam-se os assentados do Assentamento Engenho Ubu que denunciam o risco ambiental a que o rio estaria exposto. De outro, técnicos do aterro, dos órgãos ambientais e o poder público advogam a necessidade de construção do empreendimento para a região; estes reconhecem que riscos podem ocorrer, mas afirmam que as ações mitigadoras reduzirão seus impactos. Organizados em torno do *Movimento Salve as Águas do Rio Arataca*, os assentados denunciam os males que essa obra pode trazer para aquele rio e, conseqüentemente, para a população do assentamento. Todavia, embora o movimento seja composto prioritariamente de assentados do Engenho Ubu, há dois grupos que formam o assentamento: os antigos moradores do engenho (*Os de dentro*) e os trabalhadores rurais (*Os de fora*) que lutaram pela desapropriação das terras do engenho na década de noventa. A convivência entre esses dois grupos, na história do assentamento, produziu uma disputa de poder, externalizada nas relações de força entre eles, para ocupar as melhores posições dentro do assentamento. A trajetória e as experiências de vida desses sujeitos forjaram posicionamentos e envolvimento distintos dos dois grupos quanto ao conflito. De um lado, as lideranças dos “de fora” tornam-se sujeitos das denúncias e da mobilização da comunidade; de outro, os “de dentro” apresentam-se apáticos e pouco interessados na mobilização. Além desses atores, o conflito socioambiental compreendeu ainda a presença do Estado, representado pelos órgãos de fiscalização ambiental, representantes do poder legislativo do município de Igarassu e do estado de Pernambuco, assim como a participação de um movimento ambientalista, Centro Tapajós de Apoio à Cidadania (CETAC), da Federação de Trabalhadores na Agricultura no Estado de Pernambuco, sindicatos de trabalhadores rurais de Igarassu e Goiana e Ministério Público estadual. No âmbito do conflito emergiram distintas representações sobre a natureza para impor uma forma legítima de gerir os recursos naturais dispostos naquele território.

Dessa forma, o caso do conflito socioambiental envolvendo assentados, técnicos do aterro, órgãos de fiscalização e o poder público, pode demonstrar como diferentes representações sobre a natureza influenciam práticas sociais que se confrontam tanto em nível prático quanto discursivo. O embate busca eliminar posições divergentes e impor uma representação hegemônica.

Considerando os elementos acima apresentados, a questão que orienta o presente trabalho é: **Que diferentes representações da natureza estão presentes nesse conflito socioambiental de maneira a ocultar ou a denunciar riscos provocados pelo aterro sanitário?**

Ao mesmo tempo foram lançadas questões secundárias que buscam nortear o problema apresentado: No caso do aterro sanitário em Igarassu, como essas representações, ao serem confrontadas, tendem a maximizar ou minimizar o risco ambiental? Que riscos decorrentes do aterro sanitário são percebidos pelos assentados? Quais são as estratégias de enfrentamento construídas, por eles, quanto aos riscos percebidos com a construção do aterro sanitário? Diante disso, há divergências entre os sujeitos que compõem o assentamento a respeito dos riscos? De outro modo, como se explica a aceitação ou não do risco por esses assentados, mesmo quando se constrói um ambiente hostil à sua reprodução social? Que papel a percepção de risco dos assentados assume no desencadeamento desse conflito socioambiental?

A partir disso, a *suposição* que orienta nosso trabalho é a de que as representações de natureza presente no conflito sinalizam formas distintas de apropriação dos recursos naturais que são legitimadas em diversas arenas de conflito pela indução de discursos que apregoam a defesa da natureza ancorada em distintas finalidades. Essas representações estão em constante tensão e procuram se impor enquanto compreensão mais acertada da forma de gerir o meio ambiente.

A pesquisa se estruturou tendo como base o seguinte **objetivo** geral: Analisar os processos relativos à eclosão de um conflito socioambiental gerado em torno da instalação do aterro sanitário de Igarassu nas proximidades do rio Arataca e do Assentamento Engenho Ubu, segundo a percepção dos assentados. Tal objetivo, por sua vez, desmembrou-se nos seguintes objetivos específicos: a) *verificar que discursos denunciam ou deslegitimam a existência de um risco ambiental proveniente da instalação do aterro sanitário*; b) *conhecer o que explica a aceitação ou não do risco pelos assentados quando se constrói um ambiente hostil à sua reprodução social*; c) *analisar, na relação entre leigos e peritos, o confronto*

entre percepção e avaliação técnica de risco na delimitação e uso de um território que se expressa na representação da natureza presente no conflito.

Ante o exposto, o interesse e a delimitação do objeto de pesquisa se definem pela compreensão das representações da natureza que, ao se confrontarem, delineiam uma situação de conflito socioambiental entre os principais atores definidos na pesquisa enquanto partícipes desse litígio. Para compreendê-la, faz-se necessária uma reflexão sobre as nuances e a dinâmica interna do conflito, tendo como referência as relações sociais estabelecidas entre os assentados na história do assentamento e entre estes e os técnicos do aterro.

Neste trabalho, a importância do estudo da percepção de risco se situa nas contribuições que este pode trazer, sobretudo, do ponto de vista das políticas públicas, para a saúde e o meio ambiente, ao fornecer indicadores de como uma população se comporta em situações que lhe sejam apresentadas como ameaçadoras. Ou de como essa população identifica riscos negligenciados por terceiros. Assim, ela assume relevância também porque, por meio dela, se expressa a representação da natureza que esses indivíduos constroem com base nas suas experiências.

No que tange a grupos de indivíduos de populações “pobres”, essa importância se situa levando em conta que, com maior frequência, eles estão vulneráveis a danos decorrentes das práticas desenvolvidas por outros grupos. Portanto, a identificação do risco por essas populações permite-nos o entendimento das estratégias desenvolvidas no sentido de eliminar tais condições ou eventos perigosos e se torna um indicador do grau de tolerância e compreensão dos perigos a que determinadas comunidades ou grupos sociais se veem expostos.

Por isso, partimos do princípio de que a representação da natureza construída pelos assentados não poderá ser apreendida sem se recorrer à percepção de risco desses atores quanto ao risco ambiental decorrente da instalação do aterro sanitário. Nosso entendimento é que, a percepção de risco contribui para a análise dos fatores que conduzem à mobilização ou naturalização dos sujeitos e de como eles se veem ameaçados por práticas de outros grupos.

Assim, a percepção de risco leva à condução de situações em que se fazem presentes atores e organizações que se mobilizam no combate às ameaças percebíveis, contribuindo para o monitoramento e controle dos riscos. Essa percepção decorre das imagens e representações que fazem da natureza, tendo em vista que, como já explicitado por Diegues (2008), a ação dos indivíduos é orientada por essas representações.

No que concerne ao debate sobre risco, no atual contexto da modernidade, não apenas a natureza dos riscos está em mudança (BECK, 2006), mas também as formas como a sociedade tende a gerenciá-los, seja subestimando-os, omitindo-os (em favor de processos produtivos e interesses econômicos) ou buscando alternativas de enfrentamento.

A percepção de risco permite que se coloquem em xeque os laudos técnicos quando sobre eles pairam desconfiças da população ou, ainda, acusações de insensibilidade dos técnicos, ao desconsiderarem a visão daqueles que estarão mais próximos das atividades que promovem o risco.

Para Peres (2002), o estudo sobre percepção de risco é importante, pois nos permite o “entendimento de motivações de diferentes grupos populacionais/indivíduos no enfrentamento de situações perigosas/danosas” (p.135). Relacionada à própria problemática ambiental, a percepção de risco emerge como um divisor de águas na avaliação de risco ao propor outra perspectiva a um campo anteriormente dominado por abordagens técnica de mensuração, tornando-se, assim, um objeto de interesse da Sociologia Ambiental.

Já para a Sociologia Rural, a questão ambiental tem sido um tema caro por conta das muitas críticas que já foram lançadas à posição desta ciência, principalmente no Brasil, no que diz respeito ao papel secundário que ela deu a essa temática ou à condução de processos de modernização agrícola e de desenraizamento das populações de que os sociólogos rurais foram propagadores (GUIVANT, 1998b; MARTINS, 2001).

Os efeitos das críticas, que devem ser entendidas, sobretudo para a Sociologia Rural de influência americana, conduziram, portanto, a Sociologia Rural, compreendida no quadro da Sociologia Contemporânea, a debruçar-se com mais afinco sobre questões relativas à sustentabilidade dos espaços rurais e de suas populações. Jollivet (1998) afirma que o meio ambiente é um tema novo para a Sociologia Rural, mesmo considerando que haja antecedentes que indiquem o contrário.

Por sua vez, o meio ambiente, enquanto tema da Sociologia Rural, está atrelado à centralidade da questão ambiental e da percepção dos “espaços rurais como integrantes do *patrimônio ambiental* a ser preservado contra todos os usos considerados predatórios ou não” (WANDERLEY, 2000:100).

A tradição de estudos em conflitos agrários no campo (desenvolvidos no âmbito da Sociologia Rural) trouxe, com a questão ambiental, novas possibilidades analíticas e a definição de novos objetos para o estudo das comunidades rurais. A antiga *precariedade*

social (WANDERLEY, 2004a) dos espaços rurais no Brasil tendeu a reforçar os processos de expropriação de populações rurais em relação aos recursos naturais e aos territórios a que estas se encontram circunscritas.

Através desses processos elas vêm chegar o progresso travestido das possibilidades de desenvolvimento da comunidade, com a presença de uma diversidade de investimentos econômicos e novos atores sociais, a ameaça às suas formas de reprodução social e modos de vida, o que determina, segundo Wanderley (2000:99), que: “Para além das dificuldades da convivência cotidiana, os conflitos refletem o confronto entre concepções distintas a respeito do que é o rural e dos usos que podem ser dados aos espaços rurais”.

O espaço onde emergem os chamados *conflitos socioambientais*⁴ tornam-se, portanto, um campo de convergência de pesquisas que, embora tenham na Sociologia Ambiental maior tradição investigativa, vêm encontrando na especificidade do objeto⁵ da Sociologia Rural, o *mundo rural*, um campo de interesse profícuo quando observado o processo de valorização do meio rural num movimento mais geral da sociedade.

A possibilidade de estudos sobre a percepção de risco, no âmbito desses conflitos, tende, portanto, a contribuir para a compreensão de como a população rural, ao desenvolver conceitos, valores e sentimentos voltados à valorização do espaço rural, enquanto portador de amenidades, também realiza um movimento de contestação aos riscos produzidos pelos impactos de atividades indesejadas sobre a comunidade, revelando, por assim dizer, ações voltadas à defesa do meio ambiente.

Essa possibilidade, portanto, situa-se, neste trabalho, na intenção de articular no estudo sobre *risco ambiental, percepção de risco e conflito socioambiental* uma referência que se aproprie de fontes dos dois ramos da Sociologia Geral, a saber, a Sociologia Ambiental e a Sociologia Rural.

Desse modo, o rural, neste trabalho, é entendido como um espaço de referência para os habitantes que nele vivem. Um espaço que está inserido no contexto de uma sociedade maior que o compõe e que, ao mesmo tempo, é possuidor de características próprias que o diferenciam nessa sociedade. À guisa de orientação, esse espaço é pensado como defende Wanderley (2004a:15):

⁴ Um dos mais expressivos cenários desse tipo de conflito se encontra nas reivindicações do MAB (Movimento de Atingidos por Barragens).

⁵ Invocado aqui na perspectiva apresentada por Mendras (1958) *apud* Jolivet (1998).

Em primeiro lugar, enquanto um espaço físico diferenciado, resultante especialmente da ocupação do território, das formas de dominação social que tem como base material a estrutura de posse e uso da terra e outros recursos naturais [...] e construídas das relações campo-cidade. E em segundo lugar, enquanto um lugar de vida, isto é lugar onde se vive (particularidades do homem rural e sua inserção na sociedade nacional) o lugar de onde se vê o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção na sociedade nacional).

Essa referência ao mundo rural enquanto espaço de vida vem sendo registrada nas experiências bem-sucedidas de reforma agrária que simbolizam a possibilidade de retorno ao campo por meio de um movimento reverso ao que se verificou durante muito tempo com o êxodo rural.

Os assentamentos rurais provenientes de um processo de luta, que envolve uma tendência progressiva de contestação à ordem social secularmente instaurada no campo (de formas de dominação e sujeição de parte da população rural), são experiências ímpares na identificação de valores positivos atribuídos à terra em que os pequenos agricultores realizam seus projetos de vida e reafirmam as virtudes de um modo de vida rural.

Os impactos dos assentamentos rurais sobre uma região se refletem nas possibilidades de rearranjo ou nas alterações nas relações de poder local (MEDEIROS e LEITE, 2004). Esse fenômeno se estabelece quando da formação do acampamento e da constituição oficial do assentamento pelos órgãos públicos, todavia não se restringe apenas a essa situação. A título de exemplificação, o caso aqui estudado tem como singularidade a permanência da luta pela terra instituída agora sob outros moldes, ou seja, a necessidade não de encontrar um lugar para morar e trabalhar, mas de poder reagir à possibilidade de perdê-la.

Observados os novos contornos históricos, sociais e políticos, uma nova etapa dessa luta será marcada pela presença efetiva de um discurso ambiental orientado para a denúncia da produção de risco ambiental provocado pela “chegada do estranho”⁶. Esse fato levará à formação de novas alianças e ao reconhecimento de que antigos blocos de apoio político não mais poderiam ser conduzidos, ratificando, mais uma vez, o processo de rearranjo nas relações de poder local.

Do ponto de vista do risco ambiental que protagoniza as denúncias dos assentados, este é analisado, neste trabalho, sob uma perspectiva construtivista, nos marcos da Sociologia Ambiental, como propõe Guivant (2002:73):

⁶ Neste caso, o aterro sanitário. Ver Martins (1993).

A perspectiva construtivista na Sociologia Ambiental propõe entender como as pessoas atribuem significados a seus mundos. O que passa a ser socialmente considerado como um problema ambiental não implica meramente uma leitura imparcial e neutra de um fenômeno real ou uma referência a fatos objetivos sobre a natureza, mas se trata de demandas construídas socialmente.

Portanto, a abordagem do mundo rural enquanto uma unidade de referência para a população que nele vive é assumida aqui como aporte para o entendimento do sentido dado à mobilização social dos assentados em defesa de um território em que se têm presentes elementos de fortes vínculos identitários e aspectos valorativos de um determinado modo e projeto de vida. No mesmo sentido, resgata-se da Sociologia Ambiental uma perspectiva segundo a qual os agentes são ativos na consideração de uma abordagem do risco que leva em conta aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos da avaliação do risco, conforme citado por Guivant anteriormente.

Trata-se de uma abordagem que privilegia uma certa forma de perceber o mundo a partir da perspectiva daqueles que vivem no lugar. Entende-se, assim, que as histórias de vida, experiências e tipos de trabalho em que se encontra ocupada parte dessa população, as referências familiares e comunitárias e seus projetos de vida estabelecem elos explicativos para o entendimento do conflito socioambiental, instaurado através da percepção de um risco ambiental, pelos assentados.

2. O percurso metodológico e as técnicas da pesquisa

Quando iniciamos as primeiras incursões no campo, realizando entrevistas com as lideranças da FETAPE, verificamos que não havia um discurso claramente elaborado e ações efetivas que orientassem a ação da federação quanto aos problemas ambientais no estado de Pernambuco. Tal posição só começa a se tornar mais clara posteriormente, com a criação de uma coordenação de meio ambiente, porém muito mais preocupada com a situação de pequenos agricultores no Agreste pernambucano que utilizam defensivos químicos em sua produção, como nos relatou em entrevista o diretor de políticas agrárias e meio ambiente da federação. Isso, no entanto, não tornava a questão ambiental objeto de excepcionalidade na Zona da Mata, uma vez que a formação de assentamentos rurais traria a necessidade de se

pensar essa questão, seja colocando os assentados como causadores de danos ambientais, seja como vítimas.

Como nos havíamos proposto verificar a existência de tal questão em duas experiências de ocupação de terra já consolidadas pela FETAPE, a partir de dados fornecidos pela própria federação, chegamos a dois assentamentos rurais na Zona da Mata pernambucana onde localizamos por meio da literatura e pelos depoimentos das lideranças sindicais, conflitos que tinham, segundo pudemos verificar, a natureza como objeto de disputa.

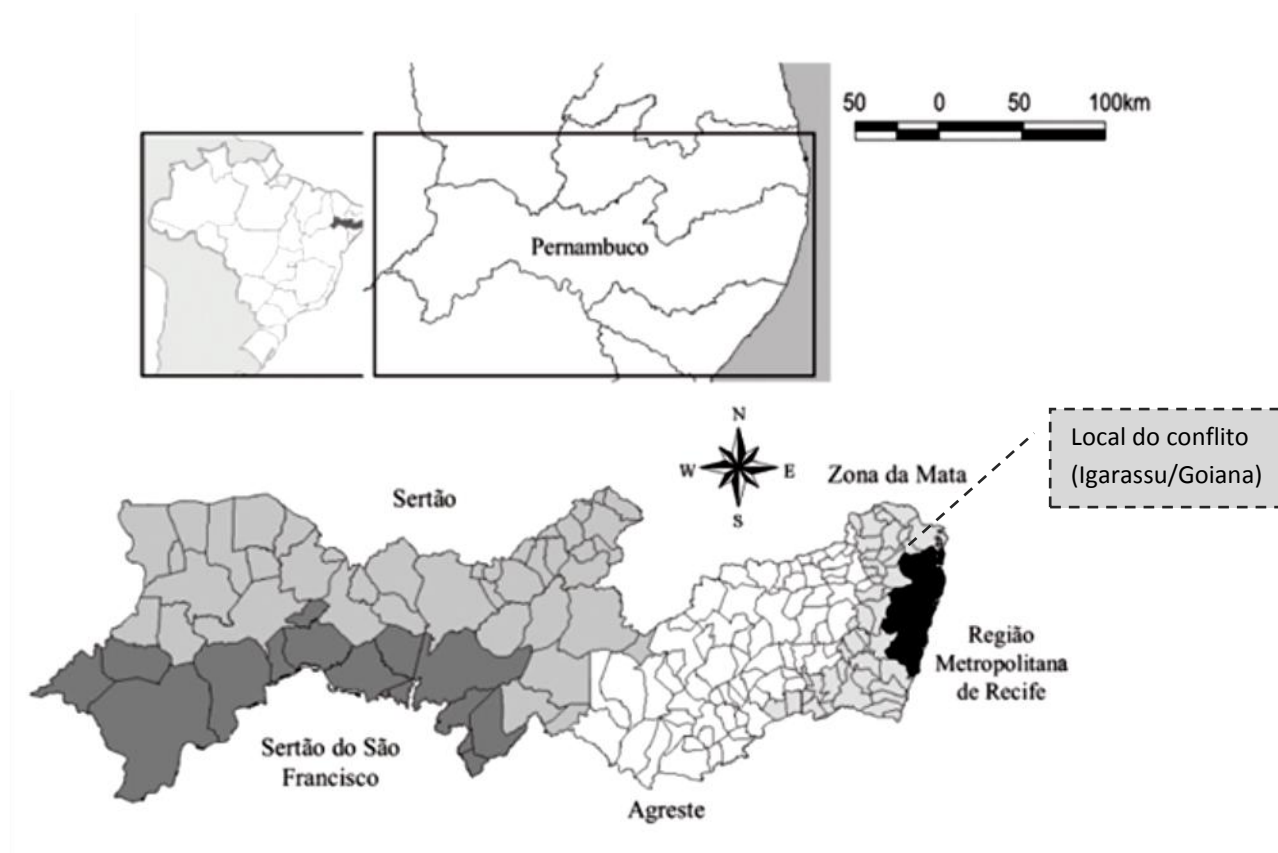
O primeiro a ser identificado foi o Assentamento Minguito, na cidade de Rio Formoso (Zona da Mata Sul). Nele, pesquisas desenvolvidas, em 1997, por uma equipe multidisciplinar de pesquisadores brasileiros, argentinos e franceses (L'ESTOILE e SIGAUD, 2006) demonstrou a participação de assentados em questões de conflito socioambiental proveniente da instalação de um grande complexo turístico na região (Projeto Costa Dourada) (MENEZES, 2000).

O segundo foi o Assentamento Ubu, situado entre municípios da Zona da Mata Norte (Goiana e Itaquitinga) e a Região Metropolitana (Igarassu e Itapissuma). Neste, havia se constituído, desde 2005, um conflito socioambiental decorrente do risco ambiental percebido pelos assentados com a instalação de um aterro sanitário nas proximidades do rio Arataca, onde a presença dos sindicatos rurais e da FETAPE desempenhou um importante papel na assessoria dos assentados.

O conflito identificado na Zona da Mata Norte tornou-se mais expressivo pela dimensão e visibilidade que alcançou na mídia, em razão do longo tempo em que ele se estendia, dos atores envolvidos, do confronto entre posições divergentes quanto ao risco ambiental provocado pela instalação do aterro sanitário. A ideia de realizar um estudo comparativo entre os dois assentamentos foi substituída pela atual proposta de tese, que focaliza um único conflito socioambiental.

Assim, identificamos como objeto de estudo, no caso do Engenho Ubu, um conflito socioambiental envolvendo os seguintes atores: assentados do Engenho Ubu, técnicos do aterro, a Usina São José e o governo do Estado, que se enfrentaram em torno da construção de um aterro sanitário privado (Central de Tratamento de Resíduos Sólidos de Pernambuco), gerando um conflito de grande visibilidade e repercussão na região.

Figura 1 – Localização da área do conflito.



Fonte: Torres e Filho (2006:353).

A imersão do pesquisador no campo de pesquisa ocorreu efetivamente nos primeiros meses de 2007. Em 2008 se fez a opção por realizar um *estudo de caso* tendo como objeto a representação da natureza instaurada entre assentados do Engenho Ubu e o aterro sanitário de Igarassu. O assentamento, do qual o aterro se avizinha, é considerado a maior ocupação de terras promovida pela FETAPE: possui uma área de 1.509,5 mil hectares, com 167 famílias distribuídas, e está situado na proximidade do aterro.

O primeiro grupo de assentados com o qual tivemos contato se encontrava comercializando frutas e verduras numa feirinha às margens da Br 101; logo, por meio deles, foi possível encontrar o presidente da associação de moradores do assentamento. Foi através dele que pudemos conhecer as lideranças dos assentados envolvidas no conflito com o aterro. A empatia e confiança com que fomos recebidos por esses agricultores permitiram as trocas de números de telefones e e-mails e um convite para participarmos das reuniões que eram promovidas para discutir os problemas e traçar estratégias de lutas.

Em muitas ocasiões, fomos convidados a almoçar com aqueles assentados. Num seminário realizado em 2008, a família que cedeu um espaço em uma garagem, para sua realização, pediu-nos desculpas por não poder nos acolher em sua residência nos três dias em que se desenvolveu a atividade alegando o fato de que tiveram que receber um grupo que veio de Camaragibe para dar apoio à luta. O estabelecimento de laços de amizade favoreceu todo o processo de pesquisa, de maneira que não existiram situações de constrangimento no acesso aos dados e informações que nos foram fornecidos.

Em cada reunião que ocorria, éramos apresentados como o “estudante da universidade”, alguém que estava apoiando aquela causa e, nesse sentido, uma pessoa que traria grandes contribuições para o processo de luta. Esse fato nos deixou um tanto inquieto quanto às expectativas que foram sendo construídas pelo grupo a respeito de nossa presença ali. Embora tenhamos deixado claras as nossas intenções, em várias ocasiões fomos solicitado a nos posicionar sobre aspectos das discussões.

A situação se tornou um tanto incômoda, inicialmente, pois tínhamos em mente que não poderíamos interferir no processo, sob o risco de isso influenciar as ações dos sujeitos e, conseqüentemente, alterar as características e o movimento próprio daquele conflito. Nesse sentido, apesar de não nos esquivarmos de emitir opiniões, procuramos relativizá-las para não orientar posicionamentos ou indicar direções.

Esse dilema, que perdurou durante boa parte da pesquisa, quando buscávamos defender/atingir uma postura de “neutralidade”, foi com o tempo sendo diluído pelo entendimento de que ali estavam bem mais que simples objetos de pesquisa, eram pessoas de carne e osso que vivenciavam uma situação de injustiça,

Esse fato nos conduziu a um maior envolvimento com os agricultores, no conflito, e, de alguma forma, a assumir uma posição que pudesse deixar claro a que se destinava aquilo que seria o produto do trabalho de pesquisa. Dessa forma, a ruptura com uma perspectiva positivista de conhecimento descomprometida com os sujeitos, que lhe subsidiam a informação e a neutralidade axiológica, foi aos poucos sendo minada e permitiu compreendermos a indagação de Martins (1993:42):

Por que o cientista social estaria comprometendo a qualidade científica do conhecimento quando assessora, o pobre, se a comunidade científica já estabeleceu, com razão ou não, que tal comprometimento não existe quando assessora o rico e poderoso?

Com essa posição assumida pelo pesquisador, os laços com as lideranças foram se fortalecendo e, à medida que o tempo foi passando, eles foram se estreitando, sendo possível ter acesso a documentos e materiais produzidos pelos assentados. Para a *análise documental*, foram disponibilizados: cópia do DVD “Salve as Águas do Rio Arataca” contendo vários depoimentos dos assentos quanto ao risco percebido, panfletos, cópias de abaixo-assinado, um documento (mimeo) contendo a história do assentamento e as notícias publicadas em um grupo de discussão na internet (<http://groups.google.com.br/group/salvemasaguas>).

Além dos documentos e materiais disponibilizados pelos assentados, procedemos a uma pesquisa nos principais jornais do Estado para coletar dados, subsidiar a pesquisa e servir de registro do conflito. Esse processo não foi muito difícil, pois, entre as ações para dar visibilidade às denúncias dos agricultores, estes sempre buscavam acionar os meios de comunicação.

Enquanto, da parte dos agricultores, as informações fluíam no processo de coleta de dados, na esfera estatal estas tiveram que passar pelos trâmites protocolares dos órgãos de defesa ambiental. Questionamos aqui o discurso do “interesse público”, uma vez que, em relação aos documentos que deveriam estar disponibilizados à consulta popular, apenas é permitida a sua reprodução parcial. Foi o que ocorreu quando tive a necessidade de ter acesso ao EIA (Estudo de Impacto Ambiental) do aterro sanitário e fomos informados, de que ele só poderia ser acessado parcialmente através de cópias pagas (tiradas dentro da própria CPRH) ou fazendo uso da versão completa, restrita, na biblioteca da instituição⁷.

No que concerne aos instrumentos de coleta de dados, consideramos que, para um estudo que inclui a percepção de risco envolvendo um grupo de assentados rurais, seria fundamental a eleição de estratégias metodológicas que permitissem captar ao máximo o universo social dos assentados. Nesse sentido, como exorta Peres (2003), no que “diz respeito à escolha dos instrumentos de coleta de dados, estes devem possibilitar ao trabalhador expressar suas angústias, temores, anseios, crenças, expectativas, etc.” (p.69).

Ao considerarmos esse aspecto, levamos em conta que a percepção de risco se externaliza por um discurso em que a subjetividade dos agentes pode ser captada, optando assim por realizar entrevistas. Tal instrumento de coleta de dados tornou-se adequado aos objetivos da pesquisa, por trazer a possibilidade de o entrevistado responder a perguntas dentro da sua estrutura de referência (MAY, 2004).

⁷ Sobre isso, ver Zhouri, Laschefski e Paiva (2005) que mostram que a publicização de informações de interesse público é comprometida por esse fato.

Na fase inicial da pesquisa, foram realizadas *entrevistas não formais* (04) com alguns agricultores, as quais nos foram úteis para que pudéssemos realizar uma aproximação com o objeto e entender de maneira mais geral como aquela trama social se desenvolvia. Nessa etapa, conseguimos definir melhor quem seriam os informantes-chave para que, numa imersão mais profunda, pudéssemos obter informações mais detalhadas sobre o problema.

Nas várias visitas que realizamos ao assentamento, foi-nos possível observar que, quanto mais nos afastávamos da área de proximidade do aterro, menos encontrávamos assentados preocupados ou identificando prejuízos e riscos concernentes às atividades de confinamento do lixo pelo aterro sanitário. Esse fato nos conduziu, portanto, a selecionar, no assentamento, através de uma *amostra intencional*, uma parcela dos assentados, priorizando, para fins de coleta dos dados, os assentados que residiam nas proximidades do aterro, os antigos moradores do engenho, as lideranças do assentamento, representadas pelos líderes da fase do acampamento e por alguns membros da associação de moradores de Itapissuma.

Os informantes-chave entre os assentados foram definidos a partir da participação ou não no conflito, sendo assim definidos: quem teve envolvimento com o conflito - “os de fora”; aqueles que não se envolveram *diretamente* no conflito - “os de dentro”.

Como o contato inicial com o assentamento ocorrera através dos agricultores da “feirinha”, estes também participaram das entrevistas que foram realizadas. Feita a seleção, realizamos (40) entrevistas *semiestruturadas*, com os assentados, que tiveram por objetivo aprofundar o conhecimento que fora observado na fase inicial de entrada no campo.

Uma das dificuldades encontradas para a realização das entrevistas se manifestou, principalmente, entre os agricultores que residem mais próximo do aterro. Como nem sempre pudemos entrevistá-los em suas residências, a coleta de dados era feita nos lugares de trabalho no momento mesmo de sua labuta na terra. No entanto, aquelas que foram realizadas nas residências eram frequentemente interrompidas com as interferências de outros familiares ou vizinhos que, ávidos por expor os males que os afligiam, falavam ao mesmo tempo ou faziam complementações muito prolongadas, interferindo nos relatos do entrevistado daquele momento.

Para contornar o problema, tivemos que retomar alguns pontos das entrevistas em outros momentos, pois, ao realizarmos uma primeira escuta desses relatos, verificamos que muitos deles haviam se tornado ininteligíveis pelo cruzamento de falas. Ao mesmo tempo que isso representava uma dificuldade para a pesquisa, de outro, foi possível tangenciar os

sentimentos negativos que aqueles agricultores desenvolviam pelo lugar onde viviam, provocados pelo fato de se verem expostos a um risco ambiental.

Foram entrevistados também técnicos dos órgãos do meio ambiente do Estado (01 CPRH, 01 IBAMA), o gerente do aterro sanitário, 01 representante do CETAC - Centro Tapajós de Apoio à Cidadania. Além disso, também pudemos gravar algumas reuniões a que se fizeram presentes a deputada estadual Ceça Ribeiro e o vereador Ademar de Barros (Igarassu).

No cômputo de entrevistas *sem-estruturadas* realizadas, o quadro abaixo apresenta a composição dos indivíduos participantes:

Quadro 1 – Relação de entrevistados

SUJEITOS	QUANTIDADE
Assentados	40
Técnicos do CPRH e do IBAMA	02
Representante do aterro	01
Representante da CETAC	01
TOTAL	44

OBS: Dois boxes são apresentados nos apêndices constando a síntese da trajetória dos assentados.

As *observações diretas*, registradas em diário de campo, nas reuniões, manifestações dos agricultores e visitas realizadas a diversos espaços do assentamento contribuíram ainda para que se pudessem confirmar elementos que foram trazidos pelos entrevistados em seus relatos.

Para análise do conjunto de dados coletados, utilizamos como procedimento a técnica de *análise de conteúdo*, a fim de estabelecer os nexos causais entre os elementos que compõem o discurso empreendido pelos entrevistados.

Feita a transcrição das fitas, organizadas as notas de campo, observações e informações coletadas em impressos, áudio e vídeo, procedemos a uma análise de conteúdo seguindo o percurso proposto por Bardin (2002), que envolve os seguintes passos: a) Leitura preliminar para apreensão do todo; b) Segmentação de temas, com a quebra do discurso racional; c) Agrupamentos dos temas para compreensão do reforço existente entre eles; d) Análise de cada agrupamento e dos agrupamentos em si.

A sistematização dos dados e a análise empreendida resultaram na produção de quatro capítulos que dão corpo a este trabalho. A formação dos capítulos II, III e IV orientou-se em

função do ordenamento dos objetivos anteriormente descritos. Assim, o *primeiro capítulo*, intitulado *O campo da percepção de risco e os conflitos socioambientais*, intenciona proceder à revisão da literatura sobre risco, percepção e conflitos ambientais e, à medida que isso se realiza, fornecer os recortes que subsidiaram o desenvolvimento das análises empreendidas posteriormente.

O *segundo capítulo*, que tem como título *Da luta pela terra ao combate ao “bicho”: a memória coletiva de um conflito socioambiental*, busca contextualizar a formação do assentamento, delinear os grupos que o formam e como, na história de desenvolvimento do assentamento, a percepção do risco ambiental contribuiu para a constituição de um conflito socioambiental, tornando possível *verificar que discursos denunciam ou deslegitimam a existência de um risco ambiental proveniente da instalação do aterro sanitário*.

O *terceiro capítulo* traz como título *A percepção de risco dos assentados sobre o aterro sanitário – Da desnaturalização ao ajuste*. Está organizado em torno do objetivo: *conhecer o que explica a aceitação ou não do risco pelos assentados quando se constrói um ambiente hostil à sua reprodução social*. Nele é possível entender como, na dinâmica interna do conflito (a relação entre os próprios assentados), o risco é desnaturalizado por uns enquanto outros buscam apenas ajustar-se à situação. Ainda são discutidas aqui as estratégias defensivas e como a memória da luta pela terra expressa a tensão presente nessas ações.

O *quarto capítulo*, cujo título é *Representação da natureza, percepção de risco e as divergências entre leigos e peritos no caso da Central de Tratamento de Resíduos Sólidos de Pernambuco*, tem por objetivo *analisar, na relação entre leigos e peritos, o confronto entre percepção e avaliação técnica de risco na delimitação e uso de um território*. Aqui se desenvolve a análise central do trabalho que se situa na identificação das representações de natureza presentes no conflito socioambiental extraídas, sobretudo, das análises do conteúdo dos discursos proferidos pelos agentes, coletados nas entrevistas e na análise documental realizada a partir da leitura do RIMA e ata da audiência pública promovida pela CPRH.

Ao final, são apresentados resultados sobre o conflito estudado considerando as contingências de caráter político, social e ambiental que fornecem ao nosso objeto de estudo um caráter de inconclusão e apresenta novos questionamentos diante das dificuldades que a sociedade terá, desde já, para gerenciar seus resíduos sem promover com isso ações de injustiça ambiental.

CAPÍTULO I

O CAMPO DA PERCEPÇÃO DE RISCO E OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

O presente capítulo desenvolve-se buscando discorrer sobre aspectos que elegemos para compreender o debate que se realiza sobre dois conjuntos de temas que têm sido centrais na análise e discussão no campo da sociologia ambiental - o risco, sua percepção e os conflitos socioambientais (HERCULANO, 2000). Nesse sentido, a ideia subjacente a essa intenção é realizar uma revisão da literatura e ao mesmo tempo proceder aos recortes analíticos que subsidiarão, nos capítulos posteriores, as análises dos dados.

Assim, optamos por problematizar a relação risco e evolução da sociedade ocidental. Na tentativa de realizamos uma incursão nessa relação, procuramos, a partir do trabalho de alguns pesquisadores, proceder a algumas sínteses sobre o tema apontando as contribuições das ciências sociais neste campo. Nesse caminho, focalizamos a discussão feita por Giddens (1991) e Beck (2006) quanto à problematização contemporânea da questão do risco, buscando situar tal contribuição, à guisa do proposto por Guivant (1998): a partir da realidade brasileira e de outro modo, estabelecendo um esforço para compreensão da especificidade de conflitos socioambientais de base local.

Dito dessa forma, discutiremos os conflitos que têm se realizado no acesso desigual à natureza, orientando-nos pela perspectiva da justiça ambiental. Em seguida, apresentamos algumas ideias sobre representação da natureza, discutidas enquanto visão ou mitos sobre a natureza e sua relação com as práticas sociais dos agentes. Por fim, faremos referência à contextualização dos conflitos socioambientais na constituição de um campo ambiental em que racionalidades plurais se defrontam em torno da distribuição ecológica dos recursos disponibilizados num dado território.

1.1 Risco, análises técnicas de risco, percepção de risco e as Ciências Sociais

O risco é uma condição de nossa existência, mas nem por isso as pessoas expressam medo diante de situações e eventos que denotam esse caráter. Uma situação de risco nem sempre conduz a uma reação negativa. Um indivíduo, ao investir na bolsa de valores, cria expectativas quanto ao rendimento de sua aplicação. A essa operação se associam tanto a possibilidade de perdas, caso o mercado ou aquelas ações, especificamente, entrem em baixa, quanto a de lucro, quando a valorização do dinheiro aplicado ocorre. Isto ilustra bem uma das muitas abordagens que a ideia de risco pode receber; dependendo da área de aplicação, ela possuirá diversas conotações e nem sempre, portanto, estará apenas sob o crivo do perigo ou dano.

Cotidianamente nos envolvemos, inconscientemente, em algum evento que nos reporte a possibilidade de algo bom ou mau acontecer, o fato é que estão ali, em estado de latência, e se tornam visíveis apenas quando o desfecho de todo um processo se conclui. Por outro lado, a nossa percepção do risco está, em alguns momentos, condicionada ao grau de confiabilidade que depositamos, por exemplo, em sistemas técnicos que tentam garantir a nossa segurança diante de determinadas situações.

Mas nem sempre isso foi possível quando a ciência não dispunham de tecnologia e instrumentais suficientes para prever, controlar ou mesmo evitar os riscos. De forma paradoxal, o desenvolvimento da ciência tem recebido críticas quanto aos riscos que têm sido criados em decorrência das necessidades produtivas impostas por um certo padrão de consumo adotado pela sociedade moderna (BECK, 2006).

Em tempos remotos, a existência do risco estava representada pela exposição dos seres humanos às intempéries da natureza. Esta condição colocava os indivíduos muito mais em proximidade com riscos naturais, como as possibilidades de ocorrência de tempestades, secas, inundações ou ameaças de ataque de animais selvagens, do que propriamente os riscos produzidos pela ação antrópica. Só uma visão romântica desta época poderia desconsiderar que o ambiente criado pelo homem desde então tende a contribuir para a criação de eventos que indiscutivelmente determinaram o início de um processo que favoreceria posteriormente o surgimento de contextos maiores de vulnerabilidade.

Da Pré-história à Antiguidade, o choque entre tribos ou grupos rivais em torno de melhores territórios se refletiu em situações de risco que se materializaram enquanto ameaças reais e que conduziram a processos de escravidão em massa.

Já a descoberta da agricultura e a domestificação de animais permitiram evitar períodos prolongados de fome ou deslocamento populacional, ao mesmo tempo que fizeram com que ocorresse um acréscimo no contingente demográfico quando, a partir da utilização de procedimentos que serviram para ordenar sistematicamente a natureza, conseguiu-se ampliar sua produtividade, provendo os alimentos vegetais e animais de que os grupos humanos necessitavam.

A domestificação da natureza por meio da agricultura, além de fixar os grupos humanos, provocou ainda, através de outras revoluções (como a urbana), a possibilidade de os homens precaverem-se, pelo menos de maneira efêmera, dos riscos e ameaças a que estavam expostos em tempos pretéritos.

Os chamados riscos naturais, embora entendidos por sua relação com eventos originados na natureza, prescindem também da ação antrópica que, com o desenvolvimento das revoluções agrícola, urbana, do regadio, pastoril, mercantil e industrial, criou técnicas que alteram o espaço, ampliando cada vez mais as possibilidades de extração dos recursos naturais ao redor do planeta, mas também criando, progressivamente, situações reais que colocam o projeto civilizatório em uma encruzilhada.

Para Ribeiro (1979):

A história das sociedades humanas nos últimos dez milênios pode ser explicada em termos de uma sucessão de revoluções tecnológicas e de processos civilizatórios através dos quais a maioria dos homens passa de uma condição generalizada de caçadores e coletores para diversos modos, mais uniformes do que diferenciados, de prover a subsistência, de organizar a vida social e de explicar suas próprias experiências (p.34).

Entre as sucessivas revoluções destacadas pelo autor, a que promoveu maior impacto sobre o destino da humanidade foi definitivamente a revolução industrial. Nela, rompe-se de uma vez por todas a tênue linha que permanecia entre o ser humano e a natureza quando se desenvolvem técnicas cada vez mais extensivas de exploração do meio ambiente natural para favorecimento da produção de bens.

Esse momento erigiu uma situação nomeadamente nova. Se em períodos pretéritos as situações e eventos de risco estavam determinadas pela ação da natureza e sua possível associação à vontade dos deuses, na era moderna, “através do desenvolvimento científico e tecnológico e das conseqüentes transformações na sociedade, na natureza e na própria característica e dinâmica das situações e eventos perigosos, o homem passa a ser responsável pela geração e remediação de seus próprios males” (FREITAS e GOMES, 1997:488).

Com a moderna sociedade capitalista, realizou-se uma separação entre o lugar de trabalho e o de residência, fazendo com que aquilo que era tão familiar ao ser humano, como os processos produtivos por ele dominados e estimulados por constantes fluxos criativos, fosse revertido, e gradativamente substituído pela insegurança e multiplicidade de riscos a que a vida na fábrica ou na cidade conduzia (ritmos e cadências do trabalho, violência, desemprego, favelização).

As cidades e suas fábricas representavam, também, não apenas uma ruptura entre os padrões tradicionais de relações sociais anteriormente pautados em laços de servidão, lealdade, paternalismo e crenças religiosas ordenadoras do sistema social, mas o estabelecimento de um novo paradigma societal que impunha outras formas de organizar e pensar o mundo. Muitas situações de risco deixam de ser, portanto, encaradas como vontade divina e carentes de sua intervenção para serem percebidas ou negadas conforme se verificavam os avanços no campo do conhecimento científico, operando em certo sentido uma destradicionalização como pensada por Giddens (1991).

Bernstein (1997) entende que embora concepção moderna de risco passe a ser definida com a instalação do sistema de numeração indo-arábico que chega ao Ocidente em torno de 700 a 800 d.C. anos, é no Renascimento que se inicia um estudo mais sério sobre este tema, favorecido pela ausência das amarras impostas pelas crenças consagradas

Isso implicou um deslocamento da concepção de risco presente na sociedade ocidental que, ao superar uma visão teocêntrica de mundo, acaba por, de certa forma, construir uma outra perspectiva explicativa dos riscos em que estes deixam de ser aceitáveis por ordem e graça divina e passam a ser encarados sob a objetividade da razão.

Com a revolução industrial, as repetidas epidemias de cólera, tifo, varíola e outras enfermidades indicam a necessidade de procedimentos de saneamento para que os males que atingiam a classe operária não se desdobrassem também para a burguesia. Na verdade, os

riscos oriundos da concentração populacional nas cidades se materializaram em ameaças concretas para a continuidade do sistema produtivo e da classe trabalhadora nele empregado.

O controle de tais mazelas significou para as ciências um terreno fértil para o desenvolvimento de novas pesquisas e a supressão de condições que se apresentavam como limitantes da continuidade do sistema. Desse modo, tanto a ciência quanto a tecnologia capitaneiam mudanças significativas na vida dos indivíduos das sociedades modernas, ao ponto de promoverem a ampliação da expectativa de vida dos seres humanos.

Mas, ao mesmo tempo que tal fato contribuiu para aumentar a crença cada vez maior na ciência e em suas promessas para melhoria das condições de vida, viu-se também a construção de modelos autoritários de intervenção sanitarista que enxergavam nos “pobres” a causa dos grandes problemas sociais e de saúde pública.

Hobsbawn (1997), analisando as cidades em meados do século XIX, afirma que:

Para os planejadores de cidades, os pobres eram uma ameaça pública, suas concentrações potencialmente capazes de se desenvolver em distúrbios deveriam ser cortadas por avenidas e bulevares, que levariam os pobres dos bairros populosos a procurar habitações em lugares não especificados, mas presumidamente mais sanitizados e certamente menos perigosos (p.295).

O papel desempenhado pela ciência na sociedade moderna, além de atender às necessidades de controle e intervenção dos problemas relativos à saúde, favoreceu de forma absoluta a ampliação da produção voltada tanto para aspectos da sua gestão quanto do consumo de bens e produtos que começavam a se desterritorializar por conta da globalização e da reestruturação produtiva.

Se tal produção conseguiu atingir os mais distantes continentes, nos tempos atuais, é certo que as benesses desse processo não alcançaram de maneira homogênea as várias classes de indivíduos, determinando o caráter segmentador e excludente da produção capitalista. Ainda assim, mesmo que boa parte da população mundial não usufrua os benefícios sociais determinados pela produção e consumo que se instauram mundialmente, cabe a estes acolher os riscos ambientais provenientes deste processo. Os exemplos mais contundentes a esse respeito se encontram na localização de lixo tóxico em bairros pobres ou, ainda, a construção de indústrias poluidoras nas proximidades de comunidades carentes em que a vulnerabilidade

social favorece um contexto de extorsão ambiental (“ou você concorda com um uso inadequado da terra ou fica sem trabalho”).

Dessa forma, ao serem encarados como receptores passivos dos rejeitos resultantes do processo produtivo e do consumo, os pobres e seus territórios são continuamente desconsiderados no aspecto da constituição dos fatores e das situações de risco. A própria delimitação e a definição da localização de despejo de produtos resultantes de atividades industriais ou domésticas são, via de regra, decididas sem consulta prévia ou conhecimento dos atingidos quanto às possíveis ameaças que tais atividades possam provocar para a manutenção da vida da comunidade e do ambiente em que vivem.

Este princípio, além de partir de uma ideia axiomática de que os agentes (leigos) são incapazes de determinar uma situação de risco real, sugere ainda que qualquer especulação nesse sentido, oriunda de populações leigas, esteja balizada por superstições e pela ignorância própria daqueles que possuem baixa escolaridade ou não detêm um conhecimento técnico sobre a situação. Tal postura funda-se em uma análise de risco que se coloca enquanto elitista, uma vez que se orienta por elementos puramente racionais (análise técnica de risco) ao desconsiderar aspectos do cotidiano e da história dos indivíduos como um possível indicador da identificação de situações que possam colocar suas vidas em perigo.

Essa a análise técnica dos riscos encontrou, inicialmente, no campo de conhecimento da administração, da engenharia, da toxicologia, epidemiologia e nas ciências atuárias um campo fértil de atuação que foi favorecida, sobretudo, por abordagens quantitativas que conduziram decisões políticas, econômicas e sociais ao campo da técnica e da ciência. Essa abordagem é bastante conveniente quando se busca justificar a limitação da participação dos cidadãos nos fóruns de decisão sobre análise de risco (FREITAS e GOMES, 1997).

Tal perspectiva de análise recai sobre uma tendência que busca uniformizar as preferências dos indivíduos quanto aos contextos que potencialmente possam induzir situações de risco, suas ameaças à vida e aos investimentos, etc. Da mesma forma, tal perspectiva indica que a aceitabilidade de determinados riscos, como, por exemplo, os tecnológicos, dependem da comparação entre a existência dos riscos cotidianos e os benefícios que eles trarão à sociedade, o que permitiria compensar os seus efeitos pelos aspectos positivos que a implementação de determinada tecnologia venha a proporcionar aos indivíduos (FREITAS e GOMES, 1997).

Recorrendo à história do risco, Bernstein (1997) explica que as leis das probabilidades, que tiveram como precursores Cardano e Galileu Galilei, forneceram ferramentas à administração do risco ao reduzirem o princípio da incerteza (muito embora esta seja uma condição quase irrefutável de nossa existência). Através de ideias como controle dos riscos, para o autor, é que se distinguem os tempos modernos do passado, ao ponto de o risco não precisar ser hoje tão temido. Essa postura advoga um poder aos especialistas, de forma que por meio de seu conhecimento e instrumentais seja possível evitar ou controlar as situações que engendram ameaças aos contextos em que tais conhecimentos são aplicados.

Para Bernstein, a teoria da probabilidade deve ser destacada por sua importância na análise dos riscos, no campo da administração, porém, para ele: “Felizmente, o mundo da pura probabilidade só existe no papel ou talvez como uma descrição parcial da natureza”. Todavia, mesmo apontando a impossibilidade de um conhecimento totalmente confiável sobre o risco, o autor adverte: “A questão da definição do risco em termos de número é crucial. Como os investidores decidirão quanto risco correr se não puderem atribuir alguma ordem de grandeza aos riscos com que se defrontam?” (BERNSTEIN, 1997: 259).

Giddens (1991) e Beck (2006), analisam as consequências de eventos que ocorreram em todo o século XX, como: em **1974**, a explosão de um reator de produção de caprolactama, em **Flixborough (Inglaterra)**; o acidente em uma fábrica química, em **Seveso (Italy, 1976)**, que colocou a população em contato com um perigoso tipo de dioxina (cancerígeno de classe 1); **Bhopal (Índia, 1984)**, considerado pelo Greenpeace o maior acidente químico do século; e, finalmente, o acidente nuclear de Chernobyl, na **Ucrânia (União Soviética, 1986)**. Tais eventos impuseram a desconfiança da sociedade nos sistemas peritos, uma vez que colocam em xeque as análises técnicas de risco e suas formulas probabilísticas.

Das muitas consequências sociais produzidas pelos impactos das doenças e mortes que atingiram as populações em questão, verificou-se também uma crescente postura de insatisfação e mobilização social que teve repercussões nos custos de empresas e do próprio Estado, determinando um ambiente favorável para o surgimento de um campo profissional e disciplinar que envolveu a análise de risco e seu gerenciamento nos países desenvolvidos (FREITAS e GOMES, 1997; GUIVANT, 1998).

O corpo de especialistas que começa a se formar dentro de muitas indústrias objetivava contrapor-se, através de dados científicos, às manifestações dos movimentos sociais ambientalistas e às regulamentações governamentais que tratam de uma legislação

ambiental específica. Freitas e Gomes (1997:492) afirmam que a análise de risco desenvolve-se, a partir de então, sob uma tendência que visava “prever, planejar e alertar sobre o risco, em vez de dar respostas *ad hoc* às crises geradas pelos mesmos [...]” Para os autores, o que há de comum entre as várias abordagens técnicas do risco, que se fundamentam em julgamentos objetivos, são a avaliação e previsão de potenciais danos à integridade física dos seres vivos e sistemas tecnológicos “[...] por meio de cálculos sobre o tempo e o espaço, utilizando frequências relativas para poder especificar as probabilidades, como reduzir o risco, a uma única dimensão, representando uma média sobre espaços, tempos e contextos sociais, ambientais e tecnológicos estáveis” (IDEM).

A ideia de formação de um campo disciplinar e técnico sobre risco pode ser comparada ao que ocorria na Antiguidade com os sacerdotes e xamãs, numerólogos, tarólogos, astrólogos e feiticeiros que formavam uma classe de indivíduos capazes de interpretar sinais de perigos e estavam ligados às estruturas de poder dominantes de cada formação social, como sugere Perrow, 1984 *Apud* Freitas e Gomes (1997:492).

Deste ponto de vista, progressivamente as abordagens técnicas de risco que se desenvolvem com a constituição de um corpo de especialistas, visando estabelecer um ponto de equilíbrio favorável às necessidades do desenvolvimento, fundam-se numa perspectiva racionalista que enfatiza as ações dos indivíduos orientadas em termos de conhecimento científico. O mercado seria, nesse sentido, o mediador das preferências individuais e o definidor dos riscos aceitáveis, consubstanciando a ideia de mal menor em termos dos efeitos que a ciência e a tecnologia por ventura venham produzir.

Essa perspectiva das análises do risco, é principalmente aplicada às ciências administrativas, atuárias, à epidemiologia, à economia e à toxologia, que na compreensão de Freitas e Gomes:

[...] buscam não apenas explicar o caos e as incertezas deste mundo, mas substituí-los por outro, dominado pela ordem e previsibilidade dos riscos e das incertezas; um mundo em que os indivíduos, abstraídos de seus contextos sociais e considerados não influenciados por família, círculos de amigos, grupos sociais e instituições a que pertencem, por seus valores sócio-culturais e emoções, sejam tratados como frios e calculistas, agindo ou devendo agir com o objetivo de ordenar o caos e maximizar os ganhos de cada ação, distinguindo estratégias e projetando as consequências de cada uma delas de modo a determinar a capacidade de escolhas de alternativa, avaliando permanentemente os riscos e os benefícios das possíveis ações (1997:496).

Importa observar que essa racionalidade, ao definir, a partir de uma escolha técnica, a existência ou não do risco, limita por sua vez, a participação dos cidadãos nos fóruns de decisão, por serem estes considerados incapazes de fazer as melhores escolhas, devendo estas ser deixadas a critério dos sistemas peritos.

Embora os eventos anteriormente citados permitam delimitar um escopo de tempo e espaço em que se originam os chamados “riscos emergentes⁸” – tanto tecnológicos quanto ambientais, a crítica à abordagem quantitativa do risco só vem ocorrer com maior afinco a partir dos anos 1980, pelo menos no eixo EUA e Europa.

No Brasil, só nos anos de 1990⁹ se inicia um debate, do ponto de vista acadêmico, sobre os riscos, impulsionado pela visibilidade que a questão ambiental recebe com a Rio 92. Isto porque a avaliação, pelo menos dos riscos ambientais, só começa a se difundir enquanto um campo que irá agregar um vasto leque de profissionais (principalmente das engenharias) em 1986, quando se institui uma política nacional de avaliação de impactos ambientais sob orientação do CONAMA (Conselho Nacional de Meio Ambiente)

O trabalho de síntese e crítica, desenvolvido por Guivant (1998), apresenta como as Ciências Sociais entram no debate sobre a análise de risco e aponta como as primeiras críticas à perspectiva técnica, fundadas numa visão socioconstrutivista, tentam desconstruir a objetividade e factualidade das análises que desconsideram a subjetividade dos indivíduos, sua trajetória e experiência na identificação, controle e profilaxia em relação aos riscos, sejam tecnológicos ou ambientais.

Um marco fundamental apresentado pela autora situa-se no trabalho desenvolvido por Douglas (1966),¹⁰ que funda a teoria cultural dos riscos. Em parceria com Wildavsky, Mary Douglas (1982) tenta explicar o processo de seleção dos riscos que os indivíduos buscam enfrentar, considerando que esta escolha estaria influenciada por fatores sociais e culturais e não naturais (GUIVANT, 1988).

⁸ O relatório de 2003 da OECD enfoca cinco grupos de riscos principais – catástrofes naturais, acidentes tecnológicos (ou industriais), doenças infecciosas, segurança alimentícia e terrorismo. Tradução disponível em: <http://www.oecd.org/dataoecd/58/28/21755692.pdf>.

⁹ O risco como questão social é anterior ao risco ambiental visto que seu debate se inicia como risco do trabalho.

¹⁰ Embora o livro de Douglas, *Pureza e perigo*, não tenha sido motivado pelo estudo dos riscos tecnológicos ou naturais, mas pelos rituais de purificação em sociedades simples, ele é considerado um marco da abordagem cultural dos riscos, pois a autora considera, que quaisquer que forem os riscos objetivos, eles são selecionados conforme o reforço que estes estabelecem em relação à ordem (GUIVANT, 1988:08).

Embora tal análise não desconsidere que os riscos são objetiváveis, não podemos afirmar que os indivíduos os enfrentem e encarem com o mesmo grau de preocupação, o que nos leva a crer que os fatores culturais e sociais são variáveis importantes quanto à atenção dada a um risco *x* e não a um risco *y*.

Para Guivant (1998:06):

Desta maneira, ao se considerar que os riscos são percebidos e administrados de acordo com princípios inerentes que reforçam formas particulares de organização social, deixa de ser possível tratar os riscos de forma neutra, com ferramentas metodológicas quantitativas.

Mesmo que tal perspectiva suponha uma crítica à análise técnica de risco, deslocando o foco da racionalidade científica para os valores/cultura e desconstruindo a dicotomia entre leigos e peritos¹¹, uma abordagem que pretenda ser coerente não pode simplesmente esvaziar uma concepção em detrimento de outra. Sejam quais forem os riscos, tanto a percepção quanto a objetividade de situações eminentemente perigosas fornecem indicadores que permitem formulações de ações que orientam o enfrentamento de eventos que se caracterizem enquanto ameaças a uma forma específica de vida.

Freitas (2000), analisando o surgimento e desenvolvimento dos estudos sobre percepção de risco, apresenta que, em resposta aos modelos prescritivos de percepção e análise de risco, emergem três grandes abordagens. A primeira, a psicológica, que por meio de questionários aplicados a grupos específicos da população, buscava:

[...] descobrir o que o público quer expressar quando diz que alguma coisa é perigosa, de modo a determinar os fatores que se encontram por trás desta percepção. [...] desenvolver uma teoria da percepção de risco capaz de prever como as pessoas irão responder aos novos perigos e estratégias de gerenciamento dos riscos. [...] desenvolver técnicas para avaliar as complexas e sutis opiniões que os indivíduos têm acerca dos riscos (p.113).

¹¹ Assinalamos aqui que o conhecimento perito e o conhecimento leigo são duas formas distintas de racionalidade. Neste caso não assumimos que a posição expressa pelos leigos esteja ancorada na irracionalidade ou ignorância, mas numa racionalidade dos interesses cotidianos, o que torna portanto suas escolhas racionais.

Discutindo os trabalhos desenvolvidos por Slovic *et al.*(1985), Freitas (2000) afirma que eles demonstraram que o público leigo percebia os riscos diferentemente dos especialistas, ao ponto de o risco nuclear ter sido apontado, nas pesquisas realizadas por eles com grupos de populações leigas, como muito perigoso enquanto para os especialistas, não.

A segunda abordagem discutida pelo autor é a cultural¹²; para isso ele analisa as contribuições de Douglas e Wildavsky (1982) em *Risk and culture:an essay on selection of technological and environmental dangers*. Nesse sentido, Freitas afirma que a pressuposição básica de Douglas e Wildavsky é a de que “todas as sociedades selecionavam alguns poucos riscos aos quais deveriam dar atenção e ignoravam uma enorme variedade de outros” (FREITAS, 2000:116).

A escolha de qual risco enfrentar não é apenas influenciada pela preocupação ambiental, de saúde e segurança, ela também é reflexo das “crenças da sociedade, dos valores, das instituições sociais, da natureza, da justiça e da moral” (p.116).

Considerando a posição de Douglas e Wildavsky, Freitas advoga que o risco e sua percepção só podem ser compreendidos, em razão de o risco ser uma construção social e de a percepção ser um processo também social, pelas análises sociais e culturais e suas interpretações. Desse modo, as preocupações com os riscos industriais, a serem explicadas pela abordagem psicológica que foca o indivíduo e seus julgamentos, como pela realidade ‘objetiva’ fundada em afirmações científicas que justificam que o risco x é mais perigoso que o risco y (FREITAS, 2000), tornam-se inapropriadas ao gerenciamento do risco isoladamente.

Freitas realiza uma síntese da abordagem cultural ao afirmar que:

Segundo a abordagem cultural, o indivíduo não poderia ser considerado uma entidade isolada, sendo no máximo agregado com outros através de *survey*, tal como na abordagem psicológica. O indivíduo só poderia ser considerado como um ser social, porém, não como indistinguível e vazio. Um ser social significa que o modo como este indivíduo se envolvia na vida social lhe importava vieses distintos sobre valores, moral e justiça (2000:188).

Por fim, uma terceira abordagem é a sociológica. Embora, para Freitas, seja a menos desenvolvida, alinha-se à crítica feita pela teoria cultural do risco ao considerar limitantes os

¹² Para Guivant (1998:05) esta abordagem surge confrontando-se com as explicações técnicas, especialmente originadas no campo da Psicologia que se utiliza de métodos psicrométricos.

procedimentos de pesquisa adotados pela psicologia cognitiva (psicometria). Tomando por base as ideias de Otway e Thomas (1982) em *Reflections on risk perception and policy*, o autor citado crê que os estudos de percepção de risco a partir desta abordagem, podem contribuir muito mais do que os trabalhos que envolvem a aceitabilidade de risco desenvolvida pela psicologia.

A abordagem de atitudes pode prover dados mais completos do que a aceitabilidade do risco, uma vez que o problema da aceitabilidade do risco pelos indivíduos ou grupos sociais não é determinado pelo risco em si, mas pela confiabilidade ou pela perda desta pelos agentes em relação às instituições, órgãos ou grupos de especialistas que, ao darem seu aval diante da possibilidade ou não do desenvolvimento de materiais, processos de produção e trabalho garantiriam que as pessoas não seriam afetadas pelos perigos a eles expostos. Nesse caso, a aceitabilidade não se refere ao risco, mas às informações geradas pelas instituições que deveriam prover o gerenciamento do risco e, nesse sentido, salvaguardar a vida.

Assim:

Nessa outra maneira de pensar, procuraríamos entender as atitudes em relação aos riscos como variável condicionada pelos contextos sociais e políticos, bem como pela percepção. As atitudes deveriam, então ser reveladas nas situações de vida, para que pudéssemos compreender sua validade nas preocupações das pessoas em suas circunstâncias sociais (FREITAS, 2000:119-120).

A contribuição da análise social do risco situa-se assim em reconhecer uma variedade de elementos que, devidamente articulados, subsidiam as decisões de quais os riscos a serem enfrentados e de como os agentes devem se organizar com a finalidade de buscar a mediação de tais riscos. Tem-se, assim, que as análises de risco devem incorporar uma avaliação integrada do risco e não seu compartimento e isolamento; a ausência de tal postura implica, por outro lado a iminência de conflitos quando perspectivas tão distintas buscam excluir as potencialidades explicativas uma da outra.

A percepção de risco, portanto, parte da compreensão de como o público leigo reage, por exemplo, às novas tecnologias, ainda que os analistas de riscos possam garantir que, objetivamente estas não ofereceriam perigos maiores do que os já experimentados no cotidiano (FREITAS, 2000).

Tal consideração reforça a ideia de que se faz necessário entender que as atitudes dos indivíduos e grupos em relação aos riscos estão condicionadas a contextos sociais e políticos que definem a percepção dos riscos por estes, orientando assim as práticas sociais. Desse modo, o contexto sociocultural seria um dos elementos a ser considerado na análise de risco, tendo em vista que só a convergência entre as diversas disciplinas pode ajudar a entender os diversos aspectos da questão do risco, possibilitando uma ação mais efetiva no que concerne à identificação de causas, controle e ações profiláticas em relação a estes.

A integração dos diversos campos de conhecimento e saberes é um desafio que, segundo Leff (2007), se coloca à interpretação dos problemas socioambientais: “A problemática ambiental na qual confluem processos naturais e sociais de diferentes ordens de materialidade não pode ser compreendida em sua complexidade nem resolvida com eficácia sem o recurso e integração de campos muito diversos do saber” (p. 62).

A vinculação das análises de risco aplicadas às Ciências Sociais constitui um marco, porquanto a introdução no campo sociológico desta temática dá-se não pelo enfoque explicativo da personalidade dos indivíduos, mas no exame das interações sociais, de forma que se possa entender que os contextos nos quais essas interações se dão, são determinantes das representações que os agentes fazem sobre as situações de ameaça. Isto se funda no fato, por exemplo, de que um agricultor, ao deparar-se com situações de perigo, oriundos de determinado processo de trabalho, responde a elas conforme seu universo de socialização, experiências, imagens e informações que foram adquiridas ao longo de sua vida (PERES, ROZEMBERG e LUCAS, 2005).

A percepção, portanto, é uma lente que enquadra e delimita a realidade. Aquilo que é delimitado depende do lugar, de interesses e valores que orientam o olhar. Possivelmente, o estranhamento desempenha um papel importante na constituição da percepção de risco, pois, embora tenhamos familiaridade com situações corriqueiras, é justamente a inclusão de um novo elemento que possibilita a reflexão sobre questões que podem ou não conduzir os agentes à identificação de situações perigosas.

A incorporação da percepção às análises de risco e a problematização feita, principalmente, pelas Ciências Sociais, ao questionarem as abordagens quantitativas,

consideram que a existência de “racionalidades plurais”¹³ nos ajuda a compreender a dinâmica na qual os indivíduos posicionam-se a respeito dos perigos e ameaças a que se veem expostos, como afirma Adams (2009:275) ao apresentar conselhos para os que buscam gerenciar o risco: “Lembre-se que todos os outros também estão tentando gerenciar o risco; eles estão adivinhando: se tivessem certeza, não estariam lidando com o risco”.

Portanto, a percepção de risco diz respeito à capacidade dos agentes em reconhecer fatores que possam expô-los ao risco numa variável gama de situações que envolvem desde as atividades ligadas ao ambiente de trabalho, ao lazer, à moradia, etc.

Percepção de risco é, portanto, ***“uma habilidade de interpretar uma situação de potencial dano à saúde ou à vida da pessoa, ou de terceiros, baseada em experiências anteriores e sua extrapolação para um momento futuro, habilidade esta que varia de uma vaga opinião a uma firme convicção”*** (WIEDERMANN, 1993 *apud* PERES, 2003:32).

A percepção assume importância na análise de risco à medida que indica as motivações ou fatores que conduzem as pessoas dos mais distintos grupos sociais a agirem diante do risco de formas tão diversas. Nesse sentido, enquanto as Ciências Biológicas se utilizam de alguns peixes para determinar a qualidade ambiental, poderemos pensar que na perspectiva da percepção de risco, o ser humano é um importante bioindicador, principalmente quando tratamos de populações que, ao conviverem em determinado contexto, conseguem captar as alterações ambientais nos locais onde vivem.

Isso conduz a uma certa relativização a respeito da ideia que se tem de risco, uma vez que algo que pode ser identificado enquanto atividade de risco para um grupo social pode não o ser para outro. É o caso da patinação no gelo que, pela iminência de tombos, representa mais risco à saúde de pessoas idosas do que à de jovens. Do mesmo modo que os riscos relacionados à condução de veículos em uma rodovia não podem ser medidos por seu mau estado de conservação, pois são muitos os casos em que a própria segurança das estradas (em estado de boa conservação e sinalização) conduz os motoristas a assumirem posturas que podem colocar suas vidas e a dos outros em perigo (ADAMS, 2009).

A literatura examinada revela que as Ciências Sociais vêm apontando que a análise de risco não pode se restringir apenas aos processos de mensuração matemática, química, física

¹³ Jonh Adams (2009) refere-se a isto quando observa opositores denunciarem seus rivais como “irracionais” perante as situações de risco, a questão, para ele está situada nas diferentes premissas a partir das quais os sujeitos constroem seus argumentos racionais e não no próprio pensamento racional.

ou biológica se o contexto em que este é produzido, é determinado, muitas vezes, pela ação humana, e os seres humanos para identificarem uma situação de risco valem-se de filtros culturais, como: estilo de vida, relações interpessoais, interações simbólicas, ação dos movimentos sociais, questões de poder e de distribuição de risco, controle social e instituições (FREITAS,2000) sociais que agem como elementos que condicionam a visibilidade, naturalização ou enfrentamento de processos e contextos que podem causar algum dano às pessoas.

Segundo Jasanoff (1993), *apud* Freitas e Gomes (1997:20):

O modo da percepção da realidade e de organização dos fatos a ela pertinentes têm implicações, embora nem sempre visíveis, nos aspectos das políticas públicas e da justiça social: quem se deve proteger de determinados riscos, a que custo e deixando de lado que alternativas.

Freitas e Gomes (1997) reafirmam a necessidade de incorporação da percepção à análise de risco, pois, para eles:

Tanto os interesses como os conhecimentos dos que vivenciam ou se expõem aos riscos devem ser incorporados, pois é no mínimo deformação técnica, além de antiético, desconsiderar aqueles que costumam na maioria das vezes serem as primeiras e principais vítimas. O conhecimento dos trabalhadores e membros de comunidades, embora menos formal e mais intuitivo do que o dos especialistas, representa uma espécie diferente de *expertise* dos riscos no contexto em que vivem ou trabalham (p. 498) (Grifo dos autores).

Por fim, cabe exortar que o risco pode ser entendido enquanto *probabilidade* de um evento adverso ocorrer no futuro (posição objetivista) ou como “*percepção* de um perigo possível, mais ou menos previsível por um grupo social ou por um indivíduo que tenha sido exposto a ele” (posição subjetivista) (VEYRET, 2007:24).

A relação entre perigo e risco é bastante tênue e, do ponto de vista ambiental, propensa a determinações políticas quando, por exemplo, a identificação deste é ocultada em benefício de determinado grupo ou interesse. Nesse caso, o *princípio da precaução*¹⁴ pouco intervém no

¹⁴ Este princípio é definido como a garantia contra os riscos potenciais que, de acordo com o estado atual do conhecimento, não podem ser ainda identificados. Afirma que a ausência da certeza científica formal, a

processo de autorização e licenciamento ambiental, quando o discurso técnico sobrepõe-se nos relatórios de impacto ambiental (RIMA), uma vez que expressam o rigor metodológico requerido pelo conhecimento científico. Consideramos, portanto, que a percepção de risco estaria muito mais propensa a assumir tal princípio do que as análises técnicas que, em detrimento dos interesses econômicos, muitas vezes, sustentam-se em modelos *preventivos*.

Cabe ressaltar que a distinção entre prevenção e precaução perpassa também pela mesma tênue linha que separa risco de perigo. Nesse caso, a identificação de risco deve conduzir sempre ao princípio da precaução e a de perigo, à da prevenção, isso porque, quando tratamos do comportamento ou atitude em relação ao risco, sempre estaremos lidando com a incerteza, haja vista as pessoas perceberem-no sendo influenciadas por suas histórias, valores e determinantes culturais e sociais.

Para Júnior e Attanasio (2006:7)

[...]conhecendo-se os riscos (risco conhecido) que certa atividade pode gerar para o meio ambiente há a possibilidade de invocar-se o princípio da prevenção para adoção de medidas preventivas ou para sua não instalação, conforme decisão fundamentada. Por outro lado, não havendo certeza sobre os riscos (risco potencial), devem ser realizados estudos para tentar dimensioná-los, podendo ser inviabilizada a atividade nos casos de estudos inconclusivos invocando-se o princípio da precaução.

Visto dessa forma, o debate sobre risco tende a desafiar as Ciências Sociais e, sobretudo, a Sociologia e o mundo rural quando nos debruçamos sobre formas específicas de risco com as quais várias populações do campo tendem a conviver cotidianamente. Este desafio se impõe como fenômeno que anseia por estudos que possam avaliar os impactos ambientais de muitas atividades produtivas, quando estas se orientam pelo uso extensivo de agrotóxicos, pela pauperização dos solos e dos demais recursos naturais, de maneira a afetar a uma dada população rural.

É urgente, nesse sentido, uma produção de conhecimentos que considere a percepção e vitimização dessas populações diante da crescente exposição de riscos ambientais nas áreas rurais. Assim, parecem-nos apropriadas as admoestações que nos faz Martins (2001:35)

existência de um risco, de um dano sério ou irreversível, requer a implementação de medidas que possam prever este dano.

quanto ao futuro e papel da Sociologia Rural para a melhoria da qualidade de vida destas populações:

Esse futuro depende amplamente do deciframento e da superação dos enigmas que as perturbam, da compreensão dos processos sociais que as desagregam e as marginalizam e que, por isso, precisam compreender e vencer para que tenham a qualidade de vida a que têm direito.

1.2 Dos muitos riscos...o risco ambiental

Os riscos podem ser caracterizados a partir da fonte de onde emanam; as causas que os originam são bastantes diversas, mas as especificidades de cada risco ao contrário de torná-los únicos, demonstram que sua força pode ser reconhecida e manifesta de muitas formas, inclusive entrecruzando-se.

Quadro 2 – Classificação dos riscos e suas fontes geradoras

FONTES	TIPO DE RISCO
Ações da natureza	Natural
Políticas econômicas	Econômicos, financeiros e sociais
Decisões políticas	Geopolíticos
Deslocamentos demográficos	Sociais

Fonte: Organizado a partir das ideias de Veyret (2007:63)

O quadro acima é apenas ilustrativo, uma vez que os tipos de risco são fluídos no que diz respeito às fontes que os originam; dito dessa forma, observaremos que a ação humana sobre o ambiente poderá acelerar um risco natural, como a extinção de outras formas de vida, ou a alteração drástica do clima, que, por sua vez, pode ser determinado por fenômenos endógenos provocados pelo próprio planeta.

Embora as causas e origens dos riscos entrecruzem-se com vários tipos de risco, o certo é que, quaisquer que sejam suas consequências elas são sempre sociais, pois de alguma forma são percebidos, gerenciados ou omitidos por interesses diversos. A objetividade da iminência do perigo ou de uma ameaça não implica necessariamente o não envolvimento ou

ação profilática em relação a ele; muitas vezes as pessoas não têm opção de escolha quando, as condições de vulnerabilidade social não lhes permitem escolher entre viver em uma palafita e enfrentar o perigo de ter o mar à sua porta ou migrar para áreas mais seguras.

Veyret (2007:64) define os “riscos naturais como aqueles que são pressentidos, percebidos e suportados por um grupo social ou um indivíduo sujeito à ação possível de um processo físico, de uma álea¹⁵”. Mas enquanto os riscos naturais possuem uma existência em si determinada pela ação de agentes endógenos é fato que estes são por vezes agravados e amplificados pela ação antrópica. A desertificação, provocada, entre outros motivos, pelo mau uso do solo, e o aquecimento global são exemplos deste efeito.

Enquanto os riscos naturais são, em sua maioria considerados de baixa frequência, a intensidade de sua gravidade tem repercussões drásticas; diferentemente, os riscos tecnológicos caracterizam-se por sua frequência e intensidade em graus muito variados, bem como pela grande probabilidade de que seus efeitos ou consequências ultrapassem as fronteiras territoriais.

No campo dos riscos alimentares inerentes à distribuição de alimentos, em termos globais, discute-se os novos processos produtivos na agricultura e o grau de desigualdade entre consumidores do Norte e do Sul. Cavalcanti (2003) nos oferece elementos para análise de riscos nesse campo. Segunda a autora:

El consumo local varía según los intereses particulares de consumidores y países importadores del norte, también porque en los países del sur, los consumidores no son suficientemente organizados o apoyados por el Estado (Bonanno, Marsden y Graziano da Silva, 1999) para exigir calidad y para garantizar una dieta sana, lo que da una mayor visibilidad a um aspecto relevante de la cuestión: las desigualdades regionales en el control de calidad de los alimentos y del medio ambiente (p.168).

Os transgênicos constituem outra fonte de risco sendo considerados pelo Greenpeace como causadores potenciais de riscos ambientais. As consequências da produção desses produtos teriam efeitos futuros incertos sobre os seres humanos e sobre o equilíbrio dos ecossistemas, tendo em vista que a produção de plantas mais resistentes provocaria também o desenvolvimento de superpragas.

¹⁵ A álea é um acontecimento possível; pode ser um processo natural, tecnológico, social, econômico e sua probabilidade de realização (VEREY, 2007:24).

Para Vereyt (2007) os riscos ambientais entrecruzam os movimentos próprios da natureza e da ação humana que aceleram e dão magnitude a estes movimentos. Porém, para Brüseke (1997:124-125):

O risco ambiental não pode ser confundido com o anúncio de um fato x na hora y . O risco não expressa uma corrente de determinações que conduzem necessariamente a um resultado prognóstico. Por isso falar sobre risco, no campo ambiental, tem sempre o caráter de um alerta que mobiliza argumentativamente a imaginação de movimentos lineares que levam impreterivelmente a catástrofe, ou pelo menos, a um dano irreparável, se ...se nós não fizermos alguma coisa.

A classificação dos riscos discutida por Dagnino e Junior (2007) propõe a análise de quatro riscos, considerando que estes são os mais enfatizados na literatura. Os autores se deparam também com o problema do entrecruzamento das causas e efeitos do risco, visto que, em sentido amplo, os riscos não estão desconectados de seu entorno – o ambiente, seja ele natural ou social. Para eles a ideia de “risco ambiental dentro desta discussão é um termo sintético que abriga os demais, sem que eles sejam esquecidos ou menosprezados”, e, por isso, o que melhor se adequa à explicação de fenômenos tanto globais quanto locais que remetem à possibilidade da ocorrência de danos não só para o homem como para a natureza.

Tal postura advoga que seja em qual for a situação, o risco é uma construção social. O processo de enfrentamento, seja pela aceitabilidade de correr risco ou de tentar remediá-lo, recai sempre sobre uma decisão humana e as interações estabelecidas socialmente. A sistematização da classificação de risco feita pelos autores pode ser assim contemplada:

Quadro 3 – Classificação de risco

Tipo	Descrição	Tipologia	Literatura
Risco natural	É preferido para fazer referência àqueles que não podem ser facilmente atribuídos ou relacionáveis à ação humana	Riscos tectônicos, climáticos, geomorfológicos, erosão	Rebelo (2003)
Risco tecnológico	Ocasionado pela ação de três fatores indissociáveis (processo de produção, processo de trabalho e condição humana)	Produção de materiais e produtos químicos, físicos e biológicos	Seva Filho (1988)
Risco social	Envolve as consequências da maior parte dos riscos tanto em suas causas quanto em suas consequências	Inundações, epidemias, formas de gestão social, violência, vulnerabilidade	Vieillard-Baron (2007)
Risco ambiental	Resulta da associação entre os riscos naturais e os decorrentes de processos naturais agravados pela atividade humana e pela ocupação do território	Envolve boa parte dos efeitos dos riscos relacionados aos seres humanos	Vereyt (2007)

Fonte: Dagnino e Junior (2007) – Com adaptações para este trabalho.

Se em geral os riscos supõem um inter-relacionamento, ou em suas causas, ou em seus efeitos, pode-se discutir um ‘sistema de risco’ ou ‘bacia de risco’¹⁶ que implica a integração entre os riscos num espaço de tempo e lugar. Dagnino e Junior (2007) informam que tal definição é dada para explicar as relações de causa e efeito, tanto em macroescala quanto em microescala. Por sua vez, Brüseke (1997) afirma que a “*Alta modernidade* adicionou o risco ambiental ao risco social e individual, nesta dimensão desconhecida até então” (p.128).

Estes termos servem para captar a dinâmica e complexidade que se revelam na constituição do risco de maneira que se possa observar a teia que se desfia quando um processo de identificação de ameaça é abordado em termos técnicos, quanto pela percepção das populações vitimizadas.

A indicação de um sistema de risco é capaz de demonstrar, dentro dessa lógica que a pressão exercida sobre o meio ambiente, ocasionada por processos produtivos que se utilizam de um repertório de poluentes, pode revelar a precariedade de determinadas comunidades diante do desencadeamento de situações perigosas. É o caso, por exemplo, de famílias que percebem a poluição de um determinado recurso natural do qual extraíam sua subsistência e que, por isso, veem ameaçada sua forma de reprodução social, vulnerabilizando-se. Aponta-se, assim para outra forma de risco, o social, que implicará de algum modo o deslocamento de parte dessa população.

¹⁶ Dagnino e Junior observam que o termo é empregado por Rêbello, F. em seu trabalho *Riscos naturais e ação antrópica* (2003).

Em termos gerais, adotamos neste trabalho a noção de risco ambiental por considerá-lo como, segundo Dagnino e Junior (2007), “um termo sintético que abriga os demais, sem que sejam esquecidos ou menosprezados” (p.60).

Tal perspectiva se aproxima assim de uma visão socioambiental, que segundo Carvalho (2008:37):

[...] orienta-se por uma racionalidade complexa e interdisciplinar e pensa o meio ambiente não como sinônimo de natureza intocada, mas como um campo de interações entre a cultura, a sociedade e a base física e biológica dos processos vitais, no qual todos os termos dessa relação se modificam dinâmica e mutuamente.

Um risco ambiental, como qualquer outro, pode ser mensurado, mas pode também ser omitido conforme os mais diversos interesses que estejam em jogo. É com o olhar cotidiano de quem se sente exposto a alguma possível ameaça que são detectadas as alterações no ambiente, o que estabelece uma diferença entre os laudos técnicos e as verdadeiras condições ambientais do local.

Essa diferença capta, assim, a continuidade dos efeitos que uma dada instalação pode ocasionar quando a ausência do monitoramento fiscal não ocorre, “permitindo o questionamento sobre a qualidade das águas em rios nos quais, esporadicamente, (não por acaso, quando fiscais ambientais terminam o expediente ou tiram férias) são lançadas cargas incomuns de poluentes” (DAGNINO e JUNIOR, 2007:74).

O risco ambiental deve ser considerado em sua relação com a estruturação de processos que se arrolam em longo prazo (não simplesmente de meses), constituindo um erro considerá-lo apenas restritamente a eventos naturais (como a possibilidade de enchentes ou temporais), pois sua relação mais íntima está ligada a um modo de vida moderno que ameaça todas as formas de vida no planeta. Vê-se, nesse caso, a problemática dos resíduos sólidos como o último elo da cadeia produtiva do consumo e como um problema de larga escala em qualquer parte do mundo, pois cada vez mais as cidades têm que dividir espaços habitáveis com o lixo.

O risco ambiental produzido pelo lixo torna-se então questão de grande preocupação, principalmente pelo fato de os impactos associados à paisagem e as análises em torno desta

voltarem-se muito mais para os aspectos da solução para destinação dos resíduos em si que para os conflitos que se configuram neste processo, isto porque :

No mundo inteiro, com algumas poucas exceções, os aterros sanitários representam a principal destinação final dos resíduos sólidos, apesar do imenso esforço em se reduzir, reutilizar e reciclar. Apesar da contradição, nos países em desenvolvimento, o aterro sanitário tem sido a mais importante meta a alcançar, com vistas a um tratamento adequado dos resíduos (JUCÁ *et. al.* 2002:09).

A abordagem adotada neste trabalho vê, conforme entendido por Porto (2007), que em nível local, os riscos são produzidos por sistemas sócio-técnicos-ambientais (STAs). Para Porto, portanto:

Nos STAs confluem **sistemas técnicos** (tecnologia produtivas, de consumo ou relacionados a infra-estruturas urbanas, de moradia e circulação), **humanos** (pessoas e comunidades em neles atuam, circulam e podem estar expostas aos riscos, bem como as organizações existentes) e **ambientais** (entendidos como os sistemas que produzem ou afetam os mecanismos vitais de suporte à vida, como o ar, a água e os alimentos) Os riscos gerados nos STAs podem ser demarcados ou extensivos, dependendo de como as exposições (ou situações de risco ocorrem – de forma mais próxima ou afastada dos STAs que os geram (Grifos nossos) (2007:31).

Adotamos nesta tese essa perspectiva, pois atribuímos ao aterro sanitário aqui estudado as características de um STAs por ser fonte geradora de riscos ambientais de maneira demarcada em um contexto social (área de assentamento rural) e ambiental (proximidade de recursos hídricos) bem definido. Dependendo da natureza dos riscos ambientais, os STAs promovem a origem, propagação e concentração desses riscos na localidade ou de maneira mais extensiva, para além dela.

Para Porto (2007), os riscos produzidos que ignoram ou “desprezam as necessidades dos seres humanos e do meio ambiente não são enfrentados tecnicamente por especialistas e cientistas, mas pela atuação organizada dos trabalhadores e dos cidadãos em geral na defesa da vida e da democracia” (p.33).

A questão dos aterros sanitários desafia as Ciências Sociais, pois, se, de um lado, temos o aterro sanitário como uma das respostas mais adequadas à resolução de curto prazo da destinação final dos resíduos sólidos, de outro, a construção desses aterros tem se orientado

sob uma ótica em que sua pressão tende a impactar não apenas o meio natural, mas estilos de vida de determinadas populações, principalmente as mais pobres¹⁷.

O discurso de segurança e confiabilidade neste sistema de destinação de resíduo como mais conveniente e adequado encobre a insatisfação de comunidades que se veem afetadas por tais empreendimentos. As técnicas de engenharia sanitária, segundo tais discursos, são suficientemente eficientes e, quando bem gerenciadas, não produzem perigos ao meio ambiente e aos grupos sociais vizinhos aos aterros.

O fato é que, para conseguir o licenciamento da obra os EIA/RIMA (Estudos de impacto ambiental/Relatório de impacto ambiental) realizados pelas empresas demonstram ações mitigadoras para o enfrentamento de possíveis ameaças. Essas intenções são reveladas, em muitos casos, apenas enquanto estratégia para se adquirir o licenciamento ambiental dos órgãos fiscalizadores, não se materializando quando a obra entra em funcionamento (ZHOURI, LASCHEFSKI e PAIVA, 2005).

Em termos internacionais, os problemas desencadeados por aterros sanitários já estão sendo discutidos. A síntese do relatório Dobris (1995) sobre o estado do meio ambiente de países da Europa demonstra que:

A Europa produz anualmente mais de 250 milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos e mais de 850 milhões de toneladas de resíduos industriais nos países europeus da OCDE. Há anualmente 10 000 movimentos transfronteiros de resíduos perigosos, totalizando 2 milhões de toneladas, foram registrados mais de 55 000 locais contaminados em apenas 6 países europeus e calcula-se que a área contaminada total na Europa seja de 47 000 a 95 000 km², incluindo 1 000 a 3 000 km² de contaminação provocada pelos aterros sanitários (p.14).

No Brasil, poucos estudos têm dedicado atenção aos conflitos socioambientais resultantes da construção de aterros sanitários; poderíamos supor, inicialmente, que tal desatenção se deva a dois motivos: a) A sociedade necessita de resposta à destinação final de resíduos sólidos, e o aterro sanitário cumpre bem seu papel, uma vez que, embora a orientação de sua localização indique que este não deva estar longe dos centros urbanos, a política do “não no meu quintal” é determinante no processo de escolha deste; b) O processo de construção e funcionamento de aterros passa por critérios técnicos bem definidos que

¹⁷ Quanto a isso Porto (2007:33) afirma que sociedades desiguais acabam por destinar os danos ambientais mais graves decorrentes do desenvolvimento às populações marginalizadas e vulneráveis.

garantem a segurança do meio ambiente e da população, logo a existência de risco ambiental é quase nula e as preocupações das populações vizinhas não têm fundamento legítimo ante os laudos técnicos.

O funcionamento de um empreendimento, seja ele uma indústria, uma hidrelétrica ou um aterro sanitário envolve um processo de licenciamento que tende, em muitos casos, a se orientar por um modelo de adequação aos interesses econômicos e não propriamente ambientais. Neste, ações de injustiça ambiental se fazem presentes à medida que são negligenciadas nos pareceres técnicos a base material de reprodução de populações vizinhas a esses empreendimentos, suas referências culturais e simbólicas, a memória coletiva do lugar (OLIVEIRA e ZHOURI, 2005).

Por trás de licenciamentos ambientais, ofusca-se toda uma gama de conflitos que são dissolvidos em propostas mitigadoras dos impactos ambientais previstos ou fortuitos que uma atividade possa gerar. Tais licenciamentos e seus relatórios são legitimadores de um processo de exclusão social em que o peso dos interesses econômicos e políticos de grupos privados comprometem a reprodução social de indivíduos ou grupos em um determinado território.

1.3 A alta modernidade e a teoria da sociedade de risco: o choque entre o sistema perito e a população leiga

A modernidade produziu riscos que são diferentes dos até então vivenciados pela humanidade e que põem em confronto perspectivas distintas de percebê-los e avaliá-los. A capacidade dissipadora dos efeitos desses riscos é responsável por afetar em larga escala um contingente maior de pessoas, pois tendem a ultrapassar os limites das fronteiras, assim como muitas de suas consequências são ainda pouco estimadas e conhecidas.

Guivant (1998), expondo as ideias de Beck, explica que estes “são riscos novos - artificialmente manufaturados – ocasionados pelo próprio desenvolvimento científico e tecnológico característico da modernidade, em oposição aos riscos naturais – e podem provocar sérias consequências, isto é, quando nos apercebemos deles, já é muito tarde para se prevenir [...] (p.21).

O conhecimento técnico-científico, ao sustentar, de certo modo, os padrões de reprodução de consumo fundados no modelo de produção altamente destrutível dos recursos naturais, não foi capaz de determinar os efeitos colaterais de substâncias químicas, de intervenções físicas no meio ambiente. A indeterminação do risco e de sua consequência conduz, em muitos casos, a um processo de mascaramento e omissão de seus efeitos como estratégias de indução social de níveis de aceitabilidade de poluição, ou contaminação, que são explicitados em relatórios de avaliação de risco.

A experiência de grupos vitimizados conduz a situações por vezes insolúveis de conflitos entre peritos e a população leiga e tende a configurar um campo de força que é determinado pelas relações de poder na arena política.

Anthony Giddens (1991) e Ulrich Beck (2006) fornecem importantes contribuições para discussão contemporânea sobre risco ao problematizarem a racionalidade instrumental e a produção dos riscos tecnológicos e ambientais na sociedade moderna. Para Guivant (1998), Beck e Giddens conseguem deslocar a teoria do risco da periferia para o centro da teoria social ao considerarem que as sociedades industriais, enquanto projeto da modernidade, criaram riscos que não puderam ser controlados.

A modernidade é tema recorrente na obra de Anthony Giddens (1991, 1997, 2002, 2003) e sua análise a esse respeito contrasta com a posição de autores que advogam que o momento em que vivemos não se caracterizaria mais como moderno. Ao negar a ideia de surgimento de uma pós-modernidade, Giddens (1991) faz a apologia da radicalização da modernidade em seus efeitos e consequências. Para compreender esse processo, segundo o autor, não se faz necessário criar “novos termos”, mas observar atentamente a natureza da própria modernidade.

Para Giddens (1991) a modernidade impôs discontinuidades, no processo histórico, entre os estilos de vida tradicionais e os contemporâneos, não apenas pela natureza intrínseca das relações sociais, mas pela extensão (estabelece conexões e homogeneidades) e intencionalidade (alterações de características íntimas e pessoais de nossa existência). Segundo o autor, essas discontinuidades são identificadas por três características: a) *o ritmo da mudança*, que demonstra um dinamismo extremamente maior do que em outros períodos; b) *o escopo da mudança* - refere-se à extensão ou conexão entre as várias partes do planeta; e por fim c) *a natureza das instituições modernas*, que são únicas da modernidade (o sistema político do estado-nação e a produção de energia em alta escala são exemplos).

Por sua vez, a dinâmica da modernidade se dá por meio: da *separação do tempo e do espaço* (estes não precisam estar mais conectados para que as interações ocorram); do *desencaixe* dos sistemas sociais (possui dois tipos de mecanismos: as fichas simbólicas e os sistemas peritos); e da *ordenação e reordenação reflexiva* das relações sociais por meio de um fluxo de conhecimentos que alteram as ações de indivíduos e grupos (GIDDENS, 1991).

A dinâmica à qual Giddens se refere está relacionada ao fato de que as barreiras postas pelo tempo e pelo espaço não conferem mais tantas limitações às formas de produção e às relações sociais da era moderna. Isso é evidente, sobretudo, com o avanço dos setores de informática e microeletrônica que possibilitaram que estas categorias fossem repensadas. Isso implica por sua vez, que as relações e mediações entre as instituições e as pessoas são intercambiadas por mecanismos de *desencaixes* (fichas simbólicas, entre elas o dinheiro, cartão de crédito ou pelos sistemas peritos) que alteram as relações sociais dos contextos locais para espaços e tempos indefinidos. Para os objetivos deste trabalho, focaremos a discussão de Giddens (1991) sobre os sistemas peritos¹⁸, observando, como o próprio autor considera, que estes “são mecanismos de desencaixe, pois removem as relações sociais de seus contextos” (p.36).

Os sistemas peritos compõem grupos de especialistas em suas áreas de conhecimento e fornecem informações que permitem a seguridade da ordem social. Na modernidade, o papel desempenhado por estes sistemas tende a cada dia encontrar pontos de convergência, que os ligam ao sistema de interação global por meio da disseminação das fontes de informação.

O princípio básico para a existência destes sistemas é a confiança que a população leiga deposita no fato de que o conhecimento proferido pelos peritos fornece estabilidade e segurança ante as decisões e os desafios cotidianos. Associada à idéia de perigo e risco, a confiança converte-se em um redutor de incertezas e fornece um campo de segurança em que os indivíduos podem se resguardar.

A apropriação deste conhecimento pelos indivíduos passa, segundo Giddens (2003), por uma ação reflexiva que é constantemente alimentada por novas informações que afetam as ações de grupos e indivíduos. A reflexividade designa, assim, um movimento que envolve a consciência discursiva e a consciência prática. A reflexividade discursiva compreende o

¹⁸ Giddens (1991:35) define sistemas peritos (*expert systems*) como sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas do mundo social e material hoje.

monitoramento ou a avaliação das situações de interações sociais por parte dos atores sociais ao mesmo tempo que estes conseguem explicar o que fazem, por que a fazem e como o fazem em suas relações diárias.

Para Giddens (1991:45): “A reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter”. A reflexividade, portanto, diz respeito à capacidade de cognição que os atores sociais têm, de forma que lhes permite conhecer as condições e consequências daquilo que fazem em sua vida cotidiana.

Se, de um lado, a modernidade representa um momento de forte entusiasmo das ideias iluministas e da crença nas possibilidades emancipatórias da ciência que permitiriam as pessoas “uma existência mais segura e gratificante” em comparação a outros sistemas pré-modernos” (p.16), de outro, no preço a ser pago por tais benesses não estava incluído todo um processo que conduziria este momento da história humana a um período tão carregado de perigos.

As referências a esses perigos estão expressas nos avanços, em termos de desenvolvimento tecnológico, que permitiram aos indivíduos padrões de vida diferentes dos períodos pré-modernos, sobretudo em relação à alimentação, à saúde, ao conhecimento e, conseqüentemente à sua relação com a natureza. Tais padrões indicam que vivemos cada vez mais dependentes de sistemas abstratos¹⁹.

Se a imersão dos sistemas abstratos em nossa rotina é uma marca indelével da modernidade, conseqüentemente o papel desempenhado pelos sistemas peritos também o são. Todavia, muitos eventos que ocorreram no século XX colocaram em xeque a confiabilidade da população leiga diante do conhecimento proferido por estes sistemas. Não apenas os fatos incontestáveis do século passado demonstraram o quanto a segurança e os conhecimentos difundidos pelos especialistas eram incertos sobre as consequências dos riscos que vivemos, mas a própria natureza desses riscos em seus desdobramentos e extensão. A consequência disso é que “A difusão do conhecimento dos ambientes modernos de risco leva à consciência dos limites da perícia e constitui um dos problemas de “relações públicas” que

¹⁹ Os sistemas abstratos envolvem processos de inserção da vida cotidiana em conhecimentos que são cada vez mais especializados em que a confiança seria a base que opera a distância entre o tempo e o espaço. Viajar de avião, acender uma lâmpada, por exemplo, representa uma forma de inserção nestes sistemas que requerem, por sua vez, todo um conhecimento referente a uma ou várias áreas de especialização.

devem ser enfrentados por aqueles que procuram manter a confiança leiga nos sistemas peritos” (GIDDENS, 1991:132).

Diante dos riscos e da incerteza do conhecimento na modernidade, Giddens apresenta quatro formas de reação à adaptação: *aceitação pragmática*, *otimismo sustentado*, *pessimismo cínico* e *engajamento radical*. A primeira atitude envolve a ideia do aqui e agora e de que, se o mundo está fora de controle, precisamos tirar vantagens disso. Pensamos que os mecanismos de desenvolvimento limpo (MDL) se encaixam bem nesta perspectiva (quando se dá o direito de poluir aos países mais industrializados). Já a segunda atitude, implica fé na ciência e nas promessas iluministas de progresso para que se possam encontrar as soluções dos problemas sociais e ambientais de nossa época. Contrária as tendências anteriores a atitude de *pessimismo cínico* indica um estado de paralisia perante a situação. “O pessimismo não é uma fórmula para a ação (p.85). A última reação é o *engajamento radical*, que diz respeito ao movimento contestatório às fontes de perigo percebidas. “Esta é uma perspectiva otimista, mas vinculada à ação contestatória ao invés de uma fé na análise e discussão racional. Seu vínculo “principal é com o movimento social” (IDEM).

A ideia de crise de institucionalidade na confiança dos sistemas peritos é compartilhada também por Beck (1997a) para quem os riscos sociais, políticos, econômicos e individuais são cada vez mais incontroláveis para que as instituições possam garantir alguma seguridade efetiva. A sociedade de risco de Beck (2006) se caracterizaria, nesse sentido, por três elementos: a constituição de um momento histórico em que a distribuição de males acompanha a produção de bens e riquezas, a desconfiança nos sistemas peritos advindo, em parte, de camadas da população e os conflitos provenientes da regulação dos riscos por meio da reflexividade.

A análise desenvolvida pela teoria da sociedade do risco pauta-se pela observação de que o projeto da modernidade (fundado na sociedade industrial, no pleno emprego, etc) foi incapaz de controlar os perigos decorrentes do desenvolvimento provocado pela produção e distribuição de bens em larga escala. A discussão trazida sobre risco na obra de Beck²⁰ concerne aos riscos globais. O vazamento de Chernobyl é um dos mais paradigmáticos exemplos de quanto o risco se tornou difuso por meio da modernização industrial que caracterizaria a passagem da sociedade moderna para a alta modernidade, para Giddens, ou para a sociedade do risco, para Beck.

²⁰ BECK, Ulrich.(1986) La sociedad del riesgo – hacia una nueva modernidad.Barcelona:Paidós, 2006.

Entre os riscos produzidos e apontados por Beck estariam os riscos ecológicos, os químicos, os nucleares e os genéticos, que são “produzidos industrialmente, externalizados economicamente, individualizados juridicamente, legitimados cientificamente e minimizados politicamente” (GUIVANT, 2001:02).

Beck (1997b:17) observa que, “no sentido de uma teoria social e de um diagnóstico de cultura, o conceito de sociedade de risco designa um estágio da modernidade em que começam a tomar corpo as ameaças produzidas até então no caminho da sociedade industrial”.

Para ele, os riscos sempre existiram, porém os que se constituíram a partir da primeira modernidade representam perigos que não são simplesmente forjados por uma relação de causa-efeito, mas por serem constitutivos do modelo de desenvolvimento escolhido pela sociedade moderna. Ao apontar a ciência e a tecnologia como arautos dos problemas da sociedade industrial, o autor considera que:

A produção e distribuição dos “bens”, das riquezas, se baseiam num princípio regulador da escassez. O problema vem do fato de que as instituições da sociedade industrial não foram pensadas para tratar da produção e da distribuição dos “males”, isto é, dos riscos e acasos ligados à produção industrial (BECK, 2001:03).

Diante do fato de que os riscos se generalizaram na sociedade moderna, tanto Beck quanto Giddens colocam em xeque a confiabilidade da sociedade em relação aos sistemas peritos. Para eles, os riscos da modernidade são produtos do protagonismo que a ciência e a tecnologia desempenharam no sentido de ampliar a produção, negligenciando os riscos daí então advindos. A ruptura da confiança nesses sistemas e a eclosão da dúvida por parte da população são o resultado do processo de incerteza presente na identificação de eventos que possam ameaçar nossa existência, ou nos causar danos. Para Giddens (1997:109):

A ciência perdeu boa parte da aura de autoridade que um dia possuiu. De certa forma, isso provavelmente é resultado da desilusão com os benefícios que, associados à tecnologia, ela alega ter trazido para a humanidade. Duas guerras mundiais, a invenção de armas de guerra terrivelmente destrutivas, a crise ecológica global e outros desenvolvimentos do presente século poderiam esfriar o ardor até dos mais otimistas defensores do progresso por meio da investigação científica desenfreada.

Diante dos mais diversos tipos de risco, presencia-se a proliferação de agentes e avaliadores que produzem relatórios e estudos sobre impactos ambientais, de forma a aconselhar, ou não, a realização de empreendimentos públicos ou privados, levando-se em conta aspectos sociais e ambientais. Todavia, um determinante central nos resultados da avaliação de risco ainda são os interesses políticos, digam-se econômicos, que orientam e definem as escolhas de forma que a regulação pública dos riscos fica condicionada a processos mais amplos em que males podem ser omitidos, camuflados ou negados pelos discursos jurídicos ou científicos que se alinham a tais interesses com o intuito de tornar determinados riscos invisíveis. Para Brüseke (1997:118): “Essa invisibilidade dos riscos da modernização coloca os cientistas e políticos como intérpretes do perigo numa posição chave. Através deles, um risco pode sofrer minimização ou dramatização”.

Mas a reflexividade na sociedade de risco impõe um ritmo diferenciado a este processo quando a população leiga ou vitimizada pelos perigos orienta sua prática com base no questionamento de decisões que tendem efetivamente a comprometer sua integridade e a do ambiente onde vive. Esse momento é possível graças ao fato de a revisão crítica de aspectos da atividade social retomada à luz de novas informações e conhecimentos. O conflito entre leigos e peritos ocorre porque “o alcance, a urgência e a existência dos riscos oscilam com a pluralidade de valores e de interesses” (BECK, 2006:45).

A baixa confiabilidade ou desconfiança nos sistemas peritos se amplifica se estimado o caráter de mundialização dos riscos, como sugerem Beck e Giddens. Os riscos envolvem a abrangência tanto temporal quanto geográfica em que são produzidos e, conseqüentemente, distribuídos pelo globo. Seu aspecto temporal compreende que uma população pode ser atingida pelos efeitos de uma ameaça nesta e nas próximas gerações, como ocorre com as vítimas de guerras ou acidentes nucleares, determinando, portanto, um efeito de elasticidade do risco.

Já o aspecto geográfico compreende o fato de que a produção de risco na modernidade não se restringe a localidades específicas, e que a distribuição de males se faz, cada dia mais em escala planetária, da mesma forma que testemunhamos a globalização dos alimentos²¹ e de quanto as fronteiras territoriais se tornaram cada vez mais impotentes (ou uniformes) como resultados deste processo.

²¹ Cavalcanti (2005) aponta que a globalização da agricultura constitui um marco geral dentro do qual se analisam processos particulares de usos e definições de territórios [...] (p.07).

A desconfiança nos especialistas e consequentemente, na ciência coloca, por sua vez, a percepção dos leigos como um indicador importante para a identificação, as análises e a avaliação de risco. Essa perspectiva parte do princípio de que as populações locais ou os atingidos percebem e lidam com ele de maneira variável, envolvendo dimensões simbólicas e experiências de vida que orientam suas atitudes e comportamentos ante o risco.

Isso se confirma no que afirma Castiel (2002:126), “apesar de todos os esforços de controle regulador racional, o conhecimento veiculado pelos especialistas não tem se mostrado relevante para as pessoas lidarem com questões do mundo da vida”.

Guivant (1998), levanta a hipótese de que, no caso brasileiro, “os leigos tendem a se manifestar mais apaticamente” diante dos conflitos socioambientais, estando, portanto os peritos à frente de denúncias, especificamente nos casos ligados à saúde. Tal hipótese nos parece aplicável até início dos anos 1990, diferentemente do que ocorre nos anos seguintes à Rio 92, quando a questão ambiental toma visibilidade e ares de uma “nova questão social” em que a população leiga e uma parcela de cientistas de várias áreas se unem nesse sentido.

O conflito entre leigos e peritos não é resolvido, segundo Beck (2006), pela “satanização” da ciência, uma vez que esta pode passar de uma *cientificação simples* para uma *reflexiva*, e, nesta segunda fase, a ciência incorpora a sua autocrítica à medida que também é contraposta a outras formas de saber. Nesse sentido, a proposta de Beck e Giddens não seria a defesa do irracionalismo, mas a necessidade de se reformular o conhecimento produzido sobre o risco de maneira mais aberta e considerando os valores envolvidos nas decisões sobre ele (GUIVANT, 1998). Nas palavras de Beck: “Ya que, precisamente, la crisis de la autoridad científica puede favorecer una *ofuscación general de los riegos*. La critica de la ciencia también es, por tanto, *contraproducente* para o reconocimiento de los riegos”(2006:102).

A contestação do conhecimento científico por grupos leigos seria, portanto, sinal da destradicionalização da sociedade e efeito da reflexividade que conduz a prática cotidiana na modernidade. Isto, por sua vez, possibilita estabelecer um processo de desmistificação da ciência no decurso da qual está sujeita a uma mudança radical das relações entre ciência, prática e vida pública (BECK, 2006:261).

As novas situações impostas pelo risco impõem à ciência uma reconversão de posturas ante outras formas de lidar com e perceber situações perigosas. Em sua ruptura com a

tradição, a modernidade favorece um ambiente de questionamento de verdades que são impostas pelo discurso político e especialista; a velha ciência, nesse caso, que se deslocara do centro de sua neutralidade e passa a representar interesses, tem seus pilares abalados pela desconfiança dos agentes vitimizados pela exposição de ameaças que se efetivaram.

A sociedade de risco de Beck problematiza, no que diz respeito à relação entre leigos e peritos, a polarização entre quem determina os riscos e sua aceitabilidade (peritos) e quem os percebe (leigos). A dicotomia presente nessa relação encontra no atual estágio societário seu principal foco de tensão e pode ser contemplado nos inúmeros casos de conflitos socioambientais em que se coloca em xeque a validade das avaliações técnicas sobre o desenvolvimento de diversas atividades produtivas. O debate trazido por Beck dimensiona o problema da análise de risco para o campo dos conflitos de interesse que, por sua vez, pressupõe haver uma parte que ganha e outra que perde com a produção ou omissão dos riscos.

Porém, para Beck, os riscos (globais) produzidos atualmente são bastante democráticos, pois não respeitam limites fronteiriços nem do tempo nem do espaço. Isso implica afirmar, segundo o autor, que não existe mais uma separação entre ricos e pobres quando o que está em jogo são os efeitos provocados pelo desenvolvimento da indústria e do consumo em larga escala. A aniquilação dos “outros” é uma metáfora contemporânea dos riscos e pode ser verificada segundo Beck (2006), no fato de que a novidade desta época está no poder do perigo que suprime todas as áreas de segurança e todas as diferenciações da modernidade. Por sua vez, os riscos gerados e omitidos trazem consequências socioambientais que se tornam arenas de disputa em torno do que pode ser considerado “válido” na avaliação desses riscos, o centro de conflitos políticos em que se postulam posições divergentes.

Esse aniquilamento dos “outros” proposto na teoria da sociedade de risco representa um dos elementos mais problemáticos da obra de Beck e do posicionamento compartilhado por Giddens, provocando assim várias reações de discordância sobre esse aspecto. Na lógica da expropriação e no âmbito dos riscos ambientais Ascerald (2009) considera que a distribuição dos riscos é desigual e afeta com maior intensidade os mais pobres. Já Herculano (2002:02) afirma que:

O conceito obscurece o fato de que as hierarquias continuam e se acentuam e de que, pelo menos por enquanto, os riscos ambientais têm limites e são sofridos pelos mais pobres, pelas classes subalternas. E, justamente porque são empurrados para os mais vulneráveis, tornam-se insolúveis, invisíveis, mas crescentes.

O esvaziamento da luta de classes presente na teoria da sociedade de risco revela-se um tanto inapropriada para a compreensão de tipos específicos de risco, principalmente os locais. Neles, a lógica de distribuição dos efeitos negativos da produção ainda está fortemente atrelada a uma estrutura de classe que impõe aos estratos mais pobres os passivos ambientais do desenvolvimento. Dessa forma, embora para Beck os riscos sejam democráticos, a verdade que as situações ou condições em que estes se manifestam podem ser controladas e evitadas para alguns, no entanto as populações mais pobres tendem a ser mais vulneráveis por estarem em situação menos favorável que as classes sociais mais abastardas.

Pois bem, que relação há entre a teoria de Beck e Giddens que nos permita refletir sobre conflitos socioambientais locais forjados sobre a lógica da percepção de risco dos atores envolvidos?

Em primeiro lugar, a relação entre peritos e leigos, abordada dentro da teoria da alta modernidade e da sociedade de risco, mesmo referindo-se a aspectos desta relação sob um prisma de fenômenos globais, nos conduz à reflexão de que, seja qual for o nível de interações desses agentes, a perícia técnica busca sobrepor-se, às formas de vivência que não se impõem ao saber técnico a partir de aspectos teóricos ou de mensurações, mas por meio da experiência de quem se expõe cotidianamente às ameaças produzidas por organizações que detêm um conhecimento e pelo poder político que fecha os olhos diante dos interesses econômicos em jogo.

Em segundo lugar, os riscos apontados por Giddens e Beck concernem às situações que envolvem a iminência de ameaças e perigos produzidos como consequência da própria produção e reprodução material de um modo de vida moderno, hegemônico no planeta. Para Beck (2006:29):

En la modernidad avanzada, la producción social de *riqueza* va acompañada sistemáticamente por la producción social de *riesgos*. Por tanto, los problemas y conflictos de reparto de la sociedad de la carência son sustituidos por los problemas y conflictos que surgen de la producción, definición y reparto de los riesgos producidos de manera científico-técnica (grifos do autor).

Embora, novamente, tais riscos sejam analisados pelos autores em termos de seus efeitos globais, estes também são compostos de características que se definem também pelas relações de forças determinadas pelo local. Do mesmo modo, tais fatos não estão de maneira alguma dissociados de toda uma gama de riscos que são produzidos como consequência da manutenção de um estilo de vida que tende a exaurir as fontes físicas de sua produção.

É dessa forma que o ritmo de produção de bens e materiais necessários à sustentação de um estilo de vida tão depredatório dos recursos naturais, além de consumir e exaurir cada vez mais tais recursos, tende a produzir externalidades²² negativas que se distribuem desigualmente tendendo a afetar os grupos de pessoas ou indivíduos que se encontrem em situação de vulnerabilidade e/ou tenham pouco poder de se fazerem ouvir.

A questão da produção de resíduos é um aspecto dessas externalidades que se revela de alguma maneira sobre consequências inevitáveis de impactos globais. A problemática do lixo embora compreenda uma ação, localizada ou não, de produção de resíduos, está associada a um padrão de consumo adotado quase que mundialmente.

Da mesma forma que se pode falar de lixo globalizado quando os descartes de uma sociedade são transferidos para outra, pode-se também pensar nos efeitos extensivos que possíveis riscos ambientais localizados possam trazer do ponto de vista dessa interconexão. Seria o caso de possíveis contaminações aos lençóis freáticos ou de um dano ambiental provocado pelo contato do chorume com as águas fluviais que compõem uma rede de abastecimento de água. Uma provável contaminação, em termos de extensão, pode não afetar a população mundial, mas, no caso de ocorrer algum impacto, a exemplo do estudo aqui em questão, teríamos o comprometimento do abastecimento de água para uma média de um milhão de habitantes da região metropolitana do Recife.

Se a produção de resíduos, em termos globais, envolve a distribuição de seus passivos para países subdesenvolvidos, uma escala menor opera sobre este fenômeno quando observado sob o ponto de vista local, mas sob a mesma funcionalidade da ordem global que

²² A ideia de externalidade aqui empregada referencia-se em Alier (2002, 2007) que compreende que pode ser de dois tipos: negativo e positivo. As externalidade compreendem os impactos de ações de pessoas ou empresas sobre outras pessoas ou grupo de indivíduos que necessariamente não participam desta ação (ou seja, nos processos de produção), mas que são impactados tanto em termos de benefícios quanto de prejuízos. Para Alier (2007:34), a produção gera impactos “que não são solucionados pelas políticas econômicas ou por inovações tecnológicas e, portanto, atingem desproporcionalmente alguns grupos sociais que muitas vezes protestam, resistem (ainda que tais grupos não sejam denominados de ecologistas)

impõe passivos ambientais ao território onde vivem pessoas ou grupos específicos mais vulnerabilizados.

Dessa forma, a produção de resíduos se inter-relaciona com processos globais e locais através do padrão de consumo e desperdício a eles associados. Se mantêm estáveis ou se incentivam formas de consumo tanto por meio de propagandas quanto pela facilidade de acesso a crédito, as consequências desse consumo se manifestam através da maior intervenção sobre os recursos naturais para poder alimentar o processo que tende a cada vez mais exercer pressão sobre esses recursos. Por outro lado, os descartes do consumo tornam-se cada dia mais um problema político e social a ser resolvido. Dai decorrem ações para determinar o destino, gestão e tratamento dos resíduos, ao mesmo tempo em que desencadeiam as cobranças e descontentamentos quando a sua distribuição desigual ocorre e tende a afetar aqueles que menos os produziram.

Nesse sentido, o local também se configura enquanto um campo de disputas, porque ele é o espaço concreto onde as pessoas circulam, realizam a maior parte de suas atividades, se conhecem e constituem família, sendo, assim, um espaço por excelência onde os riscos se desenvolvem e, em algumas situações, tendem a se expandir.

Se Beck advoga que, em condições de riscos globais, a categoria os “outros” (classe social) não tem mais sentido, tendo em vista que os efeitos (alterações climáticas, guerra nuclear) destes não separam fronteiras, e posições sociais, nos riscos ambientais locais essa lógica é pouco explicativa quando nos deparamos com o fato de que, historicamente, populações pobres, negras e trabalhadores têm sido afetados de forma mais intensa pelos danos ambientais provocados pelo modelo de desenvolvimento atual.

Ao mesmo tempo, é fato que o acesso à riqueza e aos benefícios por ela trazidos conduz determinados grupos a buscar se esquivarem e evitar, por um tempo mais prolongado, os efeitos nefastos do risco.

De outro modo, Guivant (1998 e 2000) considera ser possível enquadrar o Brasil dentro da perspectiva da sociedade de risco de Beck, de maneira parcial, no que diz respeito à reflexividade tendo em vista que a sociedade brasileira apresenta problemas da sociedade de escassez – distribuição desigual da riqueza, e problemas da sociedade de risco (1998:29).

1.4 Os conflitos socioambientais locais: subvertendo a lógica da submissão e expropriação a partir da luta por “justiça ambiental”

Um dos fundamentos da questão ambiental de nossa época envolve a compreensão de que a apropriação da natureza por determinados grupos humanos é definida por percepções diversas do uso dos recursos naturais e que sua apropriação não ocorre sem implicações nas interações sociais de uma dada territorialidade, fato que, pela dinâmica das assimetrias no conjunto dessas interações, determina os chamados conflitos socioambientais.

Um elemento central nessa discussão indica que a distribuição desigual dos efeitos de danos ambientais que afetam com mais rigor grupos sociais menos favorecidos ou minorias étnicas, demonstra que a transferência dos custos ambientais para as partes mais débeis é um exercício de expropriação dos recursos naturais, beneficiando certos grupos em detrimento de outros (MARTINEZ ALIER, 2007).

É no campo da ecologia política, surgida a partir dos anos de 1980, que se tem dado destaque aos conflitos ecológicos distributivos (conflitos gerados na luta pelos recursos ou serviços ambientais, comercializados ou não) originados de estudos de geógrafos e antropólogos rurais (MARTINEZ ALIER, 2007). Frente a isso é possível se observar conflitos sociais entre grupos muito desiguais do ponto de vista econômico e político onde a “*distribuição ecológica*”²³ se torna o epicentro de litígios.

Esta faceta da questão socioambiental vem sendo discutida em países como Estados Unidos e África do Sul a partir de problemas concernentes ao “racismo ambiental” expresso nas práticas discriminatórias contra populações de cor e classes sociais menos favorecidos cujos locais de residência e formas de reprodução estão comprometidos pela falta de acesso a um meio ambiente sadio ocasionada pela destinação de resíduos para locais onde estas populações vivem. Na verdade, o debate sobre racismo ambiental se funda na ideia de *Justiça Ambiental*, também surgida nos Estados Unidos em 1982.

O avanço do movimento de justiça ambiental tem, por sua vez, problematizado as questões da conservação e preservação ecológicas por meio da dimensão das lutas sociais em

²³ “São entendidos os padrões sociais, espaciais e temporais de acesso aos benefícios obtidos dos recursos naturais e os serviços proporcionados pelo ambiente como um sistema de suporte de vida” (MARTINEZ ALIER, 2007:112).

que as degradações do meio ambiente devem ser entendidas como uma violação dos direitos humanos.

Embora a utilização da ideia de racismo ambiental seja problemática para o contexto brasileiro, em que pese a defesa de perspectivas teóricas que apregoem a existência de uma democracia racial, tal instrumental analítico também é questionável pelo fato de que não se têm identificado no Brasil grupos sociais que se organizem em torno dele, da mesma forma que não temos por aqui pesquisas que estabeleçam relação entre a variável raça e a destinação de resíduos ou indústrias tóxicas. Dessa maneira, parece-nos mais viável a utilização mais ampla da ideia de Justiça ambiental que não se reduz apenas ao nível da raça ou etnia, mas enfoca os atos de discriminação ambiental referentes à classe social. Isso porque, “subjacente ao racismo cultural e às suas manifestações institucionais, está uma estrutura econômica que, rotineira e regularmente, distribui os riscos ambientais para baixo, em direção aos estratos socioeconômicos inferiores” (GOULD, 2004:70).

No que diz respeito ao termo justiça ambiental, a Rede Brasileira de Justiça Ambiental afirma que:

[...] é um conceito aglutinador e mobilizador, por integrar as dimensões ambiental, social e ética da sustentabilidade e do desenvolvimento, freqüentemente dissociadas nos discursos e nas práticas. Tal conceito contribui para reverter a fragmentação e o isolamento de vários movimentos sociais frente aos processos de globalização e reestruturação produtiva que provocaram perda de soberania, desemprego, precarização do trabalho e fragilidade do movimento sindical e social como um todo (ACSELRAD, HERCULANO e PÁDUA 2004, p.18).

Ao se buscar definir o que vem a ser justiça ambiental, é necessário antes pensar sobre sua antípoda, pois a justiça se busca em ambientes em que a desigualdade, seja qual for o nível ou a dimensão, torna-se condição e anseio de equidade. A injustiça ambiental traz para a arena da crise ecológica as desigualdades estruturais e fundantes da sociedade capitalista, as discrepantes correlações de força que se mantêm nas disputas por amenidades ambientais e na distribuição desigual dos efeitos negativos da produção.

A injustiça ambiental é, portanto, “o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos sociais discriminados, aos povos

étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis” (PORTO, 2004:122).

Neste sentido, são as ações de inconformismo que determinam a reação pública diante dos riscos que são incorporados ao cotidiano de vida dessas comunidades. Mais que uma ação coletiva, este inconformismo busca garantir um espaço em que a qualidade de vida não seja um privilégio de poucos e que a desqualificação dos locais de moradia não seja o preço que se pague por ser pobre. Este quadro remete a problemática social para a confluência com as questões ambientais quando, inicialmente, a crise ambiental vicejava na tensão entre cultura e sociedade e vislumbrava apenas a preservação, preocupações gerais com a escassez e depredação dos recursos naturais.

A superação de situações de injustiça ambiental reflete assim um patamar de recusa às imposições feitas por empreendimentos de risco e atividades potencialmente perigosas que esperam que as populações atingidas aceitem passivamente a diversidade de riscos que lhes são destinados. A implementação de uma sociedade baseada em princípios de sustentabilidade recusa-se assim a “enfrentar a crise ambiental sem promover a justiça social” (ACSELRAD, 2004c:33).

Desse modo, postula-se que a justiça ambiental envolve:

“Um conjunto de princípios e práticas que asseguram que nenhum grupo social, seja étnico, racial, de classe ou gênero, “suporte uma parcela desproporcional das conseqüências ambientais negativas de operações econômicas, decisões de políticas e de programas federais, estaduais, locais, assim como da ausência ou emissão de tais políticas,” assegurando assim tanto o acesso justo e equitativo aos recursos ambientais do país, quanto o acesso amplo às informações relevantes que lhes dizem respeito e favorecendo a constituição de movimentos e sujeitos coletivos na construção de modelos alternativos e democráticos de desenvolvimento” (PORTO, 2004:122).

A exemplo do que ocorre com a mobilização de assentados, no caso do aterro sanitário no Assentamento Engenho Ubu, mesmo que movimentos em torno da questão ambiental não se intitulem enquanto tal (movimento de justiça ambiental), suas estratégias confluem para os princípios desta justiça pois, como afirma Porto (2004:137), “esse é um conceito ainda pouco difundido no país e entre os vários movimentos sociais”.

Um forte argumento presente no discurso da justiça ambiental discute que tanto as forças do mercado quanto as ações de agências governamentais favorecem a produção articulada de desigualdades ambientais. No corpus dessas ações se identificaria a ausência da participação das populações pobres nos estudos de impacto ambiental. Nestes estudos, quando muito, os aspectos mencionados dizem respeito apenas à categorização das condições socioeconômicas dessas populações, desprezando assim o que os grupos sociais residentes sabem sobre o ambiente em que vivem.

A localização de instalações perigosas ou que podem causar danos ao ambiente e às pessoas não é definida de forma arbitrária; o critério de escolha leva em conta não apenas uma avaliação puramente técnica dos impactos ambientais sobre os recursos naturais, como também considera, às vezes de maneira latente, as condições de mobilização (baixo poder de resistência política) da comunidade em casos de descontentamento.

Dessa maneira, as comunidades pobres têm maior probabilidade de serem atingidas pelos impactos negativos de um empreendimento do que aquelas com um relativo poder político de barganha. Nesse caso, os tomadores de decisão antecipam a resistência política das comunidades mais poderosas ante à necessidade de manter estável o *status quo* dominante, lançando sobre as comunidades pobres os passivos ambientais ou cargas que são produzidos por outros grupos.

O processo de identificação dos riscos dá-se por um estranhamento no ritmo dos acontecimentos diários em que são incorporados à comunidade efeitos que passam a ser percebidos por via dos sentidos (mau cheiro, ruídos) ou pelo compartilhamento de problemas comuns no conjunto da comunidade (coceiras, doenças respiratórias, proliferação de insetos). Muito embora nem todo processo de estranhamento conduza imediatamente a uma reação coletiva ou mesmo a uma inquietação por parte dos atingidos, o fato é que a identificação desses elementos representa um indicador de uma situação adversa a ser enfrentada.

A identificação das situações de risco só se materializa em uma ação coletiva quando os efeitos de tal exposição são encarados como ameaçadores dos padrões de reprodução social do grupo, ou quando ocorre um fato que desperte a percepção de um perigo futuro que possa comprometer o ritmo e o ordenamento do lugar.

Dessa forma parece-nos compreensível que a proximidade com as fontes de poluição só tenda a demarcar um campo de conflitos entre os vários agentes quando uma “questão

ambiental ou de saúde (pública ou do trabalho), localmente, [...] se torne uma questão social”, conforme defendido por Leite Lopes *et al.* (2004:233).

Na verdade, o desencadeamento de ações conflitivas nem sempre se instaura, visto, que outros determinantes se movem em torno de uma situação de risco. Um desses determinantes pode ser revelado pelas dificuldades de emprego em uma dada localidade, as quais fazem com que a população, ou parte dela, aceite a exposição aos efeitos de atividades que potencialmente possam colocar em risco o equilíbrio ambiental e a saúde pública, em troca de trabalho.

A percepção do risco é influenciada por contextos sociais e culturais nos quais os indivíduos estão imersos e forjam assim entendimentos díspares ou variados sobre o meio ambiente. Leite Lopes *et al.* (2004) discutem que a percepção pode envolver uma dinâmica de *naturalização, desnaturalização e renaturalização* dos riscos. Este fato, lembram os autores, não implica uma lógica progressiva em que um esteja condicionado ao outro (p.227), uma vez que cada um desses aspectos não está subordinado ao outro de forma linear.

Na primeira dimensão, a *naturalização*, a fonte de poluição é incorporada ao cotidiano, tendo em vista sua funcionalidade e utilidade; o fato é imposto e encontra nas situações socioeconômicas adversas e na ideologia desenvolvimentista o pano de fundo que lhe dá sustentação. “O risco e a poluição podem ser reconhecidos, mas não são problematizados” (p.227).

A *desnaturalização* envolve algum tipo de estranhamento pelo contato mais imediato com a poluição e situações de risco e é desencadeada por um processo de dano evidente, mas que também é influenciado pela “circulação de informações ou contextos políticos específicos (p.228).

A terceira dimensão destacada por Leite Lopes *et al.* (2004) refere-se à *renaturalização*. Nela, a poluição e o risco são percebidos, porém reelaborados em função dos acordos que são estabelecidos sobre medidas de segurança contra os riscos entre os afetados e os poluidores. Tanto a *naturalização* quanto a *renaturalização*, dimensões expressas aqui, sugerem que os conflitos socioambientais supõem um certo enfraquecimento ou ausência de ações conflitivas ligadas aos processos desencadeadores de risco e poluição que afetam em larga escala grupos sociais menos organizados e socialmente desprovidos de defesa, quando expostos às alterações ambientais que ampliam os efeitos de vulnerabilidade social.

Para analisar o conflito socioambiental²⁴, adotamos neste trabalho a definição proposta por Acseirad (2004a:26), em que:

Os conflitos ambientais são, portanto, aqueles que envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos.

Ainda segundo o autor:

Os conflitos ambientais eclodem quando impactos indesejáveis, transmitidos pelo ar, pela água ou pelo solo, comprometem a coexistência localizada entre distintas práticas sociais de uso do território e de seus recursos. Os agentes das denúncias costumam ser membros dos grupos sociais atingidos por habitarem ou trabalharem em áreas de incidência dos impactos indesejáveis de atividades ou instalações. Tais impactos indesejáveis podem provir igualmente da omissão do poder público, como por exemplo, na ausência de ações de implantação de saneamento (ACSEIRAD, 2004b:10).

Tais conflitos são resultados expressivos da ação coletiva dos grupos vitimizados que, ao se verem afetados, desenvolvem estratégias para o enfrentamento da situação que assume diversas feições (debate público, episódios de violência). Estas por sua vez, são influenciadas pela composição social do grupo, por suas experiências anteriores de enfrentamento, pelo grau de conscientização e motivação dos agentes diante da composição dos arranjos de poder e interesses em jogo.

Nesse sentido, Acseirad (2004c) defende que os movimentos sociais podem ser analisados a partir de dois planos: a) o espaço de distribuição do poder e b) o espaço discursivo. No primeiro, busca-se avançar na disposição prática de redimensionamento da estrutura de forças; no segundo, toma-se a esfera pública como estratégia discursiva de legitimação da ação.

Esse dois planos desenvolvem-se concomitantemente, pois, quando se busca alargar o espaço de correlação de forças, as estratégias discursivas podem ser utilizadas como elemento

²⁴ Preferimos adotar em nosso trabalho o termo socioambiental pelas considerações feitas por Carvalho (2008).

que visa deslegitimar práticas sociais de exclusão social que tenham na dimensão da pobreza a principal justificativa para o ordenamento de territórios ambientalmente degradados por atividades produtivas depredatórias.

Todavia, quando os atores sociais não enfrentam diretamente os agentes produtivos e ficam impossibilitados de pressioná-los, ameaçando de alguma forma a produção, ou qualquer elemento que os faça sentir os impactos imediatos, o espaço de distribuição de poder se torna um campo pouco flexível para o avanço de reivindicações. Nesse caso, é o espaço discursivo a estratégia recorrente no campo de luta. Possivelmente, na arena de disputas dos conflitos socioambientais, muitas das formas de enfrentamento se localizam nas referências ao meio ambiente e à natureza, mas como conciliar tais conflitos quando perspectivas tão distintas estão em jogo? Isso remete ao embate das posições técnicas que buscam uma representação legítima da natureza em face das necessidades de desenvolvimento e de sua relação com a população leiga, tendo em vista que as reivindicações desta tendem a ser despolitizadas no confronto com os dados científicos.

Ao analisarmos as relações de força presentes neste embate, não podemos desconsiderar que a apropriação material e simbólica do território expressa usos distintos e representações da natureza que cada grupo faz. Para Acselrad (2004a:24), “isto será essencial para se discutir os conflitos, postos que os mesmos podem configurar-se tanto através de uma luta direta nos espaços de distribuição do poder sobre a base material, como uma luta simbólica em torno às categorias de legitimação das práticas”.

Diante do exposto, consideramos que a idéia de justiça ambiental é um importante referencial para se pensar o quanto as assimetrias sociais têm rebatimentos sobre as múltiplas esferas das questões ambientais e das compreensões que se têm construído sobre o meio ambiente. Ela expressa a mais redundante das questões sobre o desenvolvimento sustentável: sem equidade não há sustentabilidade de nenhuma ordem!

Cabe ainda admoestar que a análise de um conflito socioambiental requer a identificação dos atores sociais envolvidos, os contextos e cenários em que se travam as disputas e as percepções correntes desses atores sobre a natureza e o meio ambiente que determinam, portanto a eclosão dos conflitos, por indicarem usos distintos dos recursos naturais e de seus territórios. O fundamento e a legitimidade de um conflito supõem assim a existência de uma heterogeneidade de percepções sobre a natureza e seus usos.

No entanto, como argumenta Melucci (2001) “as formas contemporâneas de ação coletiva são múltiplas, variáveis e atingem diversos níveis do sistema social. É necessário, por isso, antes de tudo, distinguir o campo dos conflitos e o dos atores que os tornam visíveis” (p.23).

Sendo assim, é possível aventar que o esforço realizado pelos agricultores, ao problematizarem os riscos ambientais provocados pelo aterro sanitário em Igarassu (PE), deva ser considerado como obscurantista (por técnicos e pelos órgãos estatais), por desafiar e comprometer o desenvolvimento da gestão de resíduos sólidos para a região, à medida que buscam comprovar o não cumprimento de medidas mitigadoras dos impactos causados pelo mesmo como descumprimento de leis ambientais.

De outro modo, percebe-se também que o Estado já se mostrou incapaz de gerir com eficiência os problemas referentes ao lixo, tendo, com isso, repassado, em muitos casos, essa responsabilidade ao setor privado. Por outro lado, essa incapacidade no gerenciamento e gestão de problemas socioambientais conforma-se, também, com sua incapacidade de atuar enquanto agente fiscalizador. Assim, “os conflitos associados à presença de depósitos de resíduo licenciados são exemplos de que licenciar apenas não basta: é preciso fiscalizar” (ASCSELRAD, 2004b:12).

1.5 As representações sobre a natureza e as práticas sociais

Formas diversas de conceber a natureza têm sido registradas ao longo da história da humanidade, e tem-se demonstrado, como é defendido por Lenoble (2002) e Gonçalves (2004), que não existe uma natureza dada, mas sim uma natureza pensada. À medida que a politização da questão socioambiental avança, neste século, as representações que os mais distintos grupos fazem sobre a natureza constituíram-se em um importante instrumental para a análise de suas práticas sociais e, conseqüentemente, dos confrontos que se estabelecem nas formas de uso e apropriação dos recursos disponibilizados pela natureza no meio ambiente.

Como explicita Kiyota (2004:08):

É a coexistência e interação entre os diferentes sujeitos em um mesmo ambiente material que vai permitir com que seja considerada a existência de conflitos entre as maneiras diferentes de se apropriar do território e de seus recursos e, também, que sejam afastados os riscos de que a lógica dos agentes sociais hegemônicos seja única e exclusiva.

Espera-se, no entanto, que, diante da representação feita por um grupo, expressa em primeiro plano no discurso de seus membros, as suas práticas sociais se alinhem a esse discurso de modo que se possa encontrar coerência entre a perspectiva exposta e as ações efetivamente praticadas.

Não obstante essa empreitada, deve-se considerar também que as representações que a sociedade traz sobre a natureza estão condicionadas a um tempo histórico determinado e ao contexto em que a organização social se vê inserida, estando, portanto, passível a transformações, que conduzem, por sua vez, as mudanças nas relações por que os grupos que dela participam, eventualmente, estejam afetados e, dessa forma, expressem novas relações com os recursos naturais acessados por aquela sociedade.

Esses elementos que conduzem as mudanças na relação sociedade/natureza são produtos da própria consciência humana e da relação social instituída que, ao se reformular, caminha para uma alteração da visão que esta tem sobre a natureza de modo que: “a *definição perpetuamente ambígua do “natural”, simultaneamente ordem das coisas e hábito social, faz-nos compreender que toda mudança grave na ordem humana é, ao mesmo tempo uma alteração da Natureza*” (LENOBLE, 2002:159) (Grifo do autor).

Lenoble capta, na história do ocidente, as ideias que são construídas sobre a natureza, mostrando como em diferentes épocas manifestam-se distintas relações da sociedade com a natureza: a natureza mágica, a natureza objetiva e jurídica, a natureza derivada do desejo divino e a natureza mecânica.

Segundo a sua argumentação a *Natureza mágica* se manifestava nos povos primitivos e chegou até o pré-clasissismo grego, período animista e antropomórfico. O homem primitivo buscava *compreender a vontade dos deuses do mar, dos vulcões e dos rios* (p. 28). Uma representação da natureza enquanto entidade mágica não deve ser considerada, segundo Lenoble, longe de um princípio de causalidade que orienta as relações humanas e destas com a natureza. Por sua vez, a consciência que exprime essa representação mágica da natureza

fundava-se no temor, no medo das manifestações dessa natureza que só podiam, até então, ser explicadas por sua dimensão mágica ou de descontrolo.

Já no período do milagre grego, identifica-se uma visão de natureza *objetiva e jurídica* que condicionada ao estatuto lógico das leis da pólis; a natureza se torna assim regida por leis jurídicas e hierarquizadas. O pensamento grego submeteu a natureza ao sistema de pensamento filosófico que tem nas ideias de Aristóteles a expressão mais singular desse momento como sendo uma das muitas tentativas de estabelecer um controle sobre a natureza.

Um outro período destacado pelo autor, em que uma nova ideia de natureza se constrói concerne a transição da Antiguidade para a Idade Média, e boa parte dessa fase, em que à influência que o cristianismo exerceu fez com que a natureza pudesse ser percebida enquanto uma *ordem derivada do desejo divino*. Enquanto reflexo de Deus, é nela que o homem deverá encontrar sua realização. Essa visão dá continuidade, em certos momentos, à lógica aristotélica de funcionamento e ordenamento da natureza. “Obra de Deus, a natureza dará o exemplo da ordem; como tende para o seu fim, ensina igualmente o homem a virar-se para o seu criador” (LENOBLE, 2002:186).

Por fim, uma última ideia é preconizada na Idade Moderna, *A Natureza Mecânica*, que, por sua vez, correspondeu a uma fase do pensamento ocidental que se estendeu do período anterior, em que a natureza foi idealizada enquanto reflexo de Deus, para uma natureza controlável. Uma razão instrumentalista tende a tornar a natureza em puro objeto da vontade humana que não mede esforços para transformá-la em detrimento de seus interesses. Para Lenoble: “O progresso científico, longe de a servir, será para ela, mas somente um século mais tarde, um princípio de decadência, como o racionalismo fora de tempo e o academismo que dela resulta”(2002:258). Ao resumir a ideia difundida nesta época, o autor lembra que, para além das divergências entre uma escola de pensamento e outra, a natureza é uma máquina e que a ciência é a técnica de exploração dessa máquina.

Cavalcanti (2003:159) acrescenta que:

Es posible afirmar que los usos *modernos* de la naturaleza como noción genérica de espacio o medio de producción, dejaron de reconocerla como objeto en transformación y por lo tanto pasible de depredación y agotamiento; la *modernidad* contribuyó a la construcción de formas insustentables de desarrollo (grifo da autora).

O esquema apresentado por Lenoble possui, em parte, seu correspondente nas ideias de Zaidán (1995) ao problematizar a relação sociedade/natureza: relação mimética, relação amorosa, relação instrumental e relação de simulacro. Para Zaidan (1995), essas passagens conduzem a uma relação em que “a natureza perde direito a si própria, só existe para a satisfação dos caprichos humanos, como substrato vazio de sentido, despojado de suas qualidades primárias e/ou secundárias” (p.128).

Outra tentativa de discutir as ideias ou representações sobre a natureza foi desenvolvida por Damatta (1993) que, com intenções mais localizadas, afirma que “investigar as representações de natureza da sociedade brasileira é um projeto vasto, fascinante e extremamente complexo” (p.91). Para o autor, as representações de natureza no Brasil, são afetadas pelo paradoxo que se engendra em nosso sistema social que, de um lado, traduz “valores do individualismo igualitário e as ideias de justiça social, de progresso material e de controle sobre a natureza” e, de outro, mantém práticas “que continuam reproduzindo e governando, relacional e hierarquicamente, sua vida social” (clientelismo, nepotismo, patronagem) (p.93).

A sua tese é a de que, no caso brasileiro, a representação de natureza e sociedade submerge numa mesma estrutura de valores. Em suas palavras:

A uma representação de natureza como esfera passiva, e metaforicamente concebida como serva – uma escrava do homem que dela dispõe como bem entende – corresponde uma estrutura social igualmente fundada na passividade obrigatória do trabalhador e na sua submissão total (p.113).

Acrescenta ainda: “entre os homens e a natureza estabelece-se a mesma lógica que governa os homens entre si: a lógica da desigualdade que jamais contempla o direito do subordinado como ser social ou autônomo (p.114).

Sob outra perspectiva, Adams (2009) observa que nas discussões sobre risco os participantes advogam, com seus respectivos capitais culturais, premissas, paradigmas e visões de mundo – diferentes mitos sobre a natureza física e humana (p.73).

O autor analisa as contribuições da teoria cultural que fornece explicação sobre como as pessoas, ao se posicionarem em situações de incerteza, tendem a representar o comportamento da natureza diante dos processos decisórios tomados por estes. Adams

apresenta os três mitos sobre a natureza desenvolvidos por *Holling* – a natureza benigna, a efêmera e a perversa/tolerante, mais uma outra proposta por *Schwarz* e *Thompson* – a natureza caprichosa (ver ADAMS, 2009: 68 -77).

Quadro 4 – Mitos sobre a natureza

Mitos	Descrição
Natureza benigna	É previsível, generosa, robusta, estável e perdoa quaisquer insultos que a humanidade possa fazer a ela. A natureza é o contexto benigno da atividade humana, não algo que precise ser manejado.
Natureza efêmera	É frágil, precária e implacável. Existe o perigo de que ela, provocada pelo descuido humano, entre em colapso catastrófico.
Natureza perversa/tolerante	Combina as versões anteriores, modificando-as. Dentro de certos limites, pode-se confiar que a natureza se comportará de forma previsível. Ela perdoa choque moderados ao sistema. É preciso haver regulamentação para evitar maiores excessos
Natureza caprichosa	A natureza imprevisível. O futuro pode ser bom ou ruim, mas, de qualquer forma, está fora de controle.

Fonte: Adams (2009:69-70).

Consideramos relevante utilizar neste estudo a tipologia proposta pelo autor que compreende uma relação entre as *crenças* na natureza e as práticas sociais dos agentes em sua relação com a natureza. Dessa forma, o autor afirma que “os quatro mitos da natureza são todos antropocêntricos: representam crenças não apenas sobre a natureza, mas também sobre o lugar da humanidade *na* natureza” (p.70) (grifo do autor).

É assim que, associada à proposta acima, é criada uma outra tipologia que busca definir os padrões sociais que orientam as decisões de risco pautadas nas crenças anteriormente analisadas, que esse autores consideram como *natureza humana*.

Quadro 5 – Tipologia da natureza humana proposta por Schwarz e Thompson.

Tipologia	Descrição
Individualistas	Tendem a ver a natureza como estável, robusta e benigna, capaz de minimizar os insultos do homem e raramente vingativa.
Igualitários	Apegam-se a visão de natureza frágil e, portanto, gostariam que todos pisassem com cuidado na terra e, em caso de dúvida científica, invocam o princípio da precaução.
Hierárquicos	Membros de grandes empresas, governos e burocracias, acreditam que a natureza será benéfica se manejada de forma adequada. Eles respeitam a autoridade tanto científica quanto administrativa.
Fatalistas	Acreditam que a natureza é caprichosa e imprevisível. Eles esperam o melhor e temem o pior: a vida é uma loteria sobre cujos resultados não se tem controle.

Fonte: Adams (2009:76-77).

Para Guivant (1998) e Adams (2009), a constituição de racionalidades plurais denota que tanto as “pessoas comuns” quanto os cientistas confrontam o mundo utilizando-se de suas

visões sobre a natureza. A interseção entre os mitos da natureza e seus correspondentes na prática social dos agentes (tipologia grade/grupo), em termos de tomadas de decisão, tem se mostrado eficiente para a compreensão de como essas racionalidades se manifestam e não para acentuar a oposição entre ações racionais e irracionais.

No estabelecimento de um conflito socioambiental, porém, as posições em que os agentes se situam no contexto do litígio têm efetivo valor para o entendimento das práticas que estes desenvolvem a respeito da natureza em disputa.

1.6 Os conflitos socioambientais no contexto do “campo” ambiental

Como já dissemos, conflitos socioambientais, na perspectiva da justiça ambiental, externalizam desacordos no âmbito da disputa pelo meio ambiente; no entanto eles não são a expressão máxima de como este processo se desenvolve, dado que nem sempre os vitimizados (pobres, etnias, etc.) se rebelam quando identificam situações de risco, principalmente se seus efeitos só puderem ser visíveis a longo prazo. A eclosão dos conflitos representa, pois, um momento em que parte dos agentes, movidos por um “estranhamento” e “desconfiança”, questionam o porquê das coisas e promovem situações de enfrentamento tanto no plano material quanto no discursivo.

Em se tratando deste último, os discursos enunciados sobre a natureza divergem dos mais diferentes tipos de grupos, conformando assim uma “polissemia”. De fato, são as diferentes posições ocupadas por esses grupos no espaço social que determinam os discursos construídos sobre a natureza, de maneira a conferir às suas práticas legitimidade diante da disputa pela apropriação do território.

É utilizando a ideia de campo de Bourdieu (2005) que é possível se pensar a constituição de um campo ambiental (CARVALHO, 2002; OLIVEIRA, 2004; GERHARDT e ALMEIDA 2005) em que o valor atribuído à natureza resulta de um espaço de relações sociais produzidas no tempo e no espaço e que definem os interesses imediatos, sobre ela, pelos grupos que ocupam um mesmo território. Para Bourdieu (2005:11): “as diferentes classes e frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem

a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo de forma transfigurada o campo das posições sociais”.

Sem negar a existência das classe social, e a “*diferenciação social* que pode gerar antagonismos individuais e, às vezes, enfrentamentos coletivos entre os agentes situados em posições diferentes no espaço social” (BOURDIEU, 1996:49), que a noção de campo é construída. Ela é reveladora das manifestações de poder que se desenvolvem em torno do espaço social, diferenciando-se conforme os vários tipos de capital (social, econômico, cultural, etc).

O espaço social é assim composto de diversos campos, e “cada campo tem uma certa autonomia e possui suas próprias regras de organização e de hierarquia social. A noção de campo representa, para Bourdieu, um espaço social de dominação e de conflitos” (VASCONSELOS, 2002:83).

É nesse sentido, embora Bourdieu tenha apenas tratado de alguns campos específicos (jurídico, político, por exemplo), que podemos também pensar em um campo ambiental que tem origem na ideia de campo concebido por ele como um espaço de disputa em que os grupos nele situados numa relação de força sobrepõem-se um ao outro de forma desigual. Tal perspectiva é tomada do ponto de vista relacional em que se requer pensar a diferenciação social e de poder dentro de um espaço social.

Para Oliveira (2004:05):

No campo ambiental, tal como os campos jurídicos e político definidos por Bourdieu, se constitui também um espaço social de diferenciações, onde são travadas lutas de poder e lutas simbólicas, no bojo das quais os agentes se esforçam para manter ou para transformar a estrutura das relações existentes no campo, legitimando ou deslegitimando práticas sociais e culturais.

Da mesma forma, Carvalho (2002:09) afirma que o:

Campo ambiental, se constitui, na disputa pelo poder simbólico de nomear e atribuir sentido ao que seria a conduta humana desejável e um meio ambiente ideal. Em torno desta problemática fundamental, o campo ambiental vai produzir visões de mundo, um circuito de produção de conhecimento, um espaço de comunicação, e uma arena de ação política.

Gerhardt e Almeida (2005), por outro lado, consideram que o campo ambiental ainda está em formação²⁵ e, sendo assim, muitas diferenças separam este campo dos demais, tendo em vista estarem eles há muito tempo estruturados em termos de “produção de significados, lógica de pensamento e estratégias de ação” (p.23). Mesmo com os avanços e a centralidade da questão ambiental de nossa época, o campo ambiental, a sua pertinência e os conflitos neste campo podem facilmente ser obscurecidos pelas demandas e manifestações de outros campos.

A assertiva dessa formulação é que:

Em termos práticos, esta peculiaridade reversa da problemática ambiental faz com que, apesar dos agentes manifestarem suas posições e atuarem discursivamente com base na oposição *preservar/utilizar*, muito facilmente eles serão levados a atuar mais segundo motivações propostas por outros campos (o que subentende a intervenção alienígena de modos de pensamento e de ação diferenciados), do que propriamente aquelas vinculadas às disposições estruturadas em torno do *campo ambiental*. (GERHARDT e ALMEIDA 2005:23) (Grifos dos autores).

A estruturação do campo ambiental, enquanto possibilidade de reverter tal situação apresentada acima, não desfigura o sentido de que os possuidores de um tipo específico de capital (material, cultural...) venham a exercer uma influência maior sobre os demais agentes envolvidos neste campo. É conveniente pensar que, mesmo que a concentração de capital material por um determinado agente seja um indicador da distribuição de poder, dentro do campo, não significa que as demais formas de capital e seus agentes também não exerçam suas influências.

²⁵ Carvalho (2002, 09-10) também considera que várias dimensões (movimentos sociais, associações, corpo de especialista, publicações, ação política, etc.) da constituição do ambiental podem ser consideradas como formas de estruturação do campo que, para se afirmar enquanto um sistema simbólico eficaz e estruturante de sentidos na sociedade, necessita estar estruturado.

O fato é que diferentes percepções e significados dão o teor da dinâmica dos embates e enfrentamentos dentro de um mesmo campo, o que configura variadas formas culturais de apreensão do mundo material. É justamente essa dinâmica que está na origem dos conflitos no campo ambiental, ou seja, “lutas em torno de formas diferenciadas de apropriação e usos de recursos materiais territorializados, ancorados em significados também diversos atribuídos a estes mesmos recursos” (OLIVEIRA, 2004:05).

Por certo, os conflitos se desenvolvem tanto no plano material quanto no simbólico do campo ambiental, estando o aspecto simbólico externalizado diante das representações, percepções, crenças e significados que configuram esquemas classificatórios, normativos e valorativos do objeto de disputa. A maneira como o espaço social se relaciona com a natureza e é nomeado pelos agentes é reflexo desse processo, de forma que isso passa a ser relativizado no debate público corrente. A relativização do discurso leigo e mais precisamente, sua despolitização por outros agentes constituem-se em estratégias discursivas que, no processo de luta simbólica, são correntemente utilizadas por detentores de um capital cultural acadêmico.

Bourdieu (2004), ao discutir as lutas simbólicas da percepção do mundo social, observa que estas podem adquirir duas formas distintas²⁶: o lado objetivo e o subjetivo. No primeiro, diz ele:

Pode-se agir através de ações de representação, individuais ou coletivas, destinadas a mostrar e a fazer valerem determinadas realidades: penso, por exemplo, nas manifestações que têm como objetivo tornar manifesto um grupo, seu número, sua força, sua coesão, fazê-lo existir visivelmente; e , ao nível individual, em todas as estratégias de apresentação de si [...] de sua posição no espaço social (p.162).

Já no segundo:

Pode-se agir tentando mudar as categorias de percepção e apreciação do mundo social, as estruturas cognitivas e avaliativas: as categorias de percepção, os sistemas de classificação, isto é, em essência, as palavras, os nomes que constroem a realidade social tanto quanto a exprimem, constituem o alvo por excelência da luta política, pela imposição do princípio de visão e divisão, ou seja, pelo exercício legítimo da teoria (IDEM).

²⁶ Em outro momento ele chama isto de dupla estruturação (p.161).

Esta última estruturação, aplicada ao campo ambiental na relação entre peritos e leigos, se orienta por um discurso de autoridade que, via de regra, busca deslegitimar as representações e percepções dos demais agentes legitimando uma linguagem própria dos detentores de um saber acadêmico, político e técnico. Por sua vez, ao serem desconsideradas as múltiplas percepções sobre a dinâmica presente na questão ambiental, segue-se a prevalência do discurso único com vistas a neutralizar os agentes que, ao perceberem os riscos e ameaças que se constroem nos espaços, seja de trabalho ou moradia, se mobilizam e contestam as cargas que são impostas às suas vidas.

Pensando assim, diferentes percepções de risco, como referência de conflitos no campo ambiental, estão em constantes confrontos, de maneira que o meio ambiente se torna uma arena de disputa, pois:

[...] na luta pela imposição da visão legítima do mundo social, em que a própria ciência está inevitavelmente envolvida, os agentes detêm um poder proporcional ao do seu capital, quer dizer, proporcional ao reconhecimento que recebem de um grupo. A autoridade que fundamenta a eficácia performática do discurso sobre o mundo social, a força simbólica das visões e das previsões que têm em vista impor princípios de visão e de divisão desse mundo[...] (BOURDIEU, 2005:145).

Ao término deste capítulo, gostaríamos de enfatizar alguns aspectos que são norteadores do trabalho e dos demais elementos que serão discutidos posteriormente. A ideia de risco aqui apresentada parte de uma perspectiva de que, mesmo havendo riscos objetivos, a sua noção será sempre subjetiva. O pressuposto subjacente a esta ideia é o de que os agentes tendem a selecionar os riscos a serem enfrentados, tendo por base todo processo que envolve suas experiências passadas, os valores socializados no grupo, suas crenças, ou seja, um conjunto de determinantes que variam da posição dos agentes nos contextos em que vivem à sua visão de mundo.

Dos riscos destacados neste trabalho, optamos por enfatizar a noção de risco ambiental pela capacidade que tem o conceito de dar conta das multiplicidades de risco que se manifestam a partir da ideia de campo ambiental. Nesse sentido, buscamos, a partir da teoria de Beck e Giddens extrair a discussão sobre o conflito entre os sistemas peritos e a população leiga, tão amplamente debatido na teoria da sociedade de risco e na modernização reflexiva. Nosso esforço foi então partir da perspectiva de Giddens sobre a reflexividade para pensar os

agentes enquanto sujeitos que são detentores de uma capacidade de reflexão sobre o que fazem, como o fazem e por que o fazem, rompendo com as determinações da estrutura.

A abordagem na qual queremos tratar os conflitos provenientes da percepção de riscos ambientais respalda-se na compreensão de que os riscos da alta modernidade (GIDDENS, 1991) não são, ao contrário do que advoga Beck (2006), tão democráticos assim. Embora o autor refira-se, neste caso, aos riscos globais, nosso entendimento é o de que, no que diz respeito aos riscos mais localizados, uma lógica desigual tende a atingir de maneira mais redundante parcelas da população mais pobre ou aquelas que, dentro da estrutura de poder, possuem menos força para poderem ser ouvidas. É neste ponto que acreditamos ser o conceito de justiça ambiental o que melhor explica o fenômeno de distribuição desigual dos riscos e perigos.

Por fim, utilizamos a noção de campo de Bourdieu para discutir a construção de um campo ambiental e, dentro dele, analisar os conflitos socioambientais enquanto problematização das distintas perspectivas que estão em jogo na apropriação do meio ambiente. Reforça-se, desse modo, que a posição dos agentes dentro de um espaço social tende a determinar sua perspectiva e representação de um território e de seus recursos. O capital material pode ser um indicador importante na análise desses conflitos, todavia a luta simbólica tende também a colocar em xeque, por vias discursivas, a legitimidade, a representação e a percepção do campo ambiental feitas por outros agentes, principalmente daqueles que não são detentores de um capital cultural que não é valorizado, sobretudo na análise de risco.

No capítulo a seguir, apresentaremos o ambiente do conflito partindo da luta inicial pela terra no assentamento, da identificação do risco ambiental feita pelos assentados e do consequente conflito socioambiental.

CAPÍTULO II

DA LUTA PELA TERRA AO COMBATE AO “BICHO”: A MEMÓRIA COLETIVA DE UM CONFLITO SOCIOAMBIENTAL

Este capítulo se debruça sobre os dados coletados a partir da pesquisa documental e bibliográfica que teve como objeto a formação do Assentamento Engenho Ubu e a identificação de um risco ambiental denunciado pelos assentados. Servimo-nos, assim, de uma base documental fornecida pelas lideranças dos assentados, de jornais e outras fontes de denúncias que foram produzidas por eles para dar visibilidade aos problemas que enfrentavam (vídeo, grupo de discussão na internet), bem como de trabalhos de outros pesquisadores que estudaram o assentamento.

Concomitantemente a tais procedimentos, as entrevistas realizadas forneceram importantes subsídios para a compreensão da dinâmica interna do conflito e dos diversos discursos que proclamam, deslegitimam ou aceitam os riscos. Para isso, buscamos entender, a partir da memória coletiva do grupo de assentados, como esta trama foi se tecendo, resgatando-se, para isso, a própria história do assentamento, seus atores e interesses. Acreditamos que, ao fazer isso, também tornamos mais evidente a problemática que emerge da questão que mobiliza a pesquisa.

O objetivo, portanto, deste capítulo é ao contextualizar a trajetória do assentamento, *verificar que discursos denunciam ou deslegitimam a existência de um risco ambiental proveniente da instalação do aterro sanitário nas proximidades dos mananciais do rio Arataca e das terras do assentamento*. À medida que isso é feito, interessa-nos identificar que fatores concorrem para que, no grupo, e no próprio litígio, diferentes posicionamentos sobre uma *questão ambiental* se processem, tornando evidentes distintas percepções do risco.

Assim, o texto em questão se encontra dividido em quatro tópicos que foram tematizados tendo por inspiração algumas frases expressivas ou categorias que consideramos como *nativas* no depoimento dos assentados. Tal consideração servirá ainda para lembrar que as falas dos entrevistados foram utilizadas pelo pesquisador sem alterá-las em suas formas e conteúdo.

2.1 “Nois procurava um lugar pra ocupar”

Os anos de 1990 representaram para o movimento sindical de trabalhadores rurais, em Pernambuco, novas estratégias sindicais utilizadas para responder as mudanças trazidas pela reestruturação produtiva e pela “crise do setor canavieiro”. Testemunhou-se, neste período, a redução²⁷ do número de trabalhadores empregados nas usinas e engenhos de açúcar, diferentemente do que ocorreu entre finais dos anos de 1970 e começo dos anos 1980, onde o movimento de trabalhadores rurais, em Pernambuco, registrava 250 mil canavieiros²⁸.

Foi na década de noventa que o cenário econômico relativo à produção de açúcar torna-se um dos mais desfavoráveis, representado pelo fechamento de inúmeras unidades industriais no estado de Pernambuco e a contínua perda de subsídios federais para o setor, especialmente para os estados do Nordeste. Várias usinas e engenhos começam a ser fechados em decorrência da dívida dos produtores com os bancos, principalmente com o Banco do Brasil, e da concorrência com os mercados produtores do Sudeste.

Apesar disso, Andrade e Andrade (2001), questionam-se sobre a situação de falência dos usineiros, ao considerarem que muitos dos grupos que geriam estas empresas, na verdade, encontraram como estratégia o deslocamento das unidades para outras regiões em que as condições eram mais favoráveis à produção (melhor topografia e, conseqüentemente, a mecanização agrícola). Andrade e Andrade consideram, ainda, que nem sempre o fechamento de uma usina representa o enfraquecimento de um grupo econômico ou sua falência, pois existem casos em que ele transfere seus capitais para outras atividades econômicas, ou regiões.

Em toda a Zona da Mata pernambucana foram muitos os casos de fechamento de usinas, destilarias e engenhos de açúcar; o patrimônio dos empresários foi pouco afetado, sobretudo no que diz respeito às terras. Como afirmam os autores: “Fale a usina, mas não fale o usineiro” (ANDRADE e ANDRADE, 2001, p.80).

²⁷ “A introdução de novas técnicas produtivas e o excesso de mão de obra disponível gerou um ostentável incremento na tarefa, mas diminuiu o número de trabalhadores. Faz 15 anos, que em Pernambuco se estimavam 240 mil empregados permanentes no setor. Segundo os dados da safra 2001/2002 pudemos contabilizar uma perda definitiva de perto de 150 mil postos de trabalho na região açucareira pernambucana. Hoje há menos pessoas empregadas que trabalham muito mais, e com o que isso leva de risco de saúde para os operários” (RIBEIRO, 2004:02).

²⁸ Quanto a isso ver SIGAUD, L. **Greve nos engenhos**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

Esse contexto fez com que os sindicatos de trabalhadores rurais e sua federação, a FETAPE – Federação de Trabalhadores da Agricultura do Estado de Pernambuco, buscasse novas estratégias de lutas (ocupações de terras) que ultrapassassem as questões estritamente salariais (convenções coletivas e ações trabalhistas) e desenvolvessem ações mais pontuais na organização de parcela de trabalhadores rurais afetados pelo desemprego na Zona da Mata.

Para Lima (2005:190):

Ocupações significativas organizadas pela FETAPE só vieram a ocorrer na segunda metade dos anos 90, quando o desemprego na zona canavieira tornou-se muito grande e algumas lideranças, especialmente o secretário de Política Agrária, João Santos, assumiu de forma mais comprometida esta questão.

Apesar de a luta pela terra ser uma bandeira histórica do movimento sindical, foi nesta década que, no caso específico do movimento sindical de trabalhadores rurais de Pernambuco, se observou uma expressiva mobilização em prol desta bandeira, sendo esta impulsionada tanto por elementos internos quanto externos ao movimento.

Como primeiro elemento impulsionador das mudanças encontramos o conflito geracional entre os dirigentes sindicais. A nova geração de sindicalistas renovou as estratégias tradicionais de luta da FETAPE, e deu início, às invasões de terras, a partir de suas bases, em engenhos e usinas consideradas improdutivas. O segundo elemento concerne à própria “crise” do setor sucroalcooleiro que teve como consequência a diminuição de postos de trabalho, com o fechamento de unidades produtivas, e do volume de terras que passaram a ser consideradas improdutivas. O processo de falência de algumas usinas conduziu ao não pagamento das dívidas trabalhistas dos trabalhadores, que, orientados pelos sindicatos, começaram a ocupar essas terras²⁹. Esse cenário fez com que os sindicatos de trabalhadores rurais se aproximassem do MST (Movimento de Trabalhadores Sem Terra).

Nesse sentido, se, em um primeiro momento, foi possível se verificar uma aliança entre FETAPE e MST, noutro, estes dois agentes deixam claras suas divergências quanto aos encaminhamentos da luta, tornando-se concorrentes na liderança do processo de ocupação de terras em Pernambuco.

²⁹ Para um melhor entendimento desse contexto, consultar: ROSA, Marcelo. As novas faces do sindicalismo rural brasileiro: a reforma agrária e as tradições sindicais na zona da Mata de Pernambuco. In: **DADOS – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, Vl. 47, nº. 3, 2004.

O fenômeno de invasão de terras se tornou, a partir de então, uma das grandes estratégias da luta sindical encabeçada pelos sindicatos de trabalhadores rurais e pela FETAPE. Seu epicentro estava na Zona da Mata Sul do estado, seguindo, então, para a Mata Setentrional. Embora existam registros de assentamentos rurais na Mata Norte, anteriores à década de noventa (Engenho Novo e Caiana (1973), em Abreu e Lima, (Itapirema do Meio (1978), em Goiana, (Pitanga (1986), Igarassu, Abreu e Lima e arredores, só na segunda metade dos anos oitenta e ao longo da primeira metade dos anos noventa é que ocorre e se intensificam-se a implementação de assentamentos rurais, estando, portanto, a formação de tais assentamentos associada a contextos distintos, tanto no cenário econômico e social quanto no político e ambiental³⁰.

Ressalta-se, aqui, que a dimensão ambiental desse processo vai imprimindo sua marca na construção dos territórios de assentados em toda a Zona da Mata pernambucana como um obstáculo, pois os assentamentos passam a ser encarados como uma ameaça às áreas de proteção ambiental, pois estavam “conduzindo à intensificação da “entrada” na mata para retirada de madeira e para a criação de roças” (MENEZES, 2000:13).

Wanderley (2003:206) observa que, no caso do assentamento Pitanga, “a presença predominante de remanescentes de Mata Atlântica e de mananciais [...] deu à luta pela terra nessa área uma conotação especial”, porquanto que foram estes os espaços ocupados, inicialmente, pelos trabalhadores rurais.

O Engenho Ubu é um dos inúmeros casos de engenho de açúcar que se apresentava improdutivo em decorrência da disputa interna pela direção da empresa entre irmãos, e da crise do setor sucroalcooleiro. Nele funcionavam uma destilaria e uma fábrica de tapetes que empregavam trabalhadores da lavoura, no cultivo da cana, e outros profissionais, como pedreiros, eletricitas, almoxarifes e trabalhadores especializados na fabricação dos tapetes.

Situado em uma região privilegiada do ponto de vista de sua localização (entre terras da zona da Mata Norte (Goiana, Itaquitinga) e a Região Metropolitana de Recife (Igarassu e Itapissuma), é cortado pela Br 101 Norte, apresentando excelentes condições para o desenvolvimento de atividades agrícolas, conforme o diagnóstico socioambiental da CPRH, ao observar que:

³⁰ Quanto a este aspecto, os trabalhos de Lima (2005) e Estoile e Sigaud (2006) são importantes referências para a compreensão desse fenômeno.

Com exceção dos assentamentos Santo Antônio do Norte, Pituaçu, Fazenda Boa Vista, Engenho Ubu e Sítio Inhamã, onde existe relativa abundância de água durante todo o ano, nos demais, a falta desse recurso, sobretudo na estação seca, constitui forte limitação à atividade agropecuária (CPRH, 2003:118).

No início do ano de 1994, trabalhadores rurais e agricultores advindos de outros assentamentos, como Pitanga I e II, considerados insuficientes para as necessidades das famílias que ali viviam, em razão do estrangulamento das terras para além de sua capacidade econômica, organizaram-se para realizar um acampamento no Engenho Ubu, determinando a continuidade da luta pela terra para os seus descendentes.

O acampamento que deu origem ao assentamento Ubu teve início nos primeiros meses do ano de 1994, com reuniões promovidas pelo sindicato de trabalhadores rurais de Igarassu e da CPT (Comissão Pastoral da Terra). Anteriormente, já haviam ocorrido palestras promovidas por estas instituições com a finalidade de discutir a situação local de desemprego provocada pela crise do setor açucareiro, assim como para arregimentar pessoas interessadas em participar de invasões de terra.

Segundo o P. F. N, 68 anos, uma das lideranças dos assentados, que está ali desde os primeiros momentos de ocupação:

[...] a gente conseguiu arrebanhar pessoas que nós mesclamos que vinham de vários lugares pra não ficar uma coisa central, somente de um canto. Grande parte daqui foi uma desova lá de Pitanga um, dois e três, que lá já tava impressado pra os parceleiro e seus filhos né?, que vão casando e vão ficando, né?, então enxameou pra cá. Feito o sistema da abelha, né? Aí enxameou pra cá e a gente estamos aqui, a gente se deu ao luxo de se assinar com todos os povos que vieram de todos os lugares, tem de tudo quanto é região. É uma concentração de várias experiências [...].

Como presidente do sindicato de trabalhadores rurais de Igarassu, na época, o P. F. N, 68 anos, hoje também um dos assentados, lembra que as primeiras reuniões que foram realizadas objetivam sensibilizar os trabalhadores e desempregados da região quanto à situação em que se encontravam as usinas e engenhos da Mata Norte, devido ao fechamento de algumas e à crise pela qual atravessam outras. Ele resume a finalidade das reuniões exortando: “Nois procurava um lugar pra ocupar”.

Na escolha da localidade para realizar o acampamento, o mesmo ressalta que:

[...] a tendência do pessoal era **acampar nas matas** que ainda resta, né?, chamada Mata do Ronca, né? E a gente viu que não ia ter sucesso **porque hoje ninguém pode mexer numa mata porque vamos ferir a natureza** [...] aí a gente pediu que o pessoal formasse uma comissão e tal, aí a gente começou a ver isso aqui, por isso o assentamento se chama Engenho Ubu. A gente viu que tinha mais de 80% de sua área improdutiva, a usina tava falida faz 10 anos, isso aqui era uma destilaria que fazia aguardente, aí a gente trouxe o pessoal, tiramos uma comissão e fomos à FETAPE e mostramos ao pessoal que o lugar não era lá, porque as mata, ninguém pode tocar, que é uma coisa intocável mó da questão da natureza hoje, que as matas têm que ser respeitada, e aqui, apesar de já ser uma área já toda desmatada, né?, por conta da cana de açúcar, aí a gente trouxe pra cá. Um pessoal entendeu que o lugar era aqui, mas ainda tem gente que acha que o lugar é nas matas porque vai ganhar dinheiro mais fácil, né?

A partir disso, a história deste assentamento compreendeu um circuito de acontecimentos que unificaram a pressão pela reforma agrária a incorporação de uma agenda ambiental, de incluía a preservação dos recursos naturais e a produção de alimentos orgânicos. A confluência entre esses elementos permitirá que no desenvolvimento das experiências vividas pelos assentados, a questão ambiental não passe despercebida. Assim, por exemplo, na história do assentamento registra-se uma denúncia, feita pelos próprios assentados, aos órgãos de fiscalização ambiental e ao INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) sobre a venda de areia realizada por alguns parceiros e que teria provocado sérias erosões dentro do assentamento, assunto que trataremos mais adiante.

Tais fatos, de certo modo, pronunciam uma consciência ou preocupação ambiental por parte, principalmente, das lideranças do assentamento que permitiram a estas buscar enfrentar, posteriormente, as ameaças que o aterro sanitário representará para as suas vidas.

A incorporação da preocupação ambiental nos discursos das lideranças sindicais é parte constitutiva desse processo e começa a ser materializada em muitas experiências de invasão de terras que se efetuaram a partir de então e tenderam a ter um significado importante na trajetória do assentamento aqui estudado.

Essa referência às preocupações com o meio ambiente tornou-se uma constante na história do assentamento, sendo, portanto, um diferencial quando observamos a trajetória de outras formas de ocupações de terra tanto na Mata Norte quanto na Mata Sul do estado. Na especificidade do Assentamento Engenho Ubu, essa dimensão da questão ambiental se manifestou em diversos momentos de sua história, iniciando pela não ocupação da Mata do Ronca (nas proximidades da antiga fábrica de tecidos paulista), na identificação de parceiros que vendiam areia e na reação à construção e ao funcionamento do aterro sanitário de Igarassu.

Se comparada à experiência de ocupação desenvolvida pelas famílias de Pitanga, verificaremos, por parte dos agricultores de Ubu, fortes vínculos com o debate sobre as questões ambientais. Uma hipótese inicial, que pode ser considerada neste fato, é que no Brasil a questão ambiental recebe maior visibilidade, tanto da sociedade em geral como dos movimentos sociais, a partir da Rio-92, o que permitiu, portanto, que suas questões fossem gradualmente sendo incorporadas aos discursos e demandas desses movimentos, de forma que, no período em que os assentados de Pitanga se organizaram, este tema, por mais que tenha recebido atenção do movimento ambientalista, ainda era um tanto periférico no movimento de trabalhadores rurais de Pernambuco.

A esse respeito, é possível afirmar que só a partir de 1995 a própria FETAPE, em decorrência das estratégias de ocupação de terra, vem realizando incursões no campo do debate da questão ambiental, institucionalizando, na prática, tal ação com a criação da diretoria de políticas agrárias e meio ambiente, e só em 2007 é criada dentro desta diretoria uma coordenação específica para tratar do tema meio ambiente.

Como registram os assentados, o conflito constituiu um fenômeno sempre presente nas suas trajetórias. Na constituição do assentamento Ubu isso não foi diferente, o conflito sempre foi um elemento que esteve presente na memória dos assentados quando se busca reconstruir suas trajetórias, desde a escolha e definição do local para acampar, o confronto com os proprietários do engenho, com a polícia, o encontro entre assentados e antigos moradores ao enfrentamento do aterro sanitário.

Em seus relatos, a história de formação do Assentamento Ubu foi permeada de conflitos. Tensões que foram vivenciados, na fase inicial do acampamento, de modo coletivo pelos trabalhadores sem terra.

Os documentos produzidos pelas lideranças, visando registrar a memória do assentamento, antes mesmo da chegada dos agricultores ao engenho, mantêm viva uma das passagens mais emblemáticas da luta pela terra ali desenvolvida. Segundo o manuscrito *A história do Assentamento Ubu – Livro I*:

Em uma das últimas reuniões, na Capelinha Cabeça de Gato, quando se estava definindo os encaminhamentos da ocupação, policiais, vigilantes e pistoleiros da Companhia de Tecidos Paulista chegaram ao local. Tivemos que desviar o assunto da reunião e a transformamos em missa campal. Até um batizado foi improvisado para despistar os bandidos (1999:02).

A presença dos ditos “bandidos”, expresso pelo documento, ocorreu pelo fato de que já se havia propalado a intenção do grupo em acampar nas matas, como havia ocorrido com os acampados de Pitanga, mas que pôde ser reconsiderada pela posição assumida pelas lideranças sindicais que encabeçavam o processo.

A montagem do acampamento ocorreu em 13 de fevereiro de 1994 com a chegada de 280 trabalhadores anteriormente inscritos nas reuniões. A princípio, as primeiras reações contra os acampados se deram com as intimidações da polícia, seguida de outras ações violentas. Apesar das evidências de que a destilaria estava fechada há mais de 6 anos, e considerando que a exigência para a não ocupação das terras era a de que não fossem improdutivas os proprietários tentavam realizar o plantio da cana para evitar o pedido de desapropriação, sendo estes impedidos pelos acampados.

Em 28 de março de 1994, ocorreu o primeiro despejo; foi então que os trabalhadores descobriram que o engenho recebia apoio, além da polícia, das usinas de açúcar da região, como as Usinas São José, Maravilha e Santa Teresinha. Das usinas, principalmente da São José, foram disponibilizados caminhão e trator para despejar os trabalhadores assim como para realizar plantios na propriedade e apresentá-la como produtiva.

A reação dos acampados a estes atos foi sempre radical, tendo em vista que, no processo de acampar, todos estavam muito próximos e conseguiam vivenciar os mesmos problemas. Além disso, a crença na possibilidade de acesso à terra, as histórias de vida em comum e a vivência em pequenos aglomerados de lonas pretas, conduziram a uma solidariedade interna entre os participantes, permitindo se estabelecer um forte elo de pertencimento ao grupo.

Duas ações desenvolvidas no período do acampamento foram repetidamente lembradas pelos agricultores no momento das entrevistas. A primeira, foi a destruição de um trator de propriedade do engenho, foi queimado pelos trabalhadores, em resposta ao descumprimento do acordo estabelecido de não plantar. Já a segunda foi a morte de dois bois³¹ que a Usina São José havia enviado com arado e dois empregados, para arar a terra. Por coincidência, estava faltando carne no acampamento, e os trabalhadores resolveram matar os bois, levando em consideração que a usina havia descumprido também o acordo de não cultivar a terra.

³¹ Registro presente no documento elaborado *A história do Assentamento Ubu – Livro I*, 1999. (mimeo) e em vários relatos coletados entre os entrevistados.

Muitas das ações dos acampados representaram estratégias de enfrentamento com vistas à aceleração do processo de desapropriação. Chama a atenção nisto um momento marcante da história da luta pela terra no Engenho Ubu: a chegada dos acampados à sede do engenho com a finalidade de reabrir a escola que estava há cinco anos fechada: “Achamos um absurdo e assim foi feito, quebrando 14 portas. Fizemos a limpeza e botamos pra funcionar” (História do Assentamento Ubu – Livro I, 1999:19).

A chegada dos trabalhadores acampados (13 de fevereiro de 1994) no engenho ilustra, por outro lado, uma outra dimensão da luta pela terra em Ubu, o confronto entre “os de dentro” e “os de fora”.

Os momentos de incidência de conflitos presentes na história do Assentamento Engenho Ubu, registram-se, ora na luta pela posse da terra (conflito agrário) em que se estabelecem relações de força com proprietários do engenho e usinas de açúcar da região, que tinham interesse na área, no enfrentamento da desconfiança que é registrada entre os antigos moradores (os de dentro) e os acampados (os de fora); ora na mobilização desencadeada pela percepção de risco que se constrói com a chegada do aterro sanitário causando um conflito socioambiental. Neste caso, o móvel do conflito foi a cessão de uma área de 85,31 ha para implantação do aterro sanitário pela usina.

Na história do assentamento, alguns atores que se fizeram presentes em conflitos passados retornam à cena protagonizando ou sendo apenas coadjuvantes de novos conflitos. É o caso da Usina São José, uma das consorciadas ao aterro sanitário, que tem como razão social o nome de CTR/PE (Central de Tratamento de Resíduos de Pernambuco), e cede a área contígua ao assentamento, localizada à margem esquerda da Br 101 Norte, no município de Igarassu, assim como alguns dos antigos moradores do engenho que mantêm ainda hoje um embate com os assentados (“os de fora”) pela liderança junto ao assentamento.

2.2 Os de “dentro” e os de “fora”

No contexto interno do conflito o maior embate se dá entre os sem terra e os antigos moradores do engenho, como descreveremos a partir de agora.

Na antiga vila do Engenho Ubu residiam as famílias de trabalhadores da falida fábrica de tapetes e da destilaria de açúcar que compunham o engenho; tais famílias se mantiveram no local mesmo com o encerramento das atividades daquelas unidades produtivas e procuravam, no mercado local das cidades próximas, a possibilidade de trabalho. Entre os vários profissionais que se mantiveram na vila, destacam-se os pedreiros, os eletricitas e alguns poucos operários.

Afora esses moradores, que, em geral, mesmo residindo em um engenho de cana-de-açúcar, não tinham a tradição da agricultura, moravam em outras áreas cinco famílias que viviam isoladas, em casas construídas pelo engenho, e desenvolviam a agricultura familiar (CARRAZONE, 2004:30).

Para Carrazone (2004):

Ser morador do Engenho Ubu é mais que habitar dentro do espaço físico do Engenho, é ter nascido ali, ou ter chegado ainda criança, ou ter casado com alguém de lá; é trabalhar, essencialmente, dentro dos limites do engenho; é obedecer incondicionalmente a [sic] regras nascidas na convivência do grupo ou impostas pelo dono da propriedade; é ter orgulho de ser morador, sendo grato ao dono do Engenho por esta condição; é ser trabalhador, cumprindo a tarefa que lhe foi designada, custe o que custar, como forma de agradecimento a esta condição de ser morador (p.32).

Parte de tais características, por sua vez, será identificada no engajamento (ou na sua ausência) desses moradores em relação ao seu envolvimento nas estratégias utilizadas no conflito contra o aterro sanitário. No entanto, nenhum deles (antigos moradores) possuía qualquer envolvimento anterior com o movimento social ou luta por direitos, levando em conta, por exemplo, que, no período de funcionamento do engenho, estes trabalhadores relataram não serem sindicalizados.

Tal problemática é facilmente observada no relato apresentado por um morador antigo do engenho: “aqui a gente nunca teve sindicato, sempre aparecia alguém do sindicato rural,

mas não conheço ninguém daqui que participasse disso. Tudo era resolvido direto com os donos” (J. A. N, 45 anos).

No processo de conquista da terra, as características acima descritas se tornaram evidentes quando os moradores denunciavam as atividades dos acampados ao proprietário do engenho e destruíam as suas roças com tratores e veneno a mando do mesmo. Poucos foram os moradores que se envolveram na luta dos acampados pela terra; Carrazone (2004) registra que apenas três deles passaram a atuar junto aos sem terra. À medida que parte desses trabalhadores auxiliava o ex-patrão, um terceiro grupo evitava o contato com os acampados [...] (p.43).

No caso específico do encontro entre “os de dentro” e “os de fora”, percebe-se, inicialmente, que a construção de uma imagem preconcebida dos acampados enquanto “invasores” e deturpadores da ordem povoou o imaginário dos antigos moradores do engenho que se sentiam ameaçados pelos atos praticados por aquele grupo. Com a desapropriação da terra e a constituição do assentamento, tal imagem e a desconfiança “nos de fora” tendem a ser relativizadas. Forma-se, a partir daí, entre os dois grupos, uma identidade de “assentados”, todavia tal fato não consegue dissolver as diferenças entre eles³².

É a partir da emissão da posse da terra, em 20 de fevereiro de 1997, que acampados e moradores passam a ser identificados enquanto assentados. Mas, a desconfiança e o conflito construídos pela imagem de “desordem” em relação aos acampados cedem agora espaço às disputas pelo acesso aos locais que permitiam estabelecer canais de representação e liderança entre os assentados.

Esses espaços seriam identificados pelos “de fora” como posições que um grupo de duas famílias de antigos moradores buscam ocupar, revezando nos cargos de direção da escola, da associação de moradores e do posto médico, núcleos importantes do acesso aos direitos e fornecedores de status sociais entre os assentados. Essas mesmas famílias, por sua vez ocupam também as melhores casas da vila, o que permite, também que eles sejam considerados como os mais prósperos entre os antigos moradores e detenham o respeito do grupo, como também exerçam influência sobre boa parte desses moradores.

³² Wanderley (2000:99) considera que: “a proximidade de grupos distintos no meio rural pode gerar tensões e conflitos. As distinções se expressam frequentemente entre os antigos habitantes e os recém-chegados, ou os “de dentro” e os “de fora”.

Considerando a extensão do assentamento e que seus limites geográficos situam-se dentro de quatro municípios (Goiana, Itaquitinga, Igarassu e Itapissuma) deveriam existir quatro associações com a finalidade de captar recursos dos municípios citados. Hoje, porém, apenas duas existem de fato, a de Itapissuma e a de Goiana, sendo primeira o principal foco de disputa, tendo em vista ter sido inicialmente fundada em um dos locais onde ocorreram os primeiros acampamentos, enquanto a de Goiana está localizada noutro núcleo comunitário (a vila dos antigos moradores é considerada o mais antigo núcleo comunitário) composto de escola, posto de saúde, uma igreja católica (em ruínas) e uma igreja protestante (Assembleia de Deus).

O fato é que, na disputa pela liderança desses espaços de poder, os líderes dos antigos acampados priorizam o acesso à associação de moradores entendendo ser este um espaço privilegiado de interlocução entre assentados e o poder público, visto que é por ele que se fornecem informações sobre o assentamento, tem-se acesso aos financiamentos, programas e projetos do INCRA. A associação representa, assim, um caminho de acesso aos projetos que tendem a beneficiar os assentados em suas respectivas parcelas e, por isso, um campo estratégico de reconhecimento e liderança da comunidade.

Muito embora os cargos de diretoria e presidência da associação não sejam a meta de todos os assentados, a disputa entre as duas famílias e as lideranças dos acampados é evidente e demonstra o quanto a relação entre “os de dentro” e “os de fora” ainda permanece orientada pela desconfiança.

Para melhor compreensão do que vêm a ser as disputas internas dentro do próprio assentamento, e a distinção entre “os de dentro” e “os de fora”, é importante entender as “quatro pessoas” (expressão das lideranças), ou grupos, que formam a comunidade e as relações que se estabelecem entre eles. O primeiro grupo corresponde aos antigos moradores da *vila do engenho*: entre estes “existe duas famílias (que exercem excepcional influência sobre os demais moradores) na vila que são rivais e dominam o povo. Eles ocupam os melhores espaços (direção da escola e do posto médico, casas)” (D. T, 47 anos). Um aspecto diferencial dos antigos moradores em relação aos “de fora” foi que apesar de todos os antigos moradores terem direito a uma parcela de terra, com a desapropriação, a sua maioria já repassou a propriedade e desenvolve trabalho remunerado, seja por meio de bares ou de atividades exercidos nas cidades circunvizinhas (Goiana, Igarassu, Abreu e Lima).

O segundo grupo corresponde às famílias de moradores de sítio do engenho. “Essas cinco famílias de moradores de sítio, espalhadas pelas terras do engenho, diferenciam-se [diferenciavam-se] das famílias sem sítios da vila através de um contrato simbólico com o dono do engenho” (CARRAZONE, 2004:30). No que diz respeito à discriminação e disputa interna entre grupos, podemos afirmar que isso já ocorria mesmo antes da chegada dos acampados. Havia uma discriminação dos trabalhadores da usina (os moradores da vila) contra os trabalhadores da cana que moravam em áreas distantes da sede do engenho, ocasionada pelo fato de que estes últimos estavam relegados as piores moradias.

O terceiro grupo é composto pelos acampados que chegam às terras do engenho em 13 de fevereiro de 1994, ocupando uma área no lado esquerdo da Br 101 Norte, no sentido Goiana/Igarassu. “Nós somos uma terceira pessoa, os forasteiros, “os de fora” (J. F, 48 anos).

O quarto grupo são os “perseguidos pela polícia”. São os ocupantes silenciosos que se apropriaram das casas ociosas da vila, com a falência do engenho; em geral são pessoas que tiveram alguma passagem na polícia por roubo ou pequenos delitos e que encontraram na ociosidade de alguns espaços (almoxarifado, casa grande, etc) da antiga destilaria seu refúgio. Após a chegada dessas pessoas, verificou-se, segundo muitos dos antigos moradores, um aumento da violência e insegurança ocasionado pelo uso de drogas que eram comercializadas dentro do engenho. Estes são tidos pelos antigos moradores, como a causa da violência e insegurança que se abateu sobre o engenho. Em uma das entrevistas, um dos acampados explicita o nível de desconfiança que se estabeleceu entre “os de dentro” e “os de fora”: “Pra nós, eram as elites [os dois grupos rivais de antigos moradores] que vendiam a eles [os perseguidos da polícia] as casas pra eles morar. Mas a elite culpa os acampados de trazer eles pra cá” (J. F, 48 anos).

Para além da relação entre os quatros grupos, ficou evidente que as disputas de poder situam-se entre “os de dentro” e “os de fora”, de forma que as lideranças, entre estes últimos, conseguem visualizar mudanças nessa relação quando afirmam que “a última eleição da associação ocorreu de modo que a “elite feudal” não mais a compõe” (D. T, 47 anos). Ainda segundo uma outra liderança, “ n’A primeira sessão eleitoral do engenho, os assentados conseguiram não incluir os familiares da elite para a função de mesários” (F. C, 49 anos).

Um aspecto distintivo entre os antigos moradores (tanto os da vila quanto os dos sítios) e os acampados situa-se no fato de que, embora boa parte desses sujeitos (“os de fora”) tenha vindo de antigos assentamentos de reforma agrária (como é o caso de Pitanga, Engenho

Novo e Caiana) ou da experiência de trabalho na cidade, suas lideranças quase sempre possuem um histórico de engajamento social e de luta junto aos movimentos sociais (entre os vínculos encontrados, podemos citar: MJMP (Movimento de Jovens do Meio Popular), da Arquidiocese de Olinda e Recife; CPT (Comissão Pastoral da Terra); STR (Sindicato de Trabalhadores Rurais), de Igarassu e Goiana e a tradição do trabalho na agricultura, dando-lhes assim maiores condições de organização e de encaminhamento diante dos conflitos tanto de ordem interna quanto externa.

Chama a atenção, neste aspecto, o registro da história e dos acontecimentos que mais marcaram o assentamento desde sua formação às lutas que se vêm enfrentando por ocasião do conflito socioambiental gerado pelo aterro sanitário. Isso se revela, por exemplo, na redação de um texto (mimeo) que guarda a memória das pessoas que encabeçaram o acampamento, no arquivo de fotos, na produção de vídeo-denúncia, etc.

A referência à manifestação de formas diversificadas de conflitos na história deste assentamento traz uma particularidade ao conflito que hoje se desenvolve em relação ao aterro sanitário de Igarassu, pois todos os agentes de conflitos anteriores se fazem presentes na cena, formando novas coalizões. Porém, é a presença do Estado, que cumpre o papel³³ de mais novo agente de conflito, que aparece, por um lado, como deslegitimador do processo de luta dos assentados e, por outro, como viabilizador do empreendimento.

2.3 Depois da luta pela terra, a luta contra o “bicho”³⁴

Atravessado o período de luta pela terra e da resistência dos antigos moradores à chegada dos “forasteiros”, surge outra fase da história do assentamento que implica o parcelamento da terra e a individualização do trabalho. Aspectos marcantes que porão em processo uma nova forma de socialização que vai diferenciar as experiências construídas ao

³³ O papel desempenhado pelo Estado deve ser considerado de maneira ambígua, visto que noutros momentos ele será não será considerado apenas pelo alinhamento aos interesses do mercado. No caso aqui estudado, na fase em que os agricultores lutaram pela reforma agrária esse entendeu em favor deles.

³⁴ “Lutar e combater o bicho” foi uma das primeiras expressões que ouvimos dos assentados do Engenho Ubu, em relação ao aterro sanitário de Igarassu, numa tarde de sábado do mês de abril de 2008, onde um grupo de agricultores e agricultoras reuniu-se para refletir e traçar estratégias de luta com o apoio e participação do Movimento de Educadores Sociais do Recife e dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Igarassu e Goiana. Naquele momento, ouviam-se frases como: *Se correr, o bicho pega; se ficar, ele come; mas se a gente se junta, ele corre.*

longo de quase três anos, embaixo da lona preta, da vivência de um assentamento de reforma agrária.

Nesse sentido, mesmo a posse da terra sendo um momento ímpar do processo de luta pela terra, ele não representaria tão simplesmente uma fase mais avançada do amadurecimento da organização dos trabalhadores envolvidos numa história de ação coletiva.

A posse da terra, resultado de uma conquista, dá também início a uma outra etapa de organização do grupo; nesta a aprendizagem acumulada com a experiência de mobilização para adquirir um lugar para morar e trabalhar não produziu efeitos para o contexto novo que desabrochava, tendo em vista estar fundada em uma forma de socialização muito mais grupal. Isso porque, apesar do longo período de aprendizado construído com a experiência vivida em acampamento ela pouco contribuiu para a organização dos parceiros diante dos novos desafios que o parcelamento da terra trouxe com a individualização do trabalho nas propriedades.

O compartilhamento das terras, tão almejado, trouxe com ele a dificuldade de organização dos sujeitos que, distanciados do elo que os mantinham unidos (o acesso à terra) encontraram obstáculos para desenvolver novas ações coletivas. Isso se refletiu, principalmente, nos projetos de arranjos produtivos que começaram a se desenvolver dentro do assentamento, como foi o caso do mamão, e que, tanto pela falta de experiência com esta cultura quanto pelas dificuldades do trabalho cooperativo, levaram este e outros esquemas produtivos a um final um tanto desastroso, do ponto de vista econômico, para os assentados.

As dificuldades organizativas, quando ocorre o parcelamento de terras resultante de um processo de reforma agrária, são um fato muito presente em experiências de assentamento, e decorrem da ruptura entre os espaços de convivência construídos nos acampamentos em que o trabalho em grupo é determinante para a consecução do objetivo estabelecido, a posse da terra. Após esse momento, as relações se individualizam e se tornam bem mais difíceis, uma vez que cada sujeito necessita trabalhar em sua parcela de terra e a proximidade permitida pela moradia embaixo de lonas pretas será substituída pelo distanciamento e isolamento de algumas dessas parcelas (BERGAMASCO, 1997, GIULIANI e GUARANÁ DE CASTRO, 1996).

No caso do Assentamento Engenho Ubu, é flagrante que a própria história de muitas pessoas, que hoje compõem o assentamento, esteja dissociada da luta pela terra, da falta de

engajamento ou experiência de militância em movimentos de trabalhadores rurais e apresentem trajetórias profissionais distintas do trabalho com a terra. Isso tende a tornar mais difíceis as ações de mobilização social desses sujeitos. Os problemas não são apenas de ordem mais estrutural, pois tais características tendem a afetar também o projeto de cada parceleiro individualmente, como demonstram as palavras do P. F. N, 68 anos:

[...] a gente se deu ao luxo de se juntar com todos os povos que vieram de todos os lugares. Tem de tudo quanto é região, é uma concentração de várias experiências, aqui a gente tem pedreiro, a gente tem motorista, a gente tem mecânico, a gente tem todas as classes aqui por conta também do sistema do desemprego né? Aí teve gente que deixou de ser alguma coisa e foi ser agricultor também. Gerou grandes problemas pra nós, porque o assalariado que sempre recebeu ordem passa a ser um empresário pra administrar seu negócio, então isso também é muito difícil, né?

A partilha da luta pela terra imprimiu um sentido heterogêneo aos objetivos iniciais da luta dos acampados de Ubu. Se o “morar e trabalhar” registra o ideal camponês na experiência de Pitanga, como demonstrou Wanderley (2003), no Assentamento Engenho Ubu este também é um ideal para aqueles que se consideram verdadeiramente agricultores. O sentido heterogêneo a que nos referimos diz respeito ao encontro entre as diversidades de experiências que os sujeitos ali presentes trazem com relação à terra. O assentamento é o encontro entre várias histórias de trabalhadores ligados não apenas à terra, ou à agricultura, mas ao rural de maneira mais ampla³⁵ e que, portanto, expressam diferentes projetos de vida e relações com esse espaço.

Mesmo que o processo de luta pelo acesso à terra tenha permitido aos assentados acumular certa bagagem organizativa, tal aprendizagem não foi suficiente para lidar com os desafios iniciais do cotidiano no assentamento, tampouco para atuar em outros tipos de conflitos que surgiram com a posse da terra. A aprendizagem se deu, portanto, no sentido de compreender as diferentes nuances que a realidade conforma, como nos explicita a fala de um

³⁵ Quando nos referimos a essa ideia, estamos nos reportando ao entendimento de um rural não enquanto um mundo à parte, isolado, mas da relação que este território estabelece com o espaço urbano, para o bem ou para o mal. Quanto a isso, é importante esclarecer que os agricultores se referem ao lugar onde vivem como uma referência de qualidade de vida e que não desejariam deixar o assentamento, tendo em vista a proximidade deste em relação às cidades da região, sobretudo da capital pernambucana. Ao tempo em que fazem alusão a essa proximidade e às benesses trazidas por isso, os agricultores também apontam que, por outro lado, essa proximidade ocasionou o aumento da violência à medida que, durante, por exemplo, os meses de julho de 2008 a fevereiro de 2009, vários assentados foram vítimas de assaltos dentro de suas residências, de maneira que pela ausência de policiamento, tiveram que construir estratégias de segurança, como a criação de uma milícia interna, para se sentirem protegidos.

dos líderes do movimento Salve as Água do rio Arataca: “a luta de acampamento é uma e a de assentado é outra. Uma não cabe na outra” (J. M, 45 anos).

A posição do agricultor acima, quanto a esta problemática, serve para explicar a dinâmica da própria reforma agrária que, se, por um lado, se inicia com a luta pela terra, não finda com o acesso dos trabalhadores a ela. Daí que todas as dificuldades que se apresentaram a esses sujeitos quando assentados só ratificaram que com a posse da terra a lógica da ação coletiva seria outra, tendo em vista, portanto, que os conflitos e as dificuldades que se manifestam com o assentamento passam a ter um caráter menor de enfrentamentos com um sujeito definido – o latifúndio e o latifundiário, e se dimensionam os obstáculos do trabalho associativo ou cooperativo.

À medida que o tempo passou, se verificou o quanto a ideia de cooperativismo, por exemplo, foi frustrante quando os parceiros tinham que disponibilizar tempo para o trabalho em suas terras e para o trabalho em um determinado arranjo produtivo que carecia de uma ação conjunta, a exemplo da plantação de mamão e da pecuária.

Passada, porém, a fase inicial de aprendizagem no trato com questões, como o acesso a financiamentos e a necessidade de assistência técnica adequada, muitos dos assentados demonstram que o assentamento tem se consolidado e permitido que as famílias (em torno de 167, chegando a quase 1.500 pessoas) que nele vivem possam retirar da terra e da agricultura seu sustento. Muitas delas praticam a agricultura orgânica, mesmo que algumas ainda prefiram desenvolver atividades agrícolas pautadas na agricultura convencional (adubos químicos e defensivos agrícolas).

Parte dos alimentos produzidos é comercializada na feirinha às margens da Br 101, nas proximidades do assentamento, enquanto outros escoam sua produção para feiras de orgânicos que acontecem na CEASA (Central de Abastecimento de Pernambuco), nos bairros de Casa Forte, Casa Amarela e Boa Viagem.

No que diz respeito aos agricultores orgânicos, o primeiro contato com a ideia de produção orgânica se deu por meio da visita de um grupo de pessoas da TV Escola que promoveu encontros em que se debatiam a viabilidade deste tipo de agricultura e seus benefícios. Dentre as muitas atividades desenvolvidas com os agricultores, foi demonstrado que essa prática traz um valor agregado ao produto e possui um público certo em vários pontos e feirinhas espalhados na capital pernambucana. Um momento importante da recepção

dos agricultores à produção de orgânicos foi a visita ao SERTA (Serviço de Tecnologia Alternativa), em Glória do Goitá (PE) a fim de conhecer a experiência daquela ONG (Organização Não Governamental) com o desenvolvimento de tecnologias limpas aplicadas à agricultura familiar. Conforme depoimento de uma das assentadas ao blog “Nota cidadã”: “Fizemos cursos e nos sensibilizamos com a situação do meio ambiente, por isso passamos a produzir alimentos mais saudáveis” (2008).

Mesmo que nem todos os agricultores que hoje vivam no Assentamento Engenho Ubu tenham aderido à prática de produção de alimentos sem uso de “veneno”, é ela de certo modo que imprime uma unidade ao discurso ambiental das lideranças dos assentados no assentamento. É ela que quase sempre é invocada para lembrar a necessidade de respeito à natureza e de buscar uma vida mais saudável para todos. Porém, mesmo que isso seja um fato, os agricultores não possuem certificação de seus produtos porque sua produção é realizada em uma área que historicamente serviu à monocultura da cana-de-açúcar e segundo eles, o valor a ser investido para se conseguir essa certificação é muito alto.

Se a aderência dos agricultores à produção de orgânicos externaliza, de um lado, a opção tomada por alguns de produzir alimentos sem agrotóxicos e, nesse contexto, assumir uma posição diferenciada no trato com o meio ambiente, a partir de uma outra percepção sobre a natureza, de outro, tal opção permite que tais agricultores estejam mais sensíveis às atividades que possam oferecer impactos negativos aos recursos naturais presentes no assentamento.

Embora as condições em que praticam sua agricultura sejam um limitante na definição de produção de alimentos verdadeiramente orgânicos, a existência de práticas agrícolas que se neguem a reproduzir um modelo ameaçador tanto à funcionalidade da natureza quanto a vida dos seres humanos, tende a revelar as preocupações de tais agricultores com o meio ambiente.

Longe de querer induzir uma visão romântica desta história, cabe aqui considerar que, na trajetória dos acampados de Ubu, vários elementos da questão ambiental se fizeram presentes, seja no período pré-acampamento, seja no próprio acesso à terra. Como já apresentado, a definição e a escolha de um lugar para acampar passaram inicialmente pela opção de acampar em uma reserva de mata, como afirma um dos assentados: “tinha gente que queria a mata, como se fez em Pitanga, mas tinha gente que queria plantar” (J. M, 45 anos).

Dessa forma, é possível afirmar que a questão ambiental vem marcando a própria história do assentamento à medida que o fato da venda de areia nas parcelas, de terrenos mais arenosos, desencadeou a insatisfação de muitos moradores pelas erosões que essa prática causou a parte do assentamento.

Muitos dos que estavam praticando a retirada da areia justificam que a terra é imprópria para a agricultura e veem na extração e venda deste produto uma possibilidade de obter uma renda. Esses parceleiros, em geral, utilizam a terra, hoje, apenas enquanto morada, tendo em vista que fiscais do IBAMA e a polícia federal os autuaram pela venda ilegal da areia. Por outro lado, uma passagem rápida pelo assentamento nos permite verificar que produtores vizinhos a esses parceleiros que exploram a areia, têm conseguido desenvolver atividades agrícolas.

Foto 01 – Aspectos de uma área onde era realizada a retirada de areia.



Fonte: Tarcísio Augusto, 17 jul 2009.

É nesse sentido que uma das assentadas expõe o significado da reforma agrária, ao considerar que um projeto de vida ligado ao campo ultrapassa a simples dimensão do morar ao afirmar sua posição contra os areeiros: “a gente não veio aqui pra tirar areia, a gente veio aqui pra plantar” (D. I, 54 anos, acampada).

Muito embora a denúncia da exploração de areia no assentamento não tenha sido feita pela associação de moradores, o sentimento de que aquele tipo de exploração não condiz com

os objetivos do assentamento fora externalizado por vários parceleiros. De qualquer forma, os problemas gerados pela prática da venda desse produto eram sentidos pelos demais assentados como um medo de que todo o assentamento pudesse sofrer as consequências desse ato, seja pelos efeitos que a erosão traria para as parcelas mais próximas onde ocorriam as extrações, seja pelo descrédito que uma atividade não licenciada pudesse trazer para a imagem da comunidade.

Para além de uma atmosfera de animosidade entre os assentados, a presença dos areeiros no assentamento explicita por outro lado, a falta de assistência técnica a que os assentamentos de reforma agrária se encontram expostos. Essa falta de assistência que ocorre nos primeiros meses do parcelamento da terra se prolonga por toda a história do assentamento, isso tanto por parte do Estado quanto dos movimentos sociais que apoiam esses empreendimentos.

Na especificidade do Assentamento Engenho Ubu, pudemos observar que essa dificuldade amplifica determinados problemas que são trazidos por ocasião da própria história de ocupação e uso das terras do engenho que durante séculos foi explorado pelo cultivo da cana-de-açúcar, deixando determinadas áreas com grande deficiência produtiva no que concerne ao desenvolvimento das práticas agrícolas.

Percebe-se ainda que, embora o assentamento esteja localizado em uma área privilegiada do ponto de vista hídrico e do tipo de solo existente, parte dessas terras não possui qualidades edáficas suficientes para que o pequeno agricultor possa, nessas condições, promover o desenvolvimento de atividades agrícolas, favorecendo assim que situações, como a extração ilegal da areia, ocorram até para compensar as dificuldades que alguns parceleiros encontram para retirar seu sustento da terra.

A questão da extração ilegal de areia é considerada por Alentejano (2004) como um problema comum aos assentamentos rurais localizados nas proximidades de periferias urbanas, especificamente em Regiões Metropolitanas (no caso estudado por este autor, o Rio de Janeiro), pois, sendo esta um produto fundamental para a construção civil, explica que:

Dada a dificuldade de encontrar este produto na área urbana, muitas vezes os assentamentos viram alvo diretamente da população pobre vizinha, ou de firmas de mineração. A extração muitas vezes clandestina deste produto tende a comprometer as condições produtivas do lote, gerando problemas como erosão dos solos [...] (p.161).

Se pensarmos que hoje a reforma agrária, a exemplo de várias políticas públicas que são desenvolvidas no Brasil, necessita incorporar à dimensão ambiental, o caso do Assentamento Engenho Ubu revela o descaso do INCRA ao demarcar as terras a serem ocupadas pelos assentados. Pois a existência de áreas de terreno arenoso que necessitariam de maiores investimentos por parte dos agricultores deveriam ser desconsideradas, no parcelamento da terra, ou ser realizado um acompanhamento técnico mais consistente por parte dos funcionários deste órgão, de forma a assessorar os assentados ante dos problemas que estes teriam que enfrentar.

Ao que parece, sem uma política ambiental que não se reduza apenas à definição de áreas de preservação interna, dentro dos assentamentos, e o reconhecimento de que os pequenos produtores têm direito ao acesso à terra e de que parte dos movimentos organizados, neste intuito, tem se sensibilizado para compreender os danos ambientais causados pelas atividades humanas a natureza, fica evidente o quanto é difícil compatibilizar a reforma agrária com a questão ambiental.

Apesar de a problemática ocasionada pela extração de areia ser uma expressão real de como as diferentes experiências contidas no assentamento vão imprimindo um tom variado à questão ambiental, não será, todavia, essa problemática que irá conduzir o grupo dos assentados a lutar de maneira mais sistemática contra uma ameaça que para eles seria bem maior que a extração ilegal da areia, o aterro sanitário.

Se as dificuldades organizativas para produzir não foram as únicas barreiras que surgiram no caminho dos assentados, em meados de 2005, a luta pela terra, que se pensava ter sido finalizada, cruza-se agora com a luta contra “o bicho” – termo utilizado pelos assentados do Engenho Ubu para se referirem ao aterro sanitário construído nas proximidades do assentamento.

A construção do aterro sanitário se deu de maneira quase que silenciosa, de forma que, como lembram alguns dos assentados, só depois é que eles conseguiram compreender o quebra-cabeça que estava sendo montado. Ou seja, só após toda a movimentação causada por sua construção, com as visitas de “pesquisadores” à área solicitando entrevistas com os moradores e realizando um levantamento sobre as características específicas do assentamento, é que os agricultores puderam verificar quais intenções estavam por trás de tais estratégias.

Com a chegada de tais “pesquisadores”, que quase nunca explicitaram suas reais intenções ou objetivos com aquele tipo de levantamento de dados, é que se descobriu posteriormente que se tratava de um estudo de impacto ambiental (EIA), e apenas algum tempo depois se verificou uma movimentação muito grande de carros na área onde hoje está em funcionamento o aterro.

Na verdade, tal movimentação só foi percebida pelos barulhos que as máquinas provocaram quando se iniciaram os trabalhos de terraplenagem. Nas entrevistas, vários moradores relatam que, em geral, muitas dessas atividades aconteciam nos períodos da noite. Foi também na fase de terraplenagem e construção das células do aterro que advieram alguns problemas às residências mais próximas ao empreendimento, como rachaduras que comprometeram a estrutura das casas, a ponto de a empresa ter que proceder à reforma das casas atingidas.

Todavia, o que mais chamara a atenção dos assentados foi o local onde estava sendo construído o aterro – nas proximidades do rio Arataca. A ameaça de uma possível contaminação desse recurso hídrico começa a ser vista como comprometidora das atividades agrícolas no assentamento, e o entendimento de que a comunidade necessitava ser respeitada quanto a uma consulta sobre a escolha, localização e construção daquele tipo de empreendimento na vizinhança do assentamento foi durante um bom período de tempo negligenciado pelos órgãos públicos.

O primeiro espaço efetivamente de esclarecimento só veio a ocorrer com a audiência pública³⁶ realizada em 20 de dezembro de 2005, no Centro Mariápolis, em Igarassu (PE). Na ocasião, foram apresentados, por força da lei, os resultados do EIA/RIMA da Central de Tratamento de Resíduos Sólidos de Pernambuco (CTR), contando com a participação de

³⁶ Ressalta-se, aqui, que tal instrumento não possui um caráter decisório quanto à implantação de uma empresa ou a realização de uma atividade. Sua função é a de apenas informar, dirimir dúvidas, incorporar críticas e sugestões da população. Nesse sentido, tanto as audiências públicas quanto o EIA/RIMA têm se constituído em instrumentos de legitimação dos processos que reafirmam a desigualdade ambiental. Nos EIA/RIMA para projeto de aterro sanitário, em geral, a questão social analisada diz respeito apenas à identificação, presença e situação da população que vive do lixo (catadores). Dessa forma, são propostas ações de retirada dos catadores e sua incorporação ao trabalho no aterro. Não se levam em consideração, portanto, as referências culturais, ambientais, os espaços de socialização e as relações da população residente, ou de suas proximidades com o lugar. Já as audiências públicas para discussão do EIA/RIMA coram um processo de não participação da população, pois esta fora desconsiderada na elaboração dos estudos de impacto ambiental. Na perspectiva de Zhouiri, Laschefski e Paiva (2005:17), “O olhar técnico compartimentado apenas promove uma adequação do meio ambiente e da sociedade ao projeto proposto, fazendo com que outros olhares e saberes não-enquadrados pelo discurso técnico científico sejam, excluídos dos processos de classificação e de definição sobre os destinos dos espaços (p.17).”

vários representantes do poder públicos, e de entidades ligadas às questões ambientais. Chega-se, assim ao fim de todo um período de silenciamento das autoridades e dos gestores do próprio aterro quanto ao esclarecimento das implicações daquele empreendimento naquela localidade, restrito apenas a este momento.

Acserald, Mello e Bezerra (2009:35) consideram que instrumentos como EIA/RIMA “são incapazes de retratar a injustiça ambiental contida em determinados projetos, servindo, implicitamente, à legitimação de ações e impactos inaceitáveis, se consideradas apropriadamente as dimensões socioculturais”. A posição de tais autores é a de que, no Brasil, se tem configurado uma espécie de “indústria do EIA/RIMA” que traz como característica a produção de estudos de impacto, “formalmente padronizados e socialmente vazios”, favoráveis aos interesses econômicos.

As primeiras ações mais efetivas contra a instalação do aterro nas proximidades do assentamento ocorreram após a referida audiência. Embora as ações promovidas não envolvessem, inicialmente, medidas de enfrentamento entre os assentados e os responsáveis pelo aterro, elas buscavam sumariamente coletar informações que pudessem, primeiro, esclarecer quanto ao que na verdade estava sendo construído.

Segundo os entrevistados relataram “pesquisadores” haviam visitado o assentamento, em período anterior à movimentação de construção do aterro, realizando algumas entrevistas que não deixavam claros os seus objetivos, algumas vezes acenavam à possibilidade de chegada de novos empreendimentos para a região o que rapidamente despertava o interesse e a disposição dos assentados em contribuir para aquela atividade. Acsllelrad, Melo e Bezerra (2009) discutem ser a *omissão de informações* uma estratégia encontrada por muitas empresas e pelo poder público para impedir o surgimento de percepções que identifiquem riscos potenciais que determinadas atividades possam trazer. Dessa forma:

Os responsáveis pela produção de riscos evitam tornar públicos os perigos que criam. Com a desinformação, torna-se incerta a percepção da relação de causalidade entre a ação dos empreendimentos sobre o meio e os riscos produzidos para as populações. A “expropriação dos sentidos” da população atingida muitas vezes resulta da *desinformação organizada* por um bloco de interesses que diz considerar essa contaminação como um “mal necessário do desenvolvimento”, enquanto esse mal atinge essencialmente as populações de trabalhadores e moradores pobres de áreas periféricas, em nível internacional, nacional ou metropolitano (p.81).

O relato do senhor R. L(50 anos) segue nesse sentido e denuncia também a forma como os profissionais envolvidos nesse tipo de obra tendem a tratar as populações residentes à medida que também revela o quanto o EIA/RIMA se tornou um instrumento viabilizador de empreendimentos, uma vez que: “Os consultores, financeiramente dependentes dos empreendedores, tendem a elaborar estudos que concluam a viabilidade ambiental do projeto [...] (ZHOURI, LASCHEFSKI e PAIVA, 2005: 104).

Nas palavras do agricultor a presença desses pesquisadores foi assim descrita:

Veio um grupo assim de geólogo, pessoas da universidade que vieram e fizeram um levantamento aqui na região da gente. E eu até me arrependi por ter liberado e... fizeram o levantamento e até eu perguntei por quê. Eu fiquei e achei meio estranho porque as pessoas que vieram perguntaram se eu tinha encontrado um objeto, isto é, um taquim de louça, e eu respondi que aparece, né?, mas é muito difícil, e essas pessoas encontraram com a maior facilidade aqui. Tá entendendo? Foi quando eu me virei e dei uma entradinha aqui dentro de casa, aí elas já vieram com uns negócios na mão. Aí depois eles voltaram e esse mesmo grupo de pessoa me ganharam na conversa né?, disseram que estavam fazendo um levantamento de todos os antepassados dos caboclos que moravam nos altos, só moravam nas região altas, e eles cozinhavam com panelas de barro, essas coisa, e perguntaram se a gente num tinha encontrado. Eu disse que tinha e eles disseram que estavam fazendo um trabalho sobre isso aí. Aí você libera pra gente olhar, cavar aí, tal? Eu disse: não, pode ficar à vontade, mas aí eles voltaram rapidinho com esse material difícil de encontrar. Aí, quando foi na outra semana, vieram já com a topografia e eu só vim desconfiar porque a topografia era da empresa, o carro que veio com eles era lá da SERQUIP. Aí eu já tinha liberado e não podia mais fazer nada. Sim, aí eu comecei a fazer outras perguntas né?, aí eles disseram que se o material que eles encontraram aqui tivesse sido encontrado lá, na área do lixo (ele está se referindo ao aterro), ele não traria o lixo, o lixo não teria condições de ser feito ali, tá entendendo?. Aí foi que eu entendi que eles fizeram um documento dizendo que ali ele poderia ser feito. Aí isso me revoltou muito, que, se eu soubesse que esse pessoal ia fazer isso aqui, eu tinha botado eles pra correr daqui na faca.

A presença desses profissionais na área do acampamento é confirmada por um parecer produzido posteriormente pela CPRH, em 30 de março de 2007, em que se analisa o EIA/RIMA apresentado pela empresa. No parágrafo introdutório ao documento se explicita o seguinte:

O processo de análise do referido empreendimento sofreu interrupções periódicas, no primeiro momento, pela necessidade de informações complementares ao EIA/RIMA (solicitação GT AIA N°02, de 20.03.06) e, posteriormente, em 15.06.2005, pelo fato de o empreendedor ter procedido ao início da execução das obras sem o devido licenciamento ambiental. Isto acarretou ainda o Embargo Administrativo da Obra pelo IPHAN, independente da atuação da CPRH, e consequentemente, a necessidade do envio de informações complementares por parte do empreendedor para atender às solicitações do órgão supracitado e desta agência (PARECER CPRH, 2007:01).

A resposta ao embargo administrativo impetrado pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) fez com que a empresa acionasse uma equipe de profissionais que pudesse mais uma vez legitimar a viabilidade do empreendimento. Porém, a denúncia de que o aterro estaria sendo construído sem a devida licença havia decorrido da ação dos próprios assentados à CPRH.

Quanto à omissão de informações que servem inicialmente para desviar a percepção de risco ou a possibilidade de manifestação contrária da comunidade com relação à atividade a ser desenvolvida no local, nem sempre tem os efeitos esperados, pelo menos não a longo prazo. No caso da relação entre os assentados, técnicos e gestores do aterro, verifica-se que todo um processo de desconfiança foi se construindo quando os assentados descobrem que as informações que lhes são fornecidas não são verdadeiras.

A respeito da desconfiança, esta não será sentida apenas por parte dos assentados em relação aos técnicos da empresa, mas também, e sobretudo com o próprio Estado, através de seus órgãos de defesa do meio ambiente e de seus representantes que se submetem aos interesses do consórcio ao afirmarem, como revelou o posicionamento do procurador de Justiça Geraldo Magela: “O poder público já deu prova de que é incapaz de fazer a gestão dos resíduos e, por isso, o empreendimento é bem-vindo” (CPRH, 2005:03).

É assim que considerações técnicas de que o empreendimento seria uma obra necessária à região e de que sua execução obedeceria a normas de segurança ambiental desconsideram o que pensa, como vive e as aspirações da comunidade do Assentamento Engenho Ubu. Segundo os moradores do assentamento, em uma visita que fora realizada para vistoriar o aterro, este mesmo procurador alegou que não havia irregularidades na obra e que a população teria apenas que conviver com **um pequeno odor**.

A injustiça ambiental se expressa apoiando-se em externalidades negativas que são geradas, no caso aqui em estudo, pelos efeitos associados aos males iniciais que os assentados denunciam. Tais externalidades, entretanto, produzem efeitos negativos para aqueles que têm que conviver com os impactos das práticas produzidas por terceiros.

É assim que o destino final do lixo naquela localidade traz benefícios para a (1) *população em geral* que estará livre dos resíduos, por ela produzidos, para o (2) *Estado* que encontra uma solução mais adequada a destinação do lixo urbano e para o (3) *consórcio* que gere o aterro pelos lucros auferidos com a atividade. Porém, são os assentados que terão que

conviver com os custos (desvalorização imobiliária, mau cheiro, ameaça de contaminação do rio, possibilidades de êxodo) que a solução dada ao lixo produziu.

Sendo eles o elo mais frágil dessa cadeia, se torna, portanto, do ponto de vista do capital, mas aconselhável que aquela atividade se desenvolva nas proximidades de suas terras, justificado pelos custos financeiros para o empreendimento que o situaria em um nível aceitável pelo mercado.

A indignação dos afetados é demonstrada quando uma agricultora afirma:

[...] é horrível a gente ter que conviver as 24 horas com o mau cheiro que eles dizem, os donos dos aterros, que é um pequeno odor suportável. Eu queria saber se eles gostariam de conviver com esse odor suportável com as famílias deles as 24 horas como a gente tá tendo que conviver (V. G. S, 47 anos).

Observamos assim que no confronto de saberes o conflito que começa a se estabelecer na região entre leigos e peritos expõe, de um lado, o saber técnico sobre a segurança do empreendimento que busca viabilizá-lo construindo um discurso de inferência de um reduzido impacto ambiental, do uso de tecnologia de ponta que garante o controle sobre as atividades realizadas, a adequação da comunidade aos incômodos formados pela necessidade de gerir a destinação final do lixo de forma eficiente, as possibilidades de geração de emprego, aumento da receita para o município, etc. e, de outro, o inconformismo dos agricultores em não aceitarem ver seu território desconfigurado pela presença de um empreendimento que tende a provocar um sentimento de mal-estar entre os moradores pela dispersão de odores, do comprometimento da vida do rio, pela alteração dos hábitos e amenidades³⁷ existentes no assentamento que favoreciam a qualidade de vida dos seus moradores.

Na sequência de ações que foram inicialmente realizadas pelos assentados tem-se, em segundo lugar, a partir das informações que se obtiveram sobre a construção do aterro, o desencadear de todo um processo de mobilização, que como veremos, envolveu momentos de avanços e recuos das ações realizadas pelos moradores do assentamento contra o aterro sanitário de Igarassu.

³⁷ Nas proximidades do aterro existe uma estação elevatória que capta água de uma barragem no rio Arataca, construída pela COMPESA (Companhia Pernambucana de Saneamento). O local era utilizado pelos moradores e visitantes como um espaço de lazer que também era explorado por algumas pessoas como fonte de renda, com a venda de bebidas e tira-gosto para os visitantes. Com o anúncio do funcionamento do aterro e o perigo de contaminação das águas do rio Arataca, tal espaço deixou de ser frequentado pela população.

Foi o tempo, por outro lado, que se encarregou de comprovar que os impactos provocados pelo aterro no cotidiano da comunidade, e também no próprio rio Arataca seriam inevitáveis. Nesse sentido, a comunidade tem acusado constantemente os gestores do aterro de provocarem o assoreamento de uma parte do rio; os moradores também previram que parte do chorume, na fase inicial de funcionamento do aterro, poderia ser levado para dentro do rio por conta das chuvas que ocorriam na região e da falta de conclusão das células. Na ocasião, os moradores relatam que parte do chorume atingiu o rio e, durante a noite, mas que em um dado momento o transbordo fora levado para outro local por carros-pipas da empresa.

Foto 02 – Célula do aterro em que, segundo os assentados, ocorreu o transbordo que atingiu o rio



Fonte: Tarcísio Augusto, 17 jul 2009.

Tal evento aumentou ainda mais a desconfiança dos moradores em relação ao aterro na medida em que se convenceram de que o diálogo entre as partes não aconteceria, uma vez que, o empreendimento chega à região utilizando-se da omissão de informações, aproveitando-se da ignorância da população e do fato de serem pobres e com baixa representatividade política. Segundo os assentados, estes não se sentem a vontade para criar espaços de conversação, a não ser aqueles que, por força da lei, fossem estabelecidos, ou, ainda, quando ocorressem mediados por alguma autoridade.

Nessa linha de raciocínio, os assentados informam que, por parte dos gestores do aterro, nunca se estabeleceu um canal de diálogo para se explicar o que estava ocorrendo.

Porém numa visita realizada pelos agricultores, juntamente com o Ministério Público do Estado de Pernambuco, os representantes do aterro deram a entender que estavam abertos ao diálogo e comprometeram-se em disponibilizar, na portaria da empresa, um caderno de ata em que os agricultores pudessem relatar suas queixas.

Todavia, como observa o senhor F. C, de 49 anos, agricultor do assentamento:

A relação não é...não é sadia,ta entendendo? É o tipo da coisa. Você tem um mau vizinho, você mora ao lado de uma pessoa que não é uma presença recomendável. Como é que tu vai tá criando relações de convivência com uma pessoa desse tipo? Pra mim, essa empresa que tá aí não merece o menor crédito, pois uma empresa que faz as coisas escondida, nas caladas da noite, pra ninguém saber, que começa a construir um negócio sem autorização, não é uma empresa que mereça respeito ou confiança da população.

Desse modo, a desconfiança se estabelece não apenas porque promessas de segurança e controle quanto a um dano ambiental provocado pelo aterro não foram cumpridas, mas também pela forma como a relação com os assentados havia sido estabelecida. A construção do aterro traria algo indesejável, algum tipo de impacto que alteraria não apenas o espaço de produção no assentamento, mas também as relações cotidianas que se constroem naquele lugar entre as pessoas e o espaço que habitam. De lugar, aprazível, vê-se, num futuro não muito distante, a possibilidade de aquele local tão desejado tornar-se um espaço socialmente vazio.

O enfrentamento do “bicho” representa, em primeiro plano, uma retomada da luta pela terra que agora se vê ameaçada não apenas pelo poder do latifúndio, mas pela própria ação do Estado que, ao autorizar o licenciamento do aterro, compromete o sonho de muitos assentados de finalmente terem encontrado terra para morar e trabalhar. É, portanto sobre uma lógica fundada na experiência de resistência que a população procura, diante dos problemas provocados pelo aterro, manter vivo um projeto de vida e permanência no campo.

Por outro lado, tal conflito expõe representações sobre a natureza que tendem a confrontar não apenas posições divergentes, mas as práticas sociais que indicam *uma luta por delimitação e uso de um território com finalidades distintas, em que o discurso do “risco ambiental” é denunciado, de um lado, e deslegitimado, de outro, na exposição de tais representações.*

É assim que o comprometimento do bem-estar e da qualidade de vida na localidade começa a ser ameaçado, quando, por volta do ano de 2008, o aterro sanitário inicia seu funcionamento recebendo o lixo doméstico e industrial da região. Do anúncio da instalação do aterro ao seu efetivo funcionamento, muitas ações foram desenvolvidas pelos assentados, e estas quase sempre se pautaram por uma insistente necessidade de se fazerem ouvir e de mostrarem para o restante da população que, cedo ou tarde, as atividades do aterro sanitário iriam afetar não somente os moradores mais próximos, mas também outras comunidades, como a colônia de pescadores e parte da população da região metropolitana que se beneficia das águas do Sistema de Abastecimento Botafogo, do qual o rio Aratoca faz parte, provocando o efeito da chamada *bacia de risco* onde vários outros agentes vão sendo afetados por um dano originado numa dada localidade.

No registro da luta contra o “bicho” quase sempre a memória das estratégias de luta da época do acampamento insiste em se fazer ouvir, mas outras vozes também insistem, em tentar calá-la.

2.4 O contexto, os atores e as estratégias de luta

O grande desafio de uma pesquisa concernente a um conflito socioambiental em que o objeto de litígio está localizado, contraditoriamente, nos instrumentos, nos mecanismos, na gestão e no desenvolvimento de políticas públicas ambientais que, em tese, deveriam salvaguardar a natureza e seus recursos, situa-se na dificuldade em descortinar o discurso legitimador da eficiência e eficácia de determinados instrumentos, como é o caso do aterro sanitário, para então evidenciar o quanto por trás desse discurso técnico se ocultam práticas de injustiça ambiental.

Essa dificuldade a que nos referimos encontra sua razão de ser, principalmente, na prerrogativa de defesa do aterro sanitário enquanto estratégia mais eficiente para a resolução da destinação final de resíduos. Apesar dos aspectos negativos que, também, tal instrumento de gestão apresenta, a relação custo-benefício tem sido apontada, pela literatura (MELLO 2008, JUCÁ, 2002, FERREIRA, 2000), como a mais adequada para se equacionar o destino de materiais descartados no processo de produção e consumo de bens.

Mesmo que o apelo crescente dos ambientalistas esteja pautado na redução, no reaproveitamento e na reciclagem do lixo, é certo que cada vez mais o incentivo ao consumo se mantém a todo tempo como maior peso a influenciar a balança do desenvolvimento, e consequentemente, os passivos deste. Ainda que alterássemos a constituição de muitos de nossos produtos, a exemplo da substituição das bolsas plásticas e pets por materiais de melhor decomposição, estaríamos, mesmo assim, produzindo e descartando alguma forma de lixo e buscando alternativas para a sua destinação final.

Para Porto (2007:103):

Questões como o lixo trazem à tona um aspecto central na discussão sobre os riscos, que é o da concentração e dispersão dos fenômenos gerados pelos STAs³⁸. A multiplicação destes sistemas num território tende a gerar processos de saturação e degradação ambiental, o que inviabilizam a possibilidade de as emissões e formas de poluição serem processadas e dispersas naquele território sem produzirem maiores consequências.

Assim, muitas práticas de destinação final do lixo vêm sendo combatidas, principalmente quando se levam em conta os riscos de contaminação do solo, dos lençóis freáticos e da proliferação de vetores (roedores, insetos e aves) que, como nos lixões a céu aberto, podem ocorrer. No quadro das alternativas sobre o destino final de resíduos, o aterro sanitário, dentro das normas legais, configura-se, portanto, como o mecanismo mais aceitável, segundo as técnicas da engenharia ambiental, para o confinamento do lixo em um menor espaço de terra possível, visando também proteger o meio ambiente.

A existência de outros mecanismos, como a incineração e a compostagem do lixo, não significa o destino final, mas sim uma forma de tratamento que busca reduzir a quantidade de lixo a ser descartado nos aterros sanitários. Para Brusadin (2003), se consideradas as orientações técnicas para construção de um aterro sanitário, verificaremos que, do ponto de vista econômico, este deverá se situar em áreas próximas às fontes geradoras do lixo, buscando assim minimizar os custos de operação. Para ele, fundamentando-se na análise de outros autores:

³⁸ Sistemas sócios-técnicos-ambientais.

Os terrenos devem estar suficientemente afastados de mananciais destinados ao abastecimento de água e, sempre que possível, o solo deverá ser impermeabilizado, ou seja, conter alto teor de argila. Conforme Rocca et. al (1993), devem ser observadas distâncias de 10 km entre o terreno e a área urbana e distâncias entre 200m de corpos d'água superficiais e teores de argila de 56 a 62% (p.54).

Sisinno e Oliveira (2000) destacam que os terrenos mais adequados para este fim não se encontram em distâncias razoáveis dos centros geradores, dificultando a escolha de sua localização. As autoras destacam as diretrizes nacionais de limpeza urbana do extinto Ministério do Interior (1983) ao afirmarem que: “pode-se destacar que muitas vezes os terrenos escolhidos, além de impróprios para tal fim, são ecologicamente inaceitáveis, como beira de rios, margens de lagoas, banhados, manguezais, etc.(p.59).

Levando ainda em conta a necessidade de construção de um aterro sanitário, este deve estar afastado de comunidades que possam sofrer os inconvenientes da operação, como mau cheiro, barulho produzido pelo tráfego de caminhões, poluição visual, etc.

De maneira mais geral, a localização desse tipo de empreendimento deve levar em consideração vários critérios de escolha que possam, na determinação de sua construção, obedecer às normas técnicas que busquem equilibrar o caráter ambiental, operacional, econômico e social do empreendimento ou atividade. Longe de tal equação, o que se percebe é que a necessidade de equilibrar tais critérios é escanteada quando os aspectos operacionais e econômicos impactam sobre os custos totais do empreendimento de maneira que os demais critérios tendem a se adequar às necessidades e interesses econômicos envolvidos. Tal prática se alinha ao que Zhouiri e Oliveira (2005:53) chamam de *paradigma da adequação* em que “a obra assume lugar central, apresentando-se de forma inquestionável e inexorável”. Desse modo, uma racionalidade econômica, fundada na apreciação de laudos técnicos, dá sustentabilidade e legitimidade a uma política de licenciamento que subvaloriza quaisquer indicações contrárias advindas da população imediatamente atingida.

Nota-se, assim, “que sustentado pela crença na capacidade tecnológica de previsão e redução dos riscos e impactos, o paradigma da adequação opera no interior da racionalidade econômica instrumental” (ZHOURI e OLIVEIRA, 2005:53).

Nesse sentido, processos decisórios em que são desconsideradas as características sociais e os impactos ambientais, na localidade, demonstram o quanto os interesses econômicos sobrepõem-se na esfera locacional. Para Acsehrad (2004c:25):

Já se assinalou que a prática de se alocar instalações de esgoto e lixo em áreas habitadas por populações de trabalhadores pobres, despossuídos e pertencentes a minorias étnicas não é recente, tendo sido mesmo observada desde a remota antiguidade.

Na atualidade, a apologia a eficácia de um aparelho deste tipo tende a desconsiderar os discursos contrários que se constroem visando deslegitimar, no espaço público, os males que o empreendimento poderá causar ao meio ambiente e à população que terá que conviver com a proximidade de uma vizinhança tão incômoda.

Tais aparelhos, que deveriam garantir a preservação do meio ambiente, têm se tornado objeto de conflito e valem-se do baixo poder de mobilização social da população onde o empreendimento será instalado.

Tem-se, assim, a evocação de critérios evidenciados na classe social dos indivíduos, em seu grupo social ou étnico ou nas necessidades econômicas, pois estes sujeitos estariam mais suscetíveis a aceitar os males que o aterro trará, tendo nos empregos que serão gerados uma compensação. Estes, por sua vez revelam-se como aspectos determinantes na definição da localização de vários empreendimentos perigosos ou que possam provocar riscos à vida dessas populações (ACSELRAD, MELLO e BEZERRA, 2009).

Assim sendo, as expressões de injustiça ambiental se manifestam no mesmo grau em que a estrutura de desigualdade social opera. Ou seja, a baixa acessibilidade dos pobres aos bens e à riqueza produzidos é também expressa nas políticas ambientais correntes. “Os processos de licenciamento ambiental tendem a perpetuar essa situação de injustiça ambiental e de desigualdades na distribuição ecológica na medida em que negam a condição de sujeitos e o estatuto de cidadania [...] [a estas populações.]” (ZHOURI e OLIVEIRA, 2005:49).

Dessa forma, a aparente inocuidade que o licenciamento de aterros sanitários pode revelar, por outro lado, permite que outras manifestações de injustiça ambiental venham surgindo em um processo que vem se revestindo cada vez mais de questionamentos diante das políticas ambientais desenvolvidas pelo estado brasileiro em suas diferentes frentes de atuação. As populações atingidas pelos impactos da construção e operação de aterros sanitários têm da mesma forma que outras populações, reivindicado o direito a um ambiente saudável e a possibilidade de se manterem no território que ocupam.

Alguns estudos já analisaram os conflitos originados da construção ou operação de aterros sanitários: Jacobi (1995), em uma pesquisa desenvolvida pelo IBASE (Instituto

Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas) na cidade de São Paulo; Em Belo Horizonte, Amaral (2006) discute a problemática do aterro sanitário da BR-040 que, em sua fundação (1975), não representava nenhum tipo de risco ou incômodo, mas que, com o crescimento urbano, passou a ter vários vizinhos. Segundo Amaral: “A população afetada pelo funcionamento rotineiro do aterro sanitário torna-se cada vez mais consciente de seu direito a uma vida saudável, o que, segundo eles, tem sido dificultado pela presença do incômodo vizinho” (p.29).

Em Recife, a pesquisa de Negreiros (2008)³⁹, embora não tenha centrado seu objeto de estudo nesse tipo de conflito, nos fornece elementos para refletirmos sobre a lógica de como se estruturam as políticas ambientais em Pernambuco. Ao descortinar o movimento de defesa da mata de Caetés, no bairro de mesmo nome, para ele:

A ameaça indicada pela possível instalação do aterro sanitário, que, do ponto de vista da utilidade pública não representava necessariamente um problema, se bem gerido, passou a se constituir numa contra demanda com base na qual foi possível estruturar o movimento (p.147).

O pesquisador argumenta ainda que: “O movimento feito pela ação se calcou no significado contra-ecológico que passou a ter o aterro”.

No caso, dos assentados do Engenho Ubu, os contornos dessa luta vêm ocorrendo em momento de forte euforia mobilizatória, quanto também em fases de letargias e de descrenças em relação ao movimento.

Para explicitarmos melhor o percurso que o conflito socioambiental, aqui em evidência, percorreu, optamos por nos orientar pela metodologia de análise de conflitos socioambientais proposta por Little (2004:4-5).

Para este autor, a análise de conflitos socioambientais deve considerar a identificação do foco central do conflito, a identificação e análise dos atores sociais envolvidos, a sua cota-parte de poder, o mapeamento das interações políticas, analisar as variadas táticas e estratégias utilizadas pelos grupos sociais.

³⁹ O trabalho de Negreiros apresenta, em seu IV capítulo o conflito ocorrido por ocasião da defesa da Mata da Estação Ecológica de Caetés, encabeçada por moradores do bairro de mesmo nome, em relação à instalação do aterro sanitário de Timbó II, “o que implicaria na devastação total de 157 hectares da mata Chã Pau-de-légua, ou mata de Caetés, como é comumente chamada” (p.142).

Quanto ao primeiro aspecto da metodologia, a identificação do foco central do conflito, Little orienta que devemos centrar no que realmente está em jogo, a especificidade do conflito que pode variar entre o controle de recursos naturais, os impactos gerados pela ação humana no ambiente (social e ambiental) e, por fim, os conflitos em torno dos valores e do modo de vida (p.04).

A respeito da identificação e análise dos atores sociais, o autor afirma que: “Para entender um conflito na sua totalidade, o pesquisador tem a obrigação de entender as intenções e posições de todos os atores sociais envolvidos, mesmo que tenha preferência por um dos grupos envolvidos” (IDEM). Já em relação a cota-parte de poder dos atores sociais, Little (2004) orienta que é preciso considerar os poderes formais e informais e a maneira como estes se manifestam, uma vez que em muitas situações eles não ocorrem nas arenas formais de confronto.

Já sobre o mapeamento das interações políticas, o autor orienta:

Um conflito pode vacilar durante anos entre estágios latentes e manifestos: pode haver momentos em que o conflito fica muito “quente” e depois perder sua visibilidade, para posteriormente “esquentar” de novo. Assim, o entendimento da dinâmica interna do conflito inclui a identificação das polarizações das posições e o mapeamento das alianças e coalizões, sempre sob a observação que, durante o longo percurso do conflito, as posições dos distintos grupos podem mudar de tal forma que antigos aliados se transformam em inimigos ou vice-versa. Também deve analisar as variadas táticas e estratégias utilizadas pelos grupos sociais e perfilar as distintas tentativas de resolução, com o entendimento que podem haver várias maneiras de resolução (p.04).

No que concerne à análise das táticas e estratégias presentes em um conflito socioambiental, para Little, esta permite buscar o entendimento da dinâmica e especificidade de cada conflito.

Levando em conta que a proposta de Little se situa numa abordagem etnográfica de conflitos, nossa escolha se justifica, neste momento, muito mais com o intuito de realizar uma descrição do contexto, dos atores e das estratégias presentes nesse litígio. Nesse sentido, tais aspectos serão tratados aqui com o intento de explicitar a trama social e política na qual o conflito entre leigos e peritos, no caso do aterro sanitário de Igarassu, se descortina.

Como já dito anteriormente, o início do conflito entre assentados e o aterro sanitário de Igarassu se dá em meados de 2005 quando os moradores mais próximos do empreendimento constatarem a presença de máquinas nas proximidades do assentamento, os

quais gradativamente, começam a alterar o ambiente por meio do barulho e de tremores de terra que irão ocasionar a rachadura de algumas residências. Este fato é suficiente para que a comunidade realize um longo percurso para inteirar-se do que na verdade estava sendo construído naquele local.

A descoberta de que a construção resultaria em um aterro sanitário mobilizou boa parte dos assentados, principalmente pela preocupação em relação aos riscos que a localização do aterro nas proximidades do rio Arataca⁴⁰ traria. O aterro, em relação ao rio, está em uma área de declive, o que colabora ainda mais para que haja uma inquietação dos agricultores, pois, segundo eles, o trasbordo das células poderá atingi-lo em períodos de chuva intensa na região. Nas palavras de um dos participantes das mobilizações, ao referir-se a este fato, “a água da chuva não sobe ladeira” (J. M, 45 anos, agricultor), e por isso a sua preocupação com períodos chuvosos quando o chorume pode escorrer para o rio.

Embora os riscos de contaminação provenientes da construção e operação do aterro para o rio fossem a grande problemática para a comunidade, só posteriormente os males que o empreendimento traria a ela, do ponto de vista econômico e da saúde, seriam, efetivamente, considerados pelos assentados como risco ou perigo, tendo assim maior peso, para que ocorresse uma mobilização dos agricultores, a percepção de que apenas o rio sofreria as sequelas das atividades do empreendimento.

Quanto a este aspecto, só no ano de 2009 é que o aterro começou a operar com quase 100% de sua capacidade e a dispersão do mau cheiro ultrapassa os limites das residências mais próximas a ele, sendo direcionado pelo vento para outras áreas do assentamento que, até então, não haviam sentido os efeitos do aterro. Isso veio a ocorrer justamente por ocasião da chegada do lixo da cidade do Recife àquele local, em julho de 2009.

A materialidade do conflito se desenvolve através das ações que são promovidas pelos assentados e começam, sistematicamente, a ocorrer, buscando prevenir os efeitos das atividades do empreendimento e lutar para que o aterro seja deslocado para outro local. Na perspectiva dos assentados, a localização atual do aterro decorre de uma ação pensada dos donos da Usina São José (participantes do consórcio que gere o aterro) para expulsar os agricultores daquele território, haja vista que, nos conflitos pela posse da terra, observou-se

⁴⁰ No ofício de número 0254/2007, encaminhado pela Empresa de Urbanização de Igarassu – URBI à Central de Tratamentos de Resíduo – CTR, é solicitado estudo que contemple o risco ao leito do rio que é vizinho do aterro (Ver documento em anexo). Em algumas áreas, o aterro distancia-se no máximo 50 metros daquele recurso hídrico.

que eles, em vários momentos, realizaram ações de desmobilização dos acampados, fornecendo implementos e maquinários para que os proprietários do engenho pudessem demonstrar que a propriedade não era produtiva⁴¹.

O conflito se constituiu a partir da percepção de impactos sociais e ambientais negativos sobre a comunidade que vão desde o entendimento de que a proximidade do aterro em relação ao assentamento provocaria a desvalorização das terras à desconfiança de consumidores sobre os produtos orgânicos comercializados pelos agricultores. Segundo entrevistados, alguns de seus clientes já apresentam resistência aos produtos que são trazidos pela comunidade às feiras livres, pois alegam que esses alimentos podem correr o risco de serem contaminados pelo aterro sanitário.

Por outro lado, há uma preocupação da comunidade e daqueles que estão mais envolvidos com a luta contra o “bicho”, com os impactos ambientais do aterro sobre o rio Arataca. Teme-se que por sua proximidade do aterro, este possa ser contaminado e não possa mais ser utilizado nas atividades agrícolas, na pesca e nos usos diários de consumo doméstico, como lavagem de roupas e banhos. Atemoriza, ainda, que a contaminação do rio afete também o Sistema de Abastecimento d’água Botafogo, que o rio Arataca compõe, fornecendo água para parte da região metropolitana do Recife.

A mobilização social dos agricultores contra o empreendimento alcançou os espaços públicos, com a participação em audiências públicas e reuniões (no Centro Mariápolis, em Igarassu, em finais de dezembro de 2005, nas audiências realizadas na Assembleia Legislativa do Estado (03), na Secretaria de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente – SECTMA (01), na CPRH (Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos) (02), no IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente) (01)). Essa participação nas audiências caracteriza aquilo que Giddens (1991) intitula de *pontos de acesso* como sendo peculiares da modernidade. Para ele, os pontos de acesso são:

Pontos de conexão entre indivíduos ou coletividades de leigos e os representantes de sistemas abstratos. São lugares de vulnerabilidade para os sistemas abstratos, mas também junções nas quais a confiança pode ser mantida e reforçada (p. 91).

⁴¹ Sobre isso, vide página 91.

Nas audiências públicas enquanto pontos de acesso e manifestação das posições divergentes, percebeu-se que o poder de convencimento dos técnicos tanto do aterro quanto de órgãos ambientais, assim como dos representantes do poder público (políticos e promotores) foi insuficiente para restaurar a confiança dos agricultores no que tange à segurança e à confiabilidade técnica tão propaladas naqueles momentos. Para Giddens, “o fato de que os pontos de acesso são locais de tensão entre ceticismo leigo e perícia profissional fazem deles reconhecidas fontes de vulnerabilidade para os sistemas abstratos” (p.94).

Nesta experiência, para que a confiabilidade no sistema não pudesse ser restaurada contribuíram dois fatores: o primeiro foi o grau de politização das lideranças e o segundo, a não cumprimento das promessas feitas pelos técnicos do aterro e da CPRH de redução dos riscos e problemas que a comunidade teve que enfrentar, principalmente com o mau cheiro. Paralelamente a isso, poderemos também afirmar que a não aceitação do princípio da injustiça ambiental, permitiria que se saísse dessas audiências e reuniões com a convicção de que a comunidade não deveria ser receptáculo do lixo e de que aquele empreendimento representaria uma ameaça ao rio, como também a todo o assentamento, pelos males que já eram bem visíveis.

Diante disso, é bastante compreensível a posição de alguns assentados quando buscam esclarecer que acreditam que o aterro sanitário seja um instrumento de destinação final do lixo, importante na gestão urbana, porém se recusam a acreditar que o local onde a CTR/PE – Central de Tratamento de Resíduos de Pernambuco está localizada seja o mais adequado, tanto do ponto de vista ambiental quanto do ponto de vista social.

A declaração de P. F. N, 68 anos, esclarece essa posição:

Olhe, esse aterro sanitário em si é... a gente não somos contra o aterro sanitário, a gente sabe que o lixo, em todo o mundo, ele é um problema sério, né? O pessoal se acha muito feliz quando o carro da coleta passa e tira seu lixo das suas porta agora levar pra onde? Tem que levar pra um lugar decente, um lugar que não venha a incomodar a ninguém. Só que aqui em Ubu tá sendo diferente; além da prefeitura de Igarassu há anos e anos que vem com o lixão a céu aberto jogando nas área da usina São José, isso autorizado por eles é claro que é né?[...] [...] e agora nós fomos surpreendido com essa selvajaria do próprio governo do estado, do CPRH, da empresa SERQUIPE, que hoje foi quem escolheu o lugar pra botar o aterro sanitário dele por questão financeira, que ficava muito fácil o acesso pela BR 101 pra diminuir custo e o aterro ser um... uma coisa que só vai beneficiar a ele, não ao povo, porque vai custar muito caro a quem vai ter esse lixo coletado e, em troca, vai beber ele dissolvido em água porque ele vai transformado em água pra voltar pro próprio povo: eles pagam pra vim lixo e vai pagar pra beberem líquido na própria água que vai beber, porque isso de dizer que chorume tem tratamento, pra nós, tá

claro que não tem! O melhor é levar água pura pro povo de que com lixo. É o que tá acontecendo aqui. Nós não somos contra um aterro sanitário, mas que seja feito em outro canto, não nas margens do rio Arataca. Apesar que fizeram um documento pra o aterro, o mapa que é a planta pra o aterro, pra um canto que fizeram e botaram o aterro em outro, por quê? Porque tem uma cervejaria também nas mesma terra da usina São José, na margem da BR 101, que é a... É... Nobel, a cervejaria Nobel, ele exigiu, também é rico. Ele é muito rico, o dono duma cervejaria não é pobre, aí ele exigiu que o aterro fosse afastado da cervejaria, a oito quilômetros, então, medindo os oito quilômetros da cervejaria, ficou na beira do rio. Dali pra lá ele morre, mas não volta porque já tá comprometido com o homem da cervejaria. Então não dá; se descesse mais alguns metros então ficava mais distante do rio. Eu até disse outras vezes; já que é tão fácil assim acabar, por que não tira o rio pelo canto e num bote noutro lugar? Cês têm razão pra isso, que é mais fácil tirar o rio do que o aterro né?

Uma entrevistada também se posiciona a respeito disso dizendo:

[...] eu acredito que ninguém é contra o aterro sanitário, a gente só questiona o local em que ele foi instalado e as consequências, os danos ambientais que ele já está causando daqui a alguns dias. É, a gente só está prevendo males piores, desde doenças aparentemente leves como câncer ao falecimento de um bocado de gente ou, então, também, entrega e expulsão da terra. As pessoas vão ser naturalmente expulsas por não resistir as consequências do mau cheiro, do chorume, das coisas prejudiciais à saúde e à sobrevivência dessas criaturas (D. T, 47 anos).

A posição desses sujeitos é compartilhada com vários entrevistados: não se é contra o aterro, mas contra a sua localização. O depoimento de P. F. N, 68 anos, ressalta também a existência de um antigo lixão, da cidade de Igarassu, que se localizava em área próxima em que hoje está instalado o aterro. Nesse sentido, por que o aterro sanitário representa um risco e o lixão não? Por que os assentados também não se mobilizaram contra ele? Este aspecto, discuti-lo-emos no próximo capítulo quando trataremos, também, da percepção de risco dos agricultores quanto ao lixão.

Gradativamente, a estratégia de buscar no plano do discurso (estratégia argumentativa) a desinstalação do aterro foi cedendo espaço às ações que se pautaram pelo plano de enfrentamento direto, ações, através das quais se pudessem dar maior visibilidade ao problema. É desse modo, que várias atividades começaram a ser realizadas em paralelo as formas anteriores de luta. Assim, alguns atos de repercussão pública foram desenvolvidos, e o primeiro ocorreu em 07 de abril de 2006, com a paralisação da Br 101 Norte por duas vezes. Nela, participantes do movimento enfrentam pela primeira vez a polícia e reviveram, nos momentos de mobilização, muitas das cenas do processo de ocupação da terra.

Mesmo com o ato de coação da polícia, o movimento intitulado “Salve as águas do Rio Arataca” manteve de pé as ações e solicitou apoio de entidades e o posicionamento de órgãos públicos e da mídia quanto aos problemas por eles enfrentados. Encaminhou, em 27 de abril de 2006, abaixo-assinados e material denunciando o aterro a vários setores da sociedade (Ver anexos).

Um outro ato de enfrentamento foi o fechamento da chave de distribuição de água da adutora do rio Arataca (Ver noticiário nos anexos), interligada ao Sistema Botafogo, responsável pelo abastecimento dos municípios de Olinda, Paulista e Abreu e Lima, em 11 de outubro de 2007. No caso deste ato, os agricultores buscaram alertar a população e pedir providências da COMPESA (Companhia Pernambucana de Saneamento) para que se posicionasse contrária a instalação do aterro, tendo em vista que a adutora, que se encontra nas terras do assentamento, está também próxima ao aterro, embora a uma distância maior do que um dos mananciais do rio que se localiza relativamente próximo (50 metros) dele.

No mesmo ano, em 13 de dezembro, os agricultores protestaram em frente à Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE) outras ações foram desenvolvidas posteriormente como: distribuição de panfletos, realização de reuniões com a comunidade do assentamento, teatros e um cortejo simbólico representando a morte do rio Arataca, também dentro da comunidade.

No tocante às estratégias argumentativas além da participação nas audiências públicas e reuniões, foi encaminhada à justiça, na Vara Civil da Comarca de Igarassu, (PE) uma ação popular solicitando a desativação do aterro por meio de um processo que aguarda julgamento desde 19 de dezembro de 2007. Além disso, também foi encaminhada à Procuradoria Geral da República solicitação de arestuação de responsabilidades civis, criminais e administrativas, assim como, foi realizada denúncia à OEA (Organização dos Estados Americanos); divulgação de notícias sobre o movimento com a criação de um grupo de discussão na internet⁴²; a edição de um vídeo com fotos da localidade e depoimentos da comunidade e lideranças locais.

Um outro momento importante da mobilização dos assentados ocorreu entre os dias 25, 26 e 27 de abril de 2008, quando, na parcela de S. Q. R, 49 anos, foi realizada uma jornada de estudo específico sobre o aterro e formas de solidariedade entre a Escola de

⁴² A página pode ser acessada no seguinte endereço: <http://groups.google.com/group/salvemasaguas>

Educadores Sociais do Recife, a Associação de Moradores e Produtores Rurais do Ubu e o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Goiana. Foi por ocasião desta jornada que se realizou um cortejo fúnebre em protesto contra o aterro, percorrendo toda a vila do engenho onde residem os antigos moradores (Os de dentro).

O ato que buscou sensibilizar “os de dentro” evidenciou o quanto a percepção de risco e perigo pode ser relativizada dentro do próprio grupo e confirma a contribuição que a literatura sobre risco tem trazido, ou seja, a percepção de risco é terminantemente influenciada pela trajetória dos indivíduos e grupos, por suas experiências e visões de mundo. Suas trajetórias podem explicar a pouca participação de vários sujeitos no processo de luta e mobilização contra o aterro, a passividade, o silenciamento e na facilidade de aliciamento de vários moradores pela gestão do empreendimento.

Ainda no mês de abril de 2008, o lixão e o aterro de Igarassu foram visitados, a pedido dos agricultores, por um representante do Ministério Público Estadual (A. S.) e a promotora de Igarassu. Na ocasião da visita se fizeram-se presentes representantes da comunidade e da SERQUIP – Serviço, Construções e Equipamentos LTDA - (uma das consorciadas do aterro). Ao final desta visita, os agricultores, que esperavam uma posição favorável do poder público, ouviram do promotor o aconselhamento a **conviver com o aterro**, registrar e encaminhar para o Ministério Público os problemas que viessem a ser causados pelo empreendimento.

Apesar de toda a mobilização feita contra a construção e instalação do aterro sanitário nas proximidades do rio, em 18 de abril de 2008, este começa a funcionar, recebendo o lixo de parte de cidades da região da Mata Norte.

Registram-se ainda, em 2008, a entrega de uma cópia da ação popular ao então presidente da República, Luiz Inácio da Silva, por ocasião de uma das suas passagens por Pernambuco.

O desenrolar dos fatos em relação ao aterro revelou a morosidade da justiça, o favorecimento dos órgãos de fiscalização ambiental ao empreendimento e o posicionamento favorável do poder público e de seus representantes, começou a alimentar a descrença dos agricultores nas instituições e nas ações mobilizatórias ancoradas apenas na legalidade e no discurso de convencimento.

Se o desencadeamento inicial das ações movidas pelos agricultores contra o aterro sanitário voltou-se apenas para a preocupação com a contaminação do rio, estes vão

percebendo paulatinamente que, mesmo que este recurso hídrico não seja contaminado, a localização do aterro permanece como um indicativo de que a qualidade de vida do assentamento estaria sendo aos poucos comprometida.

O fato de que eles não poderiam contar com o auxílio do poder público naquele momento e de que, a cada dia, o governo e a justiça ratificavam ainda mais, pelo silêncio ou morosidade, deixando explícito em documentos, depoimentos e ações que o aterro é uma necessidade para a região e que sua localização não trará nenhum prejuízo ao rio, acabou por afetar o estímulo e a crença nos ideais do movimento. A tudo isso, somam-se ainda a baixa participação dos moradores da vila e as dificuldades que o envolvimento nessas atividades começaram a trazer para os agricultores que estavam à frente de todo o processo quando eles têm que deixar os afazeres em suas parcelas para dedicar-se à luta contra “o bicho”. Para ilustrar tal situação, apresentamos abaixo o relato de D. T, 47 anos:

Você não faz ideia do que é a gente mais de um ano lutando acirradamente para a não implantação desse aterro e as consequências que essa mobilização trouxe para a economia de nossas famílias. Havia dias de que a gente passava praticamente cinco dias na luta nas trincheiras, na rua, mobilizando, e nosso local sendo abandonado. Quem tem algum dinheiro pagava um trabalhador pra trabalhar durante o dia e quem não tinha ficava no prejuízo. Então, os prejuízos foram grandes, enormes para a sobrevivência econômica dos patrulheiros mais ativos.

Um aspecto a destacar no processo de mobilização dos assentados está em que, embora foco da injustiça ambiental estivesse associado ao fato de que a localização do aterro se deva a critérios que evidenciavam os menores custos operacionais em detrimento dos aspectos ambientais e sociais, os agricultores não assumem a luta contra o aterro enfatizando o fato de que a comunidade seria ou estaria sendo prejudicada pelas atividades do aterro, mas sim pelo discurso da preservação do recurso natural, que é o rio Arataca.

A opção de não focar o problema no fato de que os agricultores seriam afetados, mas sim o rio, estaria, portanto, relacionada ao entendimento de que o apelo ao social seria insuficiente e de que só surtiriam efeitos práticas de mobilização que estivessem incorporando a dimensão ambiental do problema para dar-lhe legitimidade. Daí porque, tornar a questão ambiental em um problema político seria o percurso mais lógico, pois traria maior poder de sensibilização, do que partir da questão social e pensar em segundo plano sua dimensão ambiental.

Esse fato, verificado em várias entrevistas, explicitou uma tendência da luta ambiental no Assentamento Ubu em que, embora o pano de fundo do conflito estivesse centrado num provável dano ambiental ao rio e, em consequência aos agricultores, o enfoque dado a defesa do rio se tornou mais evidente que a própria defesa do assentamento. Os assentados optam por não evidenciar a sua vulnerabilidade social, ou a ampliação desta como consequência da instalação do aterro, mas a contaminação do rio. Essa lógica se fundamenta na ideia de que, enquanto o grupo estivesse advogando a defesa de um modo de vida, eles serão pouco ouvidos, mas, quando estes fazem apologia à natureza, um outro valor é reconhecido e dado à sua causa.

Desse modo, ao que parece, em muitas situações, o grupo percebe que, enquanto se mantivessem discursando como assentados rurais, não serão ouvidos; porém, quando estes assumem em seu discurso a defesa da mata, das águas, enfim, se declaram defensores da natureza, eles têm maior probabilidade de se fazerem ouvir. Em entrevista, observa um agricultor: “A grande preocupação da gente era a morte do rio Arataca” (D. S. N, 26 anos).

No caso específico dos agricultores do Assentamento do Engenho Ubu, essa atitude faz com que, ao mesmo tempo em que são desviados do estigma social de baderneiros e invasores, por terem sido “sem terra” e acampados, se permita a construção da imagem de ambientalistas e defensores do meio ambiente. Dessa forma, uma recepção maior da sociedade pode ser associada a essa causa se comparada, por exemplo, à luta pela terra.

Pode ser por isso que a reforma agrária, por sua vez, tenha sido apontada, por brasileiros, segundo pesquisa de opinião realizada em 2006 pelo ISER (Instituto de Estudos da Religião) (CRESPO, 2006), como um dos principais problemas do país, estando, por outro lado, as preocupações com o meio ambiente numa posição acima deste problema, conforme indica a mesma pesquisa. Uma suposição inicial sobre isso pode estar associada ao fato de a natureza e seus recursos serem considerados bens difusos enquanto a luta pela terra significaria uma bandeira específica de luta relacionada, portanto, a um único segmento social que seriam os trabalhadores rurais sem terra ou agricultores.

A posição de Scherer-Warren (2005:99) é a de que “não existe uma consciência ecológica mais abrangente entre as populações rurais. Ela apenas aparece quando é diretamente relevante para as condições de sobrevivência do próprio grupo”. No caso dos assentados do Engenho Ubu, tal consciência se constrói não apenas entrecruzando essa necessidade, mas quando a questão ambiental emerge em vários momentos de luta pelo

acesso à terra, ora se impondo na escolha do local para acampar (*mata ninguém pode tocar que é uma coisa intocável pro mó das questão da natureza que as matas têm que ser respeitada* – P. F. N, 68 anos), ora se manifestando nos objetivos dos agricultores em relação à terra (*a gente não veio aqui pra tirar areia* – D. I, 54 anos).

Scherer-Warren (2005:102) afirma também que:

Entre as populações rurais, quando a luta pela sobrevivência se expressa na luta contra a expropriação do próprio habitat, da terra, e outros meios de produção; contra ameaça à identidade cultural e comunitária, esta luta vem acompanhada da necessidade de preservação do meio ambiente e surge a possibilidade histórica de ecologização de seus movimentos. As populações a serem atingidas por barragens (camponeses, ribeirinhos e indígenas) vêm-se ameaçadas de perder a terra, seu principal meio de produção e garantia de sua sobrevivência. Os seringueiros (posseiros e índios), quando lutam contra a derrubada da floresta pelos pecuaristas e madeireiros e os ribeirinhos quando, se manifestam contra a poluição dos rios provocada por mineradoras ou agroindústrias estão defendendo seus meios de produção, sua fonte de vida. Porém cada vez mais tem consciência de que ao defender a floresta e o rio, estão também defendendo as fontes de vida planetária.

A relação entre sobrevivência e consciência ambiental se fará, portanto, na experiência do conflito socioambiental entre assentados e o aterro, mediada pelos contextos e fases da luta nos quais os agricultores sempre serão peças-chave. No discurso desses sujeitos, ora o aspecto da sobrevivência do grupo estará em relevo, ora a consciência ambiental. Ressalta-se, porém, que, neste processo, um não exclui o outro; apenas dependendo da ocasião, esta ou aquela dimensão será mais evidenciada.

Nesse sentido, a síndrome de NIMBY (Not In My Backyard) – não no meu quintal, mesmo sendo evidenciada nas entrevistas, não recorta o discurso oficial dos agricultores, diante das instituições e pessoas que estão envolvidas no litígio. Porém, em um outro estágio dessa luta, quando o lixo da cidade de Recife começa a ser depositado naquele aterro a ideia do *Não no meu quintal* começa a ganhar força, pois, nesse momento, não são apenas os agricultores que encabeçam a luta, mas algumas lideranças políticas do município de Igarassu, a exemplo dos vereadores.

A história da luta contra o aterro de Igarassu é marcada por três momentos. O primeiro corresponde à fase inicial (período que vai de meados de 2005 a novembro de 2008) em que ocorre uma *desnaturalização* do risco (LEITE LOPES *et. al.* 2004) através das observações feitas pelos assentados. Nela, ocorrem as primeiras mobilizações dos agricultores que vão do questionamento da escolha do local de instalação junto aos órgãos estaduais e federais de

meio ambiente até as estratégias de mobilizações mais radicais, como a paralisação da Br 101 Norte, no sentido Recife/Goiana(PE), e o fechamento da chave de distribuição d'água da Adutora do rio Arataca para o Sistema Botafogo.

Nesta primeira fase do conflito, ocorre uma certa descrença por parte das lideranças, na ação das instituições, a exemplo da FETAPE pelo vínculo que essa federação possui com o governo do Estado, uma vez que os canavieiros são uma base histórica de apoio, não ao partido PSB (Partido Socialista Brasileiro) ao qual o governador é filiado, mas à figura que ele representava – seu avô Miguel Arraes⁴³.

As lideranças criticam a posição do governo por favorecedor as ações do consórcio contra os assentados. Segundo eles, várias foram as tentativas de expor o problema ao governador; por diversas vezes se tentou agendar uma audiência, mas sempre sem êxito. Mesmo contando com o apoio e da presença da deputada estadual Ceça Ribeiro (Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara Legislativa do Estado), da bancada governista, nunca foi possível uma audiência.

A decepção com o governador foi explicitada em várias entrevista. O depoimento de C. F. S, (37 anos) ilustra isso: “Pra surpresa nossa no governo passado, que se dizia que era ruim, o pessoal do aterro sanitário parou e no atual, que fomos nós que construímos e que acreditava nele, a obra foi licenciada pra construção”.

Como a FETAPE, muitos outros políticos acenaram com o apoio à causa dos agricultores contra o aterro, através de notas, mas não efetivamente através de ações mais expressivas. E também muitos nem se posicionaram, principalmente vários vereadores da cidade de Igarassu.

Por outro lado, a deputada anteriormente citada apresenta-se como uma importante incentivadora e apoiadora da causa dos assentados: desde o início sempre acompanhou, cobrou respostas às indagações feitas pela comunidade junto aos órgãos públicos. Sua trajetória pessoal se liga de alguma forma à história dos agricultores, primeiro por ter sido trabalhadora em atividades relacionadas à pesca (marisqueira) e, segundo por também residir

⁴³ A FETAPE com o atual governo do Estado, representada pelo vínculo da federação com a imagem de Miguel Arraes, pode ser compreendida pela abertura que ele promoveu para os trabalhadores rurais no espaço de tempo em que esteve no poder, entre 1963 e 1964. Segundo Andrade e Andrade (2001): “No curto prazo governo Miguel Arraes de Alencar – de janeiro de 1963 a março de 1964 –, foi concedida maior liberdade aos trabalhadores rurais e estes passaram a organizar greves e paralisar atividades no campo” (p.110).

em Igarassu e não compreender por que o aterro havia sido requerido pelo município outrora e a CPRH não o consentiu.

Outra base fundamental à luta dos assentados veio do Centro Tapajós de Apoio à Cidadania (CETAC), uma organização não-governamental que tem assessorado a comunidade dos agricultores do Assentamento Engenho Ubu por meio de um ex-assessor da deputada Ceça Ribeiro. A ONG tem estado presente em várias ações promovidas, tendo em seu representante, o ambientalista José Mascena, seu principal articulador. Destaca-se também a presença do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Goiana como um dos incentivadores e apoiadores dessa luta.

Com o apoio desses sujeitos, a primeira fase do conflito se caracterizou pela percepção do risco, pela busca de resposta ao que se estava sendo construindo na localidade, pela busca de apoio externo à comunidade, por um intenso fluxo de ações voltadas contra a instalação do aterro, pela sensibilização interna da comunidade do acampamento, visibilidade e sensibilização pública do conflito.

Um último aspecto que irá marcar a fase inicial da luta será a desmotivação que atinge o movimento liderado pelos assentados (Salvem o Rio Arataca). D. T, 47 anos, ilustra isso ao afirmar: “[...] as pessoas não estão acreditando mais que são capazes de reverter esse quadro, é a descrença, falta de fé e que não podemos através dos nossos esforços, das nossas obrigações, inverter o quadro”.

Em toda essa fase (que vai da desnaturalização do risco ao estado de letargia do conflito), o discurso do movimento e, principalmente, das lideranças dos assentados recai consideravelmente sobre os males e danos ambientais que o aterro trará para o rio Arataca. Os aspectos sociais da questão ficam diretamente condicionados ao dano ambiental a ser provocado pelo aterro ao rio, de modo que o direito a um ambiente sadio, enquanto garantia para a qualidade de vida daquele determinado grupo, está, nesse momento, sempre em lugar secundário.

A desmotivação anunciada anteriormente delimitará um período de tempo em que a problemática do aterro ficará latente, dando-se início a uma segunda fase – *A latência do conflito* (entre o final de 2008 e julho de 2009). Nela, a questão do aterro sanitário não será pauta de discussão em reuniões das associações, não ocorrerão novos enfrentamentos,

tampouco surgiram novos atores interessados em promover o debate ou polemizar publicamente sobre o assunto.

A característica principal desse momento está relacionada a um silenciamento generalizado tanto por parte dos agricultores quanto por parte das demais instituições e pessoas que haviam proferido intenções e ações de solidariedade e apoio ao movimento dos assentados do Engenho Ubu. Apesar da alusão a esta fase de silenciamento, internamente as lideranças serão algumas vezes questionadas, por vários assentados, quanto aos encaminhamentos das estratégias e ao porquê de tudo estar tão inerte.

Essa segunda fase do conflito é consequência da desmotivação e descrença dos assentados em relação à possibilidade de desativação e transferência do aterro para outra área, mas também se relaciona com a dificuldade que as lideranças encontram para envolver os antigos moradores na luta. A fase de latência tem um tempo de existência relativamente curto, pois, em julho de 2009, com o aumento do fluxo do lixo originado do Recife (PE), em consequência do fechamento do lixão da Muribeca, em Jaboatão dos Guararapes (PE), para o aterro, a dispersão do mau cheiro se intensifica. Ao final deste período, nas primeiras semanas do mês de agosto de 2009, começa a terceira fase (*período de restauração*) do conflito, dessa vez motivado pela resistência que acontecerá por parte dos vereadores de Igarassu à chegada do lixo de Recife.

Embora a visibilidade tomada pela ação dos assentados, em anos anteriores, tenha repercutido mesmo na esfera nacional, com a publicação de material no Jornal Nacional (segundo depoimento das lideranças), o conflito só ganhará maiores contornos quando, em julho de 2009, a cidade de Recife é proibida de destinar seus resíduos ao lixão da Muribeca, em Jaboatão dos Guararapes (PE), por ocasião de seu fechamento. Foi assim que o aterro deixou de ser uma questão dos agricultores e passou a ser um problema da cidade de Igarassu.

A “guerra do lixo”, como ficou conhecido pela mídia, principalmente imprensa, o episódio de fechamento do lixão da Muribeca, serviu como estimulador para que o processo de luta se reinstaurasse. É um momento em que a câmara de vereadores consegue chamar a atenção novamente dos meios de comunicação para a presença do aterro sanitário junto ao rio Arataca e que se torna a oportunidade que as lideranças dos agricultores encontraram para empreender novas ações contra o aterro.

Com a chegada do lixo de Recife para o aterro, o movimento Salve o Rio Arataca recebe mais um aliado na pessoa do vereador Ademar de Barros que propôs a alteração do artigo 4º da lei 2.584/2006 que permitia que o aterro sanitário da cidade recebessem lixo de outras localidades.

O problema do lixo produzido pela cidade do Recife é uma dificuldade histórica, também de outras grandes metrópoles⁴⁴, pois o crescente fenômeno da cornubação tende a resultar cada vez mais nas dificuldades que estas cidades terão para destinar sua produção de lixo, tendo em vista estarem cercadas por outros municípios que também passam a ter que conviver com o lixo e encontrar soluções racionais, do ponto de vista sanitário para este problema. A questão, no caso do Recife, é que a cidade tem boa parte de seu território banhada por mar, outra ocupada por bairros muito populosos e áreas de preservação, formando assim um contexto em que o município deixa de possuir uma área contígua para destinação de seu lixo, tendo que encaminhá-lo para outras cidades, desencadeando, por assim dizer, a chamada síndrome do “Não no meu quintal”.

Dessa forma, considerando as possibilidades de destinação desse lixo, apenas dois locais se apresentavam como mais prováveis, após o fechamento do lixão da Muribeca: A CTR- Central de Tratamento de Resíduo de Candeias, também localizada no município do Jaboatão dos Guararapes, e a CTR/PE, na cidade de Igarassu, que, “embora privados, parecem estar mais adequados para este fim que o lixão da Muribeca” (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 2009, p.08).

A resistência política, em nível municipal, é constatada no depoimento do vereador Ademar de Barros a um telejornal local⁴⁵, por conta da manifestação que a câmara de vereadores realizou em frente ao aterro como protesto à chegada do lixo vindo da capital pernambucana:

O município de Igarassu recebeu o lixo da cidade do Recife, uma vez que este é um problema que quem tem que resolver é o Recife e não nós. Então nós não aceitamos por quê? Porque com isso vamos atrair mais doenças para a nossa comunidade e iremos trazer uma série de problemas sociais.

⁴⁴ A cidade de São Paulo é um exemplo de como o problema do destino final do lixo se encontra. Segundo Jacobi (1995): “A questão da disposição final do lixo de São Paulo tornou-se um problema emergente e polêmico a partir do momento em que a disposição em aterros sanitários esgotou-se, não pela sua saturação, mas também pela ausência de espaço físico para construção de novos aterros” (p.11).

⁴⁵ Entrevista presente no DVD – O rio Arataca pede socorro, produzido pelo movimento em que há partes de reportagens de telejornais locais.

A adesão dos vereadores de Igarassu chama a atenção neste conflito por dois motivos: o primeiro, porque, no início da mobilização dos assentados contra o aterro, estes vereadores não o viam como um risco, pois não se cogitava a chegada do lixo da cidade do Recife àquela área e, por isso, não apoiavam a causa dos agricultores. Na ocasião, a lei municipal número 2.584/2006 permitia a construção do aterro na cidade, o recebimento do lixo de outros municípios e, assim, aquele oriundo da cidade de Recife.

Um segundo motivo que chama a atenção nesta fase do conflito diz respeito ao projeto apresentado na Câmara Legislativa de Igarassu, pelo vereador Ademar de Barros, versando sobre a proibição do recebimento do lixo de outras cidades em Igarassu. Este projeto de lei, que foi sancionado, inicialmente, por todos os vereadores em 19 de julho, teve, em sua última votação (03 de setembro) a adesão única de seu proponente. Segundo este vereador, a desistência dos demais representantes do poder legislativo se deu porque, na semana que antecedeu a votação do projeto de lei os vereadores foram procurados pelos donos das empresas consorciadas ao aterro que lhes ofereceram vantagens pecuniárias, caso aquele projeto não fosse aprovado.

Assim, os políticos da cidade que em julho haviam promovido e participado de ações de mobilização contra o aterro sanitário, repentinamente silenciam contra este. Mesmo com este fato, e também por meio dele, o conflito recebe novamente notoriedade e assume, com a chegada do lixo de Recife àquela localidade, uma outra fase, dessa vez com o apoio de mais um representante político, além da deputada já mencionada.

É assim que em 14 de setembro de 2009 o movimento “Salve as águas do Rio Arataca” retoma suas reuniões. No caso específico desta retomada, o primeiro encontro (que foi realizado na sede da Associação de Produtores do Engenho Ubu) do grupo contará com a presença de políticos, representantes de associação, FETAPE, do presidente da Federação de Pescadores de Pernambuco e do superintendente do INCRA, este foi acionado pelas lideranças para discutir tanto questões relacionadas a projeto no assentamento quanto para proceder à verificação de se, pela proximidade, o aterro privado não estaria dentro das terras do assentamento, logo, na jurisdição daquela instituição. Nesta reunião, muitos dos assentados, principalmente aqueles que estão mais próximos do aterro, não compareceram. Nota-se, também, que entre os antigos moradores a participação também foi quase que nula.

Como produto daquele encontro um ato público que ocorreu no dia da emancipação política do município de Igarassu (20.09.2009). Nele, se aproveitou-se o desfile cívico que

ocorre todos os anos para denunciar mais uma vez os males que o aterro sanitário trará, realizando-se uma panfletagem com o público presente naquele evento. Mais uma vez a presença dos antigos moradores do engenho e dos assentados mais próximos do aterro foi inexpressiva, mas justificada pelo fato de que aquela data não seria a melhor opção para os agricultores, pois muitos comercializam seus produtos justamente nos sábados, em feiras livres, principalmente, da cidade de Recife. Com isso, a mobilização, embora realizada e tendo atingido o seu objetivo, não recebeu a total adesão desses sujeitos.

Na ocasião da panfletagem, também foram expostas faixas, como a que apresentamos abaixo, fazendo alusão ao lixo de Recife que o município está recebendo:

Figura 2 – Foto da faixa utilizada na panfletagem



Fonte: Tarcísio Augusto, 14 out.2009.

A seguir, reproduzimos o panfleto distribuído no desfile cívico aos munícipes:

Figura 3 – Reprodução do panfleto elaborado e distribuído pelo movimento em 20 de set 2009



Fonte: Movimento Salve as águas do Rio Arataca – 20 set. 2009.

Em sequência, uma outra reunião foi agendada. Dessa vez, no Espaço Cervejão, localizado na Praça de Cruz de Rebouças – Igarassu. Nesta reunião foi apresentado um calendário de atividades em prol do movimento, entre elas, o recolhimento de assinaturas dos prefeitos da região para formulação de um termo de compromisso com a luta contra o aterro sanitário. Na ocasião também foi exposto que o pároco (Padre Valdemir) da cidade de Paulista convocaria prefeitos e presidentes de Câmaras da região para no dia 19.10.2009, no salão paroquial da igreja da Vila Torre Galvão, discutir o problema da chegada do lixo de Recife àquela região. Na finalização dessa reunião, um novo encontro ficou agendado para o dia 14 de novembro.

Um outro informe que também foi transmitido na reunião foi o da realização de uma possível mobilização da comunidade de Abreu e Lima, ainda em relação ao transporte do lixo

da cidade do Recife, contra o rastro de chorume que tem escoado dos carros de lixo que fazem o transporte dos resíduos.

O conflito socioambiental provocado pelo aterro sanitário possui vários atores, muitos dos quais já citados ao longo deste texto. Tais atores se encontram situados em dois grupos distintos: de um lado, estão assentados do Engenho Ubu e principais sujeitos deste processo, pois são os primeiros atingidos pelo mau cheiro que se dispersa no ar. Junto a eles estão pessoas e grupos que se sentem motivados por causas ambientais e que ao longo do conflito foram se organizando junto aos assentados, prestando-lhes assessoria e sendo também protagonistas do litígio. A coalizão de forças e a mobilização promovidas a partir daí ficaram conhecidas por Movimento Salve as Águas do rio Arataca.

Dentre suas estratégias de ação contra a força daquilo que eles intitulam “O bicho” – aterro sanitário do CTR/PE – Central de Tratamento de Resíduos de Pernambuco, estão as mobilizações que visaram sensibilizar a opinião pública, dar notoriedade à construção de um aterro nas proximidades de um importante manancial da Zona da Mata Norte de Pernambuco e aos possíveis danos ambientais que as suas atividades poderão trazer para a população que vive do abastecimento d’água do Sistema Botafogo, no qual o rio Arataca está integrado, e solicitar das autoridades providências quanto à desinstalação do empreendimento daquela localidade.

O desenvolvimento do conflito demonstra que as relações de poder têm sido marcadas por uma assimetria que conflui para a determinação de manifestações de injustiça ambiental. Estas, por sua vez, são aspectos que orientam a lógica do conflito quando se avaliam, inicialmente, os critérios de escolha da localização do empreendimento. Sabedor de que a proximidade de pequenos núcleos populacionais em que vivem pessoas de baixa renda não serviria de argumento contra a presença daquele empreendimento, o movimento opta, quase que inconscientemente, por não apelar para este argumento e sim para a dimensão ambiental do risco ao qual o rio estaria exposto.

Foi a partir da audiência (20 de dezembro de 2005) pública sobre o EIA do aterro sanitário, que ficou claro que as ações dos assentados não poderiam levar em conta a dimensão social do problema, pois quando um dos assentados solicita o distanciamento da instalação do aterro ao coordenador da empresa que realizou o estudo de impacto ambiental dizendo: “Já que foi distanciado oito quilômetros da cervejaria, pelo menos distancia quatro

da gente! (S. Q. R – Ata da Audiência Pública, 2005:18) (Grifo nosso), recebe a seguinte resposta:

Como já foi dito no estudo para seleção da área, nós consideramos vários critérios e as sete alternativas que fizeram parte do estudo final. E o que se considera na questão dos oito quilômetros da cervejaria é que se considerou a cervejaria – tudo bem –, mas isso ocorreu principalmente porque as áreas que estavam próximas da cervejaria estavam dentro da área protegida pela Lei de Proteção de Mananciais (ACQUA, 2005:18) (Grifo nosso).

Na exposição do coordenador fica claro que as restrições ambientais e a preservação dos interesses do capital são critérios fundamentais que se fundem na determinação da escolha do local de implantação do aterro. Esses critérios excluem, por sua vez a possibilidade de agentes de representação política mais frágeis serem ouvidos ou mesmo levados em conta sua história e relação com o local onde vivem. Para Acseirad (2004c: 15):

Estamos convencidos de que a injustiça ambiental resulta da lógica perversa de um sistema de produção, de ocupação do solo, de destruição de ecossistemas, de alocação espacial de processos poluentes, que penaliza as condições de saúde da população trabalhadora, moradora de bairros pobres e excluída pelos grandes projetos de desenvolvimento.

Neste processo se confirma que a avaliação técnica de risco ainda se impõe na legibilidade de ações privadas que recebem dos poderes públicos seu consentimento. A força com que os relatórios de impactos ambientais e audiências públicas buscam, por meio de um discurso técnico, deslegitimar ações contrárias aos interesses econômicos se revela como um palco em que a ideia de sustentabilidade se torna cada vez mais imaterializável do ponto de vista da justiça ambiental.

As empresas que compõe o consórcio que gerencia a CTR/PE⁴⁶ (Usina São José, Qualix e SERQUIP) possuem um histórico que permite cruzar a questão agrária com a problemática do lixo em nosso estado. A primeira acionista citada possui uma relação direta com a história do assentamento, pois buscou dificultar o processo de acesso à terra que hoje

⁴⁶ O lixo é um negócio que envolve cifras milionárias. A exemplo deste consórcio, o contrato pelos serviços prestados à cidade do Recife, por seis meses, foi de 6 milhões de reais. No caso de um outro consórcio (Consórcio Recife Energia), formado também pela SERQUIP, Qualix e a americana Kogenergy, o valor do contrato para gestão e tratamento do lixo da cidade do Recife é de 308 milhões para um período de vinte anos, prorrogáveis por mais vinte, segundo informações do Jornal do Commercio de 07 de julho 2009.

os agricultores ocupam liberando maquinário e implementos para que os antigos proprietários do engenho pudessem mostrar que a propriedade era produtiva, mesmo estando paralisada há mais de quatro anos. Já a argentina Qualix é a empresa que foi considerada incapaz, pela prefeitura do Recife, para prestar serviços de limpeza urbana, por falta de estrutura⁴⁷.

Por fim, temos a SERQUIP, empresa nacional que possui atuação em várias cidades brasileiras. Em Belo Horizonte registra-se um conflito socioambiental provocado pela atividade de incineração (de lixo hospitalar e industrial) no bairro de Camargos onde, depois de várias autuações e multas feitas a empresa, o Conselho Municipal de Meio Ambiente resolveu não conceder mais a licença de operação da empresa.

As relações que essas empresas estabelecem com as comunidades que as cercam e com os quais se relacionam, demonstram, por estes fatos, o quanto a confiança não consegue se estabelecer. Como relatamos anteriormente, no caso da CTR/PE, a marca da desconfiança também está presente quando se descobre que a empresa não possui licença ambiental para execução das obras de construção.

Enquanto o movimento Salve as Águas do Rio Arataca busca nas estratégias que lhe são possíveis desconstruir a legitimidade do discurso técnico proferido, pelos documentos e por técnicos do aterro, estes por sua vez, se mantêm a distância do conflito tratando a comunidade como se nenhum problema estivesse acontecendo. As estratégias aplicadas pela CTR/PE visam, apoiada em seus planos de comunicação social, desmobilizar o movimento, promovendo uma imagem positiva do aterro por meio de visitas de grupos da cidade de Igarassu no aterro (com a visita agendada de escolas).

Entre outras estratégias utilizadas pela CTR/PE, podemos citar: a captação de trabalhadores do assentamento para trabalhar no aterro, valendo-se assim das taxas de desempregos da/na região, a doação de cestas básicas para entidades do município, a realização de alguns patrocínios de festas e times de futebol em Igarassu. Todas essas ações visam, de certa forma, construir uma imagem positiva do empreendimento junto à comunidade, promovendo um efeito positivo sobre alguns assentados de modo que, como verificamos, no processo de coleta de dados, falar do aterro se tornara um tabu para muitas famílias.

⁴⁷ Ver série de reportagens publicadas pelo Jornal do Commercio nos dias 06 e 07 de julho de 2009 – Cadernos Cidade.

O silêncio ou a manifestação apologética representam os dois pólos do problema: de um lado, um reconhecimento dos males, mas a necessidade de estar empregado (os que silenciavam) faz com que as pessoas não queiram se posicionar nem a favor nem contra o empreendimento; de outro, a absorção de conhecimentos técnicos, a fim de justificar a razão de ser do funcionamento do aterro e da participação daqueles indivíduos naquela empresa (manifestações apologéticas), faz com que alguns indivíduos, mesmo percebendo o problema, prefiram conviver com ele, uma vez que daquela atividade conseguem tirar o sustento de suas famílias. É o que expressa uma assentada que tem o marido e dois filhos trabalhando no aterro:

Graças a Deus! Eu agradeço todo dia a Deus de existir isso aí, porque tá meu marido desempregado, meus filho desempregado, todo mundo lá em casa desempregado, e eles têm dado oportunidade de todo mundo trabalha lá. Esse rapaz aí trabalha lá o irmão dele trabalha, tudo trabalha lá. Hoje em dia gente que foi contra tá querendo se encaixar lá, pra trabalha. É o que eu digo a você: **lá é bom!** O negócio de sujeira não cai na água. Daqui a dez anos, vinte anos a água vai ser a mesma, e a quarenta, vai ter gente morto, mas não é disso [...] oi, ele garantiu pra gente e num é possível que ia mentir pra gente. Oi, a gente é parceiro daqui, sou parceira daqui, se prejudicar a água, a gente não vai saber, não é? Os nossos filhos tomam banho naquela água ali. [...] Nunca fui contra e nunca vou ser, é o ganha pão do meu marido e dos meu filho e por que eu vou ser contra? Lá tá existindo tratamento pra água, tá existindo mesmo, é bom você ir lá pra você ver. Num vai prejudicar a ninguém aqui porque o rapaz de lá disse que tá tudo garantido (D. N, 50 anos).

A reprodução da desigualdade ambiental se manifesta no conflito acionada por duas formas de estratégia promovidas pelo consórcio ao longo do litígio com os assentados. A primeira delas se expressa na usual desinformação da comunidade sobre as atividades desenvolvidas pelo empreendimento. Estas vão desde a construção do aterro em que os agricultores foram entrevistados por técnicos da empresa que realizou o estudo de impacto ambiental sem serem informados sobre o que viria a ser construído na localidade. Nesse sentido, “a cegueira” da população é um aspecto trabalhado com a finalidade de omitir os riscos e, conseqüentemente, evitar qualquer forma de contestação (ACSELRAD, MELLO e BEZERRA, 2009).

A segunda se orienta pela neutralização da crítica potencial (ACSELRAD, MELLO e BEZERRA, 2009): “As empresas, conhecedoras dos perigos que causam, desenvolvem políticas de conquista da simpatia das populações vizinhas aos empreendimentos a fim de evitar mobilizações que questionem suas condições de funcionamento” (p.81).

De outro modo, ao se analisar o caso do conflito socioambiental em Igarassu, percebe-se que os assentados não esperaram que a ocorrência de um fato de grandes proporções atingisse a comunidade para que esta se organizasse e solicitasse providências quanto aos riscos por eles identificados. Tal postura diverge da posição indicada por Leite Lopes *et al.* (2004) que as pessoas só se mobilizam quando um dano materializa-se de fato e afeta seu cotidiano, transformando-se assim um problema ambiental em uma questão social.

Por essa razão, ao longo deste capítulo buscamos apresentar como a constituição do conflito e sua relação com a história do assentamento se cruzam quando observamos que antigos atores do conflito agrário (a Usina São José, os antigos moradores – “os de dentro, e os acampados – “os de fora”) pela desapropriação das terras do engenho voltam à cena nos episódios de luta que caracterizam o conflito socioambiental aqui expresso.

À medida que fomos expondo essa relação, buscamos também explicitar as estratégias de luta desenvolvidas pelos grupos e apontar como experiências e histórias diferentes dos sujeitos que formam a comunidade do Assentamento Engenho Ubu (“os de dentro e “os de fora”) tendem a determinar posições divergentes quanto ao risco e ao perigo que o empreendimento possa trazer. Assim destaca-se o envolvimento e a mobilização desencadeados pela percepção de risco dos “de fora” quanto ao distanciamento, ao pouco envolvimento ou a negação do risco pelos “de dentro”.

No capítulo seguinte, buscaremos analisar quais os riscos percebidos e como se dá o processo de aceitabilidade ou negação destes riscos pelos antigos moradores do engenho. Assim apresentaremos, no âmbito das estratégias defensivas promovidas pelos agricultores, de que modo a tensão e insatisfação dos resultados da luta desenvolveu, internamente, posições mais radicais de enfrentamento que remeteram às estratégias desenvolvidas na época do acampamento.

CAPÍTULO III

A PERCEPÇÃO DE RISCO DOS ASSENTADOS SOBRE O ATERRO SANITÁRIO – DA DESNATURALIZAÇÃO AO AJUSTE

O capítulo que a partir daqui se desenvolve trata de aspectos relativos à percepção de risco dos assentados do Engenho Ubu. Ele se encontra dividido em três subtópicos, no primeiro discorreremos sobre os riscos percebidos pelos assentados denominados como os “de fora” e a mobilização social instaurada a partir da percepção de um risco ambiental provocado pelas atividades do aterro.

Em sequência, apresentamos a posição dos antigos moradores do engenho quanto à existência do risco. Os relatos coletados em campo demonstram uma posição diferenciada assumida por estes moradores quanto à possibilidade de que um risco ambiental tenha atingido o assentamento.

A trajetória de vida e experiências de trabalho com a terra nos fez refletir sobre a influência desses dois aspectos na condução da mobilização entre os assentados, apesar de ambos os grupos identificarem a existência de um risco, a posição assumidas por eles é bem distinta e reflete-se na participação de seus atores nas atividades que são desenvolvidas pelo movimento.

Discute-se ainda, no âmbito dessa mobilização, como traços da luta pela terra, na fase do acampamento, são por vez invocados, por parte de um determinado seguimento dos atores, como recurso necessário ao enfrentamento do problema e de como as lideranças recepcionam tais posições que passam a pressionar o conflito para uma dimensão de enfrentamento mais corporal entre os diversos agentes presentes no litígio.

Esses aspectos são apresentados de forma a se *conhecer que determinantes explicam a aceitação ou não do risco pelos assentados, quando se constrói um ambiente hostil a sua reprodução social.*

Para tanto iniciamos o capítulo retomando de maneira geral alguns aspectos da discussão sobre percepção de risco, destacando com isso como os sistemas de valores

construídos ao longo das experiências de vida de um grupo tendem a determinar a aceitação, ajustamentos e omissão a um risco.

Como já discutimos, anteriormente, um sistema de valores, experiências de vida e o contexto social em que estão inseridos os indivíduos compõem o pano de fundo que contribuem para explicar a percepção de risco (DOUGLAS e WILDAVSKY, 1982). Naturalizar, problematizar, ou negociar que riscos enfrentar vai depender desse complexo conjunto de fatores que revelam a inserção ou posição dos sujeitos no lugar onde vivem, sua relação com acontecimentos cotidianos ou eventuais, da função ocupada por estes num dado espaço social, da cultura, das demandas ambientais e das suas necessidades de sobrevivência.

Esse caleidoscópio que compõe a percepção de risco distingue-se da objetividade que se pretende alcançar quando as análises técnicas desconsideram o papel da subjetividade na identificação de situações potencialmente perigosas ou comprometedoras da reprodução social ou qualidade de vida de um grupo.

Por isso, a existência de um risco pode ser objetivada, relativizada, omitida ou negada a partir dos diferentes interesses que envolvem os sujeitos presentes em uma dada trama social. É no plano do discurso que tais interesses, primeiramente, transparecem, ao darem forma a prognósticos de segurança diante de situações e atividades que expressam algum risco à integridade das pessoas, de seus investimentos ou práticas sociais. Dito isso, é preciso considerar que, por meio de diferentes atores no campo político, administrativo e, sobretudo, científico, os riscos percebidos por populações leigas podem ser facilmente negligenciados e desconsiderados nas decisões tomadas por diversos setores da iniciativa privada ou pelas políticas públicas. Tal posição conjuga-se ao fato de que “A avaliação de risco, em geral, valoriza a excepcionalidade em detrimento do cotidiano da vida humana (AUGUSTO, 2001:257).

Aqueles que percebem os riscos e sofrem os efeitos de atividades poluentes ou práticas que comprometem a reprodução social de seu grupo, que são, em geral, decorrentes de processos decisórios orientados pelo Estado ou que têm sua anuência, são pressionados a deixar seu território ou a conviver com tais práticas, aceitando o peso dessas decisões em suas vidas.

Contra eles pesam as barreiras que os órgãos fiscalizadores ou o poder público têm em aceitar a percepção que essas populações desenvolvem sobre o risco, acusando-as de estarem

submersas na subjetividade ou ignorância sobre os fatos, prevalecendo assim a perspectiva da análise técnica de risco que se sobrepõe à experiência daqueles que cotidianamente enfrentam e se veem expostos a situações que podem comprometer o sentido e a existência do grupo, ampliando sua vulnerabilidade ou promovendo ações que tendam a torná-las vulneráveis.

Entre a análise técnica e a percepção do risco está a informação que é validada ou considera válida sobre as origens e determinantes de situações que os sujeitos consideram como mais arriscadas e propícias a afetar suas vidas e/ou o ambiente em que vivem. Essa informação implica em considerar como verdade os dados que são obtidos através de esquemas técnicos, possuidores de precisão e validade científicas, ou de fontes empíricas dotadas de capacidades sensíveis a que os indivíduos, ao se verem imersos em uma dada realidade, recorrem. Sendo que, no campo da avaliação dos riscos, sejam tecnológicos, ambientais ou sociais, esses dois tipos de fontes de dados, em geral, são autoexcludentes ou conflitantes quando interesses divergentes estão em jogo.

Mesmo que muitos trabalhos (GUIVANT, 1998; FISCHER e GUIMARÃES, 2002; ADAMS, 2009) indiquem uma tendência que considere que a avaliação de risco, sob o crivo da técnica, tenha sofrido várias críticas, nos últimos anos, e assim incorporado ao estudo do risco a perspectiva daquele que o percebe, tais estudos, como ocorre no Brasil, sofrem com a ausência de tal perspectiva, pois:

[...] as estruturas institucionais de avaliação dos impactos ambientais e de licenciamento de atividades se voltam em grande parte para a legitimação dos empreendimentos. Isto se dá em razão da natureza limitada e tecnicista da informação produzida, da assimetria no acesso à informação, da desconsideração do tempo histórico de escuta da sociedade, do tempo de maturação das informações entre os atores (ACSERALD, MELLO e BEZERRA, 2009:35).

Uma das características da percepção de risco aponta para a variabilidade que o aspecto da subjetividade traduz, ou seja, entre os indivíduos de um mesmo grupo um risco pode ser percebido como perigo para uns e não para outros. Tal atributo impõe precaução no uso ou aceitabilidade da percepção enquanto um instrumento para a avaliação do risco. Essa ponderação é passível também de ser aplicada à análise técnica do risco que pode não conduzir ao oásis da segurança quando a incerteza compromete as medidas destinadas à mitigação de impactos, ou quando se tem em mente o critério de minimização de custos que

determina a localização de empreendimentos em espaços onde residem populações pobres e, por isso, mais “propensas” a aceitar os riscos a que possam estar expostas.

Esses fatores auxiliam na justificativa que pode ser feita quanto à necessidade de diversificação de instrumentos utilizados na avaliação de risco, de forma que se possa tê-los como parâmetros para o gerenciamento de situações e práticas que conduzam a situações de risco ou perigo.

Todavia, em que pese a afirmação acima a incorporação da percepção às análises de risco está quase sempre colocada em uma dimensão periférica em relação à abordagem técnica, uma vez que pode favorecer um processo de mobilização social dos indivíduos que se veem afetados por decisões políticas ou por atividades desenvolvidas por interesses particulares. Também a incorporação da percepção às análises de risco é desconsiderada quando esta não converge para as necessidades e interesses econômicos postos na disposição para aprovação de obras e empreendimentos que tragam impactos visíveis a uma dada população.

Desse modo, quando são identificados, os riscos precisam passar de um processo de rejeição para a aceitabilidade, e um dos caminhos mais propícios para tal é fazer com que as necessidades imediatas de sobrevivência do grupo atingido possam ser incorporadas enquanto mote para substituir a resistência das pessoas aos riscos por sua aceitabilidade; com isso, espera-se que a comunidade possa ponderar sobre os riscos e benefícios que o desenvolvimento de uma atividade poderá causar.

Quanto a isso, Beck (2006:09) explica que “a aceitabilidade do risco depende se aqueles que perdem também recebem benefícios. Não sendo esse o caso, o risco será inaceitável para aqueles afetados”.

Muito embora a aceitabilidade do risco, pela comunidade, passe quase sempre por esse aspecto, buscaremos apresentar neste capítulo como as dimensões social e cultural formam um contexto que viabiliza tanto a desnaturalização dos riscos quanto as formas de ajustamento a eles. O enfoque, portanto, recai sobre as *experiências de vida* dos assentados, aqui entrevistados, enquanto determinantes da percepção que estes, enquanto grupo, desenvolvem com relação aos riscos trazidos pelo aterro sanitário.

No segundo capítulo deste trabalho nos referimos aos dois principais grupos que formam o assentamento Engenho Ubu. Neles, pudemos distinguir, pela história de

constituição do assentamento, dois segmentos de indivíduos que se organizam em torno de histórias de vida e trajetórias distintas. De um lado, os antigos moradores do engenho (os de dentro), que trazem como marca um histórico de subordinação aos proprietários das terras, através de vínculos de lealdade, o distanciamento entre seu trabalho e a agricultura (pelas atividades desempenhadas pelos trabalhadores, dentro da destilaria e da fábrica de tapetes, estes eram tidos muito mais como operários do que propriamente trabalhadores rurais) e ainda a luta de poder entre duas famílias de moradores com o fim de apropriarem-se dos melhores espaços de representação na comunidade.

Do outro lado, encontram-se os trabalhadores sem terra, aqueles que chegam para ocupar (os de fora), que tinham em suas lideranças pessoas com longa trajetória de luta e envolvimento com movimentos sociais e que, ao mesmo tempo, estavam caracterizados por uma heterogeneidade de experiências formada por trabalhadores de ponta de rua, desempregados da cidade e indivíduos que procuravam um lugar para ocupar em decorrência do estrangulamento da terra ocorrido por conta da ampliação do número de membros das antigas famílias de agricultores em outras áreas de reforma agrária, pelo desemprego nas cidades ou pelo fechamento de muitos postos de trabalho nas usinas da região.

As trajetórias dos indivíduos que compõe tais grupos são importantes referências para compreendermos e fazermos diferenciações tanto dos riscos percebidos quanto da participação e envolvimento desses sujeitos no processo de mobilização contra o aterro sanitário.

3.1 “Os de fora” e os riscos percebidos: a mobilização social de quem se vê vitimizado

A descoberta da construção de um aterro sanitário significou para muitos assentados o início de um novo processo de luta que se orientava, agora, não pela busca por um espaço para morar e trabalhar, mas pelo significado que aquele empreendimento representava para eles enquanto um mecanismo de expulsão da terra conquistada.

A identificação inicial do problema ocorreu de forma pouca alardeada na comunidade até o momento em que a construção do empreendimento dá os primeiros sinais visíveis de problemas que atingem o grupo. O primeiro foi o barulho produzido pelas máquinas, que segundo os depoimentos dos moradores mais próximos da obra, aconteceu, nas primeiras semanas de construção do aterro, de forma quase ininterrupta, principalmente no horário noturno; outro fato que marca o período é o pouco acesso à informação sobre o que estava na verdade sendo construído; e, por fim, os danos iniciais ocasionados às casas de dois moradores, como as rachaduras nas paredes provocadas pela movimentação de máquinas pesadas.

Entre “os de dentro”, o risco percebido está, sobretudo na possibilidade de verem ameaçado um dos aspectos que melhor caracteriza a localização do assentamento – o rio Arataca. Para eles, os efeitos da presença do aterro são bem visíveis já no presente, pelo medo de contaminação que sentem e pelo próprio desconhecimento quanto ao que viria a ser um aterro sanitário.

Ainda assim, quando, em fases posteriores, os técnicos do aterro lhes forneceram informações sobre as medidas e técnicas utilizadas para confinamento do lixo e a proteção ambiental, em reuniões e audiências públicas, a proximidade do aterro e o assoreamento ocorrido em um trecho do rio foram o bastante para que pudesse ser considerado, pelos assentados, como prejudicial⁴⁸ a vida naquela localidade.

É flagrante entre os assentados um discurso que coloca o aterro sanitário no mesmo patamar de um lixão, sendo este, por diversas vezes, apresentado nas falas dos sujeitos pelo termo “lixão de Igarassu”, mesmo tendo sido desativado por ocasião da construção do aterro. Vejamos o que relatam alguns dos entrevistados:

Olhe, nós soubemos da chegada do aterro através de boatos mesmo; o pessoal começou a dizer que estava pra chegar um lixão, era muito confuso entre lixão e aterro, e que a gente precisava fazer alguma coisa pra saber o que era isso, se isso afetava ou não o assentamento (V. G. S, 47 anos).

Uma [paralisação] nós fizemos na BR, aqui em Itapissuma; outra lá perto do lixão mesmo, em cima e [...] (J. E. F. S, 50 anos).

O lixão incomoda por mó da catinga...(J. S, 53 anos).

⁴⁸ Associado a todo o contexto de desconfiança e omissão de informações que vão do processo de formulação do relatório de impacto ambiental à posição favorável dos órgãos de fiscalização às atividades daquele empreendimento.

Agora inventaram de trazer esse lixão pra perto da gente, eles querem expulsar a gente daqui (C. M. S, 51 anos).

Embora quase sempre o aterro fosse comparado a um lixão, a existência anterior de um depósito de lixo a céu aberto foi um elemento que, entre os discursos dos assentados, sejam eles antigos moradores ou “os de fora”, não fora dada nenhuma atenção até o momento em que a existência do mesmo é indicada por um funcionário do aterro que se indagava: *se o aterro sanitário é tão prejudicial para eles, por que nunca se manifestaram contra o lixão que afetava os lençóis freáticos e produzia tantos outros males ambientais?* (E. O, 40 anos)

A partir de tal indagação, supomos, inicialmente, que: a) o lixão já existia anterior à formação do assentamento e por isso não era entendido, pelos assentados, enquanto uma estratégia de expulsão pela Usina São José; b) não estava situado às margens do rio e sua distância em relação às residências permitia que os efeitos tanto de curto quanto de longo prazo não fossem visibilizados pelos assentados, contribuindo assim para que passasse despercebido enquanto um problema ambiental.

Ao indagarmos os assentados a respeito de seus posicionamentos quanto ao funcionamento do antigo lixão de Igarassu, que, de alguma forma, provocava danos ambientais⁴⁹, verificamos que este não era percebido enquanto uma ameaça para aqueles agricultores, na medida em que os sinais de poluição não eram visualizados. Embora relativamente próximo do assentamento, este se localizava numa área bem mais distante das residências e do rio do que o próprio aterro.

Uma das poucas passagens das entrevistas em que se faz menção à presença do lixão está transcrita abaixo:

Isso também nos constrangia muito toda vez que a gente passava e o lixão era bem, bem ao lado, bem, bem próximo à BR 101, nas imediações do aterro, então isso pra gente, também era motivo de sofrimento, de tristeza de ver aquele lixão cada vez mais aumentando e a gente sem saber o que fazer. E soubemos depois que o lixão foi transformado. Foram, retiraram realmente o lixo de onde estava, de onde era visível e disseram pra nós que tinham colocado onde está o aterro, mas isso é, disseram, a gente não tem nenhuma comprovação realmente de onde colocaram esse lixo (V. G. S, 47 anos).

⁴⁹ Por não possuírem nenhum controle sanitário, os lixões a céu aberto são considerados como grandes impactantes do meio ambiente, provocando a contaminação de lençóis freáticos, proliferação de vetores de doenças e atraindo a população pobre para o seu entorno.

O que chama a atenção nos depoimentos dos agricultores é que, mesmo sendo sabedores da existência do lixão, estes nunca se mobilizaram em torno de sua desativação, nem tampouco falavam da sua existência ao longo das entrevistas, com exceção, de quando nos propusemos a provocá-los sobre o caso.

Isso demonstra que a mobilização realizada a partir da percepção de risco pela comunidade está, no caso do aterro, determinada pela experiência física direta com a fonte produtora do risco⁵⁰, fato que ocorre pela manifestação de atividades incômodas provocadas pelo empreendimento e captadas através dos sentidos (mau cheiro, irritações na pele) e pela associação de doenças que, supõe-se tenham sido provocadas pela presença do aterro naquela área.

De alguma forma, em relação ao lixão da cidade, a falta de visibilidade, dada a pouca dispersão local, de curto prazo, dos males ambientais permitia que, pela sua localização (distância relativa do assentamento e do rio) os problemas a ele associados pudessem passar despercebidos ou ser desconsiderados. Ademais, tal invisibilidade da poluição que o lixão produziu pode ainda ser entendida em sua relação com o aterro sanitário quando vislumbramos o tão atual, quanto antigo, comportamento humano de produzir lixo, mas de desejá-lo bem distante de quem o produziu. Locais como o lixão “denotam uma relação urgente de afastamento, daquilo que deve ser mantido longe. É uma relação de repulsa marcada por estigmas” (NEVES e MURATORI, 2009:02) e pode ser administrada, contanto que ele esteja distante de quem o colocou ali.

A relação que a sociedade mantém com o lixo que produz e a necessidade de mantê-lo distante das áreas que o originam, determina posturas que se orientam por atitudes cômodas de como empurrar o lixo para baixo do tapete, tendo por função colocá-lo longe dos olhos e sentidos daqueles que o produziram. Essa prática se verifica na destinação dos resíduos urbanos ao quintal do vizinho, neste caso, caracterizado por periferias pobres e áreas rurais.

Ao que nos parece, essa lógica começa a ser abalada quando, a partir da instalação do aterro e pela sua proximidade da comunidade, se ameaça, pelo risco ao ambiente, a sobrevivência daquele grupo que passou a questionar a legitimidade de sua instalação. De

⁵⁰ Em estudo realizado por Leite Lopes et al. (2004:233), ao contrário, “[...] mais que a experiência física direta com as fontes poluidoras, condição não suficiente de mobilização, parece ser necessário a criação de uma questão ambiental ou de saúde (pública ou de trabalho) localmente, que se torne uma questão social’. No caso aqui estudado no entanto, essa experiência direta com a fonte de risco já havia se mostrado suficiente para que formas de manifestações de insatisfações fossem expressas pelos assentados.

alguma forma, pela informação que os assentados obtêm da quantidade de lixo possível de ser depositado, por dia, naquele local (em torno de três mil toneladas) e pelo fluxo diário de carros que transportam os resíduos para aquele destino, os assentados começam a manifestar as primeiras formas de recusa a verem seu território afetado por aquela obra.

Por sua dimensão (área de 85,31 ha) e pelas atividades que foram desenvolvidas, desde a construção ao seu funcionamento, o aterro sanitário fez com que a questão da destinação final do lixo atingisse os assentados e acionasse, com os problemas que passam a ser perceptíveis, a síndrome do *não no meu quintal*. Neste caso, aquela relação de distanciamento que os indivíduos desejam manter do lixo produzido passa a ser questionada com a presença do aterro nas proximidades do assentamento através da indagação *por que em nosso quintal?*

Não obstante a não percepção do lixo a céu aberto enquanto um risco ou problema ambiental, o aterro sanitário, segundo representantes de órgãos públicos, não significa uma ameaça ao rio Arataca e muito menos à população que vive no assentamento. A garantia é dada pela Prefeitura de Igarassu que afirma que o aterro atende a todas as exigências técnicas impostas pela Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (CPRH). Em matéria publicada pelo Jornal do Commercio, em 29 de agosto de 2009, o procurador-geral de Igarassu, Aldo de Queiroz, afirma:

A capacidade era para 3 mil toneladas por dia e hoje o CTR recebe 1.340 toneladas. Também está com a licença da CPRH em dia. Ou seja, não vemos motivo para interditá-lo ou reduzir sua operação. Agora, se ficar comprovado que há prejuízo ao meio ambiente, o que não acredito que esteja acontecendo, caso contrário ele não teria a licença da CPRH, a situação muda (p. 03).

Para os assentados, o processo de luta inicia-se partir da percepção de que algum dano poderá ser ocasionado pela presença do aterro sanitário nas proximidades do rio. Dessa forma, a percepção dos assentados divide-se na identificação do risco ambiental em que, primeiro, um recurso hídrico seria afetado e em segundo lugar no mal-estar provocado pela dispersão do mau cheiro que tem atingido as famílias mais próximas do aterro, provocando problemas de saúde.

Para os agricultores, ainda, a proximidade do aterro sanitário das terras do assentamento tem produzido um outro problema para a comunidade, a rejeição por parte da

população que consome seus produtos, de maneira que, segundos estes, já são muitos os casos em que as pessoas indagam onde aqueles produtos são cultivados.

Mesmo o aterro representando um risco para muitos assentados, verifica-se que a preocupação com outras formas de risco são descartadas por muitos agricultores quando se observa que mesmo vários deles tendo optado pela prática de uma agricultura sem agrotóxicos, coexistem naquele assentamento práticas de cultivo agrícola as mais distintas possíveis. Identificamos muitos casos de agricultores que tanto cultivam produtos que eles intitulam como orgânicos quanto, também, à base de agrotóxicos. Por outro lado, encontramos aqueles que formam um grupo muito mais homogêneo quanto às opções pela produção orgânica (estes estão ligados por laços estreitos com os movimentos sociais), da mesma forma que entre estas duas experiências identificamos também aqueles que utilizam intensivamente produtos químicos em várias fases de sua produção.

Para o senhor J. S, de 64 anos, considerado rendeiro, plantador de abacaxi, o aterro provocará sérios danos ao meio ambiente e, sobretudo, à água do rio; segundo ele, já se pode sentir na pele seus efeitos pelo mau cheiro que se tem dissipado pelo ar, principalmente em dois momentos: pela manhã, por volta das 6 horas, e à noite, no horário das 18 horas. Em suas palavras, um dos motivos que o fez vir para aquele local foram justamente a disponibilidade, a abundância e a qualidade da água.

Estranha foi à separação feita entre a poluição produzida pelo aterro e o fato de este agricultor se utilizar tão indiscriminadamente de agrotóxicos no cultivo de seus produtos sem associar a isso um mau também para o meio ambiente, para as pessoas que utilizam tais defensivos e para o rio que suas terras margeia. Para Perez (2002:139): “A ‘invisibilidade’ dos riscos relacionados ao uso de agrotóxicos acaba por determinar uma maior exposição a estes produtos, por parte dos trabalhadores rurais, assim como contribui para a degradação do meio ambiente”.

Ficou evidente que a propriedade com que “os de fora” falam do problema e o envolvimento desse grupo, em relação aos riscos ambientais ocasionados pelo funcionamento do aterro, se manifestava com maior afinco do que a daqueles classificados como antigos moradores. Nos “de fora”, a relação entre risco e perigo é dada pela presença de um empreendimento que, ao direcionar para aquele local o lixo da região e da cidade do Recife, permite, pela quantidade e fluxo de descartes de resíduos encaminhados, que a qualidade de vida na localidade seja afetada.

Peres, Rozemberg e Lucca (2005:1838) consideram que:

Experiência, informação e "*background*" cultural formam uma tríade indissociável de determinantes da percepção de riscos, embora estes não esgotem os fatores relacionados com a construção da percepção de riscos em populações e/ou grupos populacionais específicos. Outros fatores, como o grau de escolaridade e a especificidade de tarefas realizadas, também contribuem para a base de sustentação da percepção de riscos das pessoas.

A análise das características dos “de fora” nos permite inferir que a experiência anterior de organização e luta pela terra forneceu a esses sujeitos características de insubordinação, ou, em outras palavras, dada a sua experiência e o envolvimento de suas famílias em outras histórias de conflito, tal grupo se demonstrara mais sensível à identificação de elementos que, ao ameaçarem os resultados da mobilização em torno do acesso à terra, permitiriam, por sua vez, o desenvolvimento de uma postura menos tolerante as situações de risco, principalmente quando provocadas por grupos que protagonizaram a resistência à reforma agrária na região, como é o caso da Usina São José.

Como dito acima, o envolvimento com outras formas de conflitos (neste caso, a luta pela terra) seria uma variável que explicaria a percepção de risco dos “de dentro” a respeito dos danos que o impacto do aterro nas proximidades do assentamento provocaria.

Medidas de prevenção, por outro lado, são assumidas por parte da população do assentamento, deixando de utilizar as águas do rio. Apesar de esta atitude ser assumida por alguns, as situações de pobreza e escassez material conduzem a que boa parte das famílias ainda façam uso da água do rio em atividades como a lavagem de roupas e de utensílios domésticos, bem como nos banhos diários. A entrevistada, a seguir, refere-se a isso dizendo: *“E pior é o vizinho ai ô, que a água é pra comer, é para beber, é pra tomar banho. É pra tudo ali que o vizinho utiliza a água do rio”* (I. F. S, 55 anos, referindo-se ao assentado mais próximo do aterro e do rio).

Noutra passagem, uma agricultora lembra:

A gente veio prá aqui e vive da agricultura e, depois, pronto, aluguei aquele barzinho lá no Arataca, na beira do rio...legal demais, depois veio essa tristeza desse aterro sanitário, acabou o bar desativado, né? E eu não sei se vai ativar algum dia; e agora, que tá no inverno todo mundo querendo que vá abrir, que vá abrir, mas só que...a gente com medo dessa água, né? Se poluir, quem é que vai querer vir aqui? O impacto tá grande demais! (M. J. V, 50 anos).

A foto a seguir ilustra a área explorada, as margens do rio pelos assentados em atividades de lazer, nos finais de semana, e que fora abandonado pelo medo de contaminação das suas águas.

Foto 03 – Bar desativado às margens do rio Arataca



Fonte: Tarcísio Augusto, jul 2009.

Não obstante a esse contexto, o fato de os assentados “de fora” apresentarem-se mais dispostos a se mobilizar em volta de ações que busquem eliminar os riscos percebidos com a construção e o funcionamento do aterro está associado também à própria experiência desenvolvida pela recepção da temática ambiental junto aos movimentos sociais de que estes participam ou participaram.

Estabelece-se, assim, um elo, a partir dos principais agentes desse processo no acompanhamento das estratégias de luta e organização do movimento contra o aterro sanitário, os sindicatos de Goiana e Igarassu (que são importantes referências), com a percepção dos assentados. À medida que o meio ambiente avança enquanto discurso do movimento sindical no campo estes difundiriam entre seus membros, por meio de ações e debates, uma postura mais proativa em relação aos problemas ambientais de modo que “[...], educação, meio ambiente e outras constituem parte importante da agenda de dirigentes sindicais nos últimos anos (LEITE LOPES *et al.* 2004:18).

Entre o risco percebido e o risco real pode ocorrer um processo de desajuste identificado quando a possibilidade concreta de um perigo se manifestar não é verificável; no

entanto, a ausência de dados que comprovem quaisquer possibilidades de danos não redime o fato de que outros males não possam ser identificados, sobretudo quando estes tendem a afetar a comunidade, promovendo a desvalorização imobiliária, atingindo as atividades econômicas desenvolvidas ou criando um sentimento topofóbico⁵¹ em relação ao lugar.

A esse respeito, o sentimento apontado por Tuan fora identificado entre muitos dos entrevistados ao se referirem as consequências do funcionamento do aterro sobre o local onde vivem. Na prática, o sentimento de topofobia expresso entre os assentados acentua-se principalmente entre os residentes mais próximos do aterro sanitário, porém, em muitos dos depoimentos obtidos entre os agricultores mais distanciados do empreendimento, também foi possível verificar o quanto um local entendido enquanto lugar de vida que passa paulatinamente a ser deteriorado por ações de terceiros, que não possuem vínculos afetivos com o local, mas que estão estritamente ali para explorar e apropriar-se dos seus recursos, tende a esvaziar-se de sentimentos positivos.

A ênfase expressa nos discursos dos sujeitos nos permite captar o quanto esse sentimento vem sendo construído no contexto da identificação dos riscos pelos assentados:

Quando vem o mau cheiro, a gente sabe que as doença tá de lado, né? Sempre vai trazer dor, dor de cabeça, febre, essas coisa, pros meninos, coceira, e a gente num tira bondade daqui mais não...é assim, daqui pra frente a gente não sabe como vai viver agora (L. J. S, 53 anos).

Querem botar nós pra fora daqui, sabe? Com o tempo nós vai ter que sair, ou sai ou morre, a poluição vai acabar com tudo [...] (A. F. V, 57 anos).

Às vezes eu penso também em deixar tudo pra trás sabe?, mas eu penso que eu não tenho pra onde ir (I. F. S, 55 anos, assentada há 13 anos, referindo-se ao desejo de deixar o lugar por causa do mau cheiro).

[...] agora muriçoca tá chegando de diversas qualidades, que não tinha. Eu me orgulhava daqui; a hora que você chegar lá elas senta e vai logo, em cima. Então eu disse agora a pouco a irmã:eu tô desgostoso [...] Se chegasse alguém que dissesse você quer sair dali? eu achava maravilhoso, assinava qualquer papel e me mandava dali, porque é um lugar bom, benção, mas a gente não pode fazer nada, o que pode fazer é um conflito miserável que vai acontecer, vai com todo mundo dentro (J. S, 53 anos).

⁵¹ O conceito de topofobia foi formulado pelo geógrafo Yi-Fu Tuan e refere-se à aversão ou medo de espaços em contraposição aos lugares de afeto humano no ambiente em que as pessoas vivem. Tal conceito produz, por assim dizer, a análise daquilo que Tuan (2005) cunhou como “paisagens do medo”, evocando um sentimento negativo que os indivíduos desenvolvem sobre determinados espaços que se tornam ou são considerados ameaçadores. Nesse sentido, a diferenciação proposta entre espaço e lugar é fundamental, pois “os lugares são centros a que atribuímos valor e onde são satisfeitas as necessidades biológicas de comida, água, descanso e procriação” (TUAN, 1983:04).

A percepção dos “de fora” sobre o aterro sanitário se desenvolve a partir de um discurso que não é neutro, possui uma carga valorativa marcada pela noção de direitos a um ambiente saudável e pela reafirmação do assentamento enquanto um espaço de vida, elemento que recorta boa parte das histórias dos trabalhadores sem terra que ocuparam um dia o engenho.

Essa referência aos direitos se amplia a partir do momento em que a defesa de um determinado recurso natural se torna o pano de fundo para que o direito ao território conquistado se mantenha. Na compreensão de Leite Lopes (2006:45), conflitos socioambientais locais promovem uma interiorização dos direitos e dos argumentos ambientais, pressionando por leis e controles estatais e, ao mesmo tempo, sendo alimentados por tais instrumentos [...].

Isso se faz na medida em que ocorre uma reivindicação em torno da preservação da qualidade de vida encontrada naquelas terras, propiciada pela abundância de recursos hídricos (o rio Arataca é considerado pelos assentados como o único rio vivo da região).

É nesse sentido que, mesmo se vislumbrando um futuro de incertezas diante dos problemas ocasionados pelo aterro, estes agricultores, inspirados na luta pela posse da terra, se veem motivados a resistir, elaborar e reelaborar estratégias de permanência no lugar. “[...] *a luta é uma coisa que a gente tem que continuar com ela, a gente não pode se afastar por nada, inclusive um assunto desse que depende do apoio de todos e mais alguns que vier*” (P. F. N, 68 anos).

Até o momento em que realizamos o trabalho de campo, os riscos ambientais apontados pelos assentados não puderam ser comprovados de maneira objetiva⁵², além do mau cheiro a que os moradores vizinhos ao aterro estão expostos.

Apesar disso, uma das lideranças ressalta que, após terem alertado os técnicos do aterro sobre a possibilidade de transbordo do chorume para o rio em período de fortes chuvas na região, o próprio aterro veio a se ocupar, às pressas do transporte do chorume para outro local, ocasião em que o período chuvoso se desdobrava sobre a Mata Norte do estado de Pernambuco, na fase inicial de funcionamento do aterro sanitário.

⁵² Quando nos referimos à comprovação objetiva dos riscos, estamos na verdade querendo afirmar que os aspectos referidos pelos agricultores ou não foram considerados como suficientes para que fosse proposta pelos órgãos fiscalizadores uma ação drástica de intervenção no aterro ou os fiscais não puderam visitar o local para realizar a vistoria relativa a denúncia procedida.

Tal momento foi registrado por uma das lideranças explicitando que:

[...] eles dizem que o aterro sanitário é uma coisa muito bem feita; segundo pessoas que conhecem o projeto dizem que é uma coisa de primeiro mundo, muito bem feita e não há o menor risco de contaminar o lençol e nem o rio, mas a gente não acredita. Mostre o projeto, se tiver bem feito, a gente acredita. Mas uma empresa que procede da forma como essa empresa procedeu na construção desse aterro, construindo clandestinamente, sem ter as licenças, sem consultar a população, sem respeitar, sem ter o menor respeito pela população que está aí em volta, sem cumprir com as regras de perfurar o poço de que se teria necessidade. Como é essas medidas de precaução? É medidas de economia, eu suponho, eles fazem esse tipo de coisa. Quem vai nos garantir que eles vão fazer de fato o que está lá no projeto? A gente não tem a mínima garantia, não merece a mínima confiança da nossa parte. Os moradores que tão logo abaixo do aterro, ali vizinho deles, é... agora no período do inverno, eu... a gente já dizia que ia acontecer [...] as células de botar lixo são imensos valões [...] e como nessa região nossa chove muito, às vezes semanas inteiras, esse lixo depositado com a água de dias e mais dias de chuva... é... você vai ter ali um caldo, bastante material contaminado. Aí o que é que eles faziam? Botavam algumas bombas gigantescas dentro dessas células, lá onde estava aquela poça de lama e escoava essa água pra fora, jogando no terreno do assentamento com uma mangueira [...] e essa água correndo para o rio, fica mais ou menos 300, 200 metros de distância do rio. Essa água suja que saía de dentro, lá do lado do aterro, quando batia no rio, chegava dentro do rio, levantava uma parte de espuma com mais de um metro em cima da água do rio e, a água se misturando lá, provocava essa espuma. É... essa água que saiu de lá tem uma cor leitosa, a gente até encheu algumas garrafas e levou lá pra um programa de televisão, na TV Universitária. E eles diziam que ia realizar todas as precauções para que essa coisa não atingisse o rio, mas eles botavam uma mangueira lá dentro para que a água fosse, jogada lá fora, para cair dentro do rio. Então, quem, age desta forma merece crédito da nossa parte? Não merece. Então olhe a gente espera deles as piores coisas (S. Q. R, 49 anos).

A foto abaixo ilustra um momento das reuniões em que o líquido coletado foi apresentado aos moradores por um dos agricultores que vive as margens do rio.

Foto 04 – Reunião com a comunidade realizada, na escola do assentamento



Fonte: Tarcísio Augusto, jul de 2008.

Uma situação de risco concernente a estrutura das células localizadas em áreas de declive é apresentada por outro entrevistado:

Porque em breve eu não sei se aquilo ali vai suportar, a barreira vai suportar o peso, a carga que tá ali, o manancial Arataca para receber, recebendo, vai cair nos manguezal, nas praias, vai prejudicar a pesca artesanal que tem aqui em Goiana, Igarassu, Itapissuma [...] (J. M, 45 anos).

Paralelamente à percepção de risco dos assentados, desenvolvia-se, ao final da primeira fase de enfrentamento, expressões de resignação (ou adaptação) aos riscos foram encontradas, talvez em consequência do posicionamento de que *“tudo o que a gente poderia ter feito, fizemos”* (S. Q. R, 49 anos), conferindo um status de imobilismo em relação ao problema.

Esse comportamento encerra, por assim dizer, uma descrença nas instituições e nos instrumentos legais que deveriam salvaguardar a natureza de empreendimentos que por sua grandiosidade impactam de forma expressiva sobre áreas em que historicamente manejos inapropriados dos recursos naturais tornaram-nas pouco a pouco degradadas, mas com alguns resquícios de vitalidade que necessitam ser preservados em função da qualidade de vida propiciada e das amenidades que tais lugares possibilitam estabelecer. A descrença nos órgãos de defesa do meio ambiente pode ser também apreciada na seguinte afirmação:

Com os órgãos de proteção do meio ambiente do estado como o IBAMA, CPRH, Secretaria de Ciência e Tecnologia com esses órgãos a gente não conta [...] Bom, seguem aquele discurso do proprietário, né?, de que foi uma estrutura muito bem feita, tá muito organizado, que num corre risco e que a gente tem que se acostumar com isso. É muito triste se escutar isso de um órgão do estado que vem aqui, que você procurou e que vem aqui dizer isso na frente do empresário. Eles diz que vocês vão ter que ir se acostumando, que vocês num vão ter nenhum prejuízo, quer dizer ...o discurso do proprietário é como se a empresa fosse deles, o discurso é como se a empresa fosse deles (J. M, 45 anos).

Por sua vez, a desmotivação dos assentados conduz o conflito para um processo de renaturalização do risco, caracterizada não por um acordo entre as partes, no sentido conferido por Leite Lopes et al. (2004), mas por um sentimento de incapacidade e desestímulo em que os agricultores se veem portanto abatidos. Esse sentimento de que se tem a consciência limpa de que tudo o que poderia ter sido feito e estava ao alcance do movimento foi realizado é revelado na fala de S. Q. R:

A comunidade se sente impotente, essa é... o que que a gente vai fazer ? A justiça, que teria a função de agir do ponto de vista legal, não faz , é... os órgãos competentes é que autorizam quando não deveriam. A gente, a gente fez a nossa parte, a gente protestou, a gente levou ao conhecimento de quem seria a responsabilidade, tentamos chamar a imprensa, a imprensa vem, faz algumas matérias. A gente acha que fez o que a gente podia fazer. É... eu não vejo nenhuma ação que a gente pudesse fazer que a gente deixou de fazer.

Essa atitude de inércia dos agricultores em relação ao aterro sanitário é repensada a partir do momento em que o lixo se torna uma questão pública, por ocasião da chegada do lixo de Recife para Igarassu. A notícia de que a quantidade de resíduos a ser recebida no local iria aumentar, associada à resistência política, inicial, dos vereadores da cidade, serviu como mote para que novas estratégias fossem postas em prática com o apoio de mais um representante legislativo (o vereador Ademar de Barros).

Diante de tais fatos, verifica-se que o Movimento Salve as Águas do Rio Arataca sofreu momentos de inércia e euforia, a depender de novos acontecimentos que possam ocorrer. A questão do lixo e, por consequência, o aterro torna-se um problema de interesse público e não apenas um fato isolado em que afetaria apenas os agricultores.

O discurso que moveu as estratégias do movimento contestatório contra o aterro deu maior enfoque no dano ambiental provocado ao rio do que mesmo, o aspecto social que deveria ser levado em conta pela exposição desigual e a amplificação social dos riscos ambientais decorrentes da vulnerabilidade social a que eles estão sujeitos. Nesse sentido, poucos foram os entrevistados que, ao se referirem ao problema, levaram em consideração o fato de que a construção do aterro próximo ao assentamento representaria um aspecto da injustiça ambiental e da desigualdade social⁵³ enquanto razão para enfrentar os problemas que surgiram.

Para “os de dentro”, o risco se expressa nos seguintes elementos: a) na localização do aterro quanto à proximidade do rio Arataca; b) nas alterações observadas nos estados da água; c) na emissão de fortes odores provocados pelas atividades de confinamento do lixo d) na associação aos problemas de saúde identificados, principalmente, entre as crianças (erupções na pele, dores de cabeça, náuseas).

⁵³ Não consideramos aqui o conhecimento ou domínio sobre os termos, mas a referência do discurso quanto ao fato de que na mesma dimensão dos riscos ao meio ambiente estariam os agricultores enquanto passíveis de serem atingidos pelo mal que ali se encontrava.

A localização do aterro em relação ao rio é um dos aspectos da percepção entre os assentados que mais recebe realce; além dele, a posição na qual o aterro está localizado é destacada também como uma ameaça de contaminação em relação ao aquífero Beberibe (principal manancial hídrico subterrâneo da Região Metropolitana do Recife). Nessa área, em estudo anteriormente divulgado pela CPRH na imprensa, “as restrições apontadas pelos técnicos são a exploração da água sem controle, a implantação de aterros sanitários, o uso de agrotóxicos e o adensamento populacional” (JORNAL DO COMMERCIÓ, 2001) (Grifo nosso).

Apesar da limitação ter sido tocada também pelos técnicos do aterro em audiências e entrevistas (justificando o fato de que na região não existe um local onde o aquífero não pudesse ser afetado), entre os assentados, apenas as lideranças o apresentavam enquanto um elemento comprometedor das atividades desenvolvidas por aquele empreendimento na região. Isto ocorre primeiramente porque esses indivíduos puderam ter acesso à parte da documentação que envolvia o processo de contestação ao aterro e aos demais documentos que fundamentam a ação popular civil contra ele.

Além disso, acreditamos também que afora isso, se encontram a imperceptibilidade e conhecimentos dos demais agricultores sobre a existência desse recurso hídrico subterrâneo. Logo, a referência aos impactos ou riscos passa despercebida a vários membros da comunidade.

Com o pleno funcionamento do aterro, em 2009, a emissão de fortes odores provocados pelas atividades de confinamento do lixo se tornou o principal impacto social sobre a vida dos moradores do assentamento. No entanto, os males sentidos a partir da dispersão do mau cheiro se concentraram em dois períodos de tempo: no início da noite (18 horas) e no começo da manhã (6 horas). Estes, de outro modo, atingem os residentes do assentamento de maneira distinta, de forma que nem todos estarão sujeitos aos incômodos produzidos pelos gases que são levados pelos ventos.

Dependendo da direção do vento, a distribuição dos odores atinge, ora uma parte dos moradores, ora outra parte, porém aqueles que possuem residência nas áreas mais próximas das atividades do aterro são com certeza os que mais se veem prejudicados. É, portanto, com a ampliação do confinamento do lixo, a partir da chegada dos resíduos vindos da cidade de Recife, que essas pessoas informam que a situação tornou-se insuportável. “*De manhã meu*

café é a carniça que entra na minha casa” (J. E. F. S, 50 anos), declara um dos agricultores mais afetados com o mau cheiro e a possível poluição do rio.

As alterações observadas no estado físico da água são um outro elemento presente e desencadeador da percepção de risco e da mobilização da comunidade em relação ao aterro, a qual se dá por meio da denúncia à associação de moradores realizada por esses mesmos moradores, que residem nas áreas mais próximas ao empreendimento. Como, em geral, a água do rio é utilizada na lavagem de roupas, é no contato com ela que são verificadas as alterações em seu estado físico, porém muito mais perceptíveis no curso inicial do rio em que a concentração de qualquer substância se torna mais visível (quando os assentados denunciam o desvio de um líquido das células para dentro do manancial, em um período chuvoso).

Esse contato com a poluição tornou-se um elemento decisivo na mobilização da comunidade, internamente, e na arregimentação de outras populações, passíveis de serem atingidas pelo problema, a exemplo dos pescadores artesanais que vivem e trabalham no canal de Santa Cruz (área estuarina de preservação ambiental, conforme Lei n. 9931 de 31 de dezembro de 1986), por meio de reuniões para discutir a questão.

Quanto aos pescadores, em estudo realizado por Ramalho (2006), admite-se que a vida dessa população é influenciada pela presença do canal de Santa Cruz “mediante o uso das potencialidades de navegação e das atividades produtivas que [são] [...] apropriadas pelas populações mais humildes e marginalizadas” (p.83). Noutra passagem, exorta o autor, “O canal de Santa Cruz [...] pode ser entendido como espaço de trabalho, de geração de renda e sustento familiar” (p.89).

O estuário do canal de Santa Cruz, constitui uma área de preservação ambiental bastante afetada pelo processo de urbanização em que o acelerado crescimento urbano fora desencadeado por meio do turismo em locais como Itapissuma. Baseado no trabalho realizado por Kater (1990), Ramalho (2006) demonstra que:

As áreas de mangues têm sido aterradas para loteamentos, condenando também a produção de coqueiros que existia [...] Dessa maneira, torna-se evidente que a dinâmica imposta pela urbanização alargou, por um lado, a cidade (calçamento, escola, população, posto de saúde, comércio mais dinâmico, desemprego) e, por outro, encurtou uma série de possibilidades econômicas articuladas pelos pescadores (p.94).

Logo, por meio da poluição do rio, uma “bacia de risco” seria desenvolvida, permitindo que outras comunidades, para além do próprio assentamento, fossem atingidas. Dessa forma, ao ser atingido pelas consequências das atividades do aterro, tal ecossistema sofrerá mais um dano, além daquele já provocado pelo processo acima apresentado.

Figura 4 – Imagem das áreas estuarinas do Rio Jaguaribe e Canal de Santa Cruz.



Fonte: Anexo IV da Lei nº 9.931, de 11 de dezembro de 1986.

Porém, para as lideranças, embora o problema não diga respeito apenas ao assentamento Ubu, a sensibilização de outras partes que poderão ser atingidas torna-se um grande desafio tanto internamente, dada a difícil participação dos agricultores, quanto externamente, pela dificuldade de as demais comunidades perceberem os riscos quando estes ainda não são tão visíveis.

Como já dissemos em outras passagens, os assentados temem que o lançamento de chorume ou qualquer derramamento de resíduos decorrentes das atividades do aterro venham a comprometer o abastecimento d'água da Região Metropolitana, dispersando, assim, o mal para um quantitativo maior de pessoas.

Ainda que a tônica primeira da mobilização contra o aterro reverbere por meio dos moradores mais próximos do empreendimento, por outro lado, entre estes, poucos são os que assumem as ações necessárias ao envolvimento com a luta. A dimensão reivindicatória é o espaço do imediatismo e forja-se pelos momentos de maior concentração ou dispersão do

problema na área. Uma das lideranças tenta explicar as dificuldades de organização da comunidade da seguinte forma:

A gente teve muita dificuldade pra mobilizar todo esse povo; a gente admira muito que na luta pela terra tava todo mundo junto, né?, e depois que tá todo mundo no sítio, você tem uma certa dificuldade. Aí depois, você vai resgatar a cultura de toda essa gente que tá aqui de onde veio né? Vieram da cana de açúcar de onde sempre foram mandado...você faz assim. Sempre foram humilhado, sempre massacrado, isso reflete muito na capacidade ideológica dessa pessoa. Então, por mais que a gente queira conscientizar, mas o poder econômico é mais forte do que a ideologia (J. M, 45 anos).

Por fim, os problemas de saúde identificados entre as crianças representam mais um aspecto da percepção de risco entre “os de fora” e demonstra o medo que os agricultores expressam em relação aos riscos a que se veem expostos. Em uma das últimas reuniões realizadas com os moradores do assentamento na escola da vila, e em decorrência da desconfiança de que o aterro estaria jogando seu chorume no manancial do rio Arataca, as lideranças, orientadas por ambientalistas ligados ao movimento, pediram aos agricultores, sobretudo aos mais próximos do rio, que encaminhassem ao posto médico do assentamento todos os que fossem acometidos por doenças.

Foram várias as queixas apresentadas pelos agricultores quanto ao aparecimento de coceiras, cansaço, disenterias, ânsias de vômitos, que, segundo eles, surgiram após o início do funcionamento do aterro. As crianças são as mais afetadas, principalmente, pelo contato com a água.

Todavia, até enquanto realizávamos a coleta de dados no assentamento nenhuma comprovação foi efetivada quanto a uma associação entre os sintomas manifestos e as atividades do aterro. Isso, por sua vez, deve-se, em termos, à falta de sistematização no acompanhamento dos casos de pessoas que tenham apresentado quaisquer dos sintomas anteriormente citados. Há dificuldades de associação de tais sintomas com a produção de riscos que, segundo os agricultores, são produzidos pelo empreendimento, em virtude das condições de asseio que não são praticadas por algumas famílias.

Por sua vez, as dificuldades de estabelecer uma relação entre sintomas de doenças e a presença e o funcionamento do aterro nas proximidades do assentamento se expressam também pela ausência de órgãos de saúde pública ou assistência e extensão universitária

quanto a isso. Quando indagados sobre que riscos puderam ser comprovados, estes afirmam que ainda não conseguiram comprovar objetivamente nem risco nem danos, de alguma forma, pelos motivos que já expusemos anteriormente. Mas, para os atingidos, a falta de um órgão que possa realizar esse acompanhamento é algo crucial para que alguma medida possa ser tomada. Mais uma vez pesam sobre o grupo a pouca representatividade política e a falta de capacidade de se fazer ouvir diante os riscos que eles cotidianamente percebem.

Não obstante essa limitação, incorpora-se também o fato de que o aterro se tornou, para algumas famílias, a tábua de salvação nas situações de desemprego, principalmente para os mais jovens. Embora sua capacidade de absorção da mão-de- obra de trabalhadores do assentamento seja relativamente baixa, a possibilidade de ter carteira assinada e um salário superior ao pago aos trabalhadores rurais naquela região desperta, entre aqueles mais jovens, a ânsia de inserir-se na empresa e gozar dos benefícios, como cestas básicas, segundo depoimento de um dos funcionários entrevistados.

Esse fato ainda compete com as denúncias que a maior parte dos assentados promoveram, à medida que se tende a criar um eufemismo ou omissão em relação aos problemas, quando observadas as famílias que possuem algum membro inserido no trabalho do aterro. Há casos em que, mesmo vários vizinhos afirmando a existência, por exemplo, do mau cheiro, tais famílias buscam negar a procedência desse fato apresentando os procedimentos que são utilizados pelo aterro no confinamento dos resíduos como a cobertura de areia que é feita para esse fim.

A aceitabilidade do risco ou, nesse caso, a sua renaturalização demonstram o quanto a situação socioeconômica da comunidade é conduzida pelo empreendimento para desmobilizar grupos de oposição e fazer com que, mesmo muitos agricultores sendo atingidos pelos efeitos das atividades ali desenvolvidas, relevem ou omitam a existência do risco, buscando compensação nos benefícios oferecidos pela empresa.

Conscientizar e mobilizar os demais assentados tem sido o grande desafio interno das lideranças (“os de fora”) do assentamento. Porém, como conferir a uma atividade como aquela desenvolvida pelo aterro um caráter poluidor ou de produção de risco ambiental quando, pelas razões técnicas apresentadas, ele seria a solução mais viável ao problema da destinação do lixo e um modelo de gestão eficiente de resíduos, se comparada com a prática da destinação final de resíduos sólidos em lixões a céu aberto?

A resposta a essa indagação nos foi dada em diversas ocasiões em que pudemos participar das reuniões e ações realizadas pelo movimento “Salve as águas do Rio Arataca” em que sempre tais sujeitos referiam-se ao aterro enquanto um mal em virtude de sua localização. A posição, portanto, em que o aterro se situa é vista, em *primeiro* plano, como negativa pelos danos que podem ser causados ao rio Arataca, em virtude da proximidade daquele em relação à sua margem, em determinados trechos, e é expressa de maneira reativa e *secundária*, pela mesma proximidade em relação ao assentamento. Tal fato exprime que a mobilização dos assentados busca evocar muito mais um discurso ambiental que necessariamente social para denunciar os males por eles identificados. Para Leite Lopes (2006), “Tanto trabalhadores quanto partes das populações atingidas por danos ambientais passam a utilizar-se também da questão ambiental como repertório de seus interesses e reivindicações” (p.32). É nesse sentido que a defesa da natureza aparece no repertório discursivo dos assentados como elemento mais expressivo de sua reivindicação do que mesmo as repercussões imediatas no campo social dos efeitos do aterro sobre suas vidas.

Não se opera, necessariamente, nessa reflexão a dissociação entre homem e natureza, mas se observa que, embora os riscos e possíveis danos, que futuramente as atividades ali desenvolvidas possam acarretar àquele recurso natural, não estejam comprovados tecnicamente, ainda assim a sensibilização política se centra na natureza degradada e não no grupo que se vê vitimizado por aquele licenciamento.

Na verdade, as lideranças reconhecem que o aterro é um empreendimento bem vindo, pela necessidade que a sociedade tem de destinar o produto final de seu consumo que, em geral, são os resíduos desse processo. O gargalo se encontra na escolha do local onde ele fora construído e no desenvolvimento das ações que foram ali projetadas, a exemplo da ausência de informações fidedignas a serem repassadas à comunidade, da consulta e participação dela quanto à escolha daquela localidade e dos riscos e incômodos em potencial a que poderiam estar submetidos por ocasião do pleno funcionamento do aterro.

Os problemas então vivenciados não passariam despercebidos entre “os de fora”, uma vez que a postura assumida pelos gestores do aterro se torna contrastante com a história de formação política das lideranças do assentamento que sempre lutaram para se tornar sujeitos de direitos, permitindo que se estabelecessem assim uma relação de desconfiança e um contexto propício a constituição de um conflito.

Os riscos identificados pelos agricultores resultam de sua recusa a ter que suportar que o lugar onde vivem seja transformado em um espaço sem vida. Mais que isso, o conflito instalado se desenvolve tendo como inspiração as lutas do passado impulsionadas agora não mais pelo desejo de “um lugar para ocupar”, mas de mantê-lo viável para o sustento e sobrevivência de aspectos notadamente materiais e imateriais da relação daqueles sujeitos com a terra.

Em parte, o desejo de realizar uma produção de alimentos baseada, parcialmente, em critérios fundados na agricultura orgânica se funde com preocupações ambientais e com a necessidade de se estabelecer um padrão de qualidade de vida para suas famílias. As amenidades (ar puro, água limpa, contato mais próximo com a natureza, proximidade de pequenas, médias e grandes cidades) presentes nas terras do assentamento tendem a inspirar aqueles que veem na terra a possibilidade de viver e realizar-se enquanto pessoas e grupo.

O aterro sanitário apresenta-se, nesse contexto, como uma impossibilidade à continuidade desse sonho, que deixou de ser utópico, quando os resultados do trabalho desses agricultores começam a se tornar visíveis com um lugar para morar e trabalhar, mas, sobretudo, pelo fato de eles poderem sobreviver daquilo que para eles se tornou uma herança adquirida ao longo de suas experiências de vida, a agricultura. A luta contra o “bicho” é, pois, a luta por direitos e se perpetua entre “os de fora” enquanto uma reafirmação destes.

3.2 “Os de dentro”: ajustamento e aceitabilidade de risco

Se a história dos assentados “de fora” se funde com a luta pela terra na região da Zona da Mata Setentrional de Pernambuco, representada na politização da questão agrária encabeçada pelos movimentos sociais, como o MST, CPT e STRs (Sindicatos de Trabalhadores Rurais), a trajetória dos antigos moradores do Engenho Ubu, mesmo vinculando-se à situação de crise do setor canavieiro, aponta para uma relação de pouca ou de nenhuma mobilização em torno da situação desfavorável em que estes se viram inseridos com a falência e o fechamento da destilaria e do Engenho Ubu.

No início da década de 1990, o Engenho Ubu já era considerado propriedade improdutiva e muitos dos empregados da destilaria, assim como os do próprio engenho, não haviam recebido os valores a que tinham direito, relacionados ao tempo de serviço prestado aos proprietários. As dificuldades da indústria canavieira no estado, na época, repercutiram de forma especial sobre fornecedores de cana e os demais integrantes da cadeia produtiva do açúcar na região. Sendo os trabalhadores o elo mais frágil desse sistema, viram-se, de repente, sem quaisquer possibilidades de trabalho naquela empresa e tendo que migrar, em busca de emprego, para usinas e cidades da região.

Para muitos dos antigos moradores da vila, o único recurso disponibilizado na época pelos donos foram às casas pertencentes ao engenho, o que compunha uma pequena vila formada em média por 35 residências. Conforme já dito anteriormente, estas casas estavam destinadas aos empregados da fábrica de tapetes e da destilaria, enquanto algumas moradias, que se encontravam dispersas na propriedade, eram destinadas a algumas das poucas famílias de trabalhadores rurais.

Com a paralisação e falência do Engenho Ubu, vários desses trabalhadores (tanto rurais quanto operários) resolvem migrar para a área urbana do município de Goiana e para as cidades vizinhas, como Igarassu, Itapissuma, Abreu e Lima e Paulista, buscando alternativas de trabalho nessas localidades. No entanto, mesmo muitos desses trabalhadores tenham deixado definitivamente o engenho, vários deles optaram por manter-se nas casas em que moravam, embora trabalhando em outras cidades.

As famílias que se mantiveram na vila do engenho possuíam uma característica em comum: a maioria tinha nascido e crescido naquela propriedade e lembrava com tristeza o processo de falência do engenho, bem como com nostalgia a época de ouro em que estas tinham garantido o pagamento de seus salários. Nos momentos de euforia e resgate deste passado, em muitas declarações dos antigos moradores da vila do engenho se demonstrava a falta de habilidade para lidar com a terra quando estes afirmavam que, embora tivessem recebido parcelas, por serem antigos trabalhadores do engenho, esses apreciavam muito mais uma relação salarial do que a autonomia de trabalho que a posse da terra lhes possibilitava. Para eles, o trabalho na agricultura representava a incerteza.

A impressão deixada nos depoimentos desses trabalhadores era a de que estavam à espera de um salvador, quase um tipo de *sebastianismo*, a esperança de que alguém voltasse e restabelecesse a ordem à qual sempre estiveram acostumados ou submetidos. Essa esperança

de que um dia a destilaria voltasse a se erguer está bem presente entre os mais antigos moradores da vila que garantem nunca terem passado por necessidades, pois sempre tiveram trabalho e um salário garantido.

Foi por ocasião da chegada dos “de fora” que as diferenças começaram a se estabelecer, diferenças estas que permitiram compreender a posição que cada um tomará diante do desafio de organizar-se e lutar contra o aterro sanitário. A respeito dessa distinção na constituição da identidade entre antigos moradores, residentes na vila, e os trabalhadores sem terra, pode-se observar a relação com a terra recebida após a desapropriação daquele engenho.

Se a posse da terra representava para os assentados “de fora” uma possibilidade de poder trabalhar sem o jugo e a opressão do patrão, para muitos dos moradores da vila, formados por um grupo de trabalhadores essencialmente operários, sem muita feição para o trabalho com a terra, sua posse representava uma reserva de valor que seria facilmente repassada e que, em alguns casos, supriria as necessidades e desejos materiais de manutenção das residências, sendo tais valores aplicados na reforma das casas ou na compra de algum utensílio doméstico.

Aqueles que optaram por aprender a lidar com a terra, demonstraram o quanto a mudança no ritmo e na forma de trabalho afetou suas vidas, ao passo que se pode compreender também o quanto a sociabilidade exercida pela experiência anterior de trabalho no engenho e destilaria Ubu cumpriu a função de tornar tais sujeitos subservientes aos padrões de modo que parte deles se autoavaliavam inabilitados a gerir seu próprio negócio, como demonstra o entrevistado abaixo ao falar sobre as mudanças ocorridas em relação à vida antes do assentamento:

Hoje, quer dizer, a mudança é o seguinte: antigamente você era mandado e hoje você é patrão, né?, quer dizer que muita gente ainda não assimilou isso, que hoje você tem o que é seu, você não tem hora pra pegar, não tem hora pra largar quer dizer, é você mesmo que tem que tá de dentro e hoje a vida mudou. Mudou, acho que mudou foi cem por cento do que era; eu acho que, se fosse como era antigamente, eu não tinha hoje o que tenho (J. A. N, 45 anos).

Entre os vários trabalhadores que haviam deixado o engenho por ocasião de sua falência, no período de acampamento, observou-se um retorno destes como forma de garantir

uma parcela de terra. Porém, ao contrário dos trabalhadores rurais que encabeçaram o processo de luta e viam na desapropriação do engenho a possibilidade de conquistar o direito de morar, plantar e produzir alimentos, esses antigos moradores, que agora regressavam à propriedade, eram portadores de outros interesses.

Ao final do processo da luta pela terra, com a distribuição das parcelas, as lideranças dos assentados estimaram que “cerca de 60 famílias repassaram suas terras, mediante pagamento, e deixaram o assentamento” (ALBUQUERQUE, 2008:133). Entre muitos dos antigos moradores que ainda residem na vila do engenho, o ato também se repetiu; embora estes tenham preferido vender suas parcelas, mantêm-se até hoje residindo na vila. A falta de habilidade para lidar com a terra e o fato de não serem agricultores foi a resposta encontrada por Albuquerque (2008) quanto à prática de repasse das parcelas por antigos moradores do engenho. Dado ratificado também no processo de coleta de dados em nossa pesquisa.

Esse ato, um tanto emblemático da relação entre os antigos moradores e a posse da terra, não pode ser, contudo, generalizado, mesmo que tenha sido representativo de boa parte dos entrevistados aqui abordados. No entanto, interessa-nos ressaltar que este vínculo com o trabalho na agricultura estabelece uma relação com a terra que extrapola o simples ato de morar e que se mostrou uma variável importante para compreensão do envolvimento dos sujeitos no movimento “Salve o Rio Arataca”. É o que demonstra a fala de um dos antigos moradores da vila, bastante engajado, explicando sua trajetória após o fechamento da destilaria e do engenho:

Esse período, andei trabalhando fora, quer dizer, a família ficava aqui, eu trabalhei aí nas usinas São José, trabalhei no Recife ainda e... Goiana, então aí, depois que a gente pegou a posse da terra, aí eu vim pra terra e fiquei aqui até hoje (J. A. N, 45 anos, Antigo Morador).

Foram os assentados, sejam eles antigos moradores da vila ou “os de fora”, que de alguma forma cultivavam suas terras, que demonstraram maior envolvimento e sensibilidade quanto à identificação dos problemas ou riscos percebidos com a presença do aterro sanitário nas proximidades do assentamento. Os primeiros, no entanto, em um número bem menor, reconheciam que os problemas provocados por ele, em breve, impossibilitariam o desenvolvimento das atividades realizadas no assentamento com relação à agricultura e também conduziriam, em um futuro não tão distante, à expulsão dos seus habitantes.

Os trabalhadores rurais sem terra também registraram em sua trajetória profissional uma experiência de submissão, mas, diferente da história dos antigos moradores da vila do engenho, o contato com ações dos movimentos sociais rurais da região, assim como o fato de muitos destes terem participado de experiências anteriores⁵⁴ com a luta pela terra, imprimiu-lhe a capacidade de manifestar-se contra medidas que eles avaliavam como comprometedoras da sua reprodução social.

Nesse sentido, se entre as lideranças dos assentados foi possível verificar uma melhor capacidade para expressar com mais propriedade o conhecimento sobre os males que o aterro tem produzido, entre os agricultores que residem próximos ao empreendimento⁵⁵ verificamos uma maior indignação perante as manifestações de tais males, principalmente aqueles provocados pelo mau cheiro, a exemplo, das náuseas, dores de cabeça e doenças respiratórias que surgiram após a chegada do lixo aquela localidade. Para os antigos moradores da vila do engenho, o aterro sanitário é algo ruim, porém poucos souberam definir ou qualificar a extensão dos riscos ou dos impactos sua atividade para suas vidas. O aterro é um problema do assentamento, todavia é muito mais uma dificuldade para os moradores que residem nas suas proximidades. Em uma passagem de sua entrevista, um assentado reclama do distanciamento que os moradores que possuem residências mais afastadas do aterro demonstram quanto ao problema:

Em todo canto tem aquela debandagem, né? Muita gente vai, outras não. Que ... quem mora muito distante diz assim: não, eu não vou porque não tá me atingindo, mas só que a gente tá chamando esse pessoal de volta, a gente tá esclarecendo a esse pessoal que vai ser a todo mundo, vai ser atingido todo mundo! (J. M, 45 anos).

De alguma forma, a falta do envolvimento dos “de dentro” com o problema percebido por parte dos entrevistados deve-se mais às características de passividade diante dos problemas que os atingem e que marcaram também as estratégias do grupo após o fechamento do engenho, do que à distância de suas residências em relação ao aterro.

⁵⁴ Ter participado de ações anteriores de ocupação de terra na região forneceu a muitos assentados a coragem para denunciar e envolver-se nas ações que foram movidas contra o aterro sanitário. Mesmo que na ocasião estes não tenham sido participantes diretos dos atos de ocupação, a memória coletiva da luta foi um aspecto bastante ressaltado, principalmente quando se questionava quanto às estratégias de luta que até então haviam sido desenvolvidas naquele conflito.

⁵⁵ Compõem este grupo antigos trabalhadores rurais do engenho, pessoas que participaram do acampamento e indivíduos que compraram ou receberam o repasse das terras sem terem vínculo inicial nem com os acampados nem tampouco com os antigos moradores.

Nota-se que tanto na luta pela terra quanto no litígio instaurado com a construção do aterro sanitário “os de fora” representam sempre aqueles que conquistam e garantem os direitos, enquanto a postura dos “de dentro” caracterizava-se pela espera e passividade. O desafio de organizar a comunidade para realizar investidas contra o aterro se ampliava quando se referia à necessidade de mobilizar esse grupo de indivíduos, sem experiência reivindicatória anterior e com pouca relação de afeto com a terra⁵⁶, visto que esta fora repassada por um bom número de beneficiários, principalmente de antigos moradores da vila.

O vínculo afetivo para com a terra, presente entre os agricultores “de fora”, pode ser concebido, como explica Ludwig (2008:241), pela associação deste recurso à noção de *lugar*. Como informa a autora:

Não a um lugar qualquer, mas a um lugar construído como local de moradia, fundamento da sociabilidade, objeto de trabalho coletivo e meio de vida que garante a construção de uma rede de relações humanas com significados e sentidos específicos.

Ainda, quanto a esta relação com a terra Wanderley (2004:72), em um estudo realizado com os agricultores do assentamento Pitanga, observou que:

Não se trata de uma simples relação econômica com a terra, em que esta se torna apenas um objeto de investimento ou mesmo um simples meio de subsistência. Em sua dimensão social e cultural, a propriedade da terra é condição para que se viva em família, para que se garanta através dela a sua reprodução em condições de dignidade e em conformidade com um padrão que se considera ideal.

Procurar uma terra para morar e trabalhar, lutar por ela, adquiri-la a partir do esforço coletivo e colher hoje os frutos dessa labuta forjava entre aqueles que participaram dessa conquista um elo que, apesar de ser quebrado em alguns momentos pelo fracionamento da terra e pela individualização do trabalho, pode ser acionado, em outras situações, quando esse direito se vê ameaçado.

⁵⁶ O afeto para com a terra nos pareceu ser um elemento de forte vínculo identitário entre os entrevistados “de fora”, mas pouco ressaltado entre os antigos moradores pela própria história de vida de cada um e pelas experiências profissionais adquiridas na época em que estes eram empregados da destilaria e da fábrica de tapetes que funcionavam nas terras do Engenho Ubu.

A ausência de uma atitude reivindicatória ao mesmo tempo que caracteriza a posição dos antigos moradores da vila com relação aos problemas que direta ou indiretamente afligem a comunidade, dá forma e conteúdo a um *éthos* que os diferencia daqueles que chegaram depois. Mesmo havendo um reconhecimento da ação dos “de fora” quanto às mudanças que ocorreram com o parcelamento das terras do engenho e considerando os méritos destes, nesse processo, o estigma de badernagem e violência percorre o imaginário dos “de dentro” na relação com os assentados que promoveram a ocupação de terra. Parte desse imaginário foi captada pelo medo expresso em um dos depoimentos quando um antigo morador da vila expõe: *“Na época, a gente ficamos até assustado porque a gente era morador aqui antigo, e a gente pensava: como é que se toma a terra que é dos outros?”* (J. A. N, 45 anos).

É a partir desse *éthos*, portanto, que esses moradores, embora admitam a existência de risco, colocam-se enquanto não sujeitados aos impactos que o aterro tem trazido para o local ao mesmo tempo que o pouco envolvimento nas ações estabelecidas, até então, pelo movimento ratifica a distinção entre um grupo e outro.

Entre os antigos moradores da vila, o risco percebido e alertado pelos demais assentados é, por certo, algo real, porém sua manifestação é apenas ressaltada pela percepção daqueles que se dizem atingidos, pela proximidade em que se encontram em relação ao empreendimento. Mesmo com a utilização das águas do rio Arataca, alguns entrevistados afirmaram que não se sentem, hoje, atingidos porque fazem uso de poços artesianos para a maioria das necessidades diárias de suas residências.

No entanto, do contexto no qual estão inseridos os antigos moradores da vila não se pode falar, de uma omissão quanto aos riscos percebidos, pois essa omissão revela-se muito mais no plano da ação reivindicatória do que na compreensão que esses sujeitos têm dos males manifestos com a construção e funcionamento do aterro, embora isso esteja associado a um entendimento que se limita a leitura de que só os moradores mais próximos são os prejudicados.

Essa compreensão remete-nos novamente à relação desses indivíduos com a terra, ou seja, por não viverem da produção de alimentos e, conseqüentemente, de sua comercialização, não se veem afetados pela rejeição que vários entrevistados indicaram ao fato de que a população começa a resistir a compra dos produtos que são cultivados no assentamento em decorrência da presença do aterro sanitário, conforme discutido no capítulo II.

Os depoimentos desses sujeitos denotam também uma falta de solidariedade tanto no discurso quanto na prática dos que formam esse grupo. No discurso, a manifestação de uma indignação diante o sofrimento alheio não passou de expressões de descontentamento que não chegaram a promover ações deliberadas dos indivíduos em relação à situação de incômodo na qual vivem os agricultores vizinhos ao aterro. Na prática, a mesma atitude se materializou ao longo do conflito na ausência da participação dos antigos moradores da vila.

Para Dejours (2006:19): “O sofrimento somente suscita um movimento de solidariedade e de protesto quando se estabelece uma associação entre percepção do sofrimento alheio e a convicção de que este sofrimento resulta de uma injustiça”. Contraditoriamente, porém, no caso aqui analisado persiste a afirmação do autor de que a dissociação dessa percepção teria como causa uma postura de resignação (p.20).

As atitudes de conformação que marcaram a própria trajetória do grupo de antigos moradores da vila se manifestaram agora, também, nessa nova situação em que se encontram inseridos alguns dos agricultores assentados de forma direta. Esse fato se distancia do posicionamento que “os de dentro” assumem em seus diferentes discursos, e nas atitudes de inconformismo e crítica diante do mesmo contexto.

Os riscos percebidos por antigos moradores da vila são um reflexo da manifestação de vários sentimentos claramente difundidos pelos demais agricultores (medo, incerteza e insegurança), em especial por aqueles que se mostraram sensibilizados pelo males que atingem os moradores mais próximos do aterro e, conseqüentemente, pelas próprias falas dos vitimados em reuniões e assembleias já realizadas. O reconhecimento e a legitimidade da percepção dos demais assentados não são elementos suficientes para a mobilização entre os moradores da vila.

Desse modo parece-nos legítimo o entendimento de que a seleção de risco passa, como nos orientam Douglas e Wildavsky (1982), pela apreensão do universo cultural e social, ou seja, pelas crenças e valores partilhados por um grupo social, os quais são determinantes para se entender quais situações são selecionadas como ameaçadoras e de que modo diferentes estimativas de riscos são produzidas e, assim, são capazes de mobilizar socialmente um grupo.

Ao se analisar, desse modo, enquanto, no passado, o grupo formado pelos trabalhadores rurais sem terra buscava solucionar coletivamente a ampliação de situações de

exclusão social e privações a que foram afetados por conta da crise do setor canavieiro, os antigos trabalhadores da destilaria, fábrica de tapetes e Engenho Ubu optaram por estratégias individuais de sobrevivência que, apesar de serem compartilhadas pela maioria do grupo, não se orientavam por um consenso. Ao contrário, muitas ações tomadas pelo grupo foram norteadas pelo reconhecimento implícito da influência de duas famílias que se alternavam na ocupação de espaços de representação e poder dos moradores (associação de moradores, posto médico, escola) ⁵⁷.

O que se revela nesse contexto, portanto, são posições distintas assumidas pelos dois grupos a partir de sua percepção de risco. Para os “de fora”, a experiência prévia em situações de inconformismo e conflito tem na memória coletiva um parâmetro que serve para resgatar antigas referências de expropriação que, em certo sentido, devem ser novamente combatidas. Nesse caso, o risco ambiental percebido com o aterro sanitário representa uma possibilidade de se verem novamente nas pontas de rua ou nos reduzidos espaços de reprodução das famílias assentadas, de onde parte dos assentados se originaram.

Inversamente, a postura assumida por este grupo, uma forma identificada de ajustamento comportamental ao risco, entre os antigos moradores, foi a redução do uso das águas do rio, que corta o assentamento justamente na direção da vila, para as atividades de banho, assepsia de utensílios domésticos e lavagem de roupas ⁵⁸. Essa atitude, que pode ser um indicador de que o risco é percebido entre os moradores, conduz às estratégias que este grupo institui como maneira de reduzir os efeitos da manifestação de algum evento futuro com a contaminação do rio pela ação do aterro.

Apesar de muitos dos assentados residentes nas proximidades do aterro já terem tomado, também, tal precaução, a atitude dos antigos moradores da vila chama a atenção pela ausência de envolvimento com questões maiores, relacionadas à articulação do movimento de defesa das águas do rio Arataca, expressas na ausência de reuniões e ações propostas pelas lideranças. Com base nessa afirmação, cabe aqui considerar que as diferenças expostas entre os dois principais grupos do assentamento, “os de dentro” e “os de fora”, indicam práticas

⁵⁷ Ver esta discussão no segundo capítulo.

⁵⁸ Ressaltamos, todavia, que tal prática não é adotada por todos os moradores da vila, muitos ainda fazem uso da água para as atividades citadas e justificam isso por não possuírem poços artesianos em suas casas. Em geral, a população que ocupou os espaços do almoxarifado, antiga casa-grande, etc são os que ainda se utilizam das águas do rio para tal fim. São os ocupantes silenciosos que se apropriaram das casas ociosas da vila (Ver capítulo II).

sociais, também, distintas quanto à sua mobilização em torno da problemática suscitada com a chegada do aterro.

Por sua vez, posicionamentos como os aqui discutidos eclodem de experiências anteriores que os dois grupos vivenciaram. Se tais vivências não estão associadas à vitimização por processos desencadeados por um risco ambiental, é fato que a exposição a situações de vulnerabilidade social, a carência material provocada pelo desemprego, pela busca de alternativas de sobrevivência que foram construídas, ora optando pela migração, ora resistindo no lugar onde nasceram, explicam a opção feita e o posicionamento assumido por cada um no momento de tomada de decisão quanto a enfrentar ou a conviver com um risco anunciado por uns e negligenciado por outros.

No contexto em que o risco se manifesta, a mobilização dos assentados se vê dividida entre o inconformismo dos “de fora” e a passividade assumida pelos “de dentro”. Essa última tende a favorecer a situação de desconforto, principalmente entre os agricultores residentes nas proximidades do empreendimento, colaborando para que estejam cada vez mais expostos aos males constituídos pela ampliação das atividades do aterro.

Enquanto alguns assentados, de maneira geral, desenvolvem práticas de ajustamento ao risco afastando-se de focos que podem liberar algum tipo de contaminação, como, por exemplo, o rio, outra parte desses sujeitos não pode optar tão somente por essa estratégia quando se veem afetados pela contaminação da água e pelo ar que respiram.

Se até o momento em que coletávamos os dados para esta pesquisa o conflito não apontava para um desfecho que indicasse a melhoria dos problemas apontados pelos assentados, as lideranças buscavam elaborar novas estratégias defensivas junto a parceiros que se sensibilizavam com o problema exposto, mas a lentidão e a visibilidade de poucas vitórias forneceram ingredientes para que ações mais radicais fossem propostas por algumas pessoas que não apostaram em um resultado viável para os agricultores sem a retomada de ações inspiradas na experiência vivenciada na época do acampamento.

É nesse sentido que o tratamento dado ao conflito deve considerar como cada grupo social, internamente, envolvido ou não na mobilização dos assentados, deve ser compreendido, tomando por base os interesses, relações de poder, visão de mundo e a relação com o lugar onde vivem. Isso porque, para além da ação política que caracteriza os conflitos socioambientais, existem dinâmicas internas próprias dos contextos e atores que deles

participam e que podem impulsionar, limitar ou inibir práticas de confrontos entre os polos centrais do litígio que envolvem, necessariamente, nesse caso, atividades alheias que produzem o risco e uma população que o percebe e se sente vitimizada por ele.

3.3 As estratégias defensivas: “eu sei o que vou fazer, só num vou dizer agora!”

O principal marco de mobilização e de resistência dos agricultores assentados à construção e funcionamento do aterro sanitário foi a paralisação da Br 101 Norte, em abril de 2006. Ela foi realizada como uma tentativa de tornar público o descontentamento do grupo com a escolha do local onde o empreendimento seria construído ao mesmo tempo que se intencionava exigir das autoridades a responsabilização pelos possíveis danos ambientais contra o manancial do rio Arataca.

A imagem a seguir foi publica no Jornal do Commercio em 07 de abril de 2006 e ilustra o ato ocorrido:

Figura 5 – Imagem da manifestação ocorrida na Br 101 em abril de 2006



Fonte: Jornal do Commercio (abril/2006) – Arquivo do Movimento Salve as Águas do Rio Arataca

Outro ato promovido pelos agricultores, já referido no capítulo II, foi o fechamento da chave de distribuição da estação elevatória da adutora do rio Arataca, em outubro de 2007, que inspirava os mesmo objetivos: tornar pública a possibilidade de um dano ambiental com a contaminação do rio pelo aterro.

Os dois atos, divulgados por jornais impressos no estado conseguiram aglutinar um bom número de pessoas, entre elas, os próprios assentados que contaram com apoios da FETAPE e do CETAC. A presença de boa parte dos agricultores, naquele momento, serviu de incentivo e motivação para que outras ações pudessem ser desenvolvidas a fim de que o governo do estado, o consórcio responsável pelo aterro e os assentados pudessem construir espaços para discutir o problema, intenção que não conseguiu se concretizar conforme o desenrolar da trama se processou, salvo uma reunião ocorrida na SECTMA entre o secretário e os assentados.

Uma característica comum às duas ações aqui apresentadas é que ambas mantinham um vínculo estreito com as estratégias de luta que haviam sido desenvolvidas enquanto os trabalhadores estavam organizados em acampamentos, no período da ocupação das terras do engenho.

Em comparação com aquela época, os assentados viam no Estado uma força que de alguma forma contribuiu para que a desapropriação das terras ocorresse contra o poder latifúndio na região. Excluída a memória da ação violenta da polícia nos processos de despejos, os agricultores acreditam que foram mais bem recebidos pelos órgãos públicos na luta pela terra do que agora, no conflito com o aterro, em que muitas dificuldades eram encontradas para se obterem respostas às informações que eram solicitadas. Além do mais, o tempo percorrido em relação ao processo de desapropriação foi, comparativamente, bem menor do que todo o período que se tem registrado com o prolongamento do conflito desde 2005.

A referência aos atos anteriormente descritos é uma constante na exposição de muitos dos entrevistados pelos resultados imediatos que se obtiveram com essas ações. Através delas, conseguiu-se dar visibilidade pública ao risco denunciado naquele momento pelos assentados. Entretanto, apesar de o local já haver sido palco de outras formas de mobilização, por ocasião

dos conflitos por terra, não há notícias de movimentos reivindicatórios que tenham colocado em pauta a questão ambiental como elemento central de suas demandas.⁵⁹

Essa razão fez com que o movimento não soubesse, inicialmente, como enfrentar a problemática, até porque os frutos da luta não se materializavam na obtenção de um bem a ser apropriado diretamente pelos indivíduos (a exemplo da terra) e, por isso a adesão às manifestações se tornou onerosa para as lideranças que tinham que disponibilizar tempo e disposição para conscientizar os assentados.

Ao contrário da reforma agrária, a defesa do meio ambiente correspondia lutar por um bem difuso e que possivelmente só justificaria mobilizar-se por ele se de alguma forma o grupo se sentisse ameaçado por uma perda que se expressasse de forma imperativa. Por isso a possibilidade que futuramente a terra, outrora conquistada, pudesse ser perdida, tornou-se também um aspecto para incentivar a participação dos assentados que se encontravam ausentes da luta.

Quando nos referimos à falta de habilidade inicial, para tratar do conflito, pensamos que a pouca assistência recebida pelos assentados no enfrentamento dos riscos identificados com a construção e funcionamento do aterro pode ter repercutido nas dificuldades em que o movimento esbarrou para alcançar os objetivos a que se propunham, a saber, o fechamento do aterro e o deslocamento de sua estrutura para uma outra área.

A esse respeito, percebe-se que efetivamente apenas duas entidades têm fornecido atenção sistemática à articulação e mobilização dos assentados, a FETAPE e a CETAC. Juntamente a este órgão de representação sindical e a esta ONG, reconhece-se o papel desempenhado pela deputada estadual Ceça Ribeiro que tem constantemente acompanhado e cobrado respostas dos órgãos fiscalizadores do meio ambiente quanto às denúncias encaminhadas pelos agricultores assentados.

Esses agentes não devem ser confundidos com as próprias lideranças do assentamento; embora eles componham o *Movimento Salve as Águas do Rio Arataca*, são os agricultores os principais vitimizados pela presença do aterro. Por maior que seja a proximidade desses

⁵⁹ Negreiros (2008) estudou em Paulista, região metropolitana do Recife, um movimento em defesa da mata de Caetés em que se teve o apoio da ASPAN (Associação Pernambucana de Defesa da Natureza). Quando, portanto, apontamos a ausência de movimentos reivindicatórios locais, estamos nos referindo às cidades de Igarassu e Goiana.

agentes com a comunidade, seu papel tem se pautado pela perspectiva de serem porta-vozes e articuladores de ações que possam viabilizar as condições de luta da população atingida.

O reduzido lastro de apoios conquistados ao longo da história do conflito afeta de diversas formas as iniciativas e a resistência dos agricultores que se sentem desamparados em relação ao acesso à informação e à determinação de instrumentos técnicos que possam garantir-lhes legitimidade na comprovação de que sua percepção de risco estaria correta. Essa falta de apoio técnico se reconhece em outras situações que os próprios assentados apresentaram quando referiam que a ausência de assistência técnica para produzir conduziu ao insucesso muitas iniciativas produtivas e de comercialização dentro do assentamento.

Pesquisas (ZHOURI e ROTHMAN, 2008:123) com outros grupos sociais que se veem atingidos por impactos ambientais e sociais desencadeados pelo licenciamento de grandes obras, como a construção de barragens (que também trazem em seu discurso o argumento dos benefícios do empreendimento em detrimento dos riscos que a atividade trará à sociedade ou a uma parcela dela), têm apontado a importância e o papel e as assessorias que são fornecidas a esses grupos vêm desempenhando no “adicionamento de capital técnico [...], especialmente no âmbito dos processos de licenciamento”.

Em tais casos, a assessoria é fornecida por ambientalistas, pela Igreja Católica, Universidades e ONGs que têm por objetivo limitar as injustiças ambientais (ZHOURI e ROTHMAN, 2008:123).

Encontrar uma assessoria ou uma instituição que possa fornecer o apoio necessário, bem como auxiliar na organização dos assentados, vem se constituindo como um dos grandes desafios para o movimento, sobretudo porque se faz necessária, a apropriação de uma linguagem técnica que possa se contrapor aos pareceres emitidos pelos órgãos licenciadores ou da própria empresa, que, ao tomarem a natureza enquanto um campo de disputa política cercam-na, por meio de um discurso de *experts*, em uma atmosfera pouco propícia ao reconhecimento das populações leigas, para que assim possam restringir suas possibilidades de questionamento.

A importância desse tipo de apoio permitiria dar maior legitimidade às ações do grupo diante do conflito, isso por sua vez, expõe um campo de demandas sociais postas a extensão universitária, entendidas no apoio à organização de setores ou grupos que se encontram vitimizados por práticas de injustiça ambiental.

A experiência bem-sucedida do assentamento rendeu-lhe a presença de muitos pesquisadores e estudantes com objetos de pesquisa os mais distintos possíveis e inseridos tanto no campo de conhecimento das ciências agrárias e agrícolas quanto no das ciências sociais - só no Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPE – Universidade Federal de Pernambuco, três trabalhos (CARRAZONE, 2004; ALBUQUERQUE, 2008 e também a presente tese) foram desenvolvidos abarcando aspectos da ruralidade daquele local, porém cremos que nenhum deles se demonstrou ainda eficiente no diálogo com as demandas suscitadas pelos assentados quanto ao papel esperado da presença desses pesquisadores na região. Que contribuição tais trabalhos trouxeram para auxiliar na organização daquele grupo social? Ou que respostas esses atores esperam de nós quando nos inserimos em seu universo a fim de extrair informações para subsidiar nossas pesquisas?

Por sua vez, o papel da assessoria ocupa um lugar relevante na equalização de forças entre aqueles que produzem o risco e aqueles que são por ele afetados, pois é possível conjugar estratégias que vão desde a mobilização do capital técnico ao capital político, formulando contrapareceres e pronunciado-se em audiências (ZHOURI e ROTHMAN, 2008:161).

Tal carência se verifica hoje na ausência de um aporte às demandas colocadas pelos assentados quanto ao conflito. Um fato relevante relatado pelas lideranças dos agricultores diz respeito a uma solicitação que o movimento fez à SECTMA de um parecer mais imparcial sobre o empreendimento que fosse realizado por algum engenheiro alheio à situação. Segundo as mesmas lideranças, foi contratado pelo estado um engenheiro ambiental do Rio de Janeiro que realizaria uma avaliação do aterro a partir das preocupações apresentadas pelos assentados numa reunião que se realizou na Secretaria de Ciência e Tecnologia do estado. A presença desse técnico na região serviu de ingrediente para que o grupo se sentisse mais motivado para prosseguir empenhado na contestação ao empreendimento.

Mas, para espanto de todos, os resultados do parecer técnico deste especialista não foram disponibilizados para apreciação do grupo. Os assentados contam ainda que, um dia antes da conclusão do parecer, o engenheiro havia exposto às lideranças, que o acompanharam nas áreas marginais ao aterro, que havia muitas fragilidades no projeto e na própria estrutura do empreendimento, mas que isso só seria relatado em seu parecer final.

O fato é que, concluído e entregue o relatório, os assentados não tiveram acesso ao documento, tampouco foi realizada uma reunião pela secretaria para discutir ou apresentarem

os pontos principais do documento. O que se sabe, porém, é que as várias tentativas realizadas pela assessoria jurídica da FETAPE, que auxilia os assentados nessas questões, para ter acesso ao documento foram ineficazes.

O advogado que vem acompanhando o caso expôs, em uma reunião, realizada em outubro de 2009, que a avaliação do especialista se encontrava anexada ao processo e que a solicitação para se ter acesso a ele comprometeria ainda mais o tempo de julgamento do litígio, pois, este sairia da ordem de julgamento em que atualmente se encontra e iria para o fim da fila.

Com esse fato, também, a descrença no papel do governo do estado e de seus órgãos se tornou mais aguda para os participantes do movimento Salve as Águas do Rio Arataca, mas, em especial, para os agricultores que mais uma vez se sentem traídos pelo governo que depositaram confiança.

Embora a descrença no governo tenha se ampliado, as estratégias mais combativas e radicais que foram usadas, como a paralisação da Br, o fechamento da estação elevatória da adutora do rio Arataca e as manifestações públicas em frente aos órgãos ambientais, que de alguma forma envolviam a presença de forças repressivas, se tornaram medidas menos usuais no arcabouço de ações que eram realizadas pelo movimento contra o aterro.

A justificativa para isso foram as dificuldades atribuídas à mobilização de parte dos assentados para a realização dessas manifestações, a falta de logística que envolvia o transporte para o deslocamento do pessoal e alimentação. Além disso, os assentados tinham que contornar os prejuízos ocasionados com os dias de trabalhos que deixavam de ser investidos nas parcelas. *“Quem tinha condições de pagar um trabalhador para dar conta de suas atividades na terra conseguia se fazer presente, mas não era todo mundo que podia fazer isso”*, explica um dos assentados (J. R, 55 anos).

Então, o caminho escolhido pelo movimento contestatório das atividades geradoras de riscos, surgidas com o aterro, foram os espaços das audiências realizadas pela Comissão de Meio Ambiente da Câmara Legislativa Estadual e das ações movidas no âmbito da justiça contra o licenciamento do empreendimento.

Mas, como argumentam Zhouri e Rothman (2008:125), a esfera jurídica enquanto tentativa de publicar e tornar legítimos os posicionamentos das populações atingidas por

grandes empreendimentos são instâncias formais que não permitem a efetiva incorporação das necessidades e questões postas pela população.

Por isso, conduzir o conflito apenas pela via jurídica fez com que pouco estímulo fosse dado a maioria dos participantes, houve um processo de recuo do ativismo que vinha sendo construindo. A morosidade com que os processos são julgados na justiça, atuou como elemento dispersivo dos assentados e o caso do aterro passou a ser tratado apenas em informes nas reuniões da associação de moradores.

O recuo das lideranças na realização de manifestação de cunho mais defensivo foi sendo questionado por parte dos assentados. A partir do terceiro trimestre de 2008 a outubro de 2009, nenhuma ação fora promovida pelo movimento. A atitude foi explicada pelos líderes pela pequena participação dos assentados nas reuniões.

Segundo S. Q. R, uma das lideranças do assentamento, o povo não está acostumado a parar para pensar e planejar suas ações. Segundo ele, para essas pessoas, as reuniões são uma perda de tempo e que ações mais drásticas deveriam ser realizadas. O fato, porém, para essas lideranças, é que muitos daqueles que se propõem a realizar esse tipo de investida são pessoas aventureiras; tanto faz estarem hoje no assentamento quanto amanhã procurarem outros rumos.

Quando, no entanto, se faz referência a “essas pessoas”, está se indicando, na verdade, parte dos jovens da comunidade que ou moram com os pais nas parcelas ou são dependentes do trabalho na lavoura dos sogros ou de outros tipos de parentes. A seguinte exposição explicita a preocupação quanto ao tipo de proposta que esses indivíduos traziam:

[...] essas pessoas também que propunham essas propostas de que a gente fosse pro enfrentamento de forma mais agressiva, de quebra-quebra, de queimar, de destruir o aterro eles não têm lá muita residência fixa; depois que ocorrer o prejuízo e a polícia vim atrás, essas pessoas desaparecem e sobra apenas pra gente da diretoria da associação (S. Q. R, 49 anos).

O que observamos, em alguns momentos, é que o conflito se encontra em estado de ebulição quando alguns entrevistados expõem a mesma necessidade explicitada pelos mais jovens. No entanto, o que há de comum entre eles é o fato de terem participado de outras

experiências de acampamento ao lado de seus pais e que também conseguiram obter a posse de suas terras “embaixo das lonas pretas”.

A perspectiva de que o conflito deve ser resolvido retomando antigas estratégias vividas na fase do acampamento ficou explícita nos depoimentos seguintes:

O povo quer partir pra guerra e não agüenta mais reunião. Toda vez que falam em reunião, o povo não vem, mas quer reagir, tão cansado de reunião, eles querem ação (J. S, 53 anos).

O conflito daqui é esse, vai estourar a qualquer momento. Tem gente que tá levando o conflito como se fosse acampado, e se eu tivesse um lugar lá fora pra ir, já tinha saído daqui (L. J. S, 44 anos).

Eu considero que, pra se retomar a luta em Ubu hoje, tem que ser nesse nível (J. M, 45 anos, referindo a necessidade de radicalização de estratégias).

Eu sei o que vou fazer, só num vou dizer agora! (Agricultor em uma das reuniões).

[...]como que a gente faz? vamos, vamos reunir tudinho aqui, vamos parar a BR e lá mesmo junto do lixão [*referindo-se ao aterro*], os carro do lixo que entrar, a gente vão ter que barrar. E se, se os homens vierem, mete fogo, é um ato, é uma ação (J. E. F. S, 50 anos).

Para boa parte das lideranças, o contexto não permitiu que tais estratégias fossem postas em prática quando se sabe que as formas de enfrentamento utilizadas na luta pela terra não eram adequadas para o conflito que eles estão vivenciando. Anteriormente, todos estavam orientados por um mesmo objetivo, mas, a partir do parcelamento da terra, os ideais coletivistas foram ficando em segundo plano e isso possivelmente se refletiu na mobilização do grupo.

Se interesses individuais sobrepujam a vontade coletiva e se as limitações presentes nas tentativas de construir alternativas produtivas conjuntas falharam, no início do assentamento, o mesmo resultado poderia se esperar ao resgatar a lógica das estratégias do período de acampamento para esse momento. Naquele período, as medidas de enfrentamento direto só eram possíveis porque todos tinham em vista um único objetivo: a posse da terra. Nesse sentido, parece-nos apropriada a ideia de que a ação coletiva é tão mais eficaz quanto mais limitados forem os interesses em jogo (OLSON, 2000).

O que esse novo contexto representava de diferente em relação ao período do acampamento? Na verdade, os elementos centrais para entendimento dessa questão se

encontram na lógica do parcelamento, na individualização do trabalho e na delimitação do grupo que é diretamente afetado pelo problema do aterro.

A lógica do parcelamento foi o resultado natural do processo de desapropriação da terra, sendo este entendido como o objetivo da luta e razão que os impulsionou a manter-se sob as lonas pretas por um período determinado de tempo. O acesso à terra representou, então, para muitos a possibilidade de deixar a ponta da rua e se libertar da relação de assalariamento. É o que revela, por exemplo, o agricultor ao dizer: *“de quando eu comecei a trabalhar, eu só vim me sentir feliz de 97 pra cá, depois que a gente conseguiu essa terra aqui”* (J. M, 45 anos).

Isso não quer dizer que, necessariamente, a consequência da reforma agrária seja a perda dos laços de solidariedade que estão presentes na ação coletiva, mas estes foram mais efetivos no enfrentamento de problemas comuns que se apresentavam como impedimento à consecução de objetivos que os conduziram até ali.

Já a individualização do trabalho (diferentemente do trabalho coletivo no acampamento) foi consequência do próprio parcelamento e da incapacidade para que pudessem ser desenvolvidas práticas associativas ou cooperativas dentro do assentamento, de forma que, como já dissemos anteriormente, o esforço para se atingir tal meta foi em vão, uma vez que eram poucos os que estavam dispostos a isso, assim como houve falta de assistência técnica adequada para orientar os agricultores.

Por fim, cabe ressaltar que a delimitação inicial dos sujeitos diretamente vitimizados pelo aterro colaborou para o surgimento de outra dificuldade encontrada para mobilizar o grupo que foi a ideia de que o problema não é comigo. Fato que se diferencia totalmente da experiência da fase do acampamento em que os problemas e riscos eram enfrentados por todos.

Mesmo acreditando que com a lentidão da justiça o movimento também não chegará muito longe quanto aos seus objetivos, uma agricultora engajada na causa do movimento afirma:

Eles queriam partir pro quebra-quebra como solução, mas a gente entendeu que esse momento já faz parte do passado, num é que não se possa, eventualmente, por uma ocasião ou outra se agir dessa forma, mas a gente tá querendo resolver isso na, na

base legal, na base da conversa, na base do entendimento, na base da... das leis mesmo (V. G. S, 47 anos).

Na ocasião em que o conflito parecia ter sido abafado pela ausência de novos acontecimentos, a angústia de alguns assentados se mantém como centelha aguardando o melhor momento para se manifestar.

É assim que, com a chegada do lixo de Recife para o aterro de Igarassu, o movimento encontra fôlego para se fortalecer novamente. Mesmo que a chegada do lixo vindo de Recife tenha recebido grande atenção da mídia pela resistência que a Câmara Legislativa de Igarassu impôs à negociação entre a prefeitura e o aterro, as manifestações que ocorreram tanto na sede do município quanto em frente ao empreendimento, buscando impedir a chegada do lixo, registraram uma pequena presença de assentados. Aliás, estes se queixavam dos vereadores pelo fato de terem exposto a situação anteriormente e esses não terem dado o apoio e a atenção devidos à questão na época.

Agora, também, com a participação de um dos vereadores no Movimento Salve as Águas do Rio Arataca, a possibilidade de que as novas ações dos assentados pudesse se orientar com base na radicalização ou uso da força está cada vez mais distante, de modo que todo o conflito se situa atualmente no âmbito das estratégias discursivas.

A construção deste capítulo buscou apresentar que riscos são percebidos pelos dois principais grupos que compõem os assentados do Engenho Ubu ao mesmo tempo que nos interessou discutir como esses sujeitos, ao perceberem os riscos, se posicionam em relação a eles, participando ou não de ações conflitantes com o responsável por sua produção.

A intenção foi compreender que motivações contribuíam para que entre os assentados se desenvolvessem posturas distintas em relação ao risco percebido e como isso era manifestado pelo grupo.

O pressuposto básico para o entendimento desses aspectos orientou-se pela teoria cultural dos riscos expressa nas ideias de Douglas e Wildavsky (1982). Nesse sentido, como observa Guivant (1998:06), explicando essa teoria, “Valores comuns levam a medos comuns, assim como a um acordo implícito sobre o que não temer”.

O que se percebe é que os assentados ao agirem coletivamente, partilham percepções semelhantes sobre aquilo que pode ser encarado como uma ameaça à sua reprodução social.

Da mesma forma, pode-se afirmar que a trajetória dos indivíduos junto ao seu grupo e as experiências que foram vividas fornecem um arcabouço de comportamentos e atitudes que são norteados pelos valores em comum partilhados por cada grupo.

Essa referência nos pareceu suficiente para compreender por que, entre “os de dentro” e “os de fora”, diferentes posicionamentos têm sido assumidos a partir da percepção de que um risco poderá ser produzido com a presença do aterro nas proximidades do rio. Ademais, fora a possibilidade futura de um dano ambiental ocorrer ao rio, muito mais evidente tem se mostrado a dispersão de problemas advindos com o mau cheiro para aqueles que vivem mais próximos ao empreendimento.

A história de vida dos entrevistados mostra que, enquanto um grupo de assentados historicamente envolvidos com lutas sociais encara os riscos em sua dimensão ambiental, a curto e longo prazo, assumindo assim a tarefa de defender o rio e por meio disso garantir também a continuidade de suas atividades como agricultores, um segundo grupo reconhece os riscos, mas privilegia em sua prática social ações de ajustamento a eles.

Uma forma de ajustamento percebido foi a não utilização das águas do rio por uma parcela dos antigos moradores da vila, assumido também por alguns agricultores próximos ao aterro, e evidenciado com o fechamento dos bares nas proximidades da estação elevatória, o que conduziu as lideranças a outras formas de reação que simplesmente adaptar-se a essa nova situação.

Na complexidade interna do conflito, a relação entre os dois grupos dá a tônica da dinâmica da mobilização dos assentados. A representação feita entre os antigos moradores da vila sobre os trabalhadores sem terra que chegaram ao engenho em 1994, com o objetivo de pressionar pela desapropriação das terras que estavam improdutivas, era percebida com medo e apreensão: *“como alguém pode se apropriar⁶⁰ da propriedade de outra pessoa dessa forma?”* A representação dos sem terra como baderneiros e violentos foi pouco a pouco sendo desconstruída, mas as relações de poder na condução da liderança do assentamento se tornaram patentes na competição que se estabeleceu para a conquista dos espaços onde a materialização desse poder se manifestava.

⁶⁰ Um dos assentados exortou em sua entrevista: “Aprendi com o acampamento que o brasileiro não invade, o brasileiro ocupa as terras que são dos brasileiros” (M. F. S, 41 anos). Uma referência explícita a recusa de uma identidade de invasor e de tudo o que isso representava em termos da não aceitação social daqueles que ocuparam as terras do engenho.

A apatia dos antigos moradores perante os problemas denunciados com a presença do aterro não era maior por estarem apreensivos quanto à utilização das águas do rio e sua possível contaminação. Por outro lado, tal apatia, indiferença ao sofrimento dos indivíduos que estão mais próximos ao aterro, a ausência de respostas dos órgãos públicos aos pedidos de informação e fiscalização e a dificuldade para comprovação de que o risco pudesse verdadeiramente existir foram elementos que colaboraram para que o engajamento de maior parte da população de assentados não acontecesse, como desejado, influenciando assim na repercussão que as lideranças esperavam obter através das manifestações que foram realizadas.

Não obstante as dificuldades encontradas na organização dos assentados, ocorre que a proximidade ao aterro e os problemas que ele tem gerado são suficientes para mobilizar os assentados mais próximos e não todo o assentamento, embora a bandeira da vitimização seja assumida muito mais pelas lideranças do assentamento do que propriamente por esses sujeitos.

Conforme mostramos, uma característica singular a essas lideranças é sua experiência anterior com ações de conflito, participação em sindicatos e movimentos sociais, o que lhes forneceu um capital político importante para o desencadeamento de ações mobilizatórias que desembocaram na feitura expressa nesse conflito.

Já os antigos moradores, em função de suas relações evocadas, possivelmente, pela necessidade de manter um *status quo* que os distinguiu, anteriormente, dos trabalhadores rurais do engenho, desenvolveram características de passividade que, associadas à lealdade que apresentavam aos antigos proprietários, se mantêm distantes de quaisquer ações que possam representar um envolvimento maior em defesa dos direitos dos assentados.

Essa atitude revelava também uma distinção que nos pareceu muito explícita entre os dois grupos. Como inicialmente os sem terra foram interpretados, pelas ações que desenvolveram ao longo da luta pela terra, como baderneiros e violentos, assumir hoje a mesma posição desse grupo no conflito com o aterro conduziria a uma homogeneização dos sujeitos, o que se mostrava pouco provável para esses antigos moradores que se consideravam pessoas ordeiras.

Essa relação entre os dois grupos talvez seja o que mais tenha contribuído, internamente, para que a consciência do risco não pudesse ter sido disseminada e assumida como pretendiam as lideranças.

Com efeito, o papel social dos diferentes protagonistas perante uma situação de risco influi em diferentes modos de perceber e atuar diante desse contexto, conforme explica Bernardo (1997) expondo a hipótese discutida por Douglas (1986) em um de seus estudos sobre percepção de risco por diferentes atores sociais.

No conflito socioambiental que ora analisamos, subconflitos inerentes às estruturas internas do próprio grupo de atingidos, que muitas vezes não são visíveis nos embates entre os polos centrais (assentados e aterro), dão a tonalidade e nuances ao movimento de contestação. Isso quer dizer que posicionamentos divergentes em relação ao risco tendem a interferir na condução de processos contestatórios que são realizados pelo movimento.

Da apreciação dos resultados das entrevistas, chama a atenção o fato de que não existem no discurso dos assentados indícios de que eles busquem alguma forma de ressarcimento monetário pelo fato de se sentirem expostos aos problemas apresentados ou pelos riscos futuros a que se sentem expostos. Configura-se neste cenário, que o que intenciona a comunidade é a manutenção das condições ambientais do assentamento tão necessárias para que possa ser garantido para às atuais famílias e às suas gerações o direito de poderem morar e trabalhar na terra conquistada.

A respeito de intenções indenizatórias, não se verifica, também, por parte do consórcio que mantém o aterro, qualquer intenção de indenização dos assentados, isso porque não há em juízo nenhuma ação julgada que exija a indicação de tal procedimento ao mesmo tempo que não há um reconhecimento de sua parte de que as atividades realizadas com o aterro estejam ou venham a comprometer quaisquer aspectos do ambiente onde este está inserido.

Ainda assim, cumpre lembrar que, como expusemos no capítulo anterior, o aterro vem desenvolvendo estratégias que visam ofuscar as reclamações feitas pelos assentados quanto à dispersão do mau cheiro por meio da construção de uma imagem de parceiro da comunidade, ofertando trabalho a alguns e quebrando as resistências que por ventura venham surgindo.

Tal estratégia, tem sido verificada em vários trabalhos, tanto explicitando o porquê as pessoas aceitam conviver com o risco quanto como os planos de comunicação dos

empreendimentos organizam ações que permitam a construção de uma imagem benigna da poluição ou dos danos que as atividades que estas empresas desenvolvem, produzem (LEITE LOPES *et al.*, 2004; ACSERALD, MELLO e BEZERRA, 2009).

De acordo com Leite Lopes *et al.* (2004:280), “ a noção de compensação ambiental poderia ser tomada numa conotação mais ampla, reconhecível em praticamente qualquer contexto no qual existam as empresas/indústrias de um lado e as populações de outro”.

Por outro lado, os assentados que têm sido contratados pelo aterro operam como multiplicadoras da ideia de que o empreendimento não tem proporcionado nenhum mau ao assentamento, tanto que, ao serem entrevistadas, e por residirem na mesma área de influência onde outros agricultores haviam afirmado sentirem-se afetados pelo mau cheiro, a eles se contrapuseram.

Desse modo, a postura dos assentados reflete a complexidade que envolve a questão ambiental, ao passo que a intrigante teia de situações que emanam desse conflito socioambiental nos leva a considerar que, no campo ambiental, utilizando aqui a noção de campo em Bourdieu (2005), projetos, significações e representações sobre a natureza ou os efeitos da ação humana sobre ela envolvem um quadro de disputa entre os diferentes agentes que estão nele inseridos.

Parte dessa reflexão será desenvolvida no capítulo a seguir, em que discutiremos as arenas do conflito onde as lutas simbólicas foram expressas e refletem diferentes posições em que os agentes se encontram situados. As arenas de conflito são, portanto, um lugar privilegiado onde se materializam representações que estes agentes constroem sobre a natureza.

Para isso, realizamos a análise de um dos momentos mais marcantes do conflito – A audiência pública para discussão do EIA/RIMA. Essa audiência se tornou um dos momentos mais emblemáticos do conflito, pois colocou lado a lado posições divergentes sobre a possibilidade, ou não, de riscos ambientais serem produzidos pelo aterro. O evento foi, portanto, a ocasião em que a percepção de risco dos assentados e a avaliação técnica dos peritos se confrontaram numa luta pela defesa e apropriação de um território onde distintas representações simbólicas da natureza se exteriorizam no discurso de cada agente.

CAPÍTULO IV

REPRESENTAÇÃO DA NATUREZA, PERCEPÇÃO DE RISCO E AS DIVERGÊNCIAS ENTRE LEIGOS E PERITOS NO CASO DA CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE PERNAMBUCO

Analisar, na relação entre leigos e peritos, o confronto entre percepção e avaliação técnica de risco na delimitação e uso de um território, expressas na representação de natureza presente no conflito, é o objetivo que norteia o presente capítulo.

Para que este pudesse ser alcançado, procuramos discutir as arenas de conflitos que extrapolam o espaço formal do litígio entre os assentados e o aterro sanitário. Estas, que serão entendidas, aqui, como ampliação das arenas sociais discutidas por Hanningan (2009), só serão inteligíveis, como demonstraremos a seguir, a partir da análise das estratégias defensivas promovidas pelos agricultores na conservação de seu território.

Em seguida, procedemos a uma análise do EIA do aterro sanitário procurando evidenciar, a partir da ata da audiência pública e do RIMA, as ações de injustiça ambiental nas quais esse documento se torna instrumento, promovendo, de um lado, a invisibilização dos assentados e, de outro, desqualificando seu território. Esse processo é culminado com uma análise sobre a ata da audiência pública do estudo de impacto ambiental realizada pela CPRH em dezembro de 2005.

Em seguida discutimos as representações de natureza que se fazem presentes no conflito e que trazem a prerrogativa de que são formas de expressão de “defesa da natureza” emolduradas sob diferentes perspectivas.

Para finalizar, argumentamos que a aceitabilidade de risco não pode ser definida sem que seja considerada a percepção daqueles que são atingidos pelos efeitos incômodos de quaisquer atividades que tragam benefícios a uma sociedade genérica, sem levar em conta que essa decisão afeta grupos particulares mais vulneráveis na estrutura de poder.

4.1 As arenas de conflitos

Em *Sociologia Ambiental*, Hannigan (2009) observa que as questões sobre risco são debatidas em *arenas sociais*, apresentando-as, portanto, como “uma metáfora para descrever a organização política na qual os atores dirigem seus argumentos para formuladores de políticas públicas esperando influenciar o processo de formulação” (p.169).

Para ele, no entanto, enquanto alguns elementos da construção de risco podem ocorrer no domínio público, a ação mais importante da tomada de decisão na definição e enfrentamento do risco é exercida por comunidades de profissionais especializados.

Considerada como porta-voz e influenciadora das decisões de risco, essa comunidade de *experts* compete com a opinião pública e outros grupos, como as populações leigas, as corporações e o próprio Estado, na definição e identificação de padrões de aceitabilidade e formas de enfrentamento de risco, todavia alinhando-se e respondendo muito mais aos interesses desses dois últimos grupos.

Enquanto processo de negociação, as decisões resultam da confluência de diferentes visões de mundo sobre o objeto de risco, tendendo a se expressar em tensões que se externalizam privilegiando o capital cultural de cada grupo, suas relações de força e, especificamente, no campo ambiental, no esforço que se impetra para que determinada visão possa estabelecer os parâmetros que sirvam como norteadores para definição do risco.

As *arenas sociais de risco* se materializam assim como espaços de negociação na definição dos riscos que são determinados pelo poder de se fazer ouvir, dos argumentos técnicos e do próprio capital cultural que cada agente possui. Essa materialidade se constitui, principalmente, a partir do discurso que cada grupo de interesse formula, mas seu produto é determinado justamente pela exclusão ou pelo pouco poder de participação da população leiga nas bases de construção dos documentos que legitimam as tomadas de decisão.

Hannigan (2009) exorta que, numa agenda de risco construída por especialistas, somente nos últimos estágios a informação direta do público é considerada. No entanto, o que se percebe é que a dimensão na qual essa informação chega a ser absorvida não impacta ou exerce influência sobre a definição real do risco, tornando a participação de tais agentes sempre periférica.

Isso traz implicações importantes para o processo decisório de implementação de políticas públicas, tendo em vista um esforço por parte dos *experts* em favorecer um processo

de esvaziamento de ações mobilizatórias contrárias aos interesses privados e às iniciativas estatais que sustentam os padrões desiguais de uso e acesso aos recursos naturais, como também favorecer a expropriação de populações que necessitam de tais recursos para sobreviver. Dessa forma, a incorporação de informações oriundas de populações leigas ou mesmo dos chamados *portadores de risco*,⁶¹ quando feita, funciona como um mecanismo de cumprimento legal de escuta dessa camada da população sem, no entanto, permitir-lhe determinar os resultados ou decisões associadas ao conhecimento dos especialistas.

Sendo assim, a incorporação das informações da população leiga ao processo, ocorre de maneira superficial e desconectada do contexto maior dos dados que subsidiam as decisões finais. Assim, a utilização de tais informações permite que mecanismos de exclusão, posteriores, possam ser acionados para que haja o esvaziamento de reivindicações por parte dos sujeitos, uma vez que estes tiveram a oportunidade de serem ouvidos em algum momento da construção de documentos, que fornecerão subsídios à avaliação de risco.

O mecanismo de exclusão opera, assim, em reconhecimento ao fato de que tais grupos foram consultados e de que, portanto, não se admite agora o questionamento de quaisquer procedimentos, quando, na verdade, se buscou de alguma forma contemplar a participação popular no processo de definição de ações engendradoras de risco; desse modo, as escolhas foram determinadas de maneira consensual, considerando que os portadores de risco foram partícipes desse processo.

Embora as arenas sociais de risco sejam espaços privilegiados de poder em que representantes de sistemas peritos se encontram favorecidos pela valorização do discurso técnico-científico, estes espaços são também arenas de conflitos em que os “portadores de risco” buscam deslegitimar os indicadores com os quais o risco é medido ao mesmo tempo que reivindicam a incorporação de outros parâmetros que permitam que se possam ponderar seus diversos indicadores, inclusive com a percepção daqueles que se intitulam vitimizados.

É assim que as arenas de conflito se tornam mais amplas que as próprias arenas sociais de risco à medida que elas extrapolam os espaços da legalidade e formalidade jurídicas, que permitem aos especialistas proteger-se das pressões exercidas por grupos vitimizados ao

⁶¹ Hannigan (2009), citando Palmruand (1992), refere-se a seis grupos que estão envolvidos no processo de avaliação de risco: os *portadores de risco* (as vítimas), os *defensores dos portadores de risco* (aqueles que defendem os vitimizados), os *geradores de risco* (os causadores), os *pesquisadores do risco* (fornecem os subsídios para definição dos riscos – em geral alinhados aos interesses dos geradores), os *árbitros do risco* (mediadores e tribunais, em geral não são neutros) e os *informantes do risco* (a mídia de massa que pode colocar a questão na ordem do dia) (p. 170-171).

mesmo tempo em que se privilegiam da morosidade da justiça para que se possam desarticular, muitas vezes, as ações reivindicatórias.

As arenas de conflitos se estabelecem tendo como palco não apenas os espaços institucionalizados (legislativo, sede do poder executivo, agências ambientais), mas, sobretudo, o espaço da rua como *lócus* de publicização e denúncia de ações de injustiça ambiental. O espaço da rua, enquanto arena de conflito, não se estabelece pelo enfrentamento entre os geradores de risco e os portadores do risco, mas pela possibilidade de aderência pública e sensibilização do restante da população à causa desse último.

Os enfrentamentos, no caso aqui estudado, ocorreram privilegiando, de um lado, a interlocução com os representantes do poder público e, por outro, as ações mobilizatórias que intentaram de outro modo denunciar publicamente a constituição e o estabelecimento de atividades de risco ambiental no funcionamento do aterro sanitário nas proximidades do rio Arataca.

Observadas as diversas formas de enfrentamento conduzidas pelos agricultores, tem-se que as arenas de conflitos encontraram no espaço da rua as expressões mais criativas de denúncia, estas cercadas de simbologias, que foram expressas dramaticamente por meio de encenação de peças teatrais, gritos de guerra e faixas.

O efeito desse movimento encontra eco nas reações de algumas pessoas, como ocorreu, por exemplo, no período em que o lixo de Recife começa a ser depositado em Igarassu. Durante a realização de uma reunião nesse município, foi possível identificar o descontentamento com esse fato por parte de dois moradores de Cruz de Rebouças (Igarassu), que participaram da reunião promovida naquele bairro, ao fazerem referência aos carros da EMLURB (Empresa Metropolitana de Limpeza Urbana) que trazem em suas laterais os seguintes dizeres: *Recife é sua casa. Jogue lixo no lixo*. Para eles, se a *casa* é Recife, então, logo, a *lixreira* é Igarassu.

Enquanto as arenas de risco se constituíam em espaço de formalidade jurídica em que os agricultores foram, de alguma forma, intimidados ou inibidos diante de toda a ritualística das reuniões (posições que cada grupo tende a adotar, desde os políticos ou técnicos – do aterro e das agências ambientais – ao público em geral), a rua, enquanto arena de conflito, torna-se uma oportunidade em que estes se colocam de maneira mais fluida e espontânea, apesar de, muitas vezes, a ação policial buscar também coibir as ações dos manifestantes.

Ao procurarmos distinguir as arenas sociais de risco e as arenas de conflitos, não estamos buscando esvaziar o conteúdo conflitante existente na formação dessas primeiras, mas evidenciar que, as audiências públicas nas formas e padrões como são conduzidas são espaços privilegiados em que “a racionalidade dominante que vem do estabelecimento do risco é superimposta sobre uma moldura popular, devido a um poder diferencial” (HANNIGAN, 2009:172), o que torna, portanto, tais arenas um espaço específico de desenvolvimento de conflito que é ladeado por normas que não permitem a interferência efetiva dos contestadores na condução dos projetos expostos.

“Em nenhum lugar esse diferencial é mais evidente do que nas reuniões de informação pública ou audiências públicas que são rotineiramente dirigidas pelos geradores e árbitros de risco” (HANNIGAN, 2009:172).

Foto 05 – Audiência pública para discussão do relatório de impacto ambiental do aterro sanitário.



Fonte: Jornal do CPRH. Dez de 2005.

No entanto, ao nos referirmos aqui às arenas de conflitos, estamos procurando inferir que as tensões ocasionadas por práticas de injustiça ambiental e suas formas de enfrentamento têm seu alargamento em espaços que extrapolam as dimensões da formalidade que imperam rotineiramente nos espaços alocados nas agências ambientais.

Inevitavelmente são tentativas nas quais os portadores de risco buscam se fazer ouvir e, ao mesmo tempo, realizar um esforço para que novos espaços de definição de risco e negociação possam ser abertos e, neles, o conhecimento e expectativas dos vitimizados, quanto aos empreendimentos que direcionam seus passivos ambientais às populações mais pobres, possam ser levados em conta, dá forma e sentido a essas arenas.

Assim, as arenas de conflito, se estendem para além do próprio universo de definição do risco e dos padrões de aceitabilidade, que, podemos considerar, impostos pelas agências, órgãos ambientais e empresas, e vão se estabelecendo enquanto vias de refutação e negação dos indicadores que orientam tais definições e parâmetros de aceitabilidade determinados como válidos.

Nessas arenas, embora cada agente se mova orientado por seu capital cultural específico, os enfrentamentos que ocorrem, valem-se muito mais do poder de se fazer ouvir do que necessariamente de intimidações superpostas a discursos e rituais específicos que fazem das arenas sociais de risco um espaço privilegiado para que uma única voz se torne hegemônica.

As arenas de conflito, no caso aqui estudado, materializam-se nos espaços da *rua*, compreendidos pelas mobilizações dos assentados em várias frentes, como a paralisação na Br 101, no fechamento da chave de distribuição da estação elevatória da barragem (adutora) do rio Arataca e no protesto em frente à Assembleia Legislativa de Pernambuco. Nessa arena se instituíram formas de denúncia e enfrentamento que possibilitaram aos agricultores serem ouvidos pela SECTMA ao mesmo tempo que puderam ter uma representante do movimento na mesma mesa em que solicitavam a apreciação do órgão quanto aos problemas apresentados pelos assentados.

Foto 06 – Assentados reunidos na Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente.



Fonte: Salve as água do Rio Arataca - <http://groups.google.com/group/salvemasaguas/files>

Desse encontro, foi possível realizar o deslocamento do titular daquela secretaria para uma visita ao assentamento que desembocou na entrega de documentos organizados pelo movimento apresentando sua perspectiva quanto aos efeitos da localização daquele empreendimento e de seus desdobramentos para a constituição de uma situação de risco ambiental determinada pela sua proximidade das águas do rio.

Na foto a seguir, ilustramos a visita do secretário de ciência e tecnologia e meio ambiente ao local.

Foto 07 – Visita do secretário de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente – a cerca estabelece os limites entre o assentamento e o aterro.



Fonte: Salve as águas do rio Arataca - <http://groups.google.com/group/salvemasaguas/files>

O espaço da rua tornou-se assim mais eficiente do ponto de vista das conquistas, pois o grupo conseguiu que os representantes públicos ouvissem os assentados, mesmo que os seus pleitos não tenham sido acatados. O mesmo se pode dizer da visita feita pelo representante do Ministério Público àquela área. Por outro lado, o aconselhamento feito por ele, para que os agricultores se adaptassem aquela situação, permitiu ratificar mais uma vez que a posição do Estado frente à situação dos assentados seria a de viabilizador de políticas que funcionaram como reforço às práticas de injustiça ambiental que oxigenaram aquele litígio.

Embora o que chamamos aqui de espaço da rua possa ser compreendido como um lugar em que o conflito se desprende das amarras das instituições definidoras do risco e se torna assim capaz de viabilizar as reivindicações do grupo, permitindo que o mesmo possa se fazer ouvir, este espaço, enquanto arena de conflito, não conseguiu fazer com que os

interesses privados, evidenciados pela construção do aterro, pudessem ser inibidos ou mesmo deslegitimados pela denúncia do estabelecimento de um risco ambiental a ser causado ao rio, bem como dos seus efeitos sobre as condições de reprodução social dos assentados rurais naquela localidade.

Observa-se ainda que, mesmo que a mobilização dos assentados contra as obras de construção do aterro tenha ocorrido em tempo hábil a agilização da documentação para o licenciamento e os trâmites legais para a sua concessão ocorreram sem o conhecimento dos agricultores. Esse procedimento, que exigiu da empresa uma forte articulação com os representantes políticos e com os órgãos ambientais, permitiu que os moradores do assentamento fossem pegos de surpresa com a chegada de máquinas ao local para iniciar a construção.

Os trâmites internos percorridos nos órgãos ambientais, sem o conhecimento dos agricultores, foram favoráveis para que a empresa pudesse ter garantida a aprovação, pela CPRH, do EIA/RIMA apresentado a este órgão. De outra forma, em um dos volumes, de tal documento, sob o título de *diagnóstico dos aspectos socioeconômicos*, verifica-se que os assentados foram consultados na fase de levantamentos de dados para elaboração do estudo de impacto ambiental, sem, no entanto, deixar claro como as informações destes foram incorporadas ao documento.

É flagrante, por outro lado, a forma como essa dimensão intitulada de *diagnóstico socioeconômico* foi tratada no EIA/RIMA do aterro sanitário. Nele, apenas o presidente da associação dos trabalhadores rurais do assentamento (ASSTRAU) no Engenho Ubu e um morador que se fazia presente no momento da entrevista foram citados. Nota-se, que ao longo do documento, em nenhum momento os entrevistados são indagados quanto à possível construção do aterro nas proximidades do assentamento. Ao contrário, em um fragmento de entrevista, o agricultor demonstra que tem conhecimento de um aterro que seria construído nas terras onde estava programada a construção de uma cervejaria (atual Cervejaria NOBEL).

Embora o agricultor se refira no documento, aos problemas oriundos da presença do lixo, não faz nenhuma alusão ou demonstra concordância com a construção do aterro sanitário nas proximidades do assentamento, possivelmente pelos mesmos motivos que ele apresenta quanto aos riscos percebidos com o lixo: “Teme-se, até, que a poluição, pelo rio, chegue até a Atapuz e ao Canal de Santa Cruz. Neste, comprometeria a atividade marisqueira e de pesca” (Entrevista de J.A.N – ACQUA, 2005:160).

De outra forma, chama a atenção também como a comunidade do assentamento, mesmo sendo considerada nos resultados do EIA, não é levada em conta pelos infortúnios que a presença de um vizinho tão incômodo traria para a tranquilidade que eles gozavam, até então, tendo em vista a descrição metodológica do documento, como se segue:

Complementarmente foram procedidas visitas e entrevistas com lideranças do Engenho Ubu [...]. Ao Engenho Ubu foram feitas 3 visitas – a primeira para reconhecimento da área, a segunda para identificação de lideranças e agendamento de entrevista, ocasião em que foi facultado assistir reunião com ONG's que prestaram assistência técnica ao Assentamento, a terceira compreende a entrevista procedida em presença de outros associados com o Presidente da ASSTRAU, Associação que congrega os assentados (ACQUA, 2005:90).

Nesse sentido, observa-se que a inclusão do depoimento de um representante do assentamento busca cumprir as exigências de contextualização do levantamento das comunidades do entorno sem, no entanto, proceder a uma coleta de dados que considerasse a percepção desses moradores quanto aos riscos ou benefícios das atividades a serem desenvolvidas como parâmetro para a matriz de impacto ambiental do projeto.

A leitura atenta do EIA leva-nos a classificá-lo como um instrumento elaborado no rigor das técnicas de engenharia ambiental e na conformidade aos determinantes da legislação ambiental⁶² que orientam o licenciamento para empreendimentos do porte do aterro sanitário de Igarassu. Apesar de toda a legibilidade técnica a que nos referimos, o documento não esconde, as intenções que estão denunciadas ao longo de suas linhas quanto à desqualificação do ambiente onde vivem os assentados, levando, portanto, a asseverar uma dimensão preconceituosa em relação aqueles habitantes que no trato dos recursos naturais, disponíveis na área de influência do aterro, seriam os primeiros degradadores.

Como veremos a seguir, esse mecanismo está presente em algumas passagens do documento marcando a invisibilidade das influências de outros agentes que contribuíram da mesma forma para a degradação daquele território, anteriormente à presença daquela população, como é o caso da Usina São José.

⁶² Isso não quer dizer que tal legislação e as técnicas da engenharia ambiental contemplem indicadores qualitativos na construção dos EIA/RIMA que permitam, por sua vez, que práticas de injustiça ambiental sejam efetivamente evitadas.

4.2 Nos descompassos do EIA: análise de um instrumento de injustiça ambiental

A análise de estudos de impacto ambiental é um exercício revelador do quanto manifestações de injustiça ambiental se reiteram nos instrumentos de licenciamento que perfilam as políticas ambientais encabeçadas pelo Estado.

A obrigatoriedade desse instrumento para a concessão de licenciamento ambiental é deveras contraditória em seu processo de consecução, quando se observam os vários intervenientes que colaboram para que sua construção, do ponto de vista moral, seja encarada de maneira problemática.

Uma vez que a elaboração dos estudos de impactos é realizada por empresas de consultoria contratadas pelos solicitantes do licenciamento, há uma forte tendência para que o relatório final seja favorável ao empreendimento, considerando imperativos comerciais existentes nessa relação.

Evidencia-se, portanto, através desses instrumentos, que os interesses privados e as perspectivas desenvolvimentistas têm se sobreposto às necessidades de preservação dos recursos naturais e se superposto às condições sociopolíticas e culturais de determinados territórios, produzindo a “separação entre os processos biofísicos e a diversidade de implicações que estes têm quando relativos ao uso e significação próprios aos diferentes grupos sociais” (ACSERALD, MELLO e BEZERRA 2009:34).

Nessa perspectiva, os estudos de impacto ambiental são a demonstração mais representativa de um *paradigma da adequação*⁶³ em que interesses privados se moldam à legislação ambiental presente no país. Esse paradigma orienta a formulação desses estudos em consonância com as exigências presentes na legislação para que se possa garantir e dar legitimidade ao licenciamento, todavia sem considerar os olhares, os saberes e história daqueles que não são possuidores de um capital cultural que lhes permita serem enquadrados no discurso técnico que permeia tal documento (ZHOURI, LASCHEFSKI e PEREIRA, 2005).

A literatura sobre o tema tem apontado, também, a descontinuidade entre o processo de licenciamento e a fiscalização necessária para que sejam cumpridas todas as ações consideradas mitigadoras dos impactos ambientais ou, mesmo, das atividades profiláticas que antevejam a manifestação de danos ambientais em quaisquer níveis.

⁶³ Ver Zhouri e Oliveira (2005:53).

A adequação repousaria, nesse sentido, apenas no âmbito do emolduramento do projeto às condições impostas pela legislação, mas não na materialidade das ações ali propostas, evidenciando de outra forma a incapacidade dos órgãos ambientais para realizar fiscalização e pressionar para que as intenções saiam do papel.

O paradigma da adequação funciona assim como um esquema que permite a construção de propostas refinadas⁶⁴, do ponto de vista ambiental, mas ineficientes do ponto de vista operacional, pela falta de fiscalização dos órgãos ambientais para que tais propostas deixem o papel e se materializem em ações concretas.

No estudo de impacto ambiental do aterro sanitário de Igarassu, a dissonância entre as propostas que preconizaram o envolvimento dos assentados do Engenho Ubu, nos Programas Ambientais Básicos (PAB) presentes nos documentos não se efetivou.

À primeira vista, tem-se que a tensão constante promovida pelo movimento *Salve as Águas do Rio Arataca*, no questionamento sobre a localização do aterro sanitário, pode ter motivado as dificuldades que a gestão do empreendimento encontrou para efetivação, por exemplo, do Programa de Comunicação Social (PCS) que compunha o PAB. Porém, desde a construção do aterro que a ausência de diálogo e a falta de informações foram estratégias utilizadas pelo aterro para que a mobilização social contra o empreendimento não se instaurasse.

É assim que foi possível verificar uma postura diametral da gestão ao procurar promover ações que viabilizassem uma imagem positiva do empreendimento, com o apoio às atividades esportivas, visitas monitoradas de escolas e patrocínios às festas promovidas na região em oposição às ações de diálogo junto àqueles que estão localizados na área de influência mais direta do aterro.

A ideia externalizada pelo representante da empresa, em entrevista, é a de que o empreendimento sempre esteve aberto a dirimir quaisquer dúvidas e receber dos assentados as queixas que, porventura, fossem surgindo, ocasionadas pelos impactos de seu funcionamento, para que assim pudesse ser encaminhada a resolução dos problemas. A postura assumida, no entanto, contradiz o que PCS propõe em sua orientação, revelando que a política de relação

⁶⁴ “Nesse processo, arranjos e ajustes tecnológicos dados por medidas mitigadoras e compensatórias cumprem a função de adequação” e permitem que a necessidade e viabilidade socioambiental da obra não seja questionada (ZHOURI e OLIVEIRA, 2005:53).

com esse grupo se fundamenta na máxima “os incomodados que se mudem”. O administrador do aterro afirma:

A ordem que eu tenho é essa [...]. Se chegar uma reclamação, ok. Então o que é que você tem que fazer? Vai ouvir, vai anotar e vamos investigar [...] É preciso que a comunidade se manifeste, para saber que ela está incomodada, pra que se sinalize que ela tá incomodada, para que a gente possa tomar as providências (E. O, 40 anos).

A posição expressa pelo administrador ressalta uma contradição entre o proposto pelo EIA, nas passagens a seguir, e a política de relacionamento que foi instaurada para a comunidade do assentamento:

A. Item do documento - Resultados da análise ambiental (Incômodos no Assentamento Ubu ocasionados por odores, vetores de enfermidades ou lixo espalhado pelo vento, fase de operação) (ACQUA, 2005: 236).

Nesse tópico, entre outras ações consideradas mitigadoras, o documento contempla a *inclusão do assentamento no Plano de monitoramento do aterro, realizando visitas periódicas à comunidade para verificar a ocorrência de incômodos mencionados.*

B) Item do documento – Plano de comunicação social (PCS) (Subprograma do Programa ambiental básico (PAB) (ACQUA, 2005: 237).

Nele, são elencados, entre outros aspectos, *a criação de mecanismo de relacionamento direto e permanente com a comunidade, principalmente, do Assentamento UBU; a divulgação aos assentados sobre possíveis incômodos, esclarecimentos, dúvidas, previsão e cronograma de obras e de operação.*

Verifica-se no exercício efetivo das palavras a discrepância entre o que se propõe no EIA e o que afirma o administrador do aterro. Uma vez que os assentados precisam se *manifestar* diante das questões de incômodos que a atividade provoca para que, aí sim, a empresa verifique e possa então dar-lhes respostas. Ao se fazer isso, uma contradição ocorre em relação ao proposto inicialmente pelo documento, ao expressar um entendimento de que, se é o aterro que trará impactos, logo ele deve se antecipar às possíveis reclamações que venham a surgir e não simplesmente aguardar que elas se manifestem.

Essa aparente postura de abertura ao diálogo é colocada em xeque em todo o período de construção e operação do empreendimento quando os agricultores denunciam que a única

forma que encontraram para ter acesso ao aterro foi por meio de uma visita do representante do Ministério Público que, ao aconselhar os agricultores a *conviver com a situação*, solicitou da administração que fosse disponibilizado na portaria um livro de registro para que a comunidade pudesse formalizar suas queixas ou requer informações. Isso demonstra que não havia interesse do empreendimento, anteriormente, em trazer a luz informações necessárias ao grupo, pois estes se mostravam inconformados com a escolha da localização do aterro.

Noutro plano, os itens trazidos aqui traduzem bem a relação estabelecida na prática com os assentados, antes mesmo do início das obras, quando as informações disponibilizadas eram destoantes das que os agricultores começaram a verificar a partir da construção do aterro.

No atual estágio de operação do aterro, a administração afirma que consulta com frequência os seus funcionários, que residem no assentamento, para que assim se possa ter subsídios quanto aos incômodos que porventura sejam provocados pela empresa. Ele relata que os funcionários afirmam não existir o mau cheiro de que os assentados tanto reclamam, todavia, quando procuramos esses mesmos funcionários, verificamos que o assunto aterro é um tabu e que não deve ser tocado, evidenciando possivelmente a pressão que é exercida sobre eles para que possam permanecer no emprego.

Em outro aspecto, o documento traz, de maneira veemente, um conteúdo discriminatório em relação à comunidade do assentamento ao apresentar os critérios de escolha que influenciaram na determinação de alternativas para o local de construção do aterro. São apresentados os seguintes indicadores de restrição de ordem *empresarial e ambiental* para localização do empreendimento em seis áreas potenciais apontadas no documento:

- A) O território de estudo coincide com os limites da Usina São José;
- B) O ambiente hidrológico onde as áreas estudadas se localizam;
- C) A inclusão de áreas já degradadas – lixo;
- D) No momento da análise, uma fábrica de cerveja estava em etapa de projeto para se instalar na região e solicitou um afastamento do aterro em relação a fábrica superior a 8.0km (ACQUA, 2005:20).

Observa-se que, nesses indicadores de restrição, a comunidade de agricultores não é mencionada enquanto limitante da localização da obra, no entanto o próprio território da usina

e a fábrica de cerveja são colocados como elementos que devem ser desconsiderados nas alternativas apresentadas quanto à definição do local para a instalação do empreendimento. Mesmo os agricultores estando assentados naquele território desde novembro de 1995, portanto passados 10 anos desde que as famílias iniciaram suas atividades produtivas, ainda assim foram invisibilizados no documento por serem, possivelmente, a parte mais frágil nas relações de força política que estabeleceram que, distante da fábrica de cerveja, o aterro poderia ficar, mas que não haveria problemas se este se avizinhasse ao assentamento.

Percebe-se que dadas a situação de falta de assistência e as dificuldades que são enfrentadas pelo assentamento, principalmente no tange aos recursos financeiros, pela falta de apoio técnico para o desenvolvimento das atividades produtivas e pela observância de que em muitas áreas daquela localidade o meio ambiente apresenta formas de degradação, esses assentados estariam mais aptos a acolher os impactos a serem gerados pela presença do aterro em sua vizinhança.

A maneira como o documento se refere ou invisibiliza o assentamento, excluindo-o do texto, revoga quaisquer posicionamentos positivos que, por acaso, venham a ser apresentados no restante do texto quanto a essa população. A invisibilização seria, portanto, um recurso que num dado momento não desqualifica o espaço e seus sujeitos, mas o torna inexistente e, portanto, incapaz de ser considerado um limitante do projeto.

Nesse aspecto, é interessante analisar como a comunidade é invisibilizada num dado momento do documento, mas ao mesmo tempo é entendida, em outras passagens, como impactada direta pelo empreendimento. Nessa lógica repousa a compreensão de que os assentados estariam em condições, graças ao contexto social em que vivem e à sua própria trajetória, mais propensos a suportar as externalidades negativas geradas pelas decisões dos órgãos ambientais que concederam o licenciamento da obra.

Outro aspecto na análise do EIA em relação aos assentados diz respeito à desqualificação de um espaço de recreação utilizado pela comunidade até o início da construção do aterro. Referimo-nos ao reservatório da estação elevatória, onde se tinham instalado bares que posteriormente foram desativados em consequência do medo que as pessoas expressavam de que algum problema pudesse ser gerado à água em decorrência da presença do aterro.

Referindo-se aos usos diversos que se têm da água, o documento assim descreve a situação:

[...] no reservatório da estação Arataca, onde os moradores tomam banho e ocasionalmente são instalados bares e locais para almoçar, algumas vezes *sem nenhum tipo de controle* com os efluentes e resíduos sólidos, os quais são lançados à água *contaminando o local* (ACQUA, 2005:103) (Grifo nosso).

Em seguida, o texto apresenta também a utilização, pela usina, das águas do riacho Jaguaré (contíguo à área do aterro) para a rega de cultivo de cana (ACQUA, 2005), sem, no entanto explicitar nenhum juízo de valor quanto ao uso daquele recurso por uma das consorciadas ao aterro, a usina, como o fez em relação aos assentados.

A título de ilustração, quanto aos problemas advindos da atividade da monocultura da cana, a CPRH afirma que um dos principais problemas socioambientais da Mata Norte se encontra na “poluição dos solos e recursos hídricos superficiais por herbicidas e outros produtos químicos utilizados no cultivo da cana e por resíduos da agroindústria” (2003:115). Fora isso, é importante lembrar que irrigações mal realizadas são fatores condicionantes do processo de salinização do solo.

Assim, é possível perceber no documento fortes indicadores que buscam, ora de maneira explícita, ora de maneira implícita, desqualificar o espaço onde está situada a comunidade com recurso e elemento que vão sendo construídos a fim de justificar a localização do empreendimento em uma área que já sofre fortes impactos da ação antrópica.

Tal entendimento é, pois, o que finaliza o documento, para assinalar a posição favorável dos elaboradores do EIA quanto ao licenciamento do empreendimento, ao afirmar que:

Se observadas as medidas mitigadoras e maximizadoras, assim como os Planos Ambientais propostos, nos prazos certos e de maneira oportuna, os *impactos ambientais que chegassem a ocorrer teriam uma intensidade tolerável e compatível com as características do meio ambiente do entorno* (Grifo nosso) (ACQUA, 2005:254) (Grifo do autor).

Logo, por o aterro ter sido construído em uma área em que vários fatores colaboraram para sua depredação ambiental pretérita, é evidente que, dentro dessa lógica, a comunidade do assentamento esteja, dessa forma, mais propensa a suportar essa carga *tolerável e compatível* com as condições materiais em que essas famílias já estariam habituadas a conviver.

Denota-se nesse processo uma clara dissociação, na avaliação do impacto ambiental, entre a dimensão biofísica e a dimensão social no estudo do impacto ambiental, sendo esta

última desconsiderada das decisões quanto à implantação de determinados empreendimentos nas proximidades de residência de pessoas pobres.

Apesar de toda manifestação que se tem feito para denunciar o risco ambiental naquela localidade, a leitura atenta do EIA demonstra que em todo o documento a percepção dos moradores do assentamento foi negligenciada pela intencionalidade de não ouvir a comunidade e informá-la dos impactos que a construção e operação daquele aterro acarretariam às suas vidas, principalmente aos moradores que hoje residem nas proximidades do empreendimento. Possivelmente, já se esperava a manifestação contrária da comunidade, e assim, omitir informações se revelou uma estratégia contumaz para neutralizar suas iniciativas de protestos. Portanto, o conflito socioambiental se apresenta com um “campo [que] é assimetricamente estruturado, de forma que as comunidades atingidas encontrem condições desiguais e estejam em posição de desvantagem na defesa dos seus interesses e, sobretudo, de seu direito ao meio ambiente” (ZHOURI e ROTHMAN, 2008:123).

Para concluir, em agosto de 2009, a Procuradoria da República, ao divulgar documento segundo o qual não competiria ao Ministério Público Federal julgar o pleito dos assentados quanto ao risco ambiental que o aterro provocaria, repassando assim tal competência ao Ministério Público Estadual (MPPE – Ministério Público de Pernambuco), apresenta parecer técnico que expõe:

A informação técnica do perito desta Procuradoria, Aloysio Ferraz de Abreu, fls. 115/130, concluiu que: (i) foi ignorado o princípio da prevenção/precaução; (ii) o risco de contaminação existe e é potencializado pelo desconhecimento dos resíduos industriais a serem dispostos; (iii) foi equivocada a implantação do aterro sanitário/industrial a montante do manancial do abastecimento de água do Sistema Arataca (BRASIL, 2009:04) (Grifo nosso).

O parecer do técnico da Procuradoria ratifica a preocupação do *Movimento Salve as Águas do Rio Arataca* que apresentou na ação popular, que foi impetrada contra o aterro, os mesmos aspectos relatados pelo perito em seu parecer, a saber: a não observância quanto ao princípio da precaução/prevenção e o possível risco ambiental quanto ao desenvolvimento das atividades do aterro nas proximidades do rio Arataca.

Embora o documento traduza um resultado diferente dos que até agora tem sido trazidos à tona, pelos órgãos oficiais, é evidente que este encara o risco associado apenas ao prejuízo que seria causado à natureza a partir do dano direcionado ao recurso hídrico. Nota-se,

mais uma vez, que, se em nenhuma circunstância isso viesse a ocorrer, a legitimidade de construção do aterro naquela localidade estaria estabelecida também por esse parecer, que deixa de considerar que, independente disso, sobrevivem ali famílias que construíram uma história com o lugar e plantaram nele, para além da roça, seus sonhos.

Por fim, é oportuno ratificar mais uma vez que os instrumentos da política ambiental, a exemplo do EIA, se tornam mecanismo de reprodução de injustiça ambiental, ao fundamentarem decisões jurídicas e políticas, e direcionam, ao alocarem espaços onde residem populações pobres, os aparelhos públicos ou privados que trazem consigo os incômodos que os decisores de risco definem como aceitáveis e suportáveis aquela população, determinando assim aqueles que estariam suscetíveis de sofrer os danos ambientais localizados, produzidos por terceiros.

A lógica, portanto, que orienta tal processo traz em seu bojo a problematização do entendimento da expressão *Não em meu quintal*, para o *Sempre no quintal dos pobres*, conforme explicita Bullard (2000) *Apud* Acsehrad (2010:111).

4.3 O poder público, o discurso técnico e o interesse privado na determinação dos riscos aceitáveis

Até aqui, procuramos mostrar como o EIA, enquanto um instrumento de política ambiental, tem por tarefa avaliar possíveis impactos ambientais que um empreendimento pode provocar ao meio ambiente. A pretensa neutralidade que deveria orientar tal documento se encontra esvaziada quando se verifica que a relação que se estabelece entre a consultoria que elabora o EIA e seu cliente, é determinada por valores e interesses comerciais.

Dessa forma, enquanto os interesses privados, que fundam a lógica mercantil, começam a incorporar as preocupações com o meio ambiente a partir de uma abordagem que privilegia a redução de matéria e energia, desde que isso não afete a acumulação do capital das empresas, o Estado se mobiliza para tornar a legislação ambiental não um limite ao desenvolvimento, mas apenas uma adequação que essas mesmas empresas precisarão considerar para a realização de seus objetivos.

Mantém-se assim uma concepção utilitarista da natureza que julga necessário subjugarla aos interesses de determinadas classes, mas sem com isso explicitar que a humanidade não interage com essa natureza como um todo, mas em bloco, dividida em classes sociais que expressam distintos interesses e formas de apropriação dos recursos naturais (FOLADORI, 2001) por meio da distribuição desigual dos benefícios e danos ambientais dando-se, pois, a entender que os riscos são democráticos.

Essa concepção faz com que as instituições políticas, ao internalizarem as preocupações ambientais, busquem assegurar a reprodução e continuidade de mecanismos que dão legitimidade às leis de mercado para regulamentar os riscos e determinar sua aceitabilidade. Utiliza-se, para isso, como prerrogativa o discurso de que as ações mitigadoras tendem a reduzir os efeitos nocivos para assim definir o risco aceitável em relação aos benefícios que podem ser mensurados por ocasião da permissão que as empresas recebem para realizar suas atividades.

Essa apropriação que o mercado faz da questão socioambiental, ao proceder à adequação de seus interesses junto à legislação ambiental, propondo as ações mitigadoras como forma de minimizar impactos e redimensionar os riscos, transforma o “insuportável” em risco aceitável, realizando uma avaliação da natureza composta estritamente de sua dimensão biofísica.

Assim, tem-se um esvaziamento dos conteúdos socioculturais que dão forma as diferentes significações e usos da natureza pelas sociedades e grupos através da despolitização da questão social nos diferentes espaços em que o interesse do capital se faz presente, permitindo que o meio ambiente seja encarado como uma “oportunidade de negócios” (ASCERALD, 2010).

A ação disruptiva do capital incorpora então parte da problemática socioambiental, ou seja, a dimensão natural desta, e invisibiliza, exclui e desconsidera os aspectos sociais da crise ambiental, colocando em segundo plano a existência de populações que se estabeleceram em determinado território em tempo anterior à chegada de quaisquer empreendimentos econômicos, inclusive daqueles que se instalam impulsionados pela chancela de políticas ambientais constituídas no âmbito do Estado.

Esse fato é confirmado através do comportamento das populações ribeirinhas, dos quilombolas, dos pequenos agricultores ou de quaisquer grupos sociais que tenha menor poder se fazer ouvir diante das práticas de apropriação e uso do território impulsionadas por

setores mais privilegiados economicamente que ameaçam as formas de reprodução social dessas populações, pondo em risco sua saúde, a qualidade de vida e suas condições de existência em nome do desenvolvimento, ou mesmo de atividades que buscam remediar problemas ambientais, sem, no entanto, considerar a presença desses grupos ou mesmo consultá-los e informá-los dos impactos advindos para as suas vidas.

Opera-se, nessa lógica, uma separação dos componentes sociais e naturais da questão socioambiental forjando uma compreensão da natureza a serviço (subordinada) da sociedade e a esta, no percurso da vontade imperiosa do capital, cabem a definição e o uso dos mais diversos espaços sociais a partir do mesmo princípio que dá forma á injustiça social.

Nesse contexto, o poder público cumpre um papel importante de tornar legítimo o interesse privado, ao ratificar sua incompetência na gestão e resolução dos problemas socioambientais e repassar para o mercado a atribuição de responder às demandas impulsionadas a partir daí. Nesse trâmite, a resposta encontrada, por este, se situa na destinação dos passivos ambientais, produzidos pelo processo de desenvolvimento, aos grupos mais impotentes para refutar as decisões tomadas no âmbito do interesse privado e ratificadas como de interesse público pelo Estado.

Para a realização desse intento, diversas estratégias são propugnadas procurando ambientalizar o discurso empresarial para interagir nas mais distintas arenas sociais e estabelecer, por meio deste, o convencimento e a aceitabilidade das decisões tomadas na esfera técnica, política e privada. Uma das arenas sociais de maior tensão para a consecução desse objetivo é constituída pelas audiências públicas que, por trás do pseudo caráter democrático, inviabilizam o próprio sentido de consulta a que elas objetivam.

Nelas a participação popular, ou, no mínimo, a participação de populações que se sintam vitimizadas, é fragilizada pelo desconhecimento e alcance técnicos das informações que são apresentadas, mesmo considerando que o relatório de impacto ambiental (RIMA) deva ser disponibilizado em linguagem corrente e acessível. O caráter excludente presente na audiência não se confirma apenas pela dificuldade que os vitimizados encontram para lidar com os termos técnicos, mas, sobretudo, pelos limitantes impostos ao acesso ao documento (valor da cópia que é pago no órgão ambiental).

O caráter consultivo da audiência pública é outro limitante da participação popular dentro dessa arena, pois ela não interfere no licenciamento concedido, uma vez que este é deliberado por decisões técnicas e políticas. Assim, a lógica da participação se insere num

“contexto de total despolitização técnica por parte da maioria dos participantes” (NEVES e SANTOS, 2010:06) quando destes é requerido, uma compreensão de aspectos que extrapolam seu universo de saberes e conhecimentos.

Nessa arena, o conhecimento técnico torna-se um espaço pouco confortável àqueles que comparecem a essas audiências para defender seu território munidos apenas dos saberes e das experiências com o lugar, fator que, embora decisivo do ponto de vista social, é facilmente desconsiderado em relação aos argumentos dos especialistas na constituição da natureza enquanto objeto de disputa.

Isso tende a se confirmar, principalmente, quando, a população vitimizada, não encontra apoio de organizações ou de especialistas que se sensibilizem e possam questionar a validade dos argumentos que são apresentados.

Na especificidade da audiência pública da CTR – PE não foi diferente, a tônica na ata feita pela CPRH mostra claramente a preocupação dos presentes com o risco de contaminação da água, principalmente do rio Arataca, e dos reservatórios de lençóis freáticos presentes na região.

De outro lado, o conteúdo da ata expõe as preocupações de vários representantes do poder público municipal, estadual e federal quanto aos riscos que deveriam ser considerados, quanto à preocupação atinente aos valores a serem cobrados pela tonelada de lixo e à capacidade orçamentária dos municípios para pagar por esse serviço. Por fim, encontravam-se os assentados indagando-se sobre as mesmas questões, porém problematizando a localização do empreendimento e sugerindo seu deslocamento para uma das onze áreas que, segundo o representante do consórcio, haviam sido apresentadas como alternativas para a realização da atividade de destinação final do lixo.

Os argumentos apresentados pelos representantes das empresas consorciadas evidenciam uma preocupação bastante pertinente em relação aos recursos naturais, sobretudo pelo fato de que, segundo eles, as demais áreas analisadas se encontram protegidas por forte legislação ambiental, o que inviabilizava a localização do aterro naquelas imediações.

Na época, a empresa explica que foram utilizados vários critérios para a escolha da área, sendo eles ambientais, financeiros e político-sociais. Apesar de o exame da citada ata deixar clara a utilização dos dois primeiros critérios, o terceiro foi um ponto pouco esclarecido tanto pelos próprios representantes da empresa quanto dos demais participantes do

debate, que não consideraram a possibilidade de questionar a viabilidade do empreendimento sob tal perspectiva.

Na verdade, ao que parece, esperava-se encontrar impossibilidades para o licenciamento ambiental da obra focalizando os impactos ambientais específicos que atingiriam os recursos hídricos da região. Embora o RIMA não descarte esse aspecto, os prováveis riscos ao meio ambiente com o desenvolvimento da atividade poderão, no entanto, ser mitigados se forem realizados os procedimentos indicados no documento, tal como foram apresentados na audiência quando foi ressaltada a responsabilidade da empresa em colocá-los em operação.

Quanto á necessidade de convencimento no que tange aos benefícios oriundos das atividades do aterro, observa-se um esforço, quando considerados os aspectos sociais, de se ressaltar a geração de empregos diretos e indiretos para a população que vive no lixão, todavia, nada se declarou naquela audiência quais os impactos efetivos sobre a população do assentamento, embora esta seja considerada atingida diretamente pelo aterro em sua fase de operação.

A audiência, tal qual o EIA/RIMA, não problematizam de que forma a comunidade do assentamento fora considerada em termos de impactos. À exceção dos incômodos que foram elencados para a vida dos assentados, tanto no período de construção quanto na operação, na audiência não fora questionado de que forma a perspectiva dos agricultores havia sido considerada na apresentação dos riscos e das ações mitigadoras que deveriam ser desenvolvidas a partir de então.

A ata da audiência, ocorrida em vinte de dezembro de 2005, explica que a exposição do RIMA, feita pelo representante da equipe de consultoria, foi finalizada apresentando a *importância do empreendimento para o desenvolvimento da região; que ele cumpre as normas ambientais em vigor, não tendo sido detectado nenhum impedimento para a sua instalação* (CPRH, 2005:04).

Nesse sentido, se o aterro obedece às condições impostas pela legislação quanto às normas ambientais e se a comunidade residente no assentamento não fora considerada como um impedimento pelos incômodos que o aterro iria provocar-lhes fica entendido que alguém precisa absorver os passivos oriundos da necessidade de destinar de forma mais eficiente o lixo, e estes serão os mais pobres.

É claro que essa perspectiva de desenvolvimento e de resolução de um tipo específico de problema ambiental (destinação final de resíduo), orientada e apoiada pelo próprio Estado, promove uma distinção dos usos que determinados grupos fazem do território, desestabilizando, por um lado, populações tradicionais e suas formas de existência através da segregação do espaço que tende a beneficiar a reprodução de grupos capitalizados que impõem, para a implantação de seus negócios, a disponibilização de recursos naturais que possam apoiar o desenvolvimento de suas práticas em detrimento das formas reprodução social ou dos danos ambientais para as comunidades mais pobres.

Verifica-se assim a penalização de frações de classe, como ficou explicitado claramente em um dos momentos da audiência pública quando o representante da SERQUIP respondeu às colocações feitas pela deputada Ceça Ribeiro (Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa de Pernambuco):

Uma das questões que a senhora colocou foi a Cervejaria. Uma das áreas é muito próxima da Cervejaria e nós tivemos que procurar essa área a oito quilômetros. Foi uma condição que ela colocou para ser instalada no município, e a gente – como ela era uma estrutura importante para o município – não ia ser um dificultador. Então nos fomos a oito quilometro da Cervejaria (CPRH, 2005:11).

Ao longo da audiência, pelo que se apresenta na ata, nenhum interlocutor trouxe à tona o questionamento da presença do assentamento enquanto um limitador para a implantação do aterro sanitário, considerando a existência de famílias que moram nos arredores e a vitimização destas nesse processo. Não é considerado ainda que essas famílias podem se multiplicar e, aí, não será mais apenas um ou outro indivíduo a ser afetado pelo mau cheiro produzido naquela localidade.

A centralidade dos argumentos na defesa do rio Arataka deslocou, possivelmente, um aspecto pouco explorado pelo Movimento Salve as Águas do Rio Arataka que seria justamente o fato de que os moradores se sentiriam prejudicados pelos odores que o empreendimento traria e, conseqüentemente, pelas doenças respiratórias que, já o percebem algumas famílias, afetam seus filhos na fase de operação da empresa.

A defesa da natureza expressa na preocupação de contaminação dos recursos hídricos da região, externalizada em todo momento pelos participantes da audiência, deixa, portanto, em segundo plano os aspectos sociais do problema, promovendo, mais uma vez, o

esvaziamento do questionamento dos critérios político-sociais que definiram a localização do aterro e a consequente vitimização dos assentados.

Uma problematização, que ficou sem resposta, veio de um ambientalista que se expressou da seguinte forma:

Quero comparar esse projeto ao mesmo projeto que implantou as unidades penitenciárias em Itamaracá. É uma ideia que não é muito louvável. Numa área turística, implantou-se várias penitenciárias e inviabilizou-se o turismo. A mesma coisa é implantar um lixão quando o atrativo maior aqui na região é água; implantar um aterro onde o atrativo maior é água. E foi colocado no projeto que existem riscos. **E quem vai pagar esse custo?** (CPRH, 2005:12) (Grifo nosso).

Apesar de a colocação acima recair, novamente, apenas sob aspecto ambiental do problema, deixando em segundo plano a questão social, percebe-se, no entanto, que, ao se indagar sobre quem pagará os custos do risco a correr já se aponte, possivelmente, para a situação não apenas da comunidade do assentamento Ubu, mas de todos quanto se beneficiam das águas do rio Aratoca.

Como já havíamos dito anteriormente, as audiências públicas, enquanto arenas sociais em que se definem os riscos e sua aceitabilidade, são lócus privilegiados do saber técnico e dos mecanismos de silenciamento das vozes que eclodem contrárias aos interesses hegemônicos e comerciais que estão em jogo naquele momento. As formas de silenciamento vão da impossibilidade de poder se posicionar diante de argumentos que se ordenam apenas pelo crivo da técnica ao cerceamento da fala daqueles que não se convencem da exposição.

Típica situação ocorreu, nessa audiência, quando um dos assentados indaga novamente sobre os critérios de alocação do aterro e de sua possibilidade de deslocamento para outra área. A relatora da audiência o adverte e solicita que este procure outro canal para que tenha sua pergunta respondida, como se percebe na seguinte passagem: *“Isso tudo já foi respondido. Mas solicito, se o senhor tiver dúvidas, depois conversar com mais detalhamento com a CPRH sobre como se procede o licenciamento”* (CPRH, 2005:18).

Questiona-se nesse ato se a indagação do assentado não seria legítima tendo em vista que ela havia problematizado, mais uma vez, a necessidade que estes vinham apresentando de deslocar a localização do aterro para outra área em virtude do risco, já anunciado, de contaminação naquele local, se o deslocamento já havia sido feito por ocasião do pedido da cervejaria.

O efeito de todo esse procedimento sobre o licenciamento é que, embora a audiência não tenha efeito deliberativo, como dito nas primeiras páginas da ata (de audiência), as questões levantadas pelos participantes seriam consideradas na concessão da licença que seria dada através do parecer GT nº 01/07 da CPRH. O fato é que, a leitura e análise desse documento demonstram que não se fez referência a esses questionamentos em nenhuma de suas laudas, sendo, portanto, desconsideradas as colocações de alguns interlocutores naquela arena.

Por fim, percebe-se que em toda a audiência, a natureza emerge como objeto de disputa a partir de uma problemática principal: a proteção dos recursos hídricos presentes naquela região. De um lado da disputa, encontramos *o Estado*, viabilizador da obra, ao reconhecer-se incompetente para gerir a questão da destinação final de resíduos, os *empreendedores* e seus *técnicos*, que realizam o esforço para demonstrar sua capacidade técnica de administrar os riscos através das ações mitigadoras e maximizadoras dos benefícios, e, de outro, *a sociedade civil*, representada por alguns poucos indivíduos e pelos agricultores do assentamento.

Esse objeto de disputa, que, por sua vez, é tensionado exclusivamente por sua dimensão natural (a defesa do recurso hídrico), subvaloriza o caráter social presente no conflito, a saber: a destinação para a comunidade de agricultores dos passivos da atividade produzida pelo aterro.

Desse fato se despolitiza a segregação socioespacial que deixa de ser percebida pelos agricultores na constituição de seus argumentos contra a presença do empreendimento. Assim, o discurso dos próprios assentados tende a repousar sobre considerações em torno da inviabilidade do empreendimento pelos danos diretos ao aquele recurso hídrico e por extensão à comunidade.

Todavia, há de se indagar se, caso não se estivesse discutindo a constituição de uma situação de risco a esse recurso natural, a mobilização dos agricultores não seria justa. Percebe-se, nesse ínterim, que a possibilidade de esses sujeitos utilizarem como argumento a distribuição desigual de riscos e a idéia de segregação socioespacial a que estão submetidos tem sido, pouco, ou aparentemente desconsiderada.

Compreende-se, nesse caso, que o caráter da desigualdade ambiental recrudesce sobre o contexto social daqueles que se veem vitimizados pela expropriação dos recursos naturais presentes em seu território, por terceiros, ou ainda pela inviabilidade ou por incômodos que

são criados quando as atividades destes tendem a agravar as dificuldades que a comunidade encontra para dar continuidade às suas práticas sociais e garantir sua reprodução.

4.4 As representações sobre a natureza presentes no conflito

Como afirmamos anteriormente, a defesa da natureza e a denúncia do risco são um aspecto central em torno do qual gravita o conflito socioambiental instaurado com a construção e operação do aterro sanitário. Essa defesa, no entanto, se estabelece, nos diferentes estágios do litígio, através de embates que externalizam os significados atribuídos e os usos diferenciados que cada grupo faz dos recursos naturais necessários aos seus interesses no território em questão.

Isso implica dizer que o território a que essa natureza se encontra circunscrita se torna objeto de disputa quando são impostos, no caso estudado, aos assentados, efeitos socioambientais que interfiram ou alterem a forma como estes tendem a se relacionar com os recursos naturais disponibilizados naquele espaço. Ao mesmo tempo, torna-se evidente que, ao transformar as relações que essa população tem com esses recursos, um sentimento de medo e insegurança é instaurado quando um risco de contaminação do rio é percebido como ameaça ao bem-estar da comunidade.

Desse modo, pode-se pensar a defesa da natureza, de um lado, como um argumento através do qual se procura justificar a necessidade de salvaguardá-la pelos usos e significações que garantem a reprodução social de grupos locais, considerando os conteúdos socioculturais construídos ao longo de suas histórias, e, por outro, essa defesa pode ser pensada mediante a necessidade de adequação técnica para os fins demandados pelos interesses empresariais que, dispostos a ambientalizar seu discurso, procuram validar-se diante das exigências legais que se tornam impeditivas ao alcance de seus objetivos.

Mesmo que as duas formas de defesa possam ser consideradas legítimas, suas diferenças explicitam representações da natureza que se materializam ao longo do conflito pela polarização de interesses postos em questão.

Enquanto os assentados denunciam os riscos ambientais a que o rio estaria exposto, estes são maximizados, pela empresa, por conta dos benefícios que a atividade trará do ponto

de vista econômico (geração de emprego e receita para o município), ambiental (resolução dos problemas gerados pelo lixo), ao mesmo tempo que anunciam o controle sobre os impactos das atividades através de medidas mitigadoras que são definidas por parâmetros técnicos, sendo a natureza pensada a partir da previsibilidade linear de acontecimentos.

Defende-se a natureza, assim, fazendo-se apologia da necessidade do gerenciamento eficiente dos resíduos sólidos da região, embora o custo a ser pago por essa decisão política seja direcionado aos estratos sociais mais vulneráveis da população (agricultores assentados e pescadores) que, por meio de seus territórios, se tornam receptáculos dos passivos ambientais desse processo.

Noutro extremo, a defesa da natureza, externalizada na referência ao rio Arataca pelos agricultores, busca garantir a permanência de práticas sociais em que a relação com o lugar se estabelece pelo vínculo à história de luta que permitiu que os assentados, mais que um lugar para morar, encontrassem um lugar para viver.

Esses diferentes posicionamentos em torno de um mesmo objetivo conduzem a compreensão das representações da natureza que podem ser captadas ao longo do conflito. Explica Diegues (2008:65) que nas relações materiais do homem com a natureza se situa também uma dimensão não-material em que se entrecruzam três funções do conhecimento: a representação, a organização e a legitimação das relações sociais e da sociedade com a natureza.

Figura 6 – Diagrama das três funções do conhecimento quanto às relações sociedade/natureza



Fonte: Elaborado a partir das ideias de Diegues (2008).

Portanto, o conhecimento, ao se debruçar sobre o mundo material, constrói *representações* sobre este que, por sua vez influencia a forma como a sociedade busca *organizá-lo* e, conseqüentemente, tornar *legítima* a intervenção sobre ele.

Preenchido por esse entendimento, o campo ambiental comporta composições antagônicas de interesse que se confrontam tanto por meio de práticas sociais (que diferenciam estilos de vida) quanto, no plano discursivo, do significado por meio do qual essas práticas se exteriorizam (como pano de fundo de uma noção de natureza específica dotada de significações, sentidos e finalidades), ao publicizar os múltiplos atores da questão socioambiental e a tensão procedente do confronto entre diferentes perspectivas com as quais esses atores se defrontam ante à possibilidade de promover novos mecanismos de apropriação/expropriação do meio ambiente ou de reafirmar ações contra uma ordem ambiental injusta.

Nesse campo, tanto os discursos quanto as ações dos agentes dão concretude a uma determinada representação de natureza que procura se impor e torna-se válida para os demais agentes, de forma que a percepção do ambiente de certos sujeitos sociais, ao prevalecer sobre o de outros, nos proporciona as bases de explicação e entendimento das origens dos conflitos ambientais (ASCSEALD, 2010).

É assim que, no conflito aqui analisado, ao encontrarmos ações que se voltaram para a “defesa da natureza”, esta é representada ora como dimensão manipulável do meio ambiente, cujos recursos naturais podem ser apropriados em nome do bem-estar de uma sociedade genérica, ora como recurso natural de um determinado território ocupado por um grupo que reivindica para si o direito a um ambiente saudável como condição à continuidade de sua reprodução social.

Na análise dos dados, foi possível identificar duas formas de representação da natureza que, como já discutido anteriormente, campeiam em torno de uma *defesa da natureza* condicionada a finalidades distintas. Na primeira representação, a natureza encontra-se apreendida pela capacidade do discurso técnico de tomá-la enquanto objeto de domínio, o que buscaremos intitular aqui como *natureza controlada*.

Uma representação de *natureza controlada* compreende o contínuo domínio sobre os recursos naturais, respaldada numa perspectiva de ciência que justifica sua ação sobre o meio ambiente ancorada numa abordagem científica e técnica que concentra esse domínio sob a jurisdição do saber fundado nas ciências exatas, embora procure garantir a presença de

pareceres sociais em seus relatórios estes não são condicionantes das escolhas e imperativos que determinam a execução de determinada ação sobre um território.

Nesse tipo de representação a natureza é ajustada às atividades humanas que encontram no meio ambiente condições ilimitadas de intervenção sempre respaldadas na justificação de que a ciência e a técnica proverão as ações que buscaram remediar os impactos ambientais ou riscos, caso eles ocorram, principalmente quando a atividade a ser exercida goza da prerrogativa de que corrigirá práticas de mau gerenciamento da ação humana promovidas anteriormente.

Essa ação conduz inevitavelmente a uma compreensão inicial de que a obra se adequaria ao meio ambiente a partir do momento em que a legislação ambiental impõe uma avaliação do impacto ambiental como condição para o licenciamento da atividade. Todavia, como afirmamos acima, é a natureza que se ajusta á obra exteriorizando um segundo aspecto do qual a relação não-material da sociedade com a natureza preconiza: sua organização.

Dentro dessa lógica se define, portanto, que espaços devem ser preservados ao gosto e aos interesses de quem, como devem ser preservados e até onde essa preservação deve limitar interesses econômicos no processo de apropriação da natureza. A referência da adequação da natureza à obra se encontra, por exemplo, no fato de que o chorume tratado seria posteriormente lançado no rio Arataca⁶⁵, defendendo-se que a quantidade a ser lançada é inferior ao nível de vazão de água realizada pelo rio, permitindo que, por meio de cálculos matemáticos, se verificasse que o curso de água se manteria praticamente inalterado (CPRH, 2005:06).

Nessa concepção, “o meio ambiente é percebido como externalidade, paisagem que deve ser modificada e adaptada aos objetivos do projeto técnico” (ZHOURI e OLIVEIRA (2005:53). A *natureza controlada* aqui se funda na razão instrumental advinda da modernidade que inquire uma uniformização do conhecimento e do meio ambiente conduzida pelo crivo da técnica, ou seja, a natureza mecânica de que nos fala Lenoble (2002), submetida aos desejos e a vontade de alguns através da ciência.

A natureza mecânica, a que se reporta Lenoble, diferencia-se, entretanto, da *natureza controlada* a que nos referimos nesse momento. Essa segunda não se torna distinta da natureza mecânica porque deixa de pensá-la enquanto objeto de uso e interesse humano, mas

⁶⁵ Segundo a deputada Ceça Ribeiro, os técnicos do aterro haviam pensado na possibilidade de lançá-los, também, mais adiante, no Canal de Santa Cruz, como estratégia para evitar risco ao Arataca. Na sua leitura, isso seria o mesmo que “tapar um buraco e abrir outro”.

porque incorpora em seu plano discursivo a ambientalização das preocupações com o esgotamento dos recursos naturais responsáveis pelo abastecimento de energia e matéria para a manutenção dos padrões de produção e consumo da sociedade capitalista.

O terceiro momento que estabelece a visibilidade da *representação de controle* da natureza se encontra nos procedimentos de legitimização, no caso do aterro, pelos trâmites legais que o processo de licenciamento impôs (pedido de licença prévia, estudo do impacto ambiental, audiência pública, etc.). No entanto, a condução desse momento não se faz sem a tensão com outra forma de representação que se estabelece pela refutação de uma atividade que, ao ser percebida por outros agentes como desestabilizadoras de suas formas de existência, conduz ao estabelecimento de relações conflituais, pois esses atores ao se imporem como opositores, tentam ser um elemento de inibição do poder que acompanha a forma de representação que deseja se impor.

O entendimento do contexto do qual emerge a representação de natureza dos assentados não pode se fazer sem levar em conta o papel desempenhado em sua história pelos seguintes eventos:

- A) recusa da procura de áreas para reforma agrária que representassem em ameaça frações de matas na região;
- B) indignação e denúncia pela prática de extração de areia promovida por outro grupo de pessoas do assentamento;
- C) introdução da prática da agricultura orgânica em algumas parcelas;
- D) articulação de um movimento ambiental, *Salve as águas do Rio Arataca*, para denunciar os riscos da instalação do aterro sanitário nas proximidades do rio;
- E) percepção e denúncia de risco que identifica alterações no ambiente do assentamento, transmitidas, inicialmente, pelo ar e pela preocupação de que elas afetem, futuramente, também a água.

Mais que momentos estanques de manifestação e repúdio às ações que refletem aspectos da degradação ambiental ou mesmo da distribuição desigual dos passivos ambientais, eles permitem identificar o estabelecimento de uma preocupação ambiental efetiva que se torna indissociável das práticas agrícolas que, por exemplo, são desenvolvidas por esse grupo de assentados. Esses cinco eventos são fundamentais para a constituição de uma consciência socioambiental pelas lideranças e por parte de um grupo de assentados, de

modo que se exprime, também, por meio dela uma representação de natureza que buscaremos enquadrar aqui na perspectiva de *natureza efêmera* de *Holling*, citado por Adams (2009).

Essa representação entende a natureza como um sistema frágil, mas também implacável, se seus usos e manejos forem inadequados, podendo comprometer os grupos humanos que interagem com os recursos naturais encontrados no meio ambiente. As práticas dos indivíduos associadas a essa representação e ao manejo da natureza procuram definir os cuidados com a terra e invocam o princípio da precaução quando a dúvida científica se instaura na determinação dos riscos.

A evocação desse princípio tem sido, a priori, um dos argumentos de contestação utilizado pelo Movimento Salve as Águas do Rio Arataca para refutar a decisão de localização do aterro nas proximidades do rio, confirmando, conforme o parecer do Ministério Público Federal, que o desconhecimento dos resíduos industriais a serem compactados no aterro potencializa os riscos promovidos com a atividade ali desenvolvida.

A *natureza efêmera*, enquanto representação atribuída aos assentados, não se esgota na esfera do discurso que esses atores procuram fazer ecoar, ela se materializa na opção que muitos desses agricultores assumiram ao adotarem a prática de uma agricultura orgânica, mesmo cientes das dificuldades para validar essa agricultura em terras em que, há séculos, tem sido cultivada a cana-de-açúcar.

A preocupação e o cuidado com a natureza passaram a se formar por um conjunto de eventos que influíram de maneira específica nesse grupo de agricultores, como citamos anteriormente, mas também através de um processo de ambientalização dos movimentos sociais de que estes se originaram. A incorporação da variável socioambiental, a exemplo da FETAPE, é um fenômeno que começa a ganhar forma nos anos 90, década em que também ocorre o movimento de ocupação das terras do Engenho Ubu.

Como já demonstramos neste trabalho, a defesa da natureza presente nas duas representações é confrontada em termos de legitimidade em arenas em que as relações de poder são assimétricas e tendem a privilegiar o discurso e práticas dos participantes, que, possuidores de maior capital material, têm capacidade para exercer influência no ordenamento jurídico e político dos fóruns de decisão.

Portanto, cada vez mais se torna imperativo que, para suprimir as assimetrias de poder no campo ambiental do licenciamento de empreendimentos como o aqui estudado, se considerem a percepção e o conhecimento da população que interagirá diretamente com este

de maneira que se dê relevância “a importância do conhecimento prático e do conhecimento local, não apenas com respeito a uma melhor abordagem do diagnóstico ambiental, mas também no exercício da democracia na produção de conhecimento” (ALVES, s/d:13).

Se as duas formas de representação se reservam o direito de defender a natureza, em que sentido elas se diferenciam? Uma, para defender a natureza, procura promover a desigualdade distributiva dos males ambientais; a outra, busca contribuir para a reafirmação da identidade dos agricultores à medida que denuncia a imposição de alterações ambientais no lugar em que vivem.

Elas são díspares principalmente porque, no intercurso de defesa do meio ambiente, encontramos, por um lado, as condições que são impostas para que uma forma de controle seja exercida sobre a natureza (promovendo os riscos ambientais), trazendo com ela a associação ao custo da expropriação ambiental de uma fração da população. Por outro lado, a representação de *natureza efêmera* expõe a fragilidade dos recursos naturais diante dos impactos ambientais da decisão alocacional do aterro. Nesta segunda, tem-se subentendido que defender a natureza seria o mesmo que defender os recursos ambientais necessários à reprodução de práticas sociais responsáveis pela reprodução social do grupo. Assim, defender a natureza, tão frágil diante dos interesses econômicos dispostos na região, seria defender os grupos sociais que prescindem de sua existência material.

Entretanto, a limitação desse tipo de representação que denuncia a fragilidade ambiental do território pouco associa essa fragilidade a outra dimensão também delicada desse território, ou seja, o social. Isso porque no afã de buscar se estabelecer na região a empresa procurou demonstrar que os impactos diretos associados ao rio estão sob controle, o que conduziu ao esvaziamento do poder argumentativo dos assentados, que focaram muito mais sua defesa na integridade da natureza do que a ampliação da vulnerabilidade social a que estavam expostos a partir do momento em que problemas relacionados ao mau cheiro começaram a se tornar um peso na relação que estes estabeleceram com o lugar onde vivem.

4.5 E agora? Conviver com o risco?

A longa trajetória de enfrentamento do “bicho”, que se inicia em 2005, tem se estendido por 5 anos durante os quais os assentados viveram momentos de esperança e desilusão na expectativa de verem o aterro sanitário ser deslocado para longe do rio e da localidade onde vivem.

A esperança se exprimia na própria experiência de luta pela terra, que, levou os atuais assentados a encontrar um lugar para ocupar. A fé nas parcerias e nos apoios que foram se estabelecendo ao longo dos anos foi vital para a luta em defesa do rio Arataca e da preservação das amenidades rurais que caracterizam o assentamento.

Já a desilusão se instaurou quando esses agricultores verificaram que o Estado passou a favorecer os interesses da empresa nos momentos em que deixaram de ser ouvidos, ou mesmo quando a escuta serviu para ratificar um processo decisório que estava determinado na distribuição desigual de poder no campo ambiental.

O Estado, ao assumir-se publicamente como incapaz de gerenciar os resíduos sólidos da região, repassando ao setor privado o poder de determinar a solução do problema, mantém sua vigilância na dissolução das fontes de resistência ao projeto e anuência de quem pagará pelos custos ambientais decorrentes do impacto ambiental direto da atividade – os assentados.

O processo de aquiescência ao risco, promovido pela empresa, se deu motivado por dois aspectos: o primeiro pelo próprio reconhecimento do risco assumido pela empresa e o segundo, pela ponderação das ações mitigadoras desses impactos e da maximização dos benefícios enunciados em seu EIA/RIMA. Esse primeiro aspecto não significa necessariamente aceitar o risco, mas assumi-lo do ponto de vista da legislação, sendo que aqueles que resolvem assumir o risco (representantes do poder público, consorciados do aterro) não terão que suportá-lo em seu cotidiano.

Essa aceitabilidade do risco, implícita aqui, é objeto de contestação no discurso proferido por alguns representantes do poder legislativo municipal e estadual e pelos assentados organizados em torno do movimento Salve as Águas do Rio Arataca.

O reconhecimento de que os riscos existem, mas poderão ser minimizados se forem seguidas todas as recomendações presentes no EIA, constitui o outro aspecto da questão. Os benefícios (empregos) para os que vivem no assentamento atingem uma escala muito reduzida

de sujeitos e as ações mitigadoras propostas no EIA/RIMA vêm sendo negligenciadas no contato com os agricultores desde a construção do aterro.

Aceitar o risco significaria concordar que os incômodos gerados pelas atividades do aterro seriam “toleráveis” e “compatíveis” com o ambiente onde se instalou o empreendimento. No entanto, a história desse conflito socioambiental comprova que a imposição de riscos ambientais as populações pobres e com pouco poder de se fazer ouvir, nas esferas de decisão da definição de risco, confere a este tipo de empreendimento o poder de prescrever o risco aceitável, desconsiderando a percepção dos atingidos.

A aceitabilidade do risco, imposta pelo empreendimento, é definida em torno dos benefícios traduzidos para uma sociedade genérica, abstrata, destituída de padrões desiguais de apropriação dos recursos naturais engendrados de conflitos socioambientais. Apesar de os agricultores não terem conseguido frear esse processo, suas iniciativas de resistência manifestam sua luta contra a *injustiça ambiental*.

Desse modo, a percepção de risco dos assentados levou-os denunciar que é sobre sua comunidade que recaem os custos a serem pagos pelas decisões que, beneficiam muito mais os interesses privados e expropriam populações pobres das benesses produzidas pela natureza.

Isso comprova que, não se pode falar em aceitabilidade de risco quando aqueles que na verdade seriam os principais afetados por essa decisão se pronunciam como agentes de resistência à condução das políticas que dão anuência a esse processo. Assim, os portadores de risco (grupos vitimizados) formam uma categoria social que, reage aos mecanismos de injustiça ambiental, procurando evidenciar uma lógica que extrapola a racionalidade abstrata das tecnologias e das políticas ambientais na superação do problema da destinação final de resíduos que produzem passivos ambientais direcionados às populações com menor capacidade de mobilização espacial.

Essa racionalidade abstrata das tecnologias que surgem com a alcunha de “defesa da natureza” operam por uma lógica que desconhece às desigualdades sociais, raciais e étnicas que essa racionalidade produz e procura obscurecer.

No conflito entre assentados e o aterro sanitário, os agricultores se mantêm vigilantes para que nenhum dano venha a ocorrer com o rio. Todavia os efeitos dos incômodos provocados pelas atividades de confinamento do lixo já deixam claro que eles estão compulsoriamente determinados a conviver com os problemas que os afligem em vários momentos do seu dia.

A conjunção dos eventos presentes nesse conflito socioambiental aponta que novos fatos venham alimentar, de evidências, as denúncias de risco ambiental que os assentados, há muito estão convencidos de que irá ocorrer. Por enquanto, resta-lhes conviver com o risco ou manterem-se inconformados com o peso que terão que carregar nos próximos vinte anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conflito aqui analisado revela que a aplicação de políticas ambientais e as anuências dadas pelo Estado ao mercado no direcionamento de propostas e ações para resolução de problemas socioambientais deparam-se com a dificuldade de responder aos problemas e transformam-se em questões que se traduzem na distribuição desigual do acesso aos recursos naturais e no direcionamento de passivos ambientais para populações pobres.

Assim, aquilo que deveria ser concebido como um benefício à sociedade segmenta-se e uma carga desigual dos custos a serem pagos por tal resolução é transferida para os grupos mais vulneráveis e impedidos de se fazerem ouvir nos fóruns de decisão, promovendo várias situações de litígios.

Os conflitos socioambientais que resultam desse processo ratificam a necessidade de radicalização dos espaços de democracia em detrimento da eficácia técnica nas quais as respostas aos problemas socioambientais têm se pautado. Essa eficiência é demonstrada no trato da natureza e de sua adequação aos projetos econômicos que promovem o esvaziamento dos conteúdos socioculturais do ambiente, onde se executam as políticas ambientais e as ações “empreendedoras” do Estado e do setor privado.

É, pois, no âmbito de pseudoespaços democráticos, a exemplo das audiências públicas, em que diferentes agentes se reúnem para legitimar as propostas de preservação, conservação e cuidado com o meio ambiente. Nesses espaços os atores se mobilizam segundo capitais materiais e culturais distintos e as relações de poder são definidas de maneira assimétrica.

Esse fato traz sérias implicações para os que se veem afetados pelas decisões pautadas apenas interesses econômicos, pois elas podem ser traduzidas em ameaças aos territórios de determinados grupos, pelas alterações que impõem ao meio ambiente e pelas dificuldades que poderão ser sentidas quanto à manutenção de suas práticas sociais e das formas como eles se relacionam com o lugar.

No caso dos assentados do Engenho Ubu, o efeito das decisões tomadas pelo Estado implicou na mudança de comportamento diante do risco iminente de poluição do rio Arataca. O medo instaurado de que a contaminação do rio ocorra alterou hábitos locais como, por exemplo, a exploração de áreas de lazer dentro do assentamento. A possibilidade de abandono

de algumas parcelas do assentamento, pelos incômodos gerados pelo mau cheiro, acena como um dos problemas ocasionados pela instalação do aterro sanitário.

Assim, pode-se afirmar que tais pseudoespaços democráticos e os documentos que são submetidos à sua apreciação, são partes de um ensaio (encenação), mas nunca a caracterização dos propósitos democráticos a que se propõem.

Desde o momento da elaboração dos documentos (EIA/RIMA) ao evento que culmina em sua exposição à comunidade do entorno, onde o aparelho pretende se instalar, é desconsiderada como um componente ativo do estudo de impacto ambiental. A história, a percepção de risco e as relações com o território das populações locais não são problematizadas e tampouco assumidas como critério de limitação ao empreendimento com o mesmo peso que se dá aos aspectos biofísicos. Ademais, a dimensão social é tratada nesse processo com a mesma frieza técnica com a qual a natureza é condicionada aos interesses econômicos.

A análise do caso aqui apresentado demonstrou que a dimensão social da questão foi um aspecto pouco explorado nas denúncias de risco ambiental e, nas reivindicações apresentadas pelo *Movimento Salve as Águas do Rio Arataca* nos diversos momentos do conflito socioambiental.

Isso não quer dizer que os assentados do Engenho Ubu não estavam reivindicando, através do cuidado com a natureza, a observância das dimensões socioculturais que constituem aquele território. O sentido dado por eles ao lugar onde vivem expressa um componente relevante da relação afetiva com a natureza através da importância dada a terra.

Suas estratégias de luta orientaram-se pelo entendimento que *defender a natureza traria muito mais resultado que defender pura e simplesmente os agricultores*. É dessa forma que a perspectiva de risco ambiental, trazida à tona pelo movimento, denuncia a manifestação de um risco regional, caso algum dano ambiental venha a ocorrer com o rio Arataca, procurando com isso alertar a todos que direta ou indiretamente necessitam dele para sobreviver.

A magnitude do evento é um argumento presente em todo momento nos discursos dos agricultores ao procurarem alertar a população e os representantes do poder público sobre os efeitos que as atividades de operação do aterro poderão trazer não apenas para a comunidade do assentamento, mas para mais de um milhão de pessoas da Região metropolitana de Recife, que se utilizam daquela água habitualmente.

Esse recorte da luta dos assentados em relação à desativação do aterro sanitário é um aspecto importante para compreensão de como o conflito se constituiu, se considerarmos, por exemplo, a relação estabelecida entre estes e a Usina São José, consorciada do aterro, nas fases em que os agricultores eram apenas trabalhadores e desempregados à procura de um lugar para ocupar, produzir e viver.

Como demonstramos no capítulo II deste trabalho, a questão agrária perpassa a problemática socioambiental quando antigos opositores se defrontam em arenas e tempos diferentes dos de outrora. Para os assentados, portanto, a localização do aterro situa-se no mesmo patamar de interesse da usina que procurou inviabilizar a reforma agrária do engenho que posteriormente se tornou o habitat daqueles agricultores.

Não caberia apenas a esses assentados, nesse momento, defender a terra apenas como lugar de trabalho, única e exclusivamente, como ocorreu na década de 90, pois, as muitas experiências que acumularam durante esse percurso, contribuíram para ambientalização de suas práticas e de seu discurso e torna a defesa da natureza a justificação para a manutenção de sua reprodução social.

A mobilização dos assentados em torno do conflito socioambiental não pode ser analisada, em sua plenitude, no engajamento a luta, pois verificamos que, quanto mais as parcelas de determinados indivíduos se distanciavam do núcleo da contenda, menos interesses esboçavam quanto à preocupação com a problemática que atingiu mais evidentemente os agricultores localizados nas proximidades do aterro. Ainda, entre estes últimos, foi possível constatar muitas ausências em diversas fases do litígio, o que contribuiu para que outros se sentissem desencorajados a encampar também a luta.

A separação entre “os de dentro” e “os de fora” representou ainda um outro interveniente na mobilização de forças dentro do próprio *Movimento Salve as Águas do Rio Arataca*. A permanente desconfiança e a luta por espaços de poder serviram para que “os de dentro” se tornassem um grupo específico apático aos riscos, as estratégias de luta e formas de mobilização desenvolvidas pelas lideranças ao mesmo tempo que se tornaram objeto de conquista e arregimentação para a causa do movimento.

Percebemos que a história e o percurso de cada grupo se tornaram uma referência relevante para a compreensão da percepção de risco que cada um constrói diante das muitas situações que chegam a se desdobrar por ocasião da chegada do aterro às proximidades do assentamento.

Essas trajetórias contribuíram para que se verificassem vários posicionamentos diante dos riscos, sendo que, por parte dos “de dentro”, formas de ajustamento e aceitabilidade a eles conduziram a apatia em face da defesa do território. Esse fenômeno só pôde ser melhor compreendido pela falta de vínculos afetivos que esse grupo estabeleceu com a terra .

Embora a aceitabilidade do risco, assumida pelos antigos moradores do engenho, não se alinhe à perspectiva de mitigação de impactos ou à maximização de benefícios divulgada no EIA do aterro sanitário, este posicionamento contribuiu para que esses sujeitos fossem mais facilmente cooptados pela empresa em fases posteriores do conflito.

Diferentemente dos “de fora”, as terras adquiridas com a reforma agrária não representaram a possibilidade de lidar com a agricultura e, com ela, o estreitamento de relações mais afetivas dos agricultores para com a terra e os demais recursos naturais disponíveis no assentamento; ao contrário, o distanciamento permitiu que estes mantivessem uma relação de passividade diante do conflito com o aterro.

Desse modo, os posicionamentos dos diferentes atores foram analisados levando em consideração a dinâmica interna que compõe o grupo de assentados a determinarem ações de inibição, limitação ou envolvimento nas diversas fases do conflito.

A análise do conflito demonstrou que a sua dinâmica envolveu três momentos: *a fase inicial* em que os riscos são identificados e ocorrem as primeiras mobilizações dos assentados; *a fase de latência* compreendida pela desmotivação com relação à impossibilidade de desativação do aterro; *a fase de restauração* resultou da visibilidade tomada pela questão do lixo com o fechamento do lixão da Muribeca e da chegada do lixo de Recife à cidade de Igarassu. Nesta fase a mobilização realizada pelos vereadores de Igarassu para impedir que o lixo de Recife fosse condicionado no aterro de Igarassu deu novo ânimo ao movimento encampado pelos agricultores.

A ambientalização das práticas e discursos dos “de fora”, que se engajaram na luta, se construirá primeiramente na avaliação e recusa de outras estratégias de reforma agrária na região, a exemplo dos assentamentos Pitanga I e II que tiveram seu processo de ocupação iniciado pela destruição da mata. Em segundo lugar, na refutação de práticas que tornariam inviável a prática da agricultura no assentamento, como fora explicitado com o caso da extração de areia, e, por fim, no contato com a agricultura orgânica que consolida a introdução de preocupações socioambientais no cotidiano de muitas parcelas do assentamento.

É desse contexto que emerge uma representação da natureza, tida como *efêmera*, em que os assentados procuram apresentar os recursos naturais, em especial o rio Arataca, como a parte mais frágil da relação que se estabeleceu na região com a produção do lixo e dos mecanismos que se propunham a resolver a destinação final dos resíduos sólidos.

As denúncias de risco ambiental promoveram a exterioridade dessa representação quando, nas diversas arenas do conflito procurou-se acentuar os danos a que o rio poderia estar exposto e, conseqüentemente, a comunidade que necessita diretamente dele para sobreviver como os agricultores e pescadores, bem como de parte da população da Região Metropolitana de Recife. A utilização de recursos midiáticos, como o DVD que foi distribuído em muitos eventos e encaminhado às várias autoridades, expõe essa natureza frágil e uma população que carece de seus recursos para sobreviver.

Partindo do pressuposto que orientou nosso trabalho e compreendeu que *a representação de natureza presente no conflito sinaliza formas distintas de apropriação dos recursos naturais que são legitimadas em diversas arenas sociais pela indução de discursos que apregoam a defesa da natureza ancorada em distintas finalidades, o conflito socioambiental pode ser explicitado com base nos interesses e nas relações que cada grupo estabeleceu com o território.*

Ao passo que foi possível enquadrar a representação de natureza dos principais grupos do conflito – Movimento Salve as Águas do Rio Arataca e o aterro sanitário, em duas visões que coordenam as práticas e os discursos desses agentes, procuramos também entender as complementaridades que, por exemplo, existem entre as representações identificadas neste trabalho com as referências propostas na bibliografia sobre o tema.

Desse modo, enquanto definimos a representação oriunda do aterro como *Natureza controlada*, intuímos que esta se diferencia da natureza mecânica proposta por Lenoble (2002), uma vez que nela encontramos uma ambientalização de seu discurso preconizada por seus propagadores. Enquanto a representação mecânica vê a natureza como objetivo de uso e desejo do homem, a *Natureza controlada*, a que nos referimos, incorpora a preocupação ambiental, em seus múltiplos usos, a pretexto de tornar a legislação ambiental que protege os recursos naturais, na atualidade, não um impedimento às finalidades que se fazem deles, mas um determinante que viabilize sua exploração.

A representação de *natureza efêmera*, que associamos as práticas e discursos dos assentados, evidenciou uma compreensão do território em sua face mais delicada, aquela em

que o meio ambiente fornece os recursos necessários à nossa existência, no entanto, precisamos tomá-los com cuidado a fim de permitir que esta possa garantir, no futuro, os mesmos recursos de maneira sustentável.

Tais representações repousam em formulações e bases de referência que se fundam em interesses divergentes quanto aos usos que se fazem dos recursos naturais. Enquanto a *natureza controlada* evoca a eficácia técnica como forma de defesa da natureza em relação à resolução da disposição dos resíduos sólidos, a *natureza efêmera* defende-a propondo o distanciamento de atividades que possam impactá-la para além de sua capacidade regenerativa.

Nas arenas em que tais formas de representação da natureza se confrontam, as relações de poder assimétricas tendem a dar a tônica na qual se estabelece a legitimidade que valida uma e desqualifica outra. Nessas arenas em que o discurso técnico está a serviço de uma razão instrumental e dos interesses econômicos, é fácil compreender como a posição daqueles que se veem vitimizados denuncia um processo que traz em seu bojo a defesa do meio ambiente, mas esquarteja a qualidade de vida das populações que vivem de um dos recursos ambientais mais importantes dispostos em seu território.

A superposição de uma dada representação de natureza em um conflito torna explícitas as bases de apropriação desigual do meio ambiente. No caso específico do conflito socioambiental aqui analisado, padrões de reprodução da desigualdade ambiental fornecem elementos para pensarmos como a injustiça ambiental tem sido promovida no estado de Pernambuco através de mecanismos de exclusão, expropriação da natureza e da produção de riscos, destinando aos mais pobres e vulneráveis os passivos ambientais produzidos no percurso de apropriação da natureza por terceiros e em nome de interesses econômicos.

Nisso o poder público tem se mostrado eficiente, como também observou Negreiros (2008) a respeito da CPRH que, na execução da política ambiental estadual, “concentra suas atividades, respondendo aos interesses políticos no jogo das grandes políticas governamentais, na prática muito eficiente do licenciamento ambiental (p.213).

A legitimidade outorgada pelo órgão ambiental a essa representação de natureza, por meio do licenciamento, não eliminou as possibilidades de contestação que emergiam a cada momento em que uma nova situação colocava em evidência a presença do aterro sanitário na região, permitindo que o movimento de contestação à sua operação nas proximidades do rio fosse nutrida, de tempos em tempos, por cada novo fato que vinha à tona.

De modo geral, o conflito socioambiental tem servido para demarcar posições que longe de estabelecerem consensos, forjam polos de disputas em torno do campo ambiental em que a lógica do interesse privado tem acampado e se utilizado da retórica ambiental, da sustentabilidade e do cuidado com o meio ambiente para consecução de seus objetivos, esvaziando, para isso, as formas de resistência aos projetos que, para defender a natureza promovem a exclusão social ou mesmo a distribuição de passivos ambientais aos mais pobres.

Referências

ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, Henri (Org). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004a.

_____. De “bota-foras” e “zonas de sacrifícios” – um panorama dos conflitos ambientais no Estado do Rio de Janeiro. In: ACSELRAD, Henri (Org.) **Conflito social e meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará:FASE, 2004b.

_____, Justiça ambiental – ação coletiva e estratégias argumentativas. In: ACSELRAD, Henri., HERCULANO, Selene e PÁDUA, José Augusto(Orgs). **Justiça Ambiental e cidadania**. 2ª ed. Rio de Janeiro: 2004c.

_____, HERCULANO, Selene e PÁDUA, José Augusto (Orgs). **Justiça Ambiental e cidadania**. 2ª ed. Rio de Janeiro: 2004.

_____, e MELLO Cecília do A. Conflito social e risco ambiental: o caso de um vazamento de óleo na Baía de Guanabara. In: **Ecología política, naturaleza, sociedad y utopia**. Disponível em www.bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/ecologia/acselrad.pdf. Acesso em: 21 de julho de 2008.

_____, MELLO, Cecília Campello do Amaral, BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

_____, Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. In: **Revista Estudos Avançados**. Dossiê Teorias socioambientais. Universidade de São Paulo, São Paulo: IEA, volume 24, número 68, janeiro/abril 2010.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pergunta feita a várias mãos** – a experiência da pesquisa no trabalho do educador. São Paulo Cortez, 2003.

ACQUA. **Central de tratamento de resíduos – PE**. Estudo de impacto ambiental – EIA. Recife: ACQUA Engenharia Ambiental, 2005.

ADAMS, Jonh. **Riscos**. São Paulo: SENAC, 2009.

ALIER, J. Martinez. Justiça ambiental e distribuição ecológica de conflitos. In: **A Sociologia no horizonte do século XXI**. São Paulo: Boitempo. 2002.

_____. **Ecologismo dos pobres – conflitos ambientais e linguagem de valorização**. São Paulo: Contexto, 2007.

ALBUQUERQUE, Gustavo Leal de. **A reforma agrária em Pernambuco – uma análise da Zona da Mata**. Recife: Nossa Livraria, 2008.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. Assentamentos rurais e conflitos ambientais no Estado do Rio de Janeiro. In: ACSELRAD, Henri (Org.) **Conflito social e meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará:FASE, 2004.

ALVES, Josias Manoel. **Imaginário antropológico sobre a natureza**. Disponível em: http://www.cefetgo.br/natureza/disciplinas/Imaginario_antropologico_sobre_a_natureza.pdf. Acesso em: 25 de jan. 2010.

AMARAL, Vanúzia Gonçalves. **Política e resolução de conflitos urbanos: o caso do aterro sanitário de Belo Horizonte/MG**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) Pós-graduação em Ciência Política - UFMG, FAFICH. Belo Horizonte, 2006.

ANDRADE, Manoel Correia de. Oliveira & ANDRADE, Sandra Maria Correia de. **A cana-de-açúcar na região da Mata de Pernambuco: Reestruturação produtiva na área canavieira de Pernambuco nas décadas de 80 e 90: Impactos ambientais, sócio-econômico e político**. Recife: UFPE, 2001.

AUGUSTO, Lia Geraldo da Silva. Riscos ambientais em contextos sociais vulneráveis. In: **Informe Epidemiológico do SUS** 2002; 11(3): 155 - 158. Disponível em: <http://scielo.iec.pa.gov.br/pdf/iesus/v11n3/v11n3a05.pdf>. Acesso em: 18 de set 2008.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Portugal: Lisboa: Edições 70. 2002.

BECK, Ulrich. (1986) **La sociedad del riesgo – hacia una nueva modernidad**. Barcelona: Paidós, 2006.

_____. Incertezas fabricadas. Entrevista. In: **Revista do Instituto Humanitas da UNISINO – Sociedade de Risco: o medo na contemporaneidade**. Ed. 181 de 22 de mai de 2006. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/uploads/edicoes/1158345309.26pdf>. Acesso em: 16 de jan. 2009.

_____. Risco, confiança, reflexividade. In: GIDDENS, Antony, BECK, Ulrich e LASH, Scott. **Modernização reflexiva – política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: UNESP, 1997a.

_____. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, Antony, BECK, Ulrich e LASH, Scott. **Modernização reflexiva – política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: UNESP, 1997b.

_____. A ciência é a causa dos principais problemas da sociedade industrial. Entrevista concedida a Antoine Reverchon, do Jornal Le Monde, **Folha de São Paulo**, 20 nov 2001. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/folha/ciencia/ult306u5358.shtml. Acesso em 12 abr. 2008.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. **A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números**. Revista Estudos Avançados. [online]. 1997, vol.11, n.31, pp. 37-49. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141997000300003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 12 nov. 2009.

BERNARDO, Fátima (1997). **Percepção pública de risco e planos de intervenção**. Disponível em: http://www.dha.lnec.pt/nti/english/studies/FLOOD_RISK/textos/pdf/ActasJT/FatimaBernardo.pdf. Acesso em: 12 de jul. 2009.

BERNSTEIN, Peter, L. **Desafio aos deuses: a fascinante história do risco**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. 22ª reimpressão.

BRASIL. Ministério Público Federal. ISMAIL, Mona Lisa Duarte Abdo Aziz. **Peças de informação nº 1.26.000.003022/2007-44**: Promoção de declinação de competência nº 89/2009. Disponível em: <www.prpe.mpf.gov.br/internet/content/download/.../3022-2007-44.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2009

BRÜSEKE, F. J. Risco social, risco ambiental, risco individual. In: **Revista Sociedade & Meio Ambiente**. Campinas, v. 1, n. 1, p. 117-134, 1997.

BRUSADIN, Mauricio Benedini. **Análise de instrumentos econômicos relativos aos serviços de Resíduos Sólidos Urbanos**. 2003. f. 167. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil), Pós-graduação em Engenharia Civil. Universidade Federal de São Carlos. CCET. São Paulo. 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas – sobre a teoria da ação**. 7ª ed. São Paulo Papirus: 1996.

_____. **Coisa ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **O poder simbólico**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. (2002) **O "Ambiental" como valor substantivo: uma reflexão sobre a identidade da EA**. Disponível em: <http://homologa.ambiente.sp.gov.br/EA/adm/admarqs/IsabelCarvalho.pdf>. Acesso em: 12 jan 2007.

_____. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CARRAZONE, Verônica. **Assentamento da reforma agrária: quando moradores e acampado se encontram**. 2004. 95 fl. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Pós-graduação em Sociologia - UFPE, CFCH. Recife, 2004.

CASTIEL, Luiz David. Lidando com o risco na era midiática. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza e MIRANDA, Ary Carvalho de (orgs.) **Saúde e ambiente sustentável: estreitando nós**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2002.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. *El Medio ambiente* como objeto de las Ciencias Sociales: análisis basado en los estudios de la globalización de los sistemas agroalimentarios. In: BENDINI, Mônica, CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa *et. Al*. **El campo em la sociologia actual: uma perspectiva latinoamericana**. Buenos Aires: La Colmena, 2003.

_____. Globalizando la agricultura y reinventando lo local. Homogeneización, conflictos e identidades. In: CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa e NEIMAM, Guillermo. **Acerca de La globalización em La agricultura** - territórios, empresas y desarrollo local en América Latina. Buenos Aires: Fund. Centro Integral Comunicación, Cultura e Sociedad – CICCUS, 2005.

CPRH - Companhia Pernambucana do Meio Ambiente. **Diagnóstico Socioambiental do Litoral Norte de Pernambuco**. Recife, [s.n], 2003. 214p.

_____. **Parecer GT nº. 01/2007** do processo número 8.653/05.

_____. **Ata da audiência pública sobre a Central de Tratamento de Resíduos Sólidos de Pernambuco da SERQUIP**. 20 de dezembro de 2005.

_____. Sociedade discute aterro sanitário em audiência pública. **Jornal do CPRH**. Dez de 2005. Disponível em: <http://www.cprh.pe.gov.br/downloads/jornal6-2.pdf>. Acesso em 20 de maio de 2008.

CRESPO, S. (Coord.). **O que os brasileiros pensam sobre a biodiversidade?** Rio de Janeiro: ISER/VOX POPULI, 2006. Disponível em: <www.mma.gov.br/estruturas/ascom_boletins/arquivos/pesquisa_sobre_biodiversidade.pps>. Acesso em: 05 jul. 2007.

DAGNINO, Ricardo de Sampaio., JUNIOR, Salvador Carpi. Risco ambiental: conceitos e aplicações. In: **Revista de climatologia e estudos da paisagem**. n.2 julho/dezembro/2007. Disponível em: <http://cecemca.rc.unesp.br/ojs/index.php/climatologia/article/viewPDFInterstitial/1026/958>. Acesso em 30 de jun 2008.

DAMATTA, Roberto. Em torno da representação de natureza no Brasil: pensamentos, fantasias e divagações. In: DAMATTA, Roberto. **Conta e mentiroso – sete ensaios de antropologia brasileira**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social**. 7ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **O mito moderno da natureza intocada**. 6ª Ed. São Paulo: HUCITEC: NUPAUB – USP/CED, 2008

DOUGLAS, Mary., WILDAVSKY, Aaron. **Risk and culture – An essay on the selection of technological and environmental dangers**. Berkeley: University of California Press, 1982.

EIGENHEER, Emílio Maciel. **Lixo, vanitas e morte – Considerações de um observador de resíduos**. Niterói: EDUFF, 2003.

FICHER, Daniela., GUIMARÃES, Lia Buarque de Macedo. Percepção de risco e perigo: um estudo qualitativo. In: **VI Congresso Latino-americano de Ergonomia**. Pernambuco: Recife, 2002. Disponível em: <http://www.producao.ufrgs.br/arquivos/arquivos/045.pdf>. Acesso em: mai 2007.

FREITAS, Carlos Machado de., GOMES, Carlos Minayo. Análise de riscos tecnológicos na perspectiva das ciências sociais. In: **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, vol. III (3)Nov. 1996 -Feb. 1997.

FREITAS, Carlos Machado de. A contribuição dos estudos de percepção de risco na avaliação e gerenciamento de riscos relacionados aos resíduos perigosos. In: SISINNO, Cristina Lúcia Silveira e OLIVEIRA, Rosália Maria de. (Org.) **Resíduos sólidos, ambiente e saúde: uma visão multidisciplinar**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2000.

FERREIRA, João Alberto. Resíduos sólidos: perspectivas atuais. In: SISINNO, Cristina Lucia Silveira (Org). **Resíduos sólidos, ambiente e saúde: uma visão multidisciplinar**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2000.

FOLADORI, Guillermo. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas: Editora da UNICAMP, São Paulo:Imprensa Oficial, 2001.

FOLHA DE PERNAMBUCO. **Aterro sanitário motiva protesto**. Recife, 19 de julho de 2006.

GERHARDT, Cleyton Henrique e ALMEIDA, Jalcione. A dialética dos campos sociais na interpretação da problemática ambiental: uma análise crítica a partir de diferentes leituras sobre os problemas ambientais. In: **Revista Ambiente & sociedade**. Vol. VIII n°. 2 jul/dez 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v8n2/28605.pdf>. Acesso em: 02 jan 2008.

GIULIANI, Gian Mario & GUARANÁ DE CASTRO, Elisa. Recriando espaços sociais: uma análise de dois assentamentos rurais no Estado do Rio de Janeiro. In: **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, 6, julho 1996, 138-169. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/seis/giulian6.htm>. Acesso em 11 nov. 2009.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (dês) caminhos do meio ambiente**. 11ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

GOULD, Kenneth A. Classe social, justiça ambiental e conflitos políticos. In: ACSELRAD, Henri., HERCULANO, Selene e PADUA, José Augusto(Orgs). **Justiça Ambiental e cidadania**. 2ª ed. Rio de Janeiro: 2004.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

_____. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: GIDDENS, Antony, BECK, Ulrich e LASH, Scott. **Modernização reflexiva – política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: UNESP, 1997.

_____. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro; Zahar, 2002.

_____. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GUIVANT, Julia. A trajetória das análises de risco, da periferia ao centro da teoria social. In: **Revista brasileira de informações bibliográfica em Ciências Sociais**, ANPOCS, n°. 46, 1998a.

_____. A agricultura sustentável na perspectiva das Ciências Sociais. In: VIOLA, Eduardo. Et. Al. **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania** - desafios para as Ciências Sociais. 2ª Ed. São Paulo: Cortez; Florianópolis: UFSC, 1998b.

_____. Reflexividade na sociedade de risco: conflito entre leigos e peritos sobre os agrotóxicos. In: HERCULANO, Selene (Org.) **Qualidade de vida e riscos ambientais**. Niteroi: Editora da UFF, 2000. Disponível em: <http://www.iris.ufsc.br/pdf/reflexividad%20na%20sociedade%20de%20risco.PDF>. Acesso em 19 dez. 2008.

_____. Contribuições da Sociologia Ambiental para os debates sobre desenvolvimento rural sustentável e participativo. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ. N° 11, outubro de 2002.

HANNINGAN, John. **Sociologia ambiental**. RJ: Petrópolis, Vozes: 2009.

HERCULANO, Selene (2000). **Sociologia Ambiental: origens, enfoques metodológicos e objetos**. Disponível em: <http://www.uff.br/lacta/publicacoes/pgcarev.htm>. Acesso em 02 jun 2008.

_____. Riscos e desigualdade social: a temática da Justiça Ambiental e sua construção no Brasil. **Anais I Encontro Anual da ANPPAS 2002**. São Paulo: Indaiatuba Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/teoria_meio_ambiente/Selene%20Herculano.pdf. Acesso em 04 fev 2008.

HISTÓRIA DO ASSENTAMENTO UBU. Livro I, Goiana, 1999. Mimeografado.

HOBSBAWN, Eric. **A Era dos Extremos.- O breve século XX 1914-1991**. 2ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

INVENTÁRIO estadual de resíduos Sólidos Industriais – Pernambuco. Recife: CPRH/PNMA, 2003.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa **Nacional de Saneamento Básico** – **2000, 2002**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pnsb>>. Acesso em 28 jan 2009.

JACOBI, P. F. N Roberto (Coord.) **Diagnóstico de conflitos sócio-ambientais na cidade de São Paulo**. Cadernos CEDEC nº 45. Centro de Estudos de Cultura Contemporânea. São Paulo, 1995.

JOLLIVET, Marcel. A “vocação atual” da sociologia rural. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ. Nº 11, novembro 1998.

JORNAL DO COMMERCCIO. Ciência e Meio ambiente – Hidrologia. **CPRH tem plano para proteção do Aquífero Beberibe..** Recife, 16 de outubro de 2001. Disponível em: http://www2.uol.com.br/JC/2001/1610/cm1610_1.htm. Acesso em 08 de jul 2009.

_____. Cidades. **Bastidores de uma guerra**. Recife, 7 de agosto de 2009.

_____. Cidades. **Recife ignora decisão de Igarassu**. Recife, 29 de agosto de 2009.

JUCÁ, José Fernando Thomé. *Et al.* **Diagnóstico de resíduos sólidos no Estado de Pernambuco**. 28º Congresso Interamericano de Engenharia Sanitária e Ambiental. 2002. Disponível em: <http://www.bvsde.paho.org/bvsaidis/mexico26/iv-037.pdf>. Acesso em 01 de Out 2008.

JÚNIOR, Mario Roberto Attanasio e ATTANASIO, Gabriela Müller Carioba. **Análise do princípio da precaução e suas implicações no estudo de impacto ambiental**. Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT09/grabriela.pdf. Acesso em 13 de mar 2009.

L’ESTOILE, Benoit de., SIGAUD, Lygia. **Ocupações de terra e transformações sociais**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. 4ª ed. Revista. São Paulo: Cortez, 2007.

LENOBLE, Robert. **História da idéia de natureza**. Portugal: Lisboa, Edições 70, 2002.

LITTLE, Paul E. **A etnografia dos conflitos sócio-ambientais: bases metodológicas e empíricas**. Anais do II Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade - ANPPAS. Indaiatuba- SP, Maio de 2004. Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT17/gt17_little.pdf. Acesso em Jul. de 2008.

LIMA, Maria do Socorro de Abreu e. **Construindo o sindicalismo rural – lutas, partidos, projetos**. Recife: Editora da UFPE: Editora Oito de Março, 2005.

LEITE LOPES, José Sergio *et al.* **A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004.

LEITE LOPES, José Sergio. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre os dilemas da participação. In: **Revista Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 12, n. 25 p. 31-64, jan/jun 2006.

LUDWIG, Márcia Pinheiro. Para além da paisagem: a modernidade que ameaça submergir o lugar. In: ROTHMAN, Franklin Daniel. **Vidas alagadas – Conflitos socioambientais, licenciamento e barragens**. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2008.

MARTINS, José de Souza. **A chegada do estranho**. S. Paulo: Editora Hucitec, 1993.

_____. **O futuro da Sociologia Rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural**. *Estud. av.* [online]. 2001, vol.15, n.43, pp. 31-36. ISSN 0103-4014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000300004&script=sci_arttext. Acesso em: 12 de set.2007.

MAY, Tim. **Pesquisa Social – Questões, métodos e processos**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed. 2004.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de.; LEITE, Sergio. **Assentamentos rurais - mudança social e dinâmica regional**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

MELLO, Gustavo. **Notas sobre o gerenciamento de resíduos sólidos urbanos no Brasil**. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set2705.pdf. Acesso em 13 de Jan 2008.

MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: Movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MENEZES, Thereza. Produzindo um território protegido: novas formas de delimitação de fronteira e regulação de conflitos a partir dos usos da legislação ambiental em três municípios da Zona da Mata de Pernambuco. In: **XXII Reunião Brasileira de Antropologia**. Fórum de Pesquisa 3: “Conflitos Socioambientais e Unidades de Conservação”. Brasília, julho de 2000.

MOVIMENTO SALVE AS ÁGUAS DO RIO ARATACA (Brasil) (Ed.). **Salve as águas do Rio Arataca**. Disponível em: <<http://groups.google.com/group/salvemasaguas>>. Acesso em: 09 mar. 2008.

NEGREIROS, Emilio de Britto. **Natureza mínima – Política ambiental e unidades de conservação em Pernambuco: um estudo sobre a Estação Ecológica de Caetés e a Área**

de Proteção Ambiental do Engenho Uchoa. Tese de doutorado em Sociologia, Recife, UFPE, 2008.

NEVES, Oseias Carmo., SANTOS, Irenilda Ângela dos (2010). **A tecnificação das audiências públicas como espaço de precarização da participação social.** In: www.consad.org.br/sites/1500/1504/00001890.pdf. Acesso em 16 de abr. 2010.

NOTA CIDADÃ. **Agricultores participam da IV Semana Nacional de Alimentos Orgânicos.** Disponível em: http://notacidade.blogspot.com/2008_05_01_archive.html. Acesso em 12 de fev. 2009.

NEVES, Fabio de Oliveira e MURATORI, Ana Maria. A Geografia do lixo: dos espaços de rejeição aos espaços de proximidade. In: **Resumos do VII Seminário Interno de Pós-Graduação em Geografia.** Disponível em: www.ser.ufpr.br/geografar. Acesso em 12 nov 2009.

O RIO ARATACA PEDE SOCORRO. DVD produzido pelo movimento Salve as águas do Rio. Coordenação José Mascena. Igarassu, 2009. 1 DVD (12min52seg.).

OLIVEIRA, Isabel Pereira de. **Lixo na Escada: Um estudo sobre a gestão municipal de resíduos sólidos.** 2006. 108 fl. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental). Departamento de Análise Ambiental, UFF, Niterói, 2006.

OLIVEIRA, Sonia Maria C. de.(2004) Conflitos ambientais e lutas simbólicas. In: **VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais.** Disponível em: www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/soniaOliveira.pdf. Acesso em: 24 fev 2008.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva.** São Paulo: Edusp, 2000.

PERES, Frederico. **Onde mora o perigo? O processo de construção de metodologia de diagnóstico da percepção de risco no trabalhador rural.** Tese de Doutorado. Faculdades de Ciências Médicas, UNICAMP. 2003.

_____. Onde mora o perigo? Percepção de risco, ambiente e saúde. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza e MIRANDA, Ary Carvalho de (orgs.) **Saúde e ambiente sustentável: estreitando nós.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2002.

_____; ROZEMBERG, Brani e LUCCA, Sérgio Roberto de. **Percepção de riscos no trabalho rural em uma região agrícola do Estado do Rio de Janeiro, Brasil: agrotóxicos, saúde e ambiente.** *Cad. Saúde Pública* [online]. 2005, v. 21, n. 6, pp. 1836-1844. ISSN 0102-311X. Disponível em: <http://www.scielo.org/pdf/csp/v21n6/23.pdf>. Acesso em 13 de fev 2008.

PERNAMBUCO. **Lei n. 9931 de 31 de dezembro de 1986.** Define como áreas de proteção ambiental as reservas biológicas constituídas pelas áreas estuarinas do Estado de Pernambuco.

PORTILHO, Fátima. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania.** São Paulo: Cortez, 2005.

PORTO, Marcelo Firpo. **Por uma ecologia política dos riscos – princípios para integrarmos o local e o global na promoção da saúde e da justiça ambiental.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

_____. Saúde pública e (in) justiça ambiental no Brasil In: ACSELRAD, Henri., HERCULANO, Selene e PADUA, José Augusto(Orgs). **Justiça Ambiental e cidadania**. 2ª ed. Rio de Janeiro: 2004.

_____. **Conflitos socioambientais na lógica da justiça ambiental**. Disponível em:<http://www.fase.org.br/projetos/clientes/noar/noar/userfiles/17/file/conflitosocioambientais.pdf>. Acesso em 23 de mar 2007.

RAMALHO, Cristiano Wellington N. **Ah, esse povo do mar! Um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana**. São Paulo: Polis: Campinas, SP: CERES, 2006.

RIBEIRO, Bruno. **Azucar-amargo**. Entrevista concedida a Gerardo Iglesias, (27 de abril de 2004). Disponível em: <http://www.rel-uita.org/agricultura/azucar-amarga-por.htm>. Acesso em 13 de ago de 2007.

RIBEIRO, Darcy. **O processo civilizatório**. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 1979.

ROSA, Marcelo. As novas faces do sindicalismo rural brasileiro: a reforma agrária e as tradições sindicais na zona da Mata de Pernambuco. In: **DADOS – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, Vl. 47, nº. 3, 2004.

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais rurais e meio ambiente. In: SCHERER-WARREN, Ilse. **Rede de movimentos sociais**. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2005.

SIGAUD, L. **Greve nos engenhos**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

SILVA, Tarcísio Augusto Alves da. Racismo ambiental e ação sindical no campo: o caso do Engenho Ubu em Igarassu-Pernambuco. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 6.,2008, Brasília. **Anais...**Brasília:ANPPAS, 2008.

SÍNTESE DO RELATÓRIO DOBRIS. Disponível em: <http://www.eea.europa.eu/pt/publications/92-827-5122-8/page014.html>. Acesso em 12 de set. 2008.

SISINNO, Cristina Lucia Silveira e OLIVEIRA, Rosália Maria de. Impacto ambiental dos grandes depósitos de resíduo urbanos e industriais. In: SISINNO, Cristina Lucia Silveira (Org). **Resíduos sólidos, ambiente e saúde: uma visão multidisciplinar**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2000.

TUAN, Yi – Fu. **Espaço e lugar – a expectativa da experiência**. São Paulo: DIFEL, 1983.

_____. **Paisagens do medo**. São Paulo: UNESP, 2005.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. CPDA, UFRJ. Nº 15, outubro 2000: 87-145.

_____. “Morar e trabalhar”: o ideal camponês dos assentados de Pitanga (estudo de caso no Nordeste). In: MARTINS, José de Souza., *et al.*. **Travessias: estudo de caso sobre a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

_____. Olhares sobre o “rural” brasileiro. In: **Revista Raízes**. PB: Campina Grande: UFC, Vol. 23, N°s 01 e 02, jan.–dez./2004a.

_____. Identidade social e espaço de vida. In: WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel (Org.) **Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais no Nordeste brasileiro**. São Paulo: Polis; Campinas, SP: Ceres, 2004b.

TORRES, Filipe Dantas e FILHO, Sinval P. Brandão. Geográfica da leishmaniose visceral Expansão no Estado de Pernambuco. **Rev. Soc. Bras. Med. Trop.** Uberaba, v.39, n. 4, agosto 2006. Disponível a partir do <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0037-86822006000400007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 11 de julho de 2010.

TRIBUNA POPULAR. **Lixão de Muribeca fecha as portas**. Cabo de Santo Agostinho (PE), ano 03, n. 138. 18 a 24 de julho de 2009.

KIYOTA, Norma (2004). **A relação homem e natureza e a mediação entre os saberes dos técnicos e dos agricultores**. (s/d) Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/12/13P557.pdf>. Acesso em 20 de jan. 2009.

VASCONCELOS, Maria Drosila. PIERRE BOURDIEU: A HERANÇA SOCIOLOGICA In: **Revista Educação & Sociedade**, ano XXIII, n. 78, Abril/2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n78/a06v2378.pdf>. Acesso em: 05 de maio de 2008.

VEYRET, Yvette (Org.). **Os riscos – o homem como agressor e vítima do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2007.

ZAIDÁN, M. Fundamentos Sociofilosóficos da Questão Ambiental. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, n. 4, Jul. pp.126-129. 1995.

ZHOURI, Andrea., LASCHEFSKI, Klemens, e PAIVA, Angela. Uma sociologia do licenciamento ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais. In: ZHOURI, Andrea., LASCHEFSKI, Klemens e PEREIRA, Doralice. (Orgs.) **A insustentável leveza da política ambiental – desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ZHOURI, Andréa e OLIVEIRA, Raquel. Paisagens industriais e desterritorialização de populações locais: conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos. In: ZHOURI, Andréa; LANCHEFSKI, Klemens e PEREIRA, Doralice Barros (Orgs) **A insustentável leveza da política ambiental – desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 20005.

ZHOURI, Andrea., LASCHEFSKI, Klemens, e PEREIRA, Doralice. Desenvolvimento, sustentabilidade e conflitos socioambientais. In: ZHOURI, Andrea., LASCHEFSKI, Klemens e PEREIRA, Doralice. (Orgs.) **A insustentável leveza da política ambiental – desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ZHOURI, Andrea., ROTHMAN, Franklin., Assessoria ao Atingidos por Barragens em Minas Gerais:Desafios, limites e potenciais. In: ROTHMAN, Franklin (Edit). **Vidas alagadas – conflitos socioambientais licenciamento e barragens**. Viçosa, MG:Ed. UFV, 2008.

ANEXOS

ANEXO A – Edital de divulgação do RIMA do aterro sanitário

EMPREENDIMENTO: CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE PERNAMBUCO - PROCESSO N° 8.653/05.

Publicação: Diário Oficial do Estado de Pernambuco e Jornal do Commercio. Em 30.09.05 e 01.10.05, respectivamente.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE

AGÊNCIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - CPRH

CNPJ. Nº 06.052.204/0001-52

EDITAL DE DIVULGAÇÃO

A AGÊNCIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - CPRH, torna público que se encontra disponível para consulta em sua Biblioteca, sito à Rua Santana, nº 367, Casa Forte, Recife, neste Estado, e na Sede da Prefeitura do Município de Igarassu, o Relatório de Impacto Ambiental -RIMA do empreendimento “CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE PERNAMBUCO”, de responsabilidade da SERQUIP – Serviços, Construções e Equipamentos Ltda, pretendido para implantação em terreno da Usina São José, Zona Rural do Município de Igarassu, na margem esquerda da BR-101, estendendo-se até às proximidades do Rio Arataca, ficando a partir desta data estabelecido o prazo de 45 dias para o recebimento de comentários relativos ao RIMA e das solicitações de Audiência Pública.

Recife, 30 de setembro de 2005.

TITO LÍVIO DE BARROS E SOUZA

Diretor Presidente

ANEXO B – Lei sobre disposição final de resíduos sólidos do município de Igarassu posta em votação para alteração pelos vereadores para revogação do parágrafo 4º.



Lei n.º 2.584/2006

Dispõe sobre a implantação de empreendimentos para destinação final de resíduos sólidos, líquidos e pastosos de origem urbana, industrial, rural ou comercial no Município de Igarassu.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IGARASSU – PE.
FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU APROVOU E EU SANCIONO A
SEGUINTE LEI:**

Art. 1º. Fica regulamentada a implantação de empreendimentos para destinação final de resíduos sólidos, líquidos e pastosos de origem urbana, industrial, rural ou comercial no município de Igarassu.

Art. 2º. Os empreendimentos em referência, obrigatoriamente, deverão contar com anuência do Poder Executivo Municipal, que analisará os aspectos ambientais, urbanísticos, sociais e econômicos da área a ser utilizada.

Art. 3º. Todas as etapas do licenciamento ambiental deverão ser cumpridas durante o processo de implantação do empreendimento.

Parágrafo único. As licenças ambientais deverão ser emitidas pelos órgãos de controle ambiental estadual, sem prejuízo de outras instâncias legais.

Art. 4º. Ficam os empreendimentos aqui referidos, uma vez aprovados pelos órgãos de controle ambiental, autorizados a receber resíduos de outras localidades, até o limite de sua capacidade operacional, estabelecida no licenciamento ambiental.

Parágrafo único. Poderá o Poder Executivo Municipal estabelecer obrigações de caráter compensatório em caso de possíveis danos causados pelos referidos empreendimentos às vias urbanas municipais em razão do transporte de cargas para o mesmo, sob pena de cassação da licença de funcionamento por ventura concedida.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 6º. Revogam-se às disposições em contrário

Igarassu, 16 de março de 2006.

PREFEITO

(a) SEVERINO DE SOUZA SILVA

» AMEAÇA DE POLUIÇÃO

Trabalhadores protestam contra aterro

Rodrigo Lôbo/JC Imagem

Trabalhadores rurais do Assentamento Ubu, no município de Igarassu, no Grande Recife, fecharam por três horas, na manhã de ontem, a chave de distribuição de água da adutora Arataca, interligada ao Sistema Botafoço, responsável pelo abastecimento dos municípios de Olinda, Paulista e Abreu e Lima. A Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa) comunicou que a população não chegou a ser prejudicada. Os manifestantes protestaram contra a futura instalação do aterro sanitário de Igarassu, em terras cedidas pela Usina São José, vizinho às parcelas do assentamento. Os agricultores, que plantam macaxeira, melancia, feijão, milho, abacaxi e batata, temem poluição generalizada da produção.

O protesto teve início às 8h. Havia apenas um vigia na Estação Elevatória de Tratamento D'água (ETA) de Arataca. Não houve nenhum tipo de resistência. Os agricultores entraram calmamente e fecharam o registro para interromper o escoamento da água.

O chefe da divisão de Produção do Sistema Botafoço, Pedro Barros, esteve no local e conseguiu fechar um acordo com os trabalhadores. Na próxima terça-feira, uma comissão de agricultores vai se reunir com o prefeito de Igarassu, Severino de Souza. Iniciadas há um ano, as obras do



SEM ÁGUA A chave de distribuição da adutora Arataca foi fechada

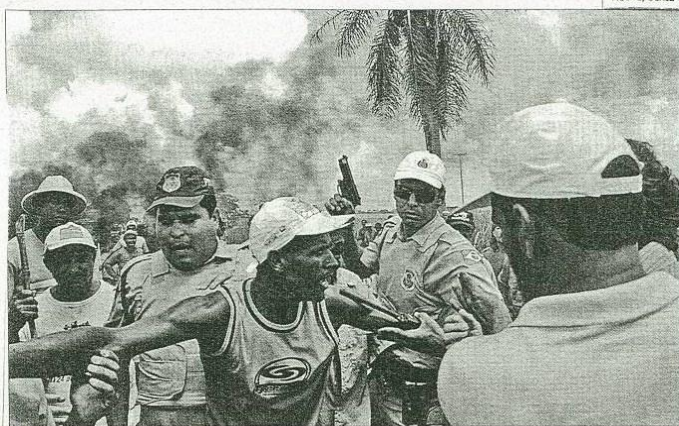
aterro sanitário de Igarassu chegaram a ser paralisadas. Há 20 dias, as ações foram retomadas. O poder municipal informou que, no encontro, vai esclarecer todas as dúvidas dos assentados.

A agricultora Dulcinéia Cavalcanti, que tem uma parcela de terra no Assentamento Ubu, informou que o aterro sanitário também vai prejudicar os mananciais da região. “Temos um nascedouro de água aqui no assentamento. Muita gente vai ser prejudicada. Não sei como os órgãos públicos aprovam um aterro sanitário ao

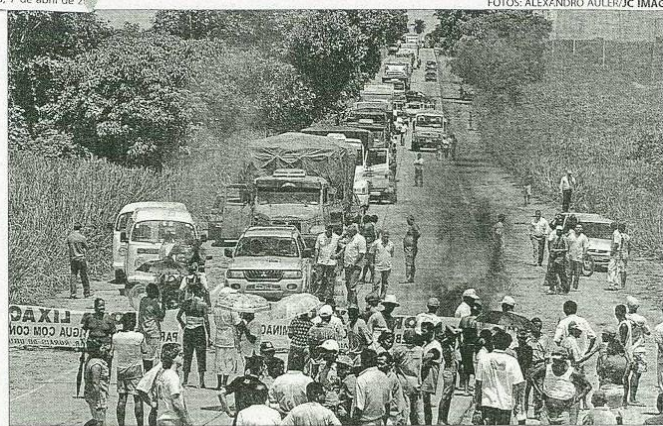
lado de plantações. Daqui, tiro o meu sustento e dos meus filhos. Isto tudo está em risco”, disse.

O agricultor Marinaldo Luiz da Silva explicou que há muitos pescadores na região. “O impacto de um aterro sanitário aqui é enorme. Não são apenas os assentados que serão prejudicados. Aqui na região existem vários pescadores. Com os rios contaminados, os peixes vão morrer e as pessoas não vão ter como sobreviver”, explicou. Os trabalhadores rurais informaram que novos protestos não estão descartados.

ANEXO D – Jornal do Commercio – Recife 07 de abril de 2006 - Cidades



TUMULTO Policiais tiveram que agir para afastar manifestantes de motorista que tentou furar o bloqueio



TRANSTORNO Manifestação provocou fila de mais de três quilômetros e só terminou um longo tempo depois

PROTESTO PÁRA BR-101 POR 2 HORAS

MANIFESTAÇÃO Integrantes do assentamento em Igarassu exigem interrupção de obra do aterro sanitário. Eles temem que o Rio Arataca seja poluído

Um protesto de trabalhadores rurais fechou, ontem, por volta das 10h30, a BR-101 Norte próximo ao quilômetro 28, no município de Igarassu, Região Metropolitana do Recife (RMR). Os cerca de 70 manifestantes, que integram o assentamento Ubu, exigem a interrupção das obras do aterro sanitário do município, que segundo eles ameaça poluir o Rio Arataca, que corta o acampamento.

Por conta disso, o trânsito na rodovia ficou parado por quase duas horas, irritando os motoris-

tas. Ao tentar furar o bloqueio, um condutor chegou a ser cercado por manifestantes, criando um princípio de tumulto. A confusão foi controlada por policiais rodoviários que acompanharam toda a manifestação. O protesto acabou formando uma fila de veículos com mais de três quilômetros nos dois sentidos e só terminou quase duas horas depois com a promessa de reunião com secretários municipais de Igarassu.

Segundo Severino Raimundo, vice-presidente da Associação dos Produtores Rurais do

Assentamento Ubu, ligado ao Sindicato Rural de Goiana, a área está sendo explorada pela iniciativa privada para a construção de um aterro sanitário. "Nosso medo é que essa obra está a menos de 500 metros do rio. Com a chuva, a água que sai do depósito escorre direto para a margem, poluindo a água", conta ele. O Rio Arataca alimenta o Sistema Botafogo, que abastece toda a Zona Norte da RMR. No local, já existe um depósito de lixo, que é usado pela Prefeitura de Igarassu.

A entidade também reclama

que não foi consultada para a construção do aterro sanitário e que a obra tem prejudicado a venda de produtos. "Já perdemos de vender nossa lavoura porque a nossa água está poluída. Ninguém quer comprar nada daqui", revela João Antônio Nascimento, membro da diretoria da associação.

No começo da tarde, representantes da prefeitura estiveram no local e agendaram uma reunião, hoje, para discutir o caso.

De acordo com a Agência Estadual de Meio Ambiente e Re-

ursos Hídricos (CPRH), a obra ainda não está licenciada para funcionar. "A empresa já conseguiu a Licença Prévia, mas ainda falta as de Instalação e de Operação. Qualquer atuação no local está proibida e pode inviabilizar o projeto final", explica o gerente de Controle Ambiental do órgão, Geraldo Miranda.

O órgão informa ainda que incentiva a construção de aterros sanitários, pois, diferentes dos chamados lixões, esses não trazem impacto negativo para o meio ambiente. "Temos proble-

mas com o destino do lixo de diversos municípios do Estado e essa obra vai trazer mais benefícios para a comunidade. A intenção é substituir o depósito atual", comenta Miranda.

Ex-proprietária do terreno onde o aterro deverá ser construído, a Usina São José argumenta que a construção não é de sua responsabilidade. Segundo Frederico Petribu, diretor da usina, a empresa à frente da obra é Central de Tratamento de Resíduos (CTR). Até ontem à noite ninguém da CTR foi localizado pela reportagem.

ANEXO E – Parte do abaixo assinado encaminhado pelos assentados às autoridades

NÓS TRABALHADORES RURAIS DO ENGENHO UBU PERNAMBUCO ASSENTADOS DESDE 1995, HOJE TEMOS APROXIMADAMENTE 300 FAMILIAS PRODUZINDO ALIMENTOS PARA SUBSISTÊNCIA E ABASTECENDO AS FEIRAS DA REGIÃO. VIMOS GENTILMENTE SOLICITAR PROVIDENCIAS PARA PARALISAR A OBRA DO ATERRO SANITARIO PRIVADO NO MUNICIPIO DE IGARASSU E A RETIRADA IMEDIATA DO LIXÃO EXISTENTE NA MESMA ÁREA. PORTANTO SE FAZ NECESSÁRIO A INTERVENÇÃO DO MINISTERIO PUBLICO DE PERNAMBUCO, CPRH, IBAMA, INCRA E SECRETARIA DE RECURSOS HIDRICOS.

NOME	N.º DA PARCELA
Paulo Roberto	
Sebastião do Patinho	
José Zequinim da Silva Filho	96
Maria Pereira da Silva	95
João Paulo Subscrito	44
Adilson Sambr S das Sotas	96
João Antunes Maciel	44
Almeida Maciel	84
Edson de Souza	147
Maria da Conceição da Silva	
Rosângela Moraes da Conceição Silva	146
Marylene Moraes da Conceição	06
Luiza Oliveira Bzeiro	152
Almeida Ferreira da Silva	152
Rapella Oliveira Bzeiro	152
Jasidene dos Santos Barreto	147
Emilene Santos de Sousa	147
Marcia Joana dos Santos	147
José Mendes da Silva Júnior	147
Gabriela Francisca das Neves	157
Graciela Francisco das Neves	157
Maria Jose Pinheiro da Silva	158
José Maria Virginia da Silva	158
José Maria Pinheiro da Silva	158
Maria Maria da Silva	159
Ronaldo Luiz da Silva	303
Jackson Vicente de Oliveira	04
Gracema Lilene Silva de Lima	110

ANEXO F – Ofício encaminhando pelos assentados a Câmara Municipal de Igarassu

Ofício 01/2006

À Câmara Municipal de Igarassu.

Igarassu, 27 de abril de 2006.

Aos representantes mais próximos da sociedade, vimos comunicar o grande risco e ameaça de contaminação de um importante manancial o *Rio Arataca*, que complementa o manancial Botafogo, o qual abastece o litoral norte de Pernambuco e a área norte do Recife. A problemática é decorrente da instalação de um aterro sanitário que faz divisa com o manancial referido, o qual de acordo com a planta diretora do município de Igarassu é definido como Área de Proteção Ambiental e rural, onde aproximadamente 300 famílias estão assentadas produzindo alimentos para suas sobrevivências e abastecimento das feiras livres da região. Segundo informações dos técnicos das empresas do aterro sanitário, os resíduos serão tratados e lançados posteriormente neste manancial, porém não garantem que sejam evitados possíveis danos ambientais, colocando em risco a saúde de aproximadamente um milhão de pessoas que consomem a água do sistema botafogo. Contando com a sensibilização e engajamento desta instituição. Seguem em anexo, informações baseadas na legislação municipal, estadual e federal, justificando a posição do movimento em prol do manancial e requerendo que sejam adotadas as medidas, nos limites das atribuições legais afetas a Vossa competência.

ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DO ENGENHO UBU
ITAPISSUMA*João Antonio Mercante*ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DO ENGENHO UBU
GOIANA*Antonio Ribeiro de Souza*
CENTRO TAPAJÓS DE APOIO À CIDADANIA

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE GOIANA

*Roberto Martins S. Almeida**Recebido em*
03/05/06
Câmara Municipal de Igarassu
Kennedy Feijó Ribeiro
Coordenador Geral

ANEXO G – Folha de Pernambuco (arquivo do Movimento Salve as Águas do Rio Arataca

IRREGULAR

19/07/06 FOLHA

Aterro sanitário motiva protesto

TIAGO BARBOSA

Agricultores do Engenho Ubu, que fica nas intermediações dos municípios de Goiana, Igarassu e Itapissuma, protestaram, ontem, contra a construção de um aterro sanitário na região. Cerca de 100 trabalhadores foram à sede da Agência Estadual de Recursos Hídricos e Meio Ambiente (CPRH) e exigiram que o órgão atue para impedir a continuidade da obra, considerada por eles irregular. A justificativa para o protesto é de que o aterro será prejudicial à natureza daquela área quando estiver funcionando. Os manifestantes apontam, ainda, que as reformas estão sendo feitas de maneira irregular sem a obtenção de uma licença especial concedida pela CPRH que a autorize. Depois de serem recebidos pelo presidente da agência, Tito Lívio, eles seguiram em direção ao Ibará e à Compesa para saber qual o posicionamento das instituições em relação ao assunto.

Essa não é a primeira vez que os agricultores protestam para impedir a construção do aterro. Em abril, eles chegaram a fechar uma rodovia para chamar a atenção dos órgãos envolvidos com a proteção ambiental. A pressão exercida pelos trabalhadores deu certo. A CPRH enviou, na tarde



AGRICULTORES do Engenho Ubu exigem que CPRH impeça continuidade da obra

de ontem, técnicos para visitar o local e constatou que a denúncia tinha procedência: a empresa Serquipe, que está à frente do empreendimento, tinha, de fato, dado início às obras.

O supervisor de Controle de Resíduos da CPRH, Waldecy Farias, revelou que uma das células que serve para despejo do lixo estava praticamente concluída. "Nós intimamos os trabalhadores a parar imediatamente a obra. Eles aceitaram sem resistência. Se persistirem, podem ser presos", frisou Waldecy. O supervisor falou que vai elaborar um relatório sobre a vistoria que será

utilizado para definir a penalidade ao responsável.

Um dos coordenadores do protesto dos agricultores, Carlos Macena, atendeu para a poluição que o aterro pode ocasionar. "Sabemos que o chorume (substância líquida resultante da decomposição do lixo) é tratado. Mas uma simples falha pode causar danos irreversíveis à Bacia do Arataca", observou. Ele pontuou que, nesses casos, deve prevalecer o princípio da precaução, definido na Agenda 21 como uma medida que rejeita a intervenção quando existe o risco de prejuízo ao meio ambiente. Carlos afirmou

que entregou às autoridades um documento atestando que a região, onde vivem 171 famílias, é uma área de preservação permanente.

Mas o presidente da CPRH contestou a informação. Tito Lívio explicou que isso só pode ser dito ao final do estudo de impacto ambiental que está sendo feito nessa zona onde se quer construir o aterro. Ele disse que, até o mês de agosto, o levantamento deve ser concluído para que a agência tenha condições de dar ou não a licença para que a obra continue. O representante da Serquipe não foi encontrado pela reportagem da **Folha**.

JORDÃO

Moradores querem canal desobstruído

LARISSA RODRIGUES

Moradores do bairro do Jordão fizeram um protesto, ontem pela manhã, na avenida Maria Irene. Os motivos da mobilização estão relacionados aos alagamentos que acontecem no local sempre quando chove. Durante o ato, os manifestantes fixaram no lugar algumas cruzes com nomes de pessoas da comunidade que morreram de leptospirose, doença contraída através do contato com urina de rato, que se acentua no período chuvoso. Segundo eles, já aconteceram quatro mortes desde 2004 devido às inundações.

"Foram três casos de leptospirose e um de afogamento. Não pode chover dez minutos aqui que alaga tudo", afirmou um dos coordenadores do Movimento de Luta pelo Revestimento do Canal do Jordão, Dilson Martins. Segundo ele, não é de hoje que os moradores do local sofrem no inverno. "Há mais de 30 anos acontecem alagamentos aqui e nenhuma providência definitiva é tomada", disse Martins, que completou: "a última limpeza do canal foi feita há dois anos". O coordenador contou

que a comunidade procurou a Prefeitura do Recife, em abril deste ano, na tentativa de solucionar a questão.

"Eles retiraram alguns moradores, mas há um mês pararam com as ações. Já as pessoas que moram na parte que é de responsabilidade da administração de Jaboatão, só serão retiradas quando Recife terminar o trabalho de sua área", explicou o coordenador, acrescentando que o pleito é a continuidade das ações de prevenção. "Queremos que o restante dos moradores sejam retirados e que eles façam a limpeza no canal que promete-

INUNDAÇÕES provocaram mortes por afogamento e leptospirose

ram", frisou. O presidente da Emlurb, Arnaro João da Silva, entretanto, disse que a retirada das famílias das áreas próximas à avenida Maria Irene já foi feita e que foram realizadas duas limpezas no canal em 2005 e uma este ano. Segundo ele, as ações da prefeitura no local estão concentradas no trecho que vai da avenida Júlio César até a Estrada da Batalha. "Esse trecho ainda está obstruído e isso reflete na avenida Maria Irene. Só vamos poder limpar essa segunda etapa quando terminarmos de retirar as famílias de lá", explicou Amaro João.

ANEXO H – Jornal Tribuna Popular.

8

TRIBUNA POPULAR

Edição semanal N° 138 - De 18 a 24 de Julho de 2009

LIXÃO DA MURIBECA



DA REDAÇÃO DO TP

As portas do Lixão da Muribeca foram finalmente fechadas ontem à noite, em cumprimento à decisão do juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública de Jaboatão dos Guararapes, Jader Marinho dos Santos, que revogou liminar concedida por ele próprio, em regime de plantão, durante o recesso do Judiciário (23 a 30 de junho). A liminar permitia que a Prefeitura do Recife continuasse usando o aterro para depósito de lixo. A revogação atende ao

denúncia por crime ambiental ingressada na semana passada pelo promotor de Meio Ambiente de Jaboatão dos Guararapes, Flávio Falcão e pelo coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Meio Ambiente, André Silvani, tendo em vista o descumprimento, por parte do Estado e da Prefeitura do Recife, do termo de ajustamento de conduta firmado junto ao MPPE prevendo a desativação do lixão da Muribeca no dia 2 de julho.

Os pedidos foram inicialmente negados pela Justiça.

fecha as portas



PROGRAMAÇÃO
JULHO 2009

MARCELO AQUINO / VIA FICRE.COM

ANEXO I – Capa do Jornal do Commercio – Recife 07 de agosto de 2009 - Cidades



ANEXO J – Convite de reunião realizada em Igarassu

**MOVIMENTO EM DEFESA DA ÁGUA E CONTRA A LOCALIZAÇÃO
DO ATERRO SANITÁRIO / IGARASSU – PE**

C O N V I T E

Convidamos todas as representações da sociedade, parlamentares, ONGs, Associações de Bairros, Prefeitos, Secretários Municipais, Secretários de Estado de Pernambuco para participar da Assembléia Geral em defesa do Rio Arataca que abastece os municípios de Goiana, Igarassu, Abreu e Lima, Paulista, Olinda e Recife e deságua no estuário de Canal de Santa Cruz.

Na ocasião serão feitos esclarecimentos sobre a localização do Aterro Sanitário de Igarassu além da divulgação do calendário das atividades que deverão ser implementadas em prol do Movimento.

O evento será realizado dia 13 de outubro de 2009, às 19 horas, no Espaço Cervejão, localizado na Praça de Cruz de Rebouças – Igarassu.

Associação dos Produtores Rurais do Engenho Ubú

Agência Mandalla Pernambuco

Cetac - Centro Tapajós de Apoio à Cidadania

Colônia dos Pescadores de Tejucupapo

Colônia de Pescadores Boldo do Rio / Goiana

Comissão do Meio Ambiente da Assembléia Legislativa de Pernambuco

Fetape – Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco

Partido dos Trabalhadores de Igarassu

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Goiana

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Igarassu

Vereador Ademar de Barros / Igarassu

Maiores Informações:

movimentoemdefesadaagua@hotmail.com

Fone: (81)9248.1609

APÊNDICES

APÊNDICE A – Relação de entrevistados

RELAÇÃO DE ENTREVISTADOS – ASSENTADOS	
“Os de dentro”	“Os de fora”
J.A.N	V.G.S
J.F.S	J. E. F. S
M.C.S	J. M. S. J
G. A. N	C. M. S.
M. J. A	J. S
J. E	I. F. S
C. P. L	M. J. V
J. C. S	L. J. S
M. L. S	A. F. V
J. M. S	J. S. A
S.R	P. F. N
M. F	S. Q. R
F. S	J. M. S. Junior
	J. S
	C. F. S
	M. J. S
	S. G
	D. S. N
	M. F. S
	R. L
	D. T
	J. F
	F. C
	L. F
	D. I
	S. C
	D. N

OUTROS (AS) DE ENTREVISTADOS (AS)	
Nome	Atividade
E. O	Administrador - CTR / PE
J. M	Ambientalista - CETEC
C. H. P	Fiscal – CPRH
J. F. R	Técnico – IBAMA

APÊNDICE B - BOX II

SÍNTESE DAS TRAJETÓRIAS DOS ASSENTADOS – “OS DE FORA”

V. G. S – 47 anos, filha de agricultores, foi morar na cidade ainda pequena. É agricultora, educadora social, mãe de três filhos (Thiago Elísio e Tomaz). Esses filhos foram resultado do seu casamento com S. Q. R. Veio de Camaragibe para o assentamento junto com seu esposo, onde estão desde a fase inicial do acampamento; é proprietária da **parcela 142**. Sua trajetória política passa pela PJMP (Pastoral da Juventude do Meio Popular) da igreja católica, pelo PT – Partido dos Trabalhadores e associação de bairros.

J. E. F. S – 50 anos, filho de agricultor, vivia na zona rural de Olinda (PE) até o falecimento do pai. Tem três filhos. Não participou das primeiras reuniões de articulação do acampamento, pois; na época trabalhava em Recife. Chegou ao acampamento duas semanas após, é proprietário da **parcela 168** e já foi vice-presidente da Associação de Trabalhadores Rurais do Engenho Ubu. Relembrando como chegou ao acampamento, disse: “Aí eu larguei o serviço lá e vim acampar porque minhas habilidades foram sempre na área rural. Sou agricultor, filho de agricultor”. Anteriormente já havia participado da CPT – Comissão Pastoral da Terra.

J. M. S. J – 59 anos, é filho de agricultor, mas trabalhou durante muitos anos nas cidades da região como pedreiro. Tem cinco filhos e ocupa a **parcela 101** do assentamento. Esteve no início do acampamento, mas não participou das primeiras reuniões.

C. M. S. – 65 anos, vive com o marido e dois filhos na **parcela 96**. Antes disso, foi trabalhadora rural em várias usinas da região, entre elas a Usina São José. Está no assentamento desde o momento de sua ocupação e lembra com tristeza os primeiros momentos de despejos, pela polícia, na fase das lonas pretas. Era sindicalizada, mas não tinha um engajamento no o sindicato. No momento do acampamento estava desempregada, morava em Igarassu e o marido e os filhos trabalhavam como pedreiros.

I. F. S – 55 anos, morava em Araçoiaba (PE). Tem dois filhos. Está no assentamento desde a fase do acampamento; antes de se tornar assentada, trabalhava como doméstica e seu marido, na agricultura. Participou, junto com ele, das primeiras reuniões para montar o acampamento a convite do Padre Tiago (CPT). Lembra que, antes de chegar ao acampamento, sua família não tinha residência fixa porque tudo dependia do lugar onde o marido estivesse trabalhando. Disse que o momento mais importante da história do assentamento foi quando ganharam a terra. Vive hoje na **parcela 91**.

M. J. V – 50 anos, filha de agricultor. Antes de chegar ao assentamento, trabalhava na feira livre de Igarassu vendendo verduras e frutas. Lembra que, junto com o marido, arrendava uma pequena parcela de terra para plantar. Residia em Igarassu, mas já morou em várias outras localidades, como, por exemplo, Tejucupapo e Araçoiaba (PE). Chegou ao assentamento na fase do acampamento com mais dois irmãos e o marido e, desde o início, é uma das assentadas mais atuantes do *Movimento Salve as Águas do Rio Arataca*. Ocupa a **parcela 164**.

L. J. S – 53 anos, sempre foi agricultor. Antes de chegar ao assentamento, morava num pequeno sítio de seu cunhado, em Joaquim Gomes (AL), e, quando souberam da invasão de terras em Ubu, vieram com suas famílias e conseguiram suas parcelas de terra. Afirmo não ter participado dos primeiros momentos do acampamento, mas que esteve no período de despejo dos acampados. Casado, tem duas filhas e três filhos que o ajudam no cultivo da terra. Vive hoje na **parcela 98**.

A. F. V – 57 anos, morou em Igarassu e chegou um mês depois que o acampamento havia se instaurado. É pai de três filhos e no período em que vivia na ponta de rua, trabalhava nas usinas e engenhos da região como trabalhador rural. Estava desempregado no período que antecedeu a formação do acampamento, sobrevivendo de trabalhos como ajudante de pedreiro e ambulante. Fez parte do sindicato dos trabalhadores rurais de Igarassu. Sua **parcela** no assentamento é a de número **144**.

J. S de Araújo – 53 anos, é filho de agricultor, passou sua infância no Engenho Caiana até que conseguiram terra no Assentamento Pitanga I. Lá, trabalhava na parcela de sua mãe junto com sete irmãos; também já foi vendedor de pão. Participou das primeiras reuniões para realizar o acampamento no Engenho Ubu desde o início, motivado pela CTP e pelos sindicatos. Separado, vive hoje com quatro filhos na **parcela 100**. Quando jovem, havia participado com a mãe e os irmãos da reforma agrária que resultou no Assentamento Pitanga.

P. F. N - 68 anos, é agricultor assentado na **parcela 157**. Sua trajetória é marcada pelo trabalho na agricultura da cana como trabalhador rural. Residiu em várias cidades da Mata Norte pernambucana e, ao se fixar em Igarassu, se tornou presidente do sindicato dos trabalhadores rurais. Foi um dos responsáveis pela organização do grupo que acampou no engenho na década de noventa, período em que estava presidente do sindicato. Casado, tem duas filhas e é ainda hoje uma das principais lideranças do assentamento.

S. Q. R – 49 anos, é casado com V. G. S. Natural de Condado (PE), é filho de agricultores e trabalha no campo desde criança. Com dezenove anos de idade foi morar na cidade onde teve algumas experiências de trabalho no comércio, na indústria e no terceiro setor. Quando teve a oportunidade de voltar ao campo, através da luta pela terra, não hesitou. Para ele, a vida no campo é uma vida muito mais liberta, apesar do esforço físico que se realiza, mas que a tranquilidade e a vida saudável compensam isso. Tornou-se uma das principais lideranças dos assentados, mesmo chegando dois dias depois de iniciado o acampamento com dois irmãos, estando à frente também de grande parte da mobilização contra o aterro.

J. M. S. Junior – 45 anos, vive na **parcela 147**. Com dois filhos e a esposa. Foi um dos dirigentes do Sindicato dos trabalhadores rurais de Goiana na época em que ocorreu o acampamento, tendo exercido grande influência na organização dos trabalhadores para que o engenho fosse desapropriado. Filho de agricultor, desde os treze anos trabalha na agricultura da cana em usinas e engenhos da região. Residiu em várias cidades e se sente feliz por não estar migrando mais nas pontas de rua e nem ser assalariado. Tornou-se uma das principais lideranças do assentamento desde o processo de desapropriação até a luta contra o aterro.

J. S – 55 anos, reside na **parcela 131**. Casado, é pai de quatro filhos. Veio de Paulista onde trabalhava como caseiro em uma chácara. Seu pai era trabalhador rural, mas desde pequeno viveu nas pontas de rua. Soube que estava sendo montado um acampamento no Engenho Ubu e veio junto com a família. Chegou duas semanas após iniciada a invasão.

C. F. S – 37 anos, morava em Igarassu e recebeu as terras de um repasse de uma antiga assentada que não tinha condições de trabalhar na terra. Mora na **parcela 92** com a mulher, um filho, seu sogro e sua sogra desde 2007. Estava desempregado, mas já trabalhou na construção civil. Tem um pequeno bar na propriedade, e um dos primos é trabalhador do aterro.

M. J. S – 58 anos, é agricultora e veio de Abreu e Lima. Soube da invasão iniciada no Engenho Ubu através de seu cunhado e chegou ao local duas semanas após. Trabalhou como doméstica e trabalhadora rural, mas nunca teve participação em sindicatos.

J. S – 64 anos, é um reideiro de terra e planta abacaxi no assentamento. Explora a **parcela 95**. É casado. Considera o lugar privilegiado pelos recursos hídricos disponíveis na região. Explora a terra através de trabalhadores contratados e não participa de nenhuma atividade de mobilização contra o aterro, apesar de se sentir prejudicado pelo mau cheiro.

S. G – 56 anos, é casado com M. J. V e tem dois filhos. Nasceu em Goiana e trabalha na agricultura desde criança. Comercializava verduras compradas na CEASA em Igarassu. Chegou ao acampamento junto com sua mulher; plantam: macaxeira, feijão e banana que são comercializados na feira de orgânicos. Tem participado com frequência das atividades contra o aterro sanitário.

D. S. N – 26 anos, casado, natural de Condado (PE), chegou ao assentamento ainda na fase do acampamento, ocasião em que tinha apenas treze anos. Lembra que o momento mais difícil daquela fase foi quando a sua mãe teve que abortar um bebê por conta da violência dos policiais. Trabalha com o sogro na **parcela 16**.

R. L - 54 anos, filho de agricultores, já trabalhou durante muito tempo na cidade como serralheiro e mecânico, mas afirma estar no assentamento por opção de vida e por causa do achatamento salarial que teve durante os últimos anos em que trabalhou na indústria. Vive com a esposa e quatro filhos na **parcela 112**, tendo participado das principais ações contra o aterro sanitário.

M. F. S – 41 anos, vivia anteriormente no assentamento Engenho Novo e, depois, em Pitanga. Foi uma das principais lideranças do assentamento na fase do acampamento, estando presente nas primeiras reuniões promovidas pelos sindicatos de Igarassu, Goiana e pela CPT. Afirma que trabalhava com a mãe e os irmãos (cinco mulheres e dois homens) na roça e que os viu crescer e a terra ficar pequena. Trabalhou como caseiro em uma parcela no Assentamento Pitanga, com carteira assinada, para um padre da CPT. Foi através desse padre que ele começou a organizar as pessoas em reuniões para iniciar a ocupação da terra. Vive hoje na **parcela 89**.

D. T – 47 anos, é casada e mãe de seis filhos. Desde pequena trabalha na agricultura. Um ano antes de chegar ao acampamento, viveu em São Paulo e retornou no período da ocupação das terras do Engenho Ubu pelo grupo. Estabeleceu-se na **parcela 110** e era uma das lideranças da fase do acampamento. Lembra que sempre gostou de estar envolvida na causa dos trabalhadores e participou de um grupo de mulheres em Goiana antes de ir para São Paulo.

J. F – 48 anos, agricultor, é casado e tem quatro filhos. Vivia em Abreu e Lima antes de participar do acampamento. Soube por intermédio de um amigo, que participava da CPT, que pessoas estavam se reunindo para ocupar terras na região. Na ocasião, havia sido demitido e estava procurando emprego nas usinas, mas não encontrava, pois já era fim de safra. Trouxe a família para o acampamento e vive hoje na **parcela 97**.

L. F – 47 anos, vindo de Pitanga I com três irmãos, participou das primeiras reuniões para organização da ocupação. Trabalhava com os irmãos na parcela do pai, procurava terra para ocupar, pois já estava casado e a parcela da família não garantia mais a sobrevivência de todos.

D. I – 55 anos, é agricultora e ocupa a **parcela 76**. Casada, tem sete filhos. Viveu durante vinte anos em Tejucupapo (PE). Já trabalhou como doméstica e trabalhadora rural em alguns engenhos de cana. Acompanhou o marido na fase inicial do acampamento, mas não permaneceu com os filhos sob a lona preta; nesta fase, trabalhava em casa de família na cidade de Recife, enquanto o esposo procurava garantir um pedaço de terra para a família. Os filhos ficavam aos cuidados da mãe na periferia de Igarassu.

F. C – 49 anos, casado, tem três filhos. Trabalha na agricultura desde os oito anos ajudando a família no trabalho da agricultura. Com dezessete anos, seu pai vendeu o pequeno sítio e foi morar com sua família em Itapissuma. Trabalhou no comércio como ambulante e voltou ao trabalho no campo nas usinas da região. Participou do sindicato de Goiana e foi uma das lideranças que organizou a ocupação do engenho junto com a CPT. Ocupa a **parcela 113**.

D. N – 50 anos, vive com o marido e os cinco filhos no assentamento Ubu. Trabalhou na região como trabalhadora rural e esteve presente nos primeiros momentos do assentamento. Planta macaxeira, banana, milho, acerola e laranja na **parcela 93**, mas reclama dos poucos recursos que tem. Atualmente, o marido e o filho mais velho são funcionários do aterro sanitário.

APÊNDICE C - BOX III

SÍNTESE DAS TRAJETÓRIAS DOS ASSENTADOS – “OS DE DENTRO”

J. A. N – 45 anos, casado, três filhos, é um antigo morador do engenho. Trabalhou na destilaria e fábrica de tapetes na área mecânica. Lembra que, na década de oitenta, a empresa funcionava sem maiores problemas até que um dos três irmãos (proprietários do engenho) foi afastado e reassumiu posteriormente a empresa a mando da justiça. A partir das desavenças entre eles, o engenho faliu, tornando a propriedade improdutiva. Lembra como foi difícil o momento em que a empresa fechou as portas, pois nunca havia saído dali para procurar emprego, uma vez que nasceu e cresceu no engenho. Nesse tempo, trabalhou na Usina São José, em Recife e em Goiana, mas sempre com residência no engenho. Crê que a desapropriação das terras promoveu uma mudança que poucos entenderam, ou seja, “antigamente você era mandado e hoje você é patrão”. Ocupa a **parcela 44** e, como um dos poucos antigos moradores, cultiva suas terras. Tem participado ativamente das ações contra o aterro sanitário.

J. F. S – 49 anos, casado, tem cinco filhos menores com a atual esposa. Afirmou ser “nascido e criado no engenho” e exercia as funções de trabalhador rural no plantio, adubação e coleta da cana. No período em que o engenho faliu, foi morar em Igarassu, continuando a trabalhar no campo, e só retornou três semanas após o início do acampamento. Para ele, a vida antes do assentamento era melhor, sendo que, agora, a situação tende a se agravar mais com a presença do aterro. Explora a **parcela 104**, sendo está uma das mais próximas do aterro e do rio.

M. C. S – 48 anos, casado, tem três filhos e nasceu no engenho. Já trabalhou como operário na destilaria e na fábrica de tapetes e lembra que seu pai foi almoxarife. Recorda que, em geral, os filhos sempre conseguiam trabalhar no engenho ou substituir seus pais quando estes faleciam ou se aposentavam. Para ele, no tempo em que o engenho funcionava, era muito bom porque todos tinham seu salário garantido no final da semana. Atualmente, embora tenha conseguido uma parcela de terra com a desapropriação, fez o repasse desta para outra pessoa, trabalha em Abreu e Lima em um pequeno ponto comercial e mantém residência no assentamento.

G. A. N – 46 anos, é solteiro, nasceu no engenho; foi funcionário da destilaria, exercendo as funções de eletricitista. Recorda que, quando a empresa faliu, ninguém foi indenizado e, por isso, continuou a morar na casa. Nesse momento, as ações dos moradores foram muito individualizadas e cada um saiu à procura de emprego nas cidades vizinhas. Não houve por parte de ninguém uma ação contra os proprietários. Como os demais, trabalhou em Igarassu, Goiana e cidades próximas, mas ainda mantendo residência no engenho. Atualmente, tem um barzinho na sede do engenho, mas repassou a parcela que recebeu para terceiros. Já foi membro da associação de moradores do assentamento e disse que os antigos moradores sempre olharam com desconfiança os “de fora”.

M. J. A – 62 anos, mora no engenho há mais de quarenta anos; é dona de casa e viúva de um funcionário da destilaria. Desde a morte de seu marido, nos anos oitenta, sobrevive da pensão (um salário mínimo) deixada por ele e reside na casa em que viviam com mais dois filhos. Lembra-se dos tempos áureos em que funcionavam o engenho, a destilaria e a fábrica de tapetes e de como pôde criar seus três filhos. Disse que repassou a parcela que recebeu, pois não sabia como lidar com a terra.

J. E – 50 anos, trabalhou como vigia no engenho, durante quinze anos, até o momento em que a empresa faliu. Casado, tem quatro filhos e trabalha hoje em Igarassu em uma empresa terceirizada. Repassou a **parcela 90** que recebeu na desapropriação para outra pessoa, afirmando necessitar de dinheiro para reformar sua casa.

C. P. L – 46 anos, casado, dois filhos, nasceu no engenho onde trabalhou como carpinteiro para a destilaria e para a fábrica de tapetes. No período de fechamento do engenho, teve que procurar emprego nas cidades da região e até no estado vizinho (Paraíba). Com a desapropriação da terra, recebeu a **parcela 106** onde cultiva macaxeira, laranja, acerola e banana. Mesmo tirando da terra seu sustento, afirmou que a certeza de um salário no fim de semana era melhor que a situação que ele vive hoje. Mesmo sua parcela estando próxima do aterro nunca participou das ações do movimento.

J. C – 46 anos, casado, seis filhos, ocupa a **parcela 94**. Nasceu no engenho e seu pai exercia a função de cabo na plantação de cana. Antes de o engenho falir, ele se aposentou indo residir em Goiana; deixou a casa com o filho que já trabalhava na destilaria. Constantino recorda que sua infância no engenho foi bem tranquila, apesar de ter começado a trabalhar bem cedo para ajudar a família. A experiência no trabalho do campo o ajudou a se manter na terra que recebeu. Disse que a chegada “dos de fora” causou muito estranhamento para os antigos moradores, mas que logo isso passou.

M. L. S – 52 anos, nasceu no engenho e casou-se com uma pessoa também natural daquele local. Teve três filhos e trabalhou junto com o marido na destilaria e na fábrica de tapetes. Ele, na caldeira e ela, nos serviços gerais. No período de fechamento do engenho, o marido foi trabalhar em Paulista, enquanto ela ficava em casa cuidando das crianças. Recebeu na desapropriação do engenho a **parcela 47**, repassando-a a terceiros dois anos após. Reside na vila do engenho e disse que a vida naquele lugar era mais tranquila sem a presença dos “de fora”.

J. M. S – 50 anos, não nasceu no engenho, mas chegou por lá para trabalhar na destilaria há trinta anos. Antes disso, aprendeu a ser encanador e eletricitista com o pai, o que lhe permitiu trabalhar como tal na destilaria. Com o fechamento do engenho, manteve a família morando na casa, mas foi procurar trabalho em Goiana e Igarassu. Recebeu a **parcela 118**, que foi repassada para outra pessoa, e reside numa casa na vila do engenho, apesar de trabalhar em Itapissuma

S. R – 49 anos, casado, tem quatro filhos, é um antigo morador do engenho. Trabalhava no cultivo da cana e residia em uma das casas dispersas ao longo da plantação. No momento da falência, migrou para Paulista e foi morar, junto com sua família, na casa de seu pai. Retornou ao engenho quando soube que estava havendo uma invasão para desapropriar as terras. Recebeu a **parcela 77** e continua explorando-a, plantando macaxeira, limão, laranja e verduras. Acredita que a reforma agrária foi muito importante para a melhoria da sua vida e de sua família.

M. F. L – 48 anos, casada, dois filhos, é agente de saúde; nasceu no engenho e casou-se também com uma pessoa da localidade. Atualmente, seu marido trabalha em Goiana em um posto de combustível. A parcela que recebeu foi repassada para terceiros três anos após a desapropriação. A mesma alega que não sabe trabalhar na terra porque seu pai nunca a deixou trabalhar, pois era almoxarife da destilaria.

F. S – 48 anos, nasceu no engenho, é casado e tem três filhos. Trabalhou na destilaria até seu fechamento e migrou para Igarassu depois disso em busca de trabalho, mantendo a família na casa em que vivia na vila do engenho. Recebeu uma parcela com a desapropriação da terra e repassou – a para terceiros. Trabalha como cobrador de ônibus, mas mantém sua residência no engenho.